

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg
e Luzinete Simões Minella (Org.)

Gênero e ciências

mulheres em novos campos





GÊNERO E CIÊNCIAS
MULHERES EM NOVOS CAMPOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima

**NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER**
FFCH/UFBA



NEIM

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA

Diretora

Rosângela Costa Araújo

Diretora

Flávia Goullart Mota Garcia Rosa

Vice-Diretora

Laila Andressa Cavalcante Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Comissão Editorial

Alda Britto da Motta

Cecília M. B. Sardenberg

Ivia Alves

Silvia Lúcia Ferreira

Coordenação Editorial Executiva

Eulália Azevedo

Ivia Alves

Maria de Lourdes Scheffler

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Financiamento



CAPES

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg
Luzinete Simões Minella
(Org.)

Gênero e Ciências

mulheres em novos campos

COLEÇÃO *Bahianas*, 18

Salvador | EDUFBA/NEIM | 2016

2016, Autores
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico capa e miolo
Alana Gonçalves de Carvalho Martins

Editoração
Tiago Silva dos Santos
Igor Fonsêca de Araújo Almeida

Revisão
Larissa Lacerda Nakamura

Normalização
Sandra Batista de Jesus

Sistema de bibliotecas – UFBA

Gênero e ciências : mulheres em novos campos / Cecília Maria Bacellar
Sardenberg, Luzinete Simões Minella (Org.). – Salvador : EDUFBA/NEIM, 2016.
292 p. : (Coleção Bahianas ; 18)

ISBN 978-85-232-1487-6

1. Mulheres na ciência. 2. Feminismo e ciência . 3. Relações de gênero.
I. Sardenberg, Cecília Maria Bacellar II. Minella, Luzinete Simões. III. Título.
IV. Série

CDD – 500.82

Editora filiada à



NEIM
Estrada de São Lázaro
197 – Federação
40210-630 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3237-8239
www.neim.ufba.br
neim@ufba.br

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo
s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
Fax: +55 71 3283-6160
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

SUMÁRIO

7 APRESENTAÇÃO

Cecília Maria Bacellar Sardenberg e Luzinete Simões Minella



19 A CIÊNCIA E SEUS DISCURSOS

a exclusão das mulheres na Medicina

Sabrina Guerra Guimarães e Lina Maria Brandão de Aras

41 FEMINISMO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL

a tese de Ítala da Silva Oliveira

Iole Macedo Vanin

85 A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DA “MENINA DE SAIA ESTAMPADA”

caminhos iniciais de uma professora de Matemática em um mundo androcêntrico

Márcia Barbosa de Menezes

113 SUBJETIVIDADES NA CIÊNCIA

narrativas de mulheres no exercício da produção do conhecimento em Biologia

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

- 147 **RENOMEANDO-SE**
nome e autoria em experiências femininas
Fernanda Azeredo Moraes
- 167 **GRADUAÇÃO EM MEDICINA NO NORDESTE E NO
SUL DO BRASIL**
*um enfoque interseccional sobre o perfil dos(as)
estudantes*
Luzinete Simões Minella
- 193 **REVISITANDO O CAMPO**
autocrítica de uma antropóloga feminista
Cecília Maria Bacellar Sardenberg
- 245 **PRODUZINDO GÊNERO NA FARMACOLOGIA**
reflexões sobre uma área de excelência
Caterina Rea
- 261 **SOCIOLOGIA, FEMINISMOS E DALIT STUDIES**
o novo campo da Sociologia na Índia
Vinicius Kauê Ferreira
- 287 **QUEM É QUEM**

APRESENTAÇÃO

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg
Luzinete Simões Minella

A coletânea, *Gênero e Ciências – mulheres em novos campos*, que aqui apresentamos, resulta de um esforço conjunto de estudantes, professoras e pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC), e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA), realizado por intermédio do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) 2007 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação. Coordenado pelas professoras doutoras Miriam Pillar Grossi, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Cecilia Maria Bacellar Sardenberg, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o projeto que nos reuniu foi iniciado em fins de 2008, estendendo-se até o segundo semestre de 2013, período este em que um intenso intercâmbio teve lugar entre os referidos programas.

“Gênero e Ciências” foi uma das três temáticas em foco nesse intercâmbio (as demais foram Gênero e Violência e Gênero e Feminismos), gerando participações de lá e cá em bancas de avaliação, vários minicursos, seminários, jornadas e, com isso, reflexões conjuntas, multidisciplinares, voltadas para a crítica feminista às ciências. Essas atividades e seus desdobramentos vêm ganhando importância para além do âmbito do projeto e dos programas mais diretamente envolvidos, vez que, apesar da institucionalização dos estudos feministas no Brasil já atravessar mais de três décadas, os estudos sobre gênero e ciências no país ainda são bastante incipientes. (LOPES, 2006; MINELLA, 2013; SARDENBERG; COSTA, 2002)

Sabe-se que desde a retomada do feminismo em meados dos anos 1960, as Ciências têm sido alvo da crítica feminista, revelando-se, por seu intermédio, o viés androcêntrico subjacente às diferentes áreas do conhecimento. Essa crítica feminista tem se voltado tanto para a constituição e estrutura das Ciências, quanto para o conhecimento produzido e as epistemologias tradicionais que lhes dão sustentação, apontando para as diferentes instâncias e maneiras em que gênero tem se constituído como fator operante na construção do saber.

Em um primeiro momento, ainda no âmbito dos “estudos sobre mulheres”, o olhar feminista mirou a questão das “mulheres na Ciência” revelando, por um lado, a reduzida presença feminina no campo científico e, por outro, a invisibilidade ou pouco reconhecimento daquelas que lograram romper as barreiras patriarcais. (KELLER, 2006; KELLER; LONGINO, 1996) Percorrendo a história das mulheres nas Ciências, esses estudos mostraram como “[...] a cultura da ciência, inicialmente aberta às mulheres, gradualmente foi se fechando para elas [...]” principalmente a partir do forjar-se da Ciência Moderna, que construiu as mulheres como incapazes de “assumir as obrigações dos cidadãos no

Estado, participar das profissões ou produzir obras de profundidade e sofisticação intelectual”. (SCHIENBINGER, 2001, p. 40-41)

Em um segundo momento, já incorporando uma perspectiva das relações de gênero e valendo-se do que foi revelado a partir dos estudos sobre mulheres cientistas, as atenções se voltaram para a investigação das práticas das Ciências e da academia, mostrando como gênero tem sido um fator preponderante nas “culturas da Ciência”. (SCHIENBINGER, 2001) Dentre outros aspectos, tais estudos têm revelado como as práticas cotidianas das Ciências se baseiam, em geral, na noção de que cientistas são pessoas “livres” de quaisquer outras responsabilidades, o que penaliza as mulheres em função das tarefas domésticas tradicionalmente a elas atribuídas. Isso prejudica suas carreiras, particularmente as acadêmicas, sobretudo quando os sistemas de avaliação para progressão raramente levam em conta afastamentos relativos à licença maternidade. Nas palavras de Londa Schienbinger (2001, p. 42-43): “A cultura profissional foi estruturada para assumir que um profissional tem uma esposa que fica em casa (hoje em dia, às vezes um marido) e acesso ao seu trabalho não remunerado”.

Mais recentemente, a crítica feminista à Ciência vem dirigindo seu olhar para o cerne da produção de conhecimento, revelando não apenas como as ideologias de gênero contribuíram para a prática da “má Ciência” – por exemplo, na sua negligência quanto às diferenças fisiológicas entre os sexos nas pesquisas biomédicas e as consequências nefastas para as mulheres –, mas também, a presença do gênero como categoria de pensamento. Tem revelado, assim, que o sujeito da Ciência tem sido predominantemente masculino (e também branco e ocidental); que a neutralidade científica como base para a objetividade não passa de um mito (HARDING, 2007), pois todo conhecimento é situado (HARAWAY, 1995) e; que novas epistemologias – feministas – se fazem necessárias à produção de um conhecimento engajado com base em

uma “objetividade forte”, ou seja, que leve em conta a posição-
lidade dos sujeitos cognocentes. (HARDING, 1996)

Por último, a crítica feminista tem procurado avaliar o impac-
to do feminismo no interior das Ciências, na tentativa de melhor
investigar, de que forma e em que medida o feminismo mudou
a Ciência (FARGANIS, 1997; KELLER, 2006; SCHIENBINGER,
2001), ou se permanece na marginalidade, como um “outro”
(BORDO, 2000), de menor validade.

Os artigos aqui reunidos tratam desses diferentes temas e as-
pectos da crítica feminista à Ciência, analisando diversas áreas
disciplinares, quais sejam: Medicina (Luzinete Simões Minella, Iole
Macedo Vanin, Sabrina Guerra e Lina Aras); Farmacologia (Cate-
rina Rea); Biologia (Ângela Freire de Lima e Souza); Matemática
(Márcia Barbosa de Menezes); Sociologia (Vinicius Kauê Ferreira)
e Antropologia (Fernanda Azeredo de Moraes, Cecília M. B. Sar-
denberg). À exceção do artigo de Vinicius Ferreira, que aborda
a Sociologia na Índia, todos os artigos aqui incluídos se voltam, pri-
mordialmente, para o Brasil, dialogando, porém, com reflexões de
cunho mais amplo produzidas no campo feminista internacional.

Trabalhando a partir da perspectiva da história das Ciências,
Sabrina Guerra e Lina Aras (UFBA), no artigo intitulado “A Ciência
e os discursos que legitimaram a exclusão das mulheres na Medi-
cina”, lembram que a Ciência, com base na crença das “diferenças
nos corpos”, afirmava ser a mulher menos desenvolvida que o ho-
mem e, portanto, inferior, uma perspectiva que foi reforçada pelo
Iluminismo. Tanto nos discursos da Ciência, como da Filosofia, as
mulheres foram confinadas à esfera privada na condição de espo-
sas, uma visão que irá atravessar os séculos, tornando inaceitável,
até meados do século passado, o seu acesso à Medicina. As autoras
asseveram ainda que, apesar da existência de poucas faculdades
no Brasil nos finais do século XIX e início do XX, as reações con-
trárias ao ingresso feminino foram registradas nos periódicos na

época, com destaque para artigos alertando sobre os perigos dos cursos de Medicina, Engenharia, Odontologia e semelhantes para as mulheres: eles poderiam roubar-lhes a sensibilidade e paciência e, assim, suas características femininas.

As autoras observam que, com o desencadear do processo de modernização da sociedade brasileira a partir dos anos 1930 e as mudanças de comportamento aos moldes europeus, ensejadas nesse processo, bem como sob a influência das questões levantadas pelo movimento feminista, as mulheres começaram a romper com os ditames estabelecidos até aquele momento, de que para elas só restava o lar, conquistando, gradualmente, o seu espaço no campo da medicina. Porém, esta ainda seria exercida quase exclusivamente pelos homens, devido “ao discurso androcêntrico que demarcava as mulheres ao espaço privado, ou seja, como reprodutoras e organizadoras do lar.”

O artigo trazido por Iole Macedo Vanin (UFBA), “Feminismo, sexualidade e educação sexual: a tese de Ítala da Silva Oliveira”, também trabalha a partir de uma perspectiva da história das Ciências, substantivando as considerações tecidas por Sabrina Guerra e Lina Aras, ao retratar a trajetória de uma médica sergipana, formada na Universidade da Bahia (UBA) nos anos 1920, analisando sua tese doutoral e a repercussão desse trabalho na sociedade da época. A tese em questão, defendida em 1927, tratava “Da sexualidade e da educação sexual”, argumentando ser o prazer sexual algo natural, tanto para homens quanto mulheres, tendo ambos, portanto, o direito de desfrutar tal prazer – mas, como convinha à moral da época, dentro de uma relação que não ferisse “os direitos sacrossantos de terceiros”. Para Iole Vanin, a análise dessa tese auxilia na compreensão do contexto das discussões acerca da sexualidade feminina na Bahia das décadas iniciais do século XX, além de permitir novas perspectivas para a compreensão e

definição das atrizes que constituíram o que se denomina “feminismo sufragista”, dentre as quais se incluía Ítala da Silva Oliveira.

Apoiando-se também na trajetória de uma cientista, no caso, a matemática Arlete Cerqueira Lima, professora aposentada da Universidade Federal da Bahia, Márcia Barbosa de Menezes (UFBA) trabalha com um caso inusitado. Em seu artigo “A trajetória profissional da ‘menina de saia estampada’: caminhos iniciais de uma professora de matemática em um mundo androcêntrico”, a autora mostra como a história da construção e consolidação dos estudos matemáticos na Bahia foi marcada fortemente pela presença de mulheres, em uma área tradicionalmente associada ao masculino. Márcia Menezes resgata parte da história da professora Arlete Cerqueira Lima que, junto à professora Martha Dantas, inscreveu seu nome na história da Educação e, em particular, da Matemática no Brasil, destacando-se em um ambiente repleto de obstáculos. Contudo, afirma a autora, tais obstáculos, “longe de intimidá-la, converteram-se em desafios a serem vencidos pelo talento e pela tenacidade”. Foi graças à determinação dessas duas mulheres — Arlete Cerqueira Lima e Martha Dantas — que, em 1960, se deu a criação do Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia (IMFUBA), hoje Instituto de Matemática da UFBA.

Em “Subjetividades na Ciência: narrativas de mulheres no exercício de produção de conhecimento em Biologia”, Ângela Maria Freire de Lima e Souza (UFBA) discute, em especial, as “Culturas das Ciências” e seus efeitos no cotidiano de mulheres cientistas. Mais precisamente, seu artigo tem por objetivo analisar depoimentos de biólogas pesquisadoras sobre suas experiências no cotidiano, ao tentarem articular as “exigências próprias do mundo científico”, com as demandas socialmente definidas para as mulheres: maternagem e a administração da vida familiar. O artigo introduz um recorte geracional, ao comparar e contrastar esse cotidiano e a visão da ciência entre cientistas de duas gerações:

“jovens mulheres em fase de consolidação de suas carreiras e outras cujas trajetórias profissionais já duram décadas”. Essa análise sugere que as representações sociais do cientista, ainda que venham se mantendo “as mesmas quando se considera a sociedade como um todo”, já começam a se alterar entre as gerações mais jovens de pesquisadores, fato que pode estar associado “às mudanças que a própria ciência sofreu nas últimas décadas”. No entanto, conforme conclui Ângela Freire, “o mundo científico ainda se configura como profundamente atravessado por um viés androcêntrico”, dificultando a permanência das mulheres no exercício da profissão.

Trabalhando também dentro da perspectiva das “Culturas das Ciências”, Fernanda Azeredo de Moraes (UFSC), no artigo “Renomeando-se: nome e autoria em experiência femininas”, se dedica à reflexão sobre a questão da nomeação feminina e da construção do renome profissional, dentro do espaço acadêmico, um terreno, segundo ela, marcado por um tipo particular de criação “autoral”. Valendo-se dos depoimentos e experiências de quatro acadêmicas das Ciências Humanas da cidade de São Paulo, Fernanda Moraes descreve e reflete sobre a maneira em que o nome é utilizado na experiência de criação e reconhecimento acadêmico científico, e como isso é alterado — ou não — pela renomeação tradicional feminina trazida com o casamento. Segundo a autora, o nome tem um papel muito relevante em um campo de produção e criação autoral, como o meio acadêmico de Ciências Humanas. Trata-se de um “mundo” no qual o sobrenome não pode ser jamais subtraído das assinaturas, vez que ocupa o lugar principal, em caixa alta, no modelo de referência bibliográfica. Nesse campo, o nome acaba assumindo um duplo papel: além de “definidor” do sujeito, ele também cumpre a função-autor, ou seja, a de inserir o escritor numa economia específica de circulação de discursos. Contudo, no processo de escrita

da modernidade, as características individuais do autor desaparecem, sobretudo pelas regras postas de citação pelo sobrenome e inicial, o que “deliberadamente oblitera o gênero do autor”. O que leva Fernanda Moraes a problematizar: “se o nome do autor é aquele que designa um conjunto tido como coerente, como ficam as obras dessas autoras renomeadas?”.

Uma abordagem distinta — a das “interseccionalidades” de gênero, classe, etnia e geração — é trazida pelo artigo de Luzinete Simões Minella (UFSC), “Graduação em Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: um enfoque interseccional sobre o perfil dos/as estudantes”, à inserção de estudantes nos cursos de graduação em Medicina da UFBA e da UFSC entre 2005 e 2012. Fundamentando-se em uma perspectiva de gênero, mas privilegiando suas interseções com outros marcadores da diferença, o artigo busca delinear o perfil estudantil dessas universidades, procurando refletir sobre o acesso das mulheres à carreira médica, bem como sobre as peculiaridades das regiões em questão (Sul e Nordeste) quanto ao processo, em curso, de feminização da área. O estudo mostra que, embora nas duas instituições analisadas a área médica ainda tenha predominância de estudantes do sexo masculino, o percentual de mulheres vem crescendo, já se mostrando bastante significativo (41,1% na UFBA e 44,7% na UFSC). Nas duas universidades há também semelhanças no tocante à faixa etária predominante (entre 17 e 19 anos), bem como no que se refere à classe, aqui avaliada em termos de renda familiar. Esta se concentra na faixa entre cinco a 10 salários mínimos (25,4% na UFBA e 24,3% na UFSC), sugerindo que tanto na UFBA quanto na UFSC Medicina continua a ser uma área que concentra uma maior proporção de estudantes das classes média alta e alta. As diferenças entre as duas instituições recaem, sobretudo, no quesito cor: 53,4% dos estudantes da UFBA se autodeclararam pardos, enquanto na UFSC a proporção maior — 82,9% — se considera branca.

Segundo avalia a autora, “a proporção de autodeclarados pretos revela uma tendência ascendente, principalmente na UFBA; a dos descendentes dos índios mostra também um pequeno incremento, embora estes continuem representando uma minoria.”

A questão da interseccionalidade de gênero com outros marcadores sociais também é trabalhada por Cecilia M. B. Sardenberg (UFBA) no artigo, “Revisitando o campo: autocrítica de uma antropóloga feminista”. Volta-se, nesse caso, para a problematização de como tais intersecções demarcam a posicionalidade de antropólogas (os) no trabalho de campo e, assim, os encontros etnográficos possíveis em diferentes contextos no tempo e espaço. Valendo-se dessas considerações, a autora procura pensar sobre gênero, sexualidade e suas intersecções com outros marcadores sociais em suas próprias experiências de antropóloga em campo (e nos trabalhos correspondentes), em três situações e épocas distintas: 1) na década de 1970, estudando a população de origem portuguesa em Provincetown, cidadezinha conhecida como “paraíso dos gays” na costa leste dos Estados Unidos; 2) avaliando, nos anos 1980, o impacto de um projeto de treinamento em ocupações “tradicionalmente masculinas” para mulheres (adolescentes, no particular) da periferia de Salvador e; 3) mais recentemente (década de 1990), enveredando na memória do antigo operariado baiano, a partir de um estudo de ex-operários e ex-operárias têxteis, em uma antiga vila operária no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Com base nessas reflexões autocríticas, Cecilia Sardenberg destaca alguns pontos por ela considerados “centrais” para se pensar a construção de uma etnografia feminista na contemporaneidade, defendendo a pertinência de uma epistemologia feminista perspectivista.

O artigo de autoria de Caterina Rea (UFSC/Unilab), “Produzindo gênero na Farmacologia: reflexões sobre uma área de excelência”, se situa entre os estudos sobre “feminismo nas Ciências”.

Aborda, no particular, a questão do impacto da perspectiva de gênero na Farmacologia, tendo como objetivo maior explorar a produção do conceito de gênero nessa área, uma área reconhecida hoje no Brasil e internacionalmente como “área de excelência”. Segundo Caterina Rea, na Farmacologia, a noção de gênero ainda é pensada segundo uma perspectiva naturalizada e, assim, diferente do contexto das Ciências Sociais. Contudo, ela vem sendo reelaborada em vários estudos e pesquisas, sobretudo no que diz respeito à avaliação da resposta aos fármacos em homens e mulheres, assim como à preocupação de uma “paridade” nas experimentações. Em especial, a proposta de uma “Farmacologia de gênero” vem contestar a suposta “neutralidade” das Ciências, mostrando que se trata ao invés de um “cegueira para gênero” que tem reproduzido desigualdades e distorções. Caterina Rea destaca que, ao reivindicar uma situação de paridade, tal perspectiva denominada “Farmacologia de gênero” tem contribuído para a reintrodução de um “discurso sobre a diferença” e sobre seu suposto enraizamento na bicategorização biológica dos corpos e dos sexos.

Adotando também a perspectiva das reflexões sobre “feminismo nas Ciências”, o artigo trazido por Vinicius Kauê Ferreira (UFSC), “Sociologia, feminismos e *dalits studies*: o novo campo das Ciências Sociais na Índia”, procura averiguar o impacto do pensamento feminista e dos estudos sobre os *dalits* na sociologia indiana. Segundo o autor, o período que se estende entre as décadas de 1970 e de 1990 foi marcado por um “mal-estar” generalizado no campo da Sociologia na Índia, período esse no qual também se verificou o deslanchar de um processo de expansão do ensino superior em paralelo à aplicação de cotas universitárias para as castas mais baixas. Ressalta Vinicius Ferreira que, nesse contexto, pesquisadoras(es) estabelecidas(os) das principais universidades começaram a denunciar uma “mediocrização” da disciplina, se-

gundo elas(es), provocada pelo abandono do “mérito acadêmico” e “provincialização” da Sociologia.

Emerge assim uma linguagem da “crise” para qualificar esse momento, marcando um debate interno até meados dos anos 1990, quando novas correntes, como o feminismo, trazem novas abordagens aos desafios postos. Articulando um discurso dos estudos sobre gênero com os de casta, notadamente os estudos sobre *dalits*, o feminismo trará novas propostas e perspectivas para reenergizar a disciplina. Assim, argumenta o autor, “o feminismo acadêmico indiano, mais do que fazer avançar a reflexão sobre relações de gênero naquele país, foi uma das correntes responsáveis pela reconfiguração da sua sociologia como um todo”.

Não seria maravilhoso podermos avaliar o impacto do feminismo acadêmico nas Ciências também aqui no Brasil? Esperamos que esta coletânea possa trazer uma contribuição nesse sentido. E que possa, também, inspirar a formulação de políticas voltadas para o incentivo ao maior ingresso e participação feminina nas Ciências, principalmente nas chamadas Ciências ‘Duras’ (Física, Química, Matemática etc.), como também, para mais estudos que tornem visíveis as mulheres cientistas e suas trajetórias e experiências nessas arenas tão inóspitas ao desempenho feminino.

Agradecemos aqui a todas as pessoas que participaram do intercâmbio responsável por esta coletânea, aos programas envolvidos – PPGICH/UFSC e PPGNEIM/UFBA – e, em especial, ao Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) da Capes, por tornar tudo isso possível.

Referências

BORDO, S. A feminista como o outro. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 10-29, 2000.

- COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2002.
- FARGANIS, S. O Feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, A. M. BORDO, S. R. B. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 224-240.
- HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, p. 7-32, 1993.
- HARDING, S. Gênero, democracia e filosofia da ciências *RECIS [Eperiodico]* : revista eletrônica de comunicação, informação e inovação em saúde, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 163-168, jan./jun. 2007.
- HARDING, S. Rethinking standpoint epistemology: what is strong objectivity? ". In: KELLER, E. F.; LONGINO, H. E. (Ed.). *Feminism & Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 235-248.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-42, 1995.
- KELLER, E. F. Feminism and Science. In: KELLER, E. F.; LONGINO, H. E. (Ed.). *Feminism & science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 28-40.
- KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 13-34 jul./dez. 2006.
- KELLER, E. F.; LONGINO, H. E. (Ed.). *Feminism & science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- LOPES, M. M. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 27, jul./dez. 2006.
- MINELLA, L. S.. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? *Cadernos Pagu*, Campinas, n.40, p. 95-140, jan./jun. 2013.
- SARDENBERG, C. M. B. Da Crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, A. A.;SARDENBERG, C. M. B. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2002.
- SCHIENBINGER, L. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

Esta síntese se fundamenta nas contribuições de Boaventura de Souza Santos (2008), Paul Feyerabend (2011) e Edgar Morin (2008). Em seguida, serão retomadas algumas contribuições da crítica feminista à Ciência com vistas a uma discussão sobre a exclusão das mulheres do campo da Medicina.

O pensamento de Thomas Laqueur (2001), em sua obra *Inventando o Sexo*, sobre o corpo e gênero desde os gregos a Freud, que discute as construções discursivas da Ciência em torno do sexo e nas pesquisas que tentavam provar que as mulheres eram o ser imperfeito, é aqui lembrado, porque discute as origens dos estereótipos científicos em torno delas. Serão sintetizados também alguns dos avanços do movimento feminista, considerando que a entrada das mulheres nas academias guarda estreita relação com as reivindicações das mulheres, particularmente entre o final do século XIX e início do século XX.

É importante lembrar personalidades da Ciência moderna em um período em que era inimaginável a presença feminina no campo científico. René Descartes (1596-1650) foi reconhecido como um importante matemático e filósofo moderno que construiu sua definição do mundo através da criação do dualismo entre corpo e mente, defendendo que só era possível se alcançar a verdade através da razão. Mas foi com Isaac Newton (entre 1642 e 1727) que se estabeleceu o paradigma científico com a Mecânica newtoniana, por dois séculos tomada como verdade absoluta. Não temos condições de dimensionar até que ponto os princípios de Descartes e Newton foram sendo superados nas práticas e nos debates filosóficos e científicos. A referência a esses clássicos tem como objetivo enfatizar que as mentalidades no âmbito da Ciência foram construídas por “homens” (no sentido literal da palavra, pertencentes ao sexo masculino).

É nesse processo que a Ciência ocidental passou do mecanicismo e começou a se interessar pela teoria da relatividade proposta

por Albert Einstein, onde se eliminava a existência de um tempo absoluto proposto por Newton. Essa mudança foi considerada por Boaventura Santos (2008) como a crise do paradigma dominante e é o resultado de uma pluralidade de condições, dentre elas, sociais e teóricas. Esse autor observa que:

Einstein constituiu o primeiro rombo no paradigma da ciência moderna, um rombo, aliás, mais importante do que o que Einstein foi subjectivamente capaz de admitir. Um dos pensamentos mais profundos de Einstein é o da relatividade e simultaneidade. [...] Que não há na natureza velocidade superior à da luz [...]. Não havendo simultaneidade universal, o tempo e o espaço absolutos de Newton deixam de existir [...]. (SANTOS, 2008, p. 41-42)

O mesmo autor assinala, ainda, que a mecânica quântica é a segunda condição teórica da crise do paradigma dominante. A terceira é o rigor da Matemática, sucedida pelas investigações de Gödel (1906-1978) que vêm demonstrar que a “dureza” dela carece de fundamento.

A própria filosofia da matemática, sobretudo a que incide sobre a experiência matemática, tem vindo a problematizar criativamente estes temas e reconhece hoje que o rigor matemático, como qualquer outra forma de rigor, assenta num critério de selectividade e que, como tal, tem um lado construtivo e um lado destrutivo. (GÖDEL apud SANTOS, 2008, p. 46)

Os domínios da microfísica consistem na quarta condição teórica da crise do paradigma newtoniano com o crescimento do conhecimento nas áreas da Química, Física e da Biologia. Com as investigações do físico-químico Ilya (1917-2003), há uma nova concepção da matéria e da natureza.

Em vez de eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização em vez da rever-

sibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente. (PRIGOGINE apud SANTOS, 2008, p. 48)

Walter Mignolo (2006, p. 668) aprofunda ainda mais essa discussão, chamando atenção que, se o “colonialismo” pode ser tomado como uma relíquia do passado, a “colonialidade” está bem viva, quando trata da forma como a revolução científica foi concebida, isto é, na supremacia da “raça branca” e acrescentamos: da classe, do gênero, da sexualidade e da geração.

O problema estava na falta de consciência de que a celebração da revolução científica enquanto triunfo da humanidade negava ao resto da humanidade a capacidade de pensar [...] A colonialidade do poder abre uma porta analítica e crítica que revela o lado obscuro da modernidade e o facto de nunca ter havido, nem poder haver, modernidade sem colonialidade. (MIGNOLO, 2006, p. 670)

Paul Feyerabend (2011, p. 110) discute a necessidade de se questionar a Ciência, seus métodos e suas aplicações, pois:

[...] a unanimidade pode indicar uma redução de consciência crítica: a crítica permanece fraca enquanto apenas uma opinião está sendo considerada. Esta é a razão pela qual uma unanimidade que depende apenas de considerações ‘internas’ acaba sendo errônea.

Esse autor comenta o fato do crescimento da Ciência ser promovida por pessoas leigas, a exemplo de Einstein e de outros, e questiona: por que na atualidade a Ciência só pode ser feita de maneira tradicional e por especialistas?

Todo conhecimento contém elementos valiosos ao lado de ideias que impedem a descoberta de coisas novas. Tais ideias não são simplesmente erros. Elas são necessárias para a pesquisa: o progresso em uma direção não pode ser obtido sem bloquear o progresso em outra. Mas a pesquisa naquela ‘outra’ direção pode

revelar que o ‘progresso’ conseguido até então era apenas uma químera. (FEYERABEND, 2011, p. 110)

Clama: “a Ciência precisa tanto do especialista quanto do dileitante”. (FEYERABEND, 2011, p. 111) É também nessa linha de pensamento que Edgar Morin (2008, p. 16) ressalta as virtudes e a importância da Ciência para a humanidade, porém destaca o seu duplo caráter:

Essa ciência libertadora traz, ao mesmo tempo, possibilidades terríveis de subjugação. Esse conhecimento vivo é o mesmo que produziu a ameaça do aniquilamento da humanidade. Para conceber e compreender esse problema há que acabar com a tola alternativa da ciência ‘boa’, que só traz benefícios, ou da ciência ‘má’, que só traz prejuízos. Pelo contrário, há que, desde a partida, dispor de pensamento capaz de conceber e de compreender a ambivalência, isto é, a complexidade intrínseca que se encontra no cerne da ciência.

A crítica desenvolvida por esses autores, denunciando a Ciência e seus paradigmas retrógrados dominantes, nos levou a entrelaçar esse debate com a busca por uma Ciência feminista. Por isso, desenvolvemos essa discussão para percebermos o caráter sexista da Ciência, enfatizando que ela nasce como um privilégio dos homens que reforçaram seus poderes através de estratégias excludentes. Nesse sentido é que abordaremos, a seguir, as críticas advindas das epistemologias feministas, assim como a importância de se fazer uma Ciência com a participação ativa das mulheres.

Por uma Ciência feminista

As epistemologias feministas são fundamentais nesse processo de crítica à Ciência, pois apontam o seu caráter sexista e enfatizam

a importância do conhecimento situado. Nesse sentido, Sondra Farganis (1997, p. 235) afirma que,

A ciência feminista, em seu comprometimento com o feminismo, está imbuída de uma dimensão moral; dessa maneira, opõe-se ao relativismo e à neutralidade ética usados para nortear tanto a filosofia como a ciência contemporânea (Hare, 1952; Stevenson, 1960; Winch, 1958; Rorty, 1980; MacIntyre, 1982; Bernstein, 1983). Além disso, o feminismo como movimento político deve tentar criar as condições que permitam harmonizar inteligente e razoavelmente valores sólidos. Deve-se reconhecer que é justamente a partir do que viveram – de seu status marginal, de sua condição de proscritas, de suas experiências de cuidado e envolvimento – que as mulheres podem oferecer uma posição epistemologicamente mais válida e política e moralmente melhor.

A socióloga e eco-feminista María Mies (1998, p. 94), ao propor suas “Diretrizes Metodológicas”, pontua que:

Em contraste com o que postula o paradigma dominante, existem diversas formas de conhecimento que podem aplicar-se com êxito em um trabalho de campo. Não existe uma só maneira (denominada científica) para ascender o conhecimento, as formas que nós descobrimos inclui o conhecimento prático, cotidiano, o conhecimento político e as ‘habilidades’ políticas, é auto reconhecimento [...].

Ela percebe a necessidade de se construir um novo paradigma que precisa transcender as barreiras acadêmicas para que as partes divididas e subjugadas coexistam de forma integrada, pois como denuncia Teresita De Barbieri (1998), há uma cegueira de gênero que precisa ser combatida para liquidarmos as desigualdades e a subordinação das mulheres.

A crítica feminista à Ciência defende não apenas a necessidade do acesso das mulheres à academia, aos espaços tecnológicos e científicos, mas também que elas tenham a possibilidade

de formular e reformular o conhecimento. As críticas feministas à Ciência moderna e seus paradigmas dominantes, aqui apenas brevemente referida, colaboram para pensar sobre a Medicina no Brasil, sobre o modo como esse campo foi pautado seguindo os pilares da ordem de gênero patriarcal.

Nesse sentido, as dificuldades para a entrada das mulheres nas faculdades tornou-se uma opção ainda mais árdua, pois os discursos misóginos se acirraram e legitimavam a inferioridade feminina. Se hoje vemos a presença das mulheres no exercício da Medicina em espaços que já foram exclusivamente masculinos como nos hospitais, consultórios e institutos médico-legais, nem sempre foi assim, pois não era permitido que elas tivessem acesso à educação e, muito menos, ao ensino superior.

As mulheres, entretanto, exerciam práticas médicas em países ocidentais, muito antes da sua institucionalização, como analisa Londa Schiebinger (2001, p. 208) quando afirma que “um estatuto decretado na França em 1560 requeria que as parteiras assistissem a dissecação dos corpos femininos para que fossem mais capazes de prestar declarações em casos de aborto”.

As parteiras se transformaram em especialistas na saúde da mulher, pois eram elas que entendiam sobre o funcionamento do corpo feminino e a controlá-lo no sentido de manejar métodos contraceptivos e abortivos. A esse respeito Schiebinger (2001, p. 209-210) comenta:

Sabemos que quando a assistência a saúde da mulher foi controlada pela medicina profissional nos séculos XVIII e XIX, a experiência de dar à luz mudou notavelmente para as mulheres. Sem romantizar as parteiras, é possível ressaltar certas diferenças entre suas práticas e aquelas dos homens parteiros e seus sucessores, os obstetras. Enquanto, por exemplo, as primeiras parteiras modernas haviam prestado assistência às mães, não apenas em relação ao nascimento, mas também a outros aspectos de sua vida diária (por exemplo, cozinhando

e cuidando das outras crianças enquanto a mãe se recuperava), os homens parteiros davam assistência à mãe apenas durante as horas do parto, e finalmente exigiram que as mulheres dessem à luz em hospitais – um processo que afastou as mulheres de seus sistemas de apoio.

Essa situação coincide com as práticas médicas exercidas pelas parteiras, antes de se instituírem as maternidades pelo Brasil no século XIX. Segundo Marivaldo Amaral (2005), eram elas que, para além de realizar os partos, se tornavam íntimas das parturientes, das suas famílias e, principalmente, desenvolviam – e provavelmente compartilhavam e proliferavam os conhecimentos sobre os corpos das mulheres. Porém, não podemos interpretar romanticamente o trabalho das parteiras, pois não se tem dados estatísticos que comprovem a proporção de mulheres que morriam ou adoeciam em consequência dos partos realizados nos seus domicílios.

No século XIX, com a instituição das maternidades no Brasil, Amaral (2005, p. 21) discorre que esse período,

Foi, sem dúvidas, o momento em que a ciência se solidificou dando passos decisivos rumo à especialidade. As ideias positivistas estimularam o sentimento de modernização e evolução. A estruturação dos centros urbanos, a higienização das cidades, a construção de hospitais e a proliferação de Faculdades de Medicina foram caminhos traçados pelas elites para ‘civilizar’ o Brasil, passando por várias mudanças sociais, sobretudo na área da saúde pública. Essas mudanças eram vinculadas ao objetivo de afastar do Brasil a imagem de país atrasado, missão que coube aos médicos formados nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro.

Portanto, com a intensificação e a “[...] valorização da ciência e as tentativas oficiais de condenar as práticas de curas, medicina naturalista e, principalmente de parteiras”. (AMARAL, 2005, p. 21) As mulheres estavam inseridas nas práticas de cura de forma

clandestina, onde não havia perspectiva de mudança dessa condição, pois o discurso da Ciência buscava disseminar a ideia da inferioridade feminina e, ao mesmo tempo, reservar os espaços para homens formados no interior das faculdades de Medicina.

Os discursos sobre a inferiorização das mulheres

Nosso objetivo neste tópico é discutir, com base nos (as) autores (as) Londa Schiebinger (2001), Thomas Laqueur (2001), Cristina Petit (1994) e Iole Macedo Vanin (2008), alguns dos argumentos utilizados pela Ciência para “provar” a inferioridade das mulheres, legitimando a sua exclusão desse campo. Portanto, é necessário contextualizar alguns dos discursos que as mantiveram durante séculos como o homem imperfeito, logo, inferior, fazendo com que elas ficassem enclausuradas dentro de si mesmas e nos espaços domésticos, acuadas e impotentes para exercer qualquer profissão, principalmente a científica.

De acordo com Londa Schiebinger (2001, p. 211),

Desde as declarações de Aristóteles, de que as mulheres eram frias e úmidas, até a noção de Darwin, da mulher como um homem cuja evolução parou, os acadêmicos consideravam a mulher como uma versão incompleta ou menor do homem, um ‘desvio de tipo’, uma ‘monstruosidade’, ou um ‘erro da natureza’.

Sobre essa visão da mulher como “menor”, Thomas Laqueur (2001, p. 189) observa:

Em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado. Os órgãos reprodutivos passaram de pontos paradigmáticos para mostrar hierarquias ressonantes através do cosmo ao fundamento da diferença incomensurável: ‘as mulheres devem o seu temperamento aos seus órgãos reprodutivos, espe-

cialmente ao útero' conforme disse um médico do século XVIII. Temos aqui não só um repúdio explícito do velho isomorfismo como também, e mais importante, uma rejeição da ideia de que as diferenças sutis entre os órgãos, fluidos e processos fisiológicos refletiam uma ordem transcendental de perfeição. Aristóteles e Galeno estavam errados ao afirmarem que os órgãos femininos eram uma forma menor dos órgãos masculinos e, consequentemente, que a mulher era um homem menos perfeito.

Foram incessantes as pesquisas, testes, dissecações de corpos que afirmaram a inferioridade das mulheres através do seu corpo e sexualidade para trazê-las como “o outro” estranho e confirmar sua fragilidade, condenando-as à submissão ao homem. Esses discursos foram reproduzidos por diferentes sociedades, em diferentes épocas, por diferentes cientistas, mas uma coisa não foi diferente: a vasta disseminação da ideia de mulher como o ser imperfeito.

Em cada geração homens e mulheres são um pouco mais diferentes uns dos outros que na geração anterior, sugere Darwin, citando em tom aprovador o pensador materialista alemão Karl Vogt: ‘A diferença entre os sexos, quanto à cavidade craniana, aumenta com o desenvolvimento da raça, de forma que a superioridade do homem europeu com relação à mulher é muito maior que a do negro com relação à negra’. (VOGT apud LAQUEUR, 2001, p. 255)

Devido a essa visão de uma anatomia diferenciada pelos médicos e cientistas, a mulher era então vista como desprovida da razão e dotada de paixão. Portanto, para os paradigmas científicos hegemônicos, a mulher teria que se voltar somente para a esfera privada, atendendo às necessidades de seu marido e filhos. Sobre os estereótipos de conteúdo biológico que reforçaram essa imagem, Laqueur (2001) comenta, complementando com o pensamento de O. S Fowler sobre o que se pensava das mulheres:

O cerebelo, por exemplo, era considerado o centro do instinto sexual, que os frenólogos acreditavam ser responsável pela ‘amorosidade’; as mulheres, como era de se esperar, tinham cerebelo menor que os homens, ‘moderado’ em uma escala entre muito grande nos homens sexuais e muito pequeno nas crianças. Essa quantidade ‘certa’ de paixão, combinada com outras qualidades das mulheres, resultaram em uma criatura que terá um amor puro e uma afeição virtuosa com relação ao sexo oposto, e não uma mera paixão amorosa – uma casta afeição platônica e não um amor sexual – uma amizade pura e sentimental e não um mero sentimento animal [...] Esses são os tipos de sentimentos inerentes às mulheres, nas quais a solidariedade é comumente maior que a amorosidade. (LAQUEUR, 2001, p. 256)

Com o advento do Iluminismo, tais pensamentos foram reafirmados, favorecendo, ainda mais, a superioridade masculina, reafirmando que as mulheres eram o símbolo da passividade e da paixão, enquanto o homem representava a força e a razão. Cristina Petit (1994, p. 37) também afirma que o lugar destinado às mulheres no período das Luzes era a esfera privada-doméstica:

Se o contrato social é uma história de liberdade, o contrato sexual é uma história de sujeição. Ambos contam histórias da gênese do poder. Mas a história do contrato sexual é enviado pelas linhas teóricas que escondem seu verdadeiro conteúdo. Segundo Pateman o conteúdo do contrato sexual, este pacto que configura o âmbito do privado-familiar, se resume que a mulher está sujeita ao homem aceitando sua submissão e sua morte civil em troca de apoio e proteção.

A reprodução do discurso da Ciência e da Filosofia confinou as mulheres na esfera doméstica, na árdua condição de esposa e trabalhadora não remunerada. A autora continua com uma discussão interessante a respeito do pensamento dos principais teóricos iluministas e sintetizou a visão de Rousseau, apontando que ele:

Critica a presença da mulher no público, porque, desta forma, o homem, –o cidadão– poderia contaminar-se dos modos

afeminados e outras qualidades do sexo fraco que ele define. Enfim, que para salvar a sociedade e para manter as virtudes dos cidadãos resistentes, é necessário minimizar a influência das mulheres e, para isso, nada melhor para confiná-las à esfera privada sujeitando-as à vontade do marido ou do pai. (PETIT, 1994, p. 83)

Thomas Laqueur (2001, p. 254) se refere à insistência dos médicos em provar incessantemente a inferioridade feminina:

De médicos pouco conhecidos aos gigantes da medicina do século XIX — Charcot, Virchow, Bischoff — surgiram os rumores clamando que a igualdade entre os sexos era baseada em uma profunda ignorância das imutáveis diferenças físicas e mentais entre os sexos e que isso, e não os caprichos legislativos determinavam a divisão social do trabalho e dos direitos. Os métodos certos e imparciais da ciência provavam, segundo a maioria dos médicos, que as mulheres não eram capazes de fazer o que os homens faziam, e vice-versa (inclusive estudar medicina).

O fato de estudar Medicina era inaceitável para as mulheres, justificando-se, assim, os ínfimos números delas nas universidades. Iole Macedo Vanin (2008), no seu estudo intitulado *As damas de branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*, lembra que no período estudado:

[...] atividades como medicina, engenharia, odontologia, legista, que além de exigirem do profissional força, frieza, raciocínio lógico, características definidas como masculinas, poderiam colocar em risco a conduta moral das mulheres que as exerciam [...]. (VANIN, 2008, p. 82)

A *Gazeta Médica da Bahia* (1869) reforçava sua repulsa à inserção das mulheres na Medicina e publicou um artigo hostil e preconceituoso, alertando que as mulheres poderiam perder suas características de sensibilidade e paciência caso a exercessem:

Nada ha tão materialmente inaceitável como uma doutora em medicina. Se ha paradoxo possível, é a admissão da mulher na arte de curar. Compreende-se o valor das mulheres de armas que ennobrecem a historia de todas as nações [...] Não se percebe todavia que haja prazer possível em uma mulher conviver com as doenças mais repugnantes, e passar os melhores dias da sua mocidade a dissecar cadáveres. Não pode haver mulher de gosto tão deploravelmente depravado. Para se tornar bom cirurgião e bom médico é preciso que o homem desde o começo da sua instrução technica se dê com toda a vontade e perseverança aos estudos anatômicos. No desempenho d'estes é mister vencer muita repugnância, desprezar muitos preconceitos expor-se a muitos perigos. A mulher pela sua compleição, pelos seus hábitos, pela sua organização nunca poderia vence-los. Se para ser bom prático é preciso tudo isso, a mulher nunca poderia ser boa médica. Fez Deos a mulher para ser a companheira do homem, deo-lhe o logar mais santo da família, incumbio-lhe as funções instinctivas da maternidade. Ora, deve ser cousa bonita ver sahir a esposa da casa, que o não pode ser sem ella, dia e noite, a toda hora, correndo Céca a Méca, com o filho nos braços, ou mentindo à natureza e escandalizando a sociedade, deixando-o entregue a cuidados de mercenários e egoistas! Rosa, d' onde devem emanar os perfumes enebriantes do amor, vê-la trescalando a odores desagradáveis, e borrifada com o sangue alterado e decomposto! Arranca-la ao berço aonde o filho, entre os vagidos da primeira infância, lhe estende os braços, para irretalhar os membros mutilados nas mezas das autopsias! Sahir tímida e honesta da casa de seus paes, com o pudor dos vinte annos, para se acercar dos cadáveres, e escarpello em punho, pedir-á natureza todos os seus segredos! Embolar a sensibilidade, que é o seu maior thesouro, para amputar uma perna ou extirpar um tumor! Edificante e tentadora profissão, em verdade, para uma mulher digna d'este nome! Se Deos tivera adivinhado que a mulher se havia de lembrar uma vez de ser doutora e medicina, certamente não incommodaria o sonno de Adão, para lhe tirar a costella, ou quebraria esta em suas omnipotentes mãos antes de lhe dar o sopro divino! Nasce e vive a mulher para o amor [...] Emancipação da mulher pela medicina! A que preço? Porque sacrificio? Privam-a dos melhores sentimentos, roubam-lhe os mais santos affec-

tos, empanam-lhe a sua mais brilhante aureola, compram-lhe o coração, a alma, os sorrisos, as lágrimas, o amor, a poesia só para lhe deixarem [...] o que? A cabeça? A cabeça! A única coisa má da mulher! (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1869, p. 70-71-72).

Com essa longa citação da *Gazeta Médica*, podemos imaginar que a luta das mulheres não foi algo linear e casual, suas conquistas se devem às lutas feministas, dentro e fora das academias, no sentido de questionar os discursos de conteúdo patriarcal e garantir os seus direitos.

A luta feminista: uma trajetória

Com o advento da Revolução Francesa, as mulheres encontraram nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade a possibilidade de soluções para suas demandas, o que não ocorreu, por ser essa revolução um movimento burguês, cujas bandeiras estavam voltadas para as questões econômicas e centralizadas nos homens.

A partir do século XIX, o feminismo ganhou forma de movimento, fazendo com que as mulheres fossem se articulando para que tivessem expressão e, no Brasil, garantiram o direito de se inserirem nas escolas de nível superior tal como ocorreu na Faculdade de Medicina da Bahia. A reforma realizada pelo deputado e professor Carlos Leôncio de Carvalho, em 1879, liberou o acesso das mulheres às universidades, mas foi somente no século XX que elas começaram a frequentar essas instituições e, ainda assim, sofriram inúmeros preconceitos.

De acordo com Ana Alice Costa, na primeira metade do século XX destacaram-se as lutas organizadas no sentido da conquista do voto feminino, ainda que mobilizando apenas determinados segmentos de mulheres.

Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser considerado de cunho conservador no que se re-

fere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas. (COSTA, 2005, p. 13)

Não tardou para que uma liderança política no Brasil, como Getúlio Vargas, observasse a mobilização das mulheres e percebesse como elas poderiam trazer vantagens no sentido de apoio ao seu governo. De acordo com Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa (1994, p. 100),

A luta pelo sufrágio feminino seguirá até 1932, quando essa reivindicação será concedida pelo novo governo implantado pela chamada ‘Revolução de 1930’. Essa concessão fazia parte da nova estratégia de dominação implantada. Com esse movimento, subia ao poder Getúlio Vargas, representando a burguesia industrial em luta contra a burguesia agrária, até então única força controladora da economia e do aparelho do Estado.

Nesse contexto, as mulheres das classes médias urbanas começaram a romper com os ditames de que para elas só restava o lar e é nesse momento que Iole Vanin (2008) identificou a inserção das mulheres na Faculdade de Medicina da Bahia. A autora chama atenção que isso pode ter ocorrido devido à combinação de diferentes fatores, tais como: o processo de modernização que trouxe mudanças de comportamento aos moldes europeus; o pós-guerra, pois muitas mulheres substituíram os homens em tarefas por eles realizadas e a intensificação do movimento feminista que, na Bahia, começa a despontar na década de 1920, mas foi nos anos 1930 que ele ganhou força.

Naquele momento, sem dúvida, as mulheres conquistaram o seu espaço no campo da Medicina, que permanecia sendo um reduto masculino, devido ao discurso androcêntrico que limitava as mulheres ao espaço privado, como reprodutoras e organizado-

ras do lar, enquanto os homens atuavam como produtores no âmbito da esfera pública. No entanto, embora as mulheres tenham permanecido como flagrante minoria nos cursos de Medicina do país, desde o final do século XIX, elas passam a se inserir nesses espaços. Luzinete Minella (2012, p. 3), em seu estudo sobre as pioneiras nesse campo, afirma que

Seus resultados das investigações sobre as suas trajetórias tanto revelam as dificuldades que elas enfrentaram para ingressar e continuar na carreira, quanto apontam para o papel transformador que desempenharam no sentido de abalar os valores tradicionais sobre a entrada das mulheres na Academia [...].

Na década de 1960, o movimento feminista traz uma nova discussão, quando ressurgiu após um período considerado por Costa (2005, p. 10) de relativa desmobilização, despontando no momento em que se dá o *boom*

dos movimentos contestatórios [...] a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos e do movimento hippie internacional que causou uma verdadeira revolução nos costumes.

Ao afirmar que ‘o pessoal é político’ o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal alheio a política. Ao utilizar essa bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão, vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificada como meramente pessoal. (COSTA, 2005, p. 10)

Outra pertinente crítica realizada pelo movimento feminista foi direcionada à História, que sempre manteve as mulheres excluídas dos seus relatos, porém, com as contribuições da Nova História, considerada por muitos(as) historiadores(as) como a terceira fase da Escola dos Annales². Como ressalta José Barros (2010, p. 21),

abre-se a uma ampla diversificação de objetos e dimensões de estudo, em alguns casos a uma certa fragmentação do conhecimento historiográfico. A ampliação de campos históricos já não tem limites. Há uma história para tudo o que é humano [...].

Tendo o seu *boom* na década de 1970, essa nova fase da referida escola teve como uma de suas propostas metodológicas, mais importantes, trazer os excluídos para a discussão, dando um novo fôlego à historiografia. Nesse mesmo momento as discussões feministas estavam acirradas e fervorosas gerando o que Ana Alice Costa (2005, p. 13) chamou de feminismo da resistência.

A segunda onda do movimento feminista na América Latina nasceu nos anos de 1970, em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias. Surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, por conseguinte, intrinsecamente ligada aos movimentos de oposição que lhe deram uma especificidade determinante.

Nas décadas de 1970 e 1980 do século XX, diante dos novos rumos da história (com a terceira onda dos Annales) e dos movimentos feministas, ressaltando a importância da discussão sobre os(as) excluídos(as), percebe-se a necessidade de fazer a história



2 “A Escola do Annales nasce em 1929, como uma reação à história triunfalista e *événementielle*, das guerras e batalhas, privilegiadamente política e cronológica da Escola Metódica, que segundo Marc Bloch e Lucien Febvre, “não percebiam o acontecimento na multiplicidade dos tempos históricos, nem como dimensão superficial de um iceberg profundo [...]”. (RAGO, 1995, p. 71)

das mulheres³ e tirá-las do processo de invisibilidade ao qual foram relegadas por muitos séculos. Mesmo com essa abertura, de acordo com a historiadora feminista Joan Scott, ocorreu uma segregação dentro da própria história:

No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos (as) historiadores (as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado ('as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto, deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente' ou 'a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica'). (SCOTT, 1991, p. 3)

Em um momento de crise dos paradigmas dominantes e de grande efervescência epistemológica, emerge a necessidade de uma nova discussão que consiga analisar as relações de gênero sem fugir do contexto histórico. Joan Scott (1991) é uma historiadora atenta a esse movimento, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do modo como a categoria gênero fora difundida na década de 1970. A autora interpretou gênero como categoria de análise, tendo elaborado sua definição que se tornou fundamental nas teorias feministas, dada sua complexidade e abrangência. Para ela, a:

Definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas [...] O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1991, p. 14)



3 "O advento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados- Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois. Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – concorreram para a emergência do objeto 'mulher', nas ciências humanas em geral e na história em particular". (PERROT apud SCOTT, 1991, p. 14)

A autora aponta quatro elementos relacionados entre si, que para ela estão transversalizados, em uma lógica que reprime e oprime as mulheres, quais sejam: os símbolos, que ela chama de representações múltiplas-contraditórias, trazendo um exemplo bem nítido desses símbolos ao citar Eva e Maria como símbolos latentes e contraditórios em nossa sociedade; normativas, referindo-se às práticas que evidenciam o sentido dos símbolos, normatizando-os, como as doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas, e jurídicas, reforçando a oposição binária; instituições, responsáveis pela “[...] aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros” (SCOTT, 1991, p. 15), acabam por legitimar e reproduzir os símbolos e consequentemente as normas; identidade subjetiva, pertinente à dimensão de introjeção desses símbolos e normas por sujeitos sócio e historicamente determinados, que contribuem, assim, para sua reprodução. Joan Scott (1991) concorda com o ponto de vista de Gayle Rubin (1993) de que a Psicanálise tem ferramentas para explicar a reprodução de gênero, mas que ela não é a chave para interpretação de todas as relações e transformações sociais. Nesse sentido, ela elabora a segunda parte da sua definição de gênero, que ele:

É uma forma primeira de significar as relações de poder. Seria melhor dizer que o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. (SCOTT, 1991, p. 16)

Levando em consideração que várias feministas recuperaram as contribuições de Michel Foucault (1988) sobre o poder, buscamos também nesse autor a compreensão das relações de poder que se estabeleceram, entendendo que esse poder não está em um

só local ou em uma só pessoa ou grupo; ele está em todas as partes e fincado em todas as relações sociais.

O poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido a seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular. Logicamente, nesta máquina ninguém ocupa o mesmo lugar; alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De modo que eles podem assegurar uma dominação de classe, na medida em que dissociam o poder do domínio individual. (FOUCAULT, 1988, p. 121)

É com enfoque interdisciplinar com base na perspectiva de gênero, construída na interface dos vários campos científicos e das Ciências Humanas, que compreendemos como os discursos de ordem de gênero patriarcal conseguiram estabelecer, fincar e legitimar as diferenças sociais e sexuais na sociedade, apoiados pelo discurso de uma ciência hegemônica, classista, racista e sexista.

Referências

AMARAL, M. C. “*Da comadre para o doutor*”: a maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher na Bahia republicana (1910 - 1927). 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) –Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador: UFBA, 2005.

BARROS, J. C. A. A escola dos annales: considerações sobre a história do movimento. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, MS, v. 4, n. 8, jul./dez. 2010.

COSTA, A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

DE BARBIERI, T. Acerca de las propuestas metodológicas feministas. In: BARTRA, E. (Org.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998. p. 103-137.

- FARGANIS, S. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 224-240.
- FEYERABEND, P. K. A ciência em uma sociedade livre. In: FEYERABEND, P. K. *A ciência em uma sociedade livre*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. p. 91-151.
- FOUCAULT, M. O dispositivo da sexualidade. In: FOUCAULT, M. *História da sexualidade: I: avontade de saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GAZETA MÉDICA DA BAHIA. Salvador: Typographia de J. G. Tourinho, n. 11, 1869.
- LAQUEUR, T. W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- MIES, M. ?Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? In: BARTRA, E. (Org.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998. p. 61-101.
- MIGNOLO, W. D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 667-709.
- MINELLA, L. S. Estudos sobre mulheres no campo da medicina: perfis e trajetórias nas intersecções? In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 1., 2012. Niterói. *Anais...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. p. 1-19.
- MORIN, E. Parte I- ciência com consciência. In: MORIN, E. *Ciência com consciência*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p.15-172.
- PETIT, C. M. *Dialética feminista de la ilustración*. Barcelona: Anthropos, 1994. (Pensamiento crítico/pensamiento utópico).
- RAGO, M. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, out. 1995.
- RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife: S.O.S Corpo, 1993.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SARDENBERG, C.; COSTA, A. A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M. L. R.; BINGHEMER, M.C. L. (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81-114.

SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Campinas: EDUSC, 2001.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: S.O.S Corpo, 1991.

VANIN, I. M. *As damas de branco na biomedicina baiana (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. 2008. 227 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

No presente artigo, pretendo contribuir para as discussões sobre feminismo e história da Ciência, visibilizando não só a participação das mulheres nas instituições científicas e de formação superior, mas também a sua produção científica e intelectual. Para tanto, me proponho a analisar como o diálogo entre feminismo, sexualidade feminina e educação sexual foi construído na tese, *Da sexualidade e da educação sexual*, defendida em 1927; ao mesmo tempo, procuro problematizar o “ostracismo”/“esquecimento” político e intelectual de sua autora: a feminista e médica Ítala da Silva de Oliveira. Entendo que a análise da tese desta médica auxilia na compreensão do contexto das discussões acerca da sexualidade feminina na Bahia das décadas iniciais do século XX, além de permitir novas perspectivas para a compreensão e definição das atrizes do chamado “feminismo sufragista”.

Note-se que nas tramas constituintes dos debates intelectuais do período no qual Ítala defendeu a tese de doutoramento, a questão da sexualidade aparece como um ponto-chave e como intersecção entre as teorias discutidas naquele período no mundo e no Brasil: diferenciação sexual, complementariedade e eugenia. Todas, apesar das suas especificidades temporais e espaciais, voltadas para o controle do indivíduo e manutenção de hierarquias sociais de gênero, raça/etnia e classe. Em nosso país, essas teorias apareceram, sobretudo, articuladas às discussões acerca do processo civilizatório da nação. Questões como honra, pudor, sexualidade feminina, prostituição e crimes sexuais eram objeto de interesse da intelectualidade brasileira, principalmente de médicos e juristas ao pensarem o país — seus problemas e possíveis soluções.

O exercício da sexualidade feminina e o seu controle através da educação sexual estavam, portanto, estritamente relacionados aos projetos civilizatórios da sociedade brasileira. (PINSKY, 2012) Isso se deve ao fato de que no centro desses projetos, as mulheres

Ítala da Silva Oliveira: uma breve biografia

Nascida durante o período de modernização de Aracaju, Ítala da Silva Oliveira (1903-1973) era filha única do primeiro casamento paterno. A sua família gozava de um alto *status* econômico, sendo parte da elite intelectual e política sergipana. Seu tio materno foi deputado estadual (1920-1925), seus irmãos, por parte do pai, eram jornalistas e escritores. Estudou o curso primário em colégio responsável pela formação das filhas da elite sergipana, a instituição católica Nossa Senhora de Lourdes.

O secundário foi realizado no Atheneu Sergipense, equiparado, em 1908, ao Colégio Dom Pedro II, oferecendo assim aos concluintes a possibilidade de acesso aos cursos superiores do período. Ítala obteve o grau de bacharel em Ciências e Letras em 1914. Logo após a sua formatura, passou a lecionar, tendo grande atuação no enfrentamento do analfabetismo em Sergipe. Escrevia tanto para jornais e periódicos locais como nacionais, destacando-se, entre eles, a *Revista feminina*. Em seus artigos, tratava de assuntos ligados à “[...] instrução, alfabetização, o papel da mulher, o casamento civil, a luta pelo voto feminino, as causas feministas, entre outros temas”. (FREITAS, 2003, p. 139)

As questões feministas faziam parte das discussões e ações que desenvolvia em sua cidade natal. Em 1921, decidiu mudar-se para Salvador, onde, em 1922, consegue o título de parteira. Logo após obter esse título, ela ingressa no curso de Medicina, formando-se em 1927. Foi a primeira médica sergipana e uma das intelectuais do seu estado. (SANTANA, 2009) No entanto, o estudo de Freitas (2003) revela que após a defesa da tese, essa médica com uma vasta atuação em Sergipe como professora e feminista, tendo publicado constantemente nos periódicos sergipanos e de outros estados sobre a questão feminina e a educação de forma geral, deixou de publicar e de ter uma vida política ativa.

Transmitiu-me Madre Regente o desejo de V. Excia. de me falar aí, hoje, às 11 horas.

Infelizmente, não me é possível atender a V. Excia., com a mesma presteza com que o fiz em 26 de outubro pretérito.

Nestes últimos dias, os trabalhos da clínica estão a reclamar os meus serviços ininterruptos, e, quando os meus doentes me reclamam, compreenderá V. Excia, que é meu dever, antes de mais, assisti-los, por isto que o dever não se discute.

No entanto, por escrito, poderá V. Excia. me dar parte, do que de mim pretende e assim nos entenderemos. (OLIVEIRA, 1927)

Logo após essa correspondência, ela foi dispensada de lecionar no educandário. A sua demissão causou uma breve polêmica entre a madre regente e o arcebispo, mas no final prevaleceu a vontade dele. O motivo para a dispensa é dúbio: o bispo alegou contenção de despesas, a madre regente, nas entrelinhas das suas correspondências, cria que estaria relacionado com as atitudes de Ítala. (SENNA, 1935; SILVA, 1935a, 1935b) Acredito que foi depois desse evento que ela mudou-se de Salvador. Ficam para aqueles que leem sobre a trajetória da feminista sergipana interrogações acerca dos motivos da mudança, talvez inesperada, para a capital carioca. Estariam relacionadas suas práticas profissionais às ideias defendidas em sua tese de doutoramento? Afinal, de que trata a tese?

A tese: feminismo, educação sexual e sexualidade feminina

Na tese, a médica sergipana pretende demonstrar a importância e necessidade da educação sexual feminina. E, com esse fim, a estrutura em três partes: a primeira destina-se à apresentação da mesma; na segunda, encontramos os capítulos destinados ao estudo anatômico e fisiológico dos aparelhos reprodutor masculino e feminino; e na terceira, a defesa da educação sexual feminina.

Os aparelhos reprodutores humanos são definidos por Ítala como “conjunto dos órgãos genitais internos e externos do homem, assim como da mulher” e são vistos como “[...] a sede das sensações sexuais. Desses o mais importante é o clitoridiano na mulher e o peniano no homem”. (OLIVEIRA, 1927, p. 85) Ítala faz uma descrição rápida do aparelho masculino, onde cada item é apresentado a partir de suas funções, como exemplo pode-se citar a definição que faz da ereção masculina; ela é definida como o fenômeno necessário para que os espermatozoides cheguem às “vias genitais da mulher”. (OLIVEIRA, 1927, p. 49)

Deve-se destacar que no tópico destinado à descrição do aparelho reprodutor masculino, ela faz uma abordagem técnica dos elementos que o compõem e sua função na reprodução da espécie. No destinado ao feminino, inicia afirmando que seus fins ultrapassam a questão da reprodução e do parto. Desta sorte, a possibilidade da sexualidade, do desejo e do prazer feminino é aventada, ainda que implicitamente, logo no início da discussão, sendo retomadas, explicitamente, na análise que ela faz ao descrever o aparelho reprodutor feminino. Ao falar sobre o clitóris — “sede de prazer, o órgão da voluptuosidade venérea na mulher” — menciona a ereção feminina e as situações ou elementos que podem levar tanto o homem como a mulher a se excitarem: “como o pênis ele entra em ereção, se bem que menos intensa, sob a influência de imagens, desejos, figuras, leituras ou do contato”. (OLIVEIRA, 1927, p. 65) Aspectos da vida sexual feminina, ainda que em tom de crítica, também foram descritos por ela. Exemplo de tal fato ocorre quando ao apresentar as *nymphas*⁷, destaca que aspectos comportamentais podem influir no seu tamanho:

Os excessos e sobretudo os vícios que muitas mulheres têm de se entregarem a práticas indecorosas com pessoas e mes-



7 Pequenos lábios.

dendo haver espasmos, convulsões e mesmo síncope. [...]; as dores podem, muitas vezes, ter sua origem na maneira intempestiva pela qual o homem sofregamente procura, enfim, satisfazer um anseio de meses e não raro anos. [...]. Elas podem ser causa de infelicidades para muitos lares e é bom estar-se sempre prevenido para agir em casos similares, como mandam a higiene e a prudência, e não como ordenam o *egoísmo* e a *vontade do mais forte*. (OLIVEIRA, 1927, p. 69, grifo nosso).

E o *egoísmo* masculino ou mesmo o ato de um homem fazer a mulher se submeter a sua vontade, por ser mais forte, eram consequências da educação ministrada nas famílias, onde os homens, desde a infância, eram criados para serem “senhores absolutos”:

O que torna, nosso meio, pouco viável este sistema é a educação errônea dada nas famílias, onde o rebento masculino é considerado como um deus pequeno, um senhor absoluto, aos pés do qual tudo se deve rojar. Nada é mais anormal nem mais injusto que querer denegrir um dos sexos, relativamente ao outro. (OLIVEIRA, 1927, p. 148)

A crítica à educação ministrada na família — e também na escola como responsável pelos males de ordem sexual-moral que afligiam certos indivíduos — se faz presente ao longo do discurso da médica. A exemplo do que ocorre com a apresentação e observações que faz acerca das *nymphas*, do hímen e do vaginismo, ela utilizou o evento da menstruação para criticar a educação ministrada no lar, pelas mães às meninas, levando-as a ignorarem o seu corpo.

Mas a incúria do nosso péssimo sistema educativo esquece de ensinar a menina a, desde cedo, conhecer os mistérios do seu sexo, evitando-lhe martírios, falando-lhe do zelo a sua saúde, protegendo sua vida, em suma [...]. É de toda necessidade reformar esta maneira errônea de dirigir a educação no seio do lar que faz da progenitora uma desconhecida, uma estranha na vida íntima das filhas. A resultante destas hipocrisias sem nome é o

prejuízo da saúde, o risco de doenças que infelicitam a existência pelos dias em fora. (OLIVEIRA, 1927, p. 77 e 78)

Desta sorte, a ignorância em que as mulheres eram mantidas a seu respeito não as protegia e sim as expunha aos perigos que poderiam levá-las, quando não educadas, a uma “vida calçada na lama”. A ignorância acerca do corpo, da sexualidade, era prejudicial em vez de salutar.

O homem tem sede de provar e saber tudo o frutos proibido. Daí, males gravíssimos gerados do abuso, dos desvios na marcha geral do trabalho orgânico, pela incompreensão do amor e das necessidades do sexo. E lá se vão, paz individual, sossego no lar e, não raro, a vida calçadas na lama, porque a ignorância de uns, os preconceitos de outros, costumes que se julgam tradições imutáveis mandam se deixe a mocidade na ignorância absoluta da vida sexual. (OLIVEIRA, 1927, p. 124)

A crítica ao “[...] egoísmo frio e calculado do mundo masculino” (OLIVEIRA, 1927, p. 103), que não permitia à mulher o exercício natural da sua sexualidade, nem o prazer advindo deste, é uma constante em *Da sexualidade e da educação sexual*. No capítulo “Por que o sexo?”, último da segunda parte da tese, por exemplo, ela faz a defesa do desejo feminino e, conseqüentemente, a da sua satisfação — materializada no prazer —, como algo natural que se encontra relacionado com a própria necessidade de perpetuação da espécie humana.

A pergunta [porque o sexo?] atormenta sempre aqueles que, um dia já sentiram na carne o prurido erótico de que nos fala Mantegazza ou o despertar de sensações e desejos adormidos até então. É o fervilhar da vida em energias novas que a criatura trazia em si guardadas, sem disso suspeitar; é um anseio que atormenta e atordoia; é o instinto, ou melhor, a necessidade sexual; é o desejo de se completar e se integralizar; é, numa palavra, a necessidade de amar que todo

à fecundação, essa não mais será efetivada [...]. Para que esse rejuvenescimento, sem o qual a vitalidade diminui, a velhice e a morte sobrevêm? Ele explica e a explicação nos dirá porque o sexo, porque os desejos do amor, porque os anseios da carne. [...] o infusorio, si não quer desaparecer, tem mister procurar, num outro individuo, numa conjugação inevitável, outro infusorio que possua o excesso que lhe falta [...]. O instinto forte de manter a espécie através do tempo, leva o minúsculo ser a dias em fora, orientar-se e procurar, não ao acaso do achado, mas (perdoem-me a expressão) com uma presciência calculada, o ser capaz de lhe oferecer o quanto ele tem mister. Belo e formoso exemplo para nós homens, seres que nós dizemos superiores, que pontificamos no cume da escala zoológica! (OLIVEIRA, 1927, p. 101-103)

Este era um modelo a ser seguido pela humanidade, pois os dois seres que compartilhavam a conjugação e davam origem a um novo ser, continuando, assim, a espécie, tinham o mesmo *status*: um supria a necessidade do outro, sem diferenciação. Os dois tinham a necessidade sexual e procuravam satisfazê-la sem causar danos ao seu parceiro. As necessidades de ambos eram consideradas no processo, o que não acontecia com os seres humanos: às mulheres era negado o direito ao exercício da sua sexualidade sem o vínculo com a procriação ou com a satisfação dos desejos masculinos. Elas ficavam às margens dos egoísmos dos homens e seus desejos e necessidades eram desconsiderados em benefício deles.

A partir do trecho em que faz a comparação entre a reprodução da *stylonichia pustulata* e a humana, aprofunda-se a discussão da sexualidade e do prazer sexual como natural para homens e mulheres, tendo ambos, portanto, o direito de exercê-los e tê-los. Será a educação sexual que terá a finalidade de ensinar “ao homem e a mulher que o amor, para ser mais sincera expressão de beleza humana, não deve ferir os direitos sacrossantos [sic] de terceiros, nem os interesses razoáveis e justos da moral e da biologia”. (OLIVEIRA, 1927, p. 158) Isso não feria esses direitos e inte-

resses porque o amor sexual era “[...] mais excele e o mais natural dos sentidos humanos [...] obra de procriação e beleza”. (OLIVEIRA, 1927, p. 121)

Se nas duas primeiras partes da tese a médica apontou algumas das suas ideias, foi na terceira que as apresentou de forma explícita e concisa. Assim, após defender a importância da educação sexual desde a infância, pois era contra o despertar precoce da sexualidade, passou a discorrer sobre as fases da vida humana e sua relação com o processo de reprodução. Nessas discussões, o adultério feminino é descrito e apresentando como consequência, mais uma vez, do egoísmo masculino e da forma como a sociedade educa homens e mulheres.

O modelo de família propalado desde o início do século ganhará bastante espaço em corações e mentes e era agora a grande referência: nuclear com uma nítida divisão de papéis femininos e masculinos (aos homens, a responsabilidade de prover o lar; às mulheres, as funções exclusivas de esposa, mãe e dona de casa) e baseada na dupla moral, que permite aos homens se esbaldar em aventuras sexuais ao mesmo tempo que cobra a monogamia das esposas e a ‘pureza sexual’ das solteiras. Esses valores chegavam aos jovens como se fossem naturais, desqualificando quem quisesse ou pudesse segui-los. (PINSKY, 2012, p. 480)

Podemos vislumbrar vestígios do cenário apresentado por Pinsky (2012), no texto de Ítala. Ao discutir a questão do adultério feminino e opinando sobre suas causas, a médica sergipana traz para o centro da discussão o seu posicionamento contrário à dupla moral sexual vigente no período. Esta última foi uma das questões debatidas e criticadas pelas feministas desde os oitocentos.

Para Ítala, relacionadas à educação sexual encontravam-se as questões relativas não só à sexualidade, o corpo feminino e as relações entre homens e mulheres, mas também ao próprio feminismo. Podemos, assim, afirmar que essas questões são o eixo central da discussão que foi realizada na tese. Tal inferência sus-

Apesar de no seu relato ela explicitar que a discussão e defesa da educação sexual em sua tese se encontra vinculada à sua experiência, possivelmente enquanto parteira e estudante de Medicina, infelizmente, ela não esclarece o teor dessas discussões, nem o que as motivou:

E, depois, essa Mestra rude que é a vida fez-me ver, em derredor, casos que solicitavam minha atenção, lágrimas a exorarem o consolo de uma palavra minha e tudo porque, aos que tanto padeciam, falecia uma orientação e o sentimento da vida sexual. A teoria das lições ouvidas se vinha juntar a prática da vida vivida em condições dolorosas e bem estranhas, não raro, e vi como eram razoáveis em suas ponderações os meus Mestres. (OLIVEIRA, 1927, p. [8])

Relacionado à escolha do tema encontra-se também o feminismo, uma vez que, segundo a autora, os seus avanços demandavam a inclusão do ensino da educação sexual nos currículos, pois as conquistas femininas, principalmente no mercado de trabalho, colocavam as mulheres em contato permanente com homens, tornando necessária uma formação “sem falso e nem mal entendido pudor”:

As conquistas sempre crescentes do feminismo, o contato permanente e continuo dos dois sexos, no labor diuturno, nas fabricas como nas oficinas, nos laboratórios como nas escolas superiores, nas indústrias assim como no comércio, estão a pedir nos programas de ensino, ao lado da educação física, da moral e da intelectual, um lugar para a educação sexual. (OLIVEIRA, 1927, p. [8])

Ítala Oliveira (1927) não foi a única que destacou o feminismo como causa principal para a presença feminina nos espaços públicos. Essa associação foi feita, por exemplo, por Maria Luiza Bittencourt, feminista baiana, advogada, quando em 1931 apre-

cia das reivindicações pelos direitos políticos e tornam explícitas as suas críticas e resistências ao feminismo. A tese de Ítala pode ser interpretada como uma das táticas utilizadas para combater tais críticas e resistências. Assim sendo, um dos primeiros aspectos que destaca logo na introdução se refere ao feminismo:

O feminismo tem que ser a concorrência leal e honesta na luta pela vida e não o afã de trabalhar ao lado do homem, numa intenção calculada e mensurada de despertar-lhe na carne, já de si solicitada por mil fontes de excitação, o aguilhão forte e poderoso do sensualismo, a cada momento mais vivo ante os de-testáveis artifícios que a moda cria e o cérebro oco e como que vazio de tantas criaturas fúteis, acaricia e amima. Muito menos o feminismo há de ser a ânsia da mulher em querer suplantar o homem substituindo-o, lá fora, no turbilhão da vida. (OLIVEIRA, 1927, p. [8-9])

Nas entrelinhas da fala de Ítala percebe-se uma crítica à melindrosa. Para a autora, os comportamentos e ações desta faziam com que a mulher civilizada continuasse a ter características em comum com a “selvagem”:

A situação da mulher civilizada, escrava de modas e artifícios, é deplorável [...]. A mulher moderna distanciada do selvagem por milênios de civilização inda o imita nas tatuagens do corpo, nas pinturas, nos enfeites, nas superstições de que a sua vida é repleta. (OLIVEIRA, 1927, p. 169-170)

A ideia de que, para a evolução da humanidade, onde o “[...] branco é superior ao selvagem” (OLIVEIRA, 1927, p. 169), o papel da mulher “[...] não pode ser inferior nem mesmo igual ao do sexo feminino nas espécies inferiores” (OLIVEIRA, 1927, p. 165), torna-se fundamental na defesa que a médica sergipana faz da utilidade do feminismo para o desenvolvimento da nação, da família e da raça. “A questão feminista”, capítulo da tese onde ela se dedica a discutir o feminismo, é iniciado com a seguinte pergunta: “mas,

o feminismo, esta orientação nova das tendências e aptidões da mulher ao trabalho, à vida ativa, à luta, é um bem ou mal para a espécie?” (OLIVEIRA, 1927, p. 159) Logo, após lançar a pergunta que tentará responder ao longo do capítulo, a autora traz outro questionamento: “cultu, educada, concorrendo honestamente ao trabalho para a sua manutenção, porque a vida se torna cada dia mais complexa, a mulher lucra, beneficia a humanidade?” (OLIVEIRA, 1927, p. 159) A resposta que Ítala irá construir para essas suas perguntas será fruto de uma articulação entre eugenia¹³ e feminismo. O segundo é importante ferramenta para o sucesso das finalidades do primeiro. Nas palavras da autora:

Tentemos responder, baseando nossa maneira de pensar nos raciocínios insuspeitos de A. Forel e Livio de Castro. A preocupação excede da humanidade a hora que deriva é a seleção eugênica da espécie humana, o que importa dizer, o aumento de indivíduos sadios, bons e uteis e a conseqüente diminuição dos incapazes [...]. Ora, só uma instrução largamente espalhada preparará terreno para tanto. (OLIVEIRA, 1927, p. 160)

A instrução é a chave, mas ela não se refere a esta de forma geral e sim à necessidade de educação intelectual feminina, uma das principais demandas do feminismo da época, pois para o desenvolvimento da espécie, além da evolução mental do homem, é essencial a “da sua equivalente biológica — a mulher”. (OLIVEIRA, 1927, p. 161) Uma vez que,

As mulheres inteligentes e superiores serão, e já isso se observa hoje, as que entrarão na liça, mais energeticamente, e com maior probabilidade de êxito, para a seleção eugênica, porquanto elas se deixarão atrair mais facilmente pela superioridade intelectual ou moral do homem e mesmo pelo gênio do que por outras qualidades. [...] (OLIVEIRA, 1927, p. 163)



13 Sobre eugenia recomenda-se a leitura de Diwan (2007) e Maciel (1999).

Ou ainda,

Neste esforço e nesse trabalho [de educar-se], casada, ela compreenderá as alegrias felizes e sadias de maternidades fisiológicas, não se furtará ao destino natural da mulher, trabalhando sã e alegremente ao lado do homem, será sua colaboradora de corpo e de espírito, procurando filhos fortes, robustos, sadios. (OLIVEIRA, 1927, p. 168)

Em “A questão feminista”, além de se dedicar a mostrar a importância do acesso das mulheres à educação, sobretudo a superior, Ítala irá rebater as teses “antifeministas” afirmando que “a educação intelectual [feminina] não é incompatível com a beleza e encanto, gracilidade e distinção”. (OLIVEIRA, 1927, p. 161) Por certo, rebater as teses antifeministas — e demonstrar “[...] a preocupação do feminismo educar a mulher para ser mulher, esposa excelente, mãe de família exemplar, honesta trabalhadeira” (OLIVEIRA, 1927, p. 168) —, não foi uma ação exclusiva à Ítala.¹⁴ Fazendo parte do jogo na defesa do feminismo, ela responde por meio da sua tese a essas críticas, afirmando que o feminismo não queria transformar as mulheres em homens, nem evitar que elas concretizassem a sua finalidade natural — a maternidade —, ou diminuir a fecundidade ou, ainda, dissolver a família. Assim,

O feminismo, que aliás há sido muito mal compreendido e interpretado, mesmo pelas próprias mulheres, não quer transformá-las em homens, quer tão somente lhes dar ‘seus direitos humanos, tornando sua posição independente, com direitos, deveres e responsabilidades, correspondentes às suas atribuições normais na sociedade’. (FOREL apud OLIVEIRA, 1927, p. 166)

Saliento que se uma das estratégias feministas para divulgar as suas ideias, combatendo os seus opositores, foi a escrita de artigos em periódicos diários; Ítala utilizou-se também da sua tese para



14 Sobre isto, recomenda-se a leitura de Vanin (2011).

A educação sexual também foi tópico de discussão dessas feministas, mas ao contrário delas, Ítala não defendeu o amor livre, não criticou o celibato antes do casamento. Para ela, a prática e o prazer sexual, tanto masculino como feminino, só era legítimo e correto dentro do casamento. Nota-se que apesar de fazer críticas à forma como as mulheres eram ignoradas em seus desejos, condenadas quando procuravam satisfazê-los por meio do adultério, Ítala não rejeita os valores morais a respeito dos comportamentos sexuais do período, apenas questiona o fato de serem aplicados somente para uma parte da humanidade; fato injusto e antinatural, pois homens e mulheres eram iguais:

A sistemática humana é a mesma, só os órgãos sexuais distinguem o homem da mulher. Ambos nascem, crescem, vivem no mesmo cenário, as funções todas da economia são lhes similares, a natureza é a mesma e uniforme deve ser o tipo de conduta humana. Porque escolher, então, dois modelos, duas ordens de moral, uma para o homem, outra para a mulher? Porque o que se exige para um não há de ser requerido para o outro? O problema da pureza social jamais será resolvido, enquanto a mulher tolerar no homem o que para ela acarreta a desonra eterna, o ostracismo interminável que a persegue quando, cedendo às solicitações da sua natureza ou do seu temperamento, ela cede á lei do instinto, ás exigências do amor. (OLIVEIRA, 1927, p. 185)

A igualdade entre homens e mulheres, em todos os aspectos, foi uma discussão feita ao longo do texto construído por Ítala. A partir dela, posso afirmar que *Da sexualidade e da educação sexual* foi uma estratégia encontrada pela médica para discutir as suas ideias políticas em relação à situação as mulheres, tema que esteve presente em toda a sua trajetória até aquele momento. Apresentados os principais eixos da discussão realizadas na tese, permanece o questionamento feito por Freitas (2003, p. 155) acerca do que causou o “abandono”, “isolamento” ou “silêncio” da atividade política e feminista de Ítala da Silva Oliveira?

Abrindo o leque das possibilidades: uma explicação para o “silêncio”

A resposta apresentada por Freitas (2003) é que o afastamento do cenário da vida pública deveu-se ao exercício da Medicina, que não deixava tempo para outras atividades. É uma possibilidade, no entanto, penso que isso pode ter sido reflexo das reações e resistências à tese que ela defendeu. No capítulo que intitulou “De como nasceu a ideia da presente tese”, a médica, além de revelar que um dos motivos para a escolha do seu tema foi o fato de ser “[...] um problema ainda tão pouco curado e estudado entre nós, qual o da — Educação Sexual” (OLIVEIRA, 1927, p. [4]), construiu uma justificativa onde ressalta a importância da educação sexual feminina para a sociedade e a família, pois o acesso das moças àquela as prepararia para o convívio, cada vez mais comum naquele período, com o sexo oposto, ao mesmo tempo que evitaria muitos dos sofrimentos femininos:

A modéstia da minha contribuição me é patente. Ela vale registrada, porém, pelo esforço, representa a manifestação de boa vontade de quem vive, há anos, ouvindo, porque a tanto lhe dá direito o tirocínio acadêmico, queixas amargas que evitadas seriam, si a educação sexual fosse curada e mais de atenção merecesse, si ela não fosse inda, em pleno século das mais engenhosas invenções — um espantinho e uma vergonha.

Hoje mais que ontem ela se impõe de maneira premente, indiscutível.

As conquistas sempre crescentes do feminismo, o contato permanente e contínuo dos dois sexos, no labor diuturno, nas fabricas como nas oficinas, nos laboratórios como nas escolas superiores, nas indústrias assim como no comércio, estão a pedir nos programas de ensino, ao lado da educação física, da moral e da intelectual, um lugar para a educação sexual.

É preciso criar na mulher, sem falso nem mal entendido pudor, o sentimento da dignidade própria e no homem o respeito à

po ou sociedade é dinâmico, não linear, mas também lento. Assim, em uma perspectiva de longa duração, é possível verificar a existência da atuação de padrões morais do século XIX em relação ao feminino, no que diz respeito ao pudor, ao desejo, à sexualidade e ao controle destes dois nas primeiras décadas do XX. (AZEVEDO, 1975; FERREIRA FILHO, [1998-1999], 2001, 2003) A pergunta óbvia que surge a partir da articulação das falas de Freitas (2003) e de Silva (2010) com o isolamento de Ítala, é: qual seria a base das possíveis resistências? As ideias que defendeu poderiam ser consideradas ameaçadoras à sociedade? Haveria alguma relação entre a tese e a ida para o Rio de Janeiro e afastamento da vida pública?

As ideias apresentadas por Ítala e que, como afirma a própria autora, são fruto da sua experiência como médica, vão de encontro à mentalidade de que só os homens naturalmente têm os impulsos sexuais, tendo direito aos “gozos genésicos” e acesso aos campos dos prazeres: “A sexualidade na mulher é a expressão de uma constituição forte, sadia, é a manifestação normal de órgãos que pedem exercício, trabalho. Só um número pequeno de mulheres são sexualmente insensíveis”. (OLIVEIRA, 1927, p. 187-188) Tal posicionamento ia de encontro ao imaginário da época acerca da “mulher honesta”, pois esta, como constatou Boris Fausto (2001, p. 221):

[...], por inclinação natural, não cede aos impulsos sexuais, se é que os tem. Não é o desejo que a impele a ter relações extramaritais e sim a artimanha ou seu estado corrompido, sua decadência. Ao contrário, os impulsos sexuais masculinos — os ‘gozos genésicos’ na prosaica expressão do código penal — são reconhecidos também como integrante de uma ordem natural. Para o homem, justapõem-se os campos do prazer — a amante, o bordel — e do dever, relacionado com a esposa, a procriação, a família. Cada homem vive assim simultaneamente duas naturezas: de um lado a natureza agressiva, expressa na busca do prazer; de outro, a natureza protetora, que se cristaliza socialmente na sua posição de chefe de família.

Deve-se considerar ainda que se o estudo da sexualidade era um ponto-chave para o sucesso da proposta de sociedade desejada pelas elites, pois mantinha, ao justificar, as relações sociais hierárquicas e, portanto, de dominação de um ser sobre outro. Ítala, ao estudá-la, sinalizou nas entrelinhas para o fato de que a “ignorância” feminina acerca daquela era uma forma de dominação. Ao propor – em nome da higiene, da saúde e do fortalecimento da família – que as mulheres aprendessem a “controlar” os seus instintos, ela sinalizava para a possibilidade de transferir para aquelas o poder de gerir seus corpos, sua sexualidade. Fato que, se consumado, poderia colocar em xeque as hierarquias de gênero existentes, contrariando as finalidades das discussões acerca da sexualidade, da honra sexual feminina que, como bem salienta Sueann Caulfield (2000), eram realizadas com o intuito de manter de maneira modernizada as relações patriarcais existentes.

Finalidades que não se encontram somente a partir do final do século XIX e décadas iniciais do XX, mas desde o século XVI nas colônias ibéricas, como demonstra Verena Stolke (2006) ao analisar como as interseccionalidades de raça/etnia, classe, sexualidade e gênero sedimentaram as estruturas sociais, políticas e até econômicas dos impérios transatlânticos. Ao se perguntar qual a consequência disto para a vida das mulheres, a autora chega à seguinte conclusão:

Sempre que o posicionamento social numa sociedade hierárquica é atribuído ao nascimento e à descendência, e enquanto sexo não puder se dissociado da gravidez, será essencial para os homens da elite controlar a sexualidade de suas mulheres a fim de garantir a reprodução adequada de seu status social através de um casamento apropriado [...]. O valor moral especial à virtude sexual das mulheres não se devia, no entanto, a suas características sexuais biológicas específicas. A sexualidade feminina se tornou tão valiosa porque as circunstâncias sócio-ideológicas permitiram às mulheres o papel crucial de transmissora dos atributos de família de geração a geração. Os homens, como

guardiões das mulheres de família, assumiam a função de cuidar da transferência satisfatória desses atributos, através do controle estrito da sexualidade das mulheres. O confinamento doméstico das mulheres e sua subordinação geral em outras esferas sociais eram consequências de sua centralidade reprodutiva. (STOLKE, 2006, p. 38-39)

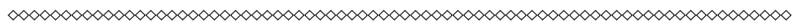
Evidentemente que se associa ao “confinamento doméstico” e ao controle dos espaços onde se deve transitar, a ignorância das mulheres sobre a sua própria sexualidade e seu corpo. A perspectiva pela qual Ítala definiu uma das finalidades da educação — “ensinar o governo de si próprio” (OLIVEIRA, 1927, p. 129) —, onde se inseria a feminina e a sexual, dá margens à interpretação de que esta era para ela uma forma de libertação das mulheres, pois as tornariam independentes/autônomas em relação ao controle/proteção da família, maridos, pais e irmãos.¹⁹ A médica o fez utilizando a linguagem e os aparatos teóricos metodológicos da ciência de então, o que não permitia aos prováveis opositores questionar a validade científica da tese e argumentações que a sustentavam. Em outras palavras, ela demonstrou, questionou e refutou o “Sistema de proibições e de valores” (FOUCAULT, 1987, p. 219) que envolvia os discursos acerca da sexualidade feminina, de sorte que permitir a divulgação/continuidade dos seus posicionamentos poderia ocasionar a construção de alcunhas nos discursos científicos da época, para a articulação de um novo horizonte simbólico e, também, político, que possibilitava a autonomia feminina em relação ao seu corpo, à sexualidade. (BUTLER apud NAVARRO, 2007, p. 141)



19 Sobre esta proteção, Thales de Azevedo (1975, p. 18) revela: “[...] as ‘moças de família’ devem ser resguardadas por toda a sua parentela, especialmente pelos irmãos e pais, contra sempre temidas agressões eróticas ou, pelo menos, contra comprometimentos imprudentes e precipitados com pessoas ainda não identificadas em seus propósitos ou em suas qualificações para a união projetada. Esse é o fundamento, essa é a função do segredo de que se cercam os namorados.”

Ao questionar — na medida em que denunciou a ignorância feminina e afirmou que eram naturais os impulsos sexuais femininos, o desejo e o prazer — o pensamento de que havia a “mulher honesta” e a “decaída”/“desonesta” em essência, Ítala fornecia, implicitamente, argumentos que poderiam reforçar ações ou questionamentos acerca das estruturas sociais, políticas e econômicas, pautadas nas intersecções de gênero, raça/etnia e classe, o que influenciaria na manutenção ou não de *status quo* por um determinado grupo.²⁰ Isso fica evidente em trechos onde as suas intenções murmuradas, nas entrelinhas, ganham força e visibilidade em rápidos *flashes*: “Só colocando a mulher ao seu lado como uma colaboradora e uma amiga, o homem aprenderá a respeitá-la, pertença ela a classe que pertencer.” (OLIVEIRA, 1927, p. 148)

O contexto do texto me sugere a interpretação de que ao se referir a “mulher de qualquer classe” ela considera também as pobres (em sua maioria, negras) e não só as da elite. Soma-se a isto o fato de que trabalha com a noção de humanidade, apesar de não usar este termo, englobando não só homens e mulheres, em situação de igualdade, mas também a questão do pertencimento cultural e racial. Este é um dos paradoxos presentes no discurso de Ítala, pois ao mesmo tempo em que as entrelinhas permitem esta leitura, deixam explicitado, como apresentado anteriormente, que era adepta da premissa do “homem superior”, o qual deveria ter como companheira uma equivalente e, por isto, a educação intelectual feminina era necessária. Destaco ainda que, apesar de apresentar essa ideia e afirmar que se deve “[...] trabalhar para alcançar uma raça vigorosa, sadia, numa pátria próspera, ubérrima” (OLIVEIRA, 1927, p. 138), faz a seguinte observação:



20 E que a própria Ítala tinha feito de forma direta em 1916–1917 em Aracaju, nos artigos que publicava, ao questionar a atuação de Helvécio de Andrade e a nomeação de Sylvania de Oliveira Ribeiro para a Escola Normal. (FREITAS, 2003)

Não nos esqueçamos, porém, que, por mais diversas que sejam as raças e por mais dissemelhantes que sejam os povos, a felicidade humana aqui, ali, além, acolá é entretida pelos mesmos elementos, em qualquer canto da terra, o coração tem as mesmas e infinitas ânsias de amor e companhia.

O fato é que, apesar de afirmar ser o feminismo uma ferramenta útil na evolução da mulher branca e urbana – uma vez que em “[...] todas as manifestações do desenvolvimento humano, o branco é superior ao selvagem, a mercê da melhoria que a cultura lhe há proporcionado” (OLIVEIRA, 1927, p. 169) –, tornando-a civilizada por meio do acesso à cultura, abre brechas que poderiam permitir questionamentos da “ordem natural” que servia como esteio para as relações de poder entre os sujeitos. E não se pode esquecer, como afirma Ana Alice Costa (1998, p. 96), que o feminismo sufragista baiano era “bem-comportado” – conservador – e não questionava a ordem estabelecida. Nas palavras de Alberto Heráclito Ferreira Filho (2003, p. 75),

Salvador não teve feministas de idéias revolucionárias sobre as relações de gênero, como Maria Lacerda de Moura, Ercília Nogueira Cobra, Matilde Magrassé ou Maria de Oliveira, dentre outras. [...]. Como ressaltou uma das suas mais expressivas lideranças, Edith Mendes da Gama e Abreu, o feminismo das baianas era ‘uma coisa superior, de mulheres de famílias nobres, da elite, de moral cristã.’

Devo mencionar que, em sua maioria, as feministas baianas e sergipanas, com quem certamente Ítala teve contato, eram membros da elite e que suas estratégias, táticas e discursos não visavam uma mudança das relações de classe ou de raça/etnia. Isto significaria pensar a situação econômica, cultural, política das mulheres pobres e negras, o que conseqüentemente abalaria a sua própria posição social, econômica e política. Utilizavam-se dos valores, normas, costumes aceitos para elaborarem as suas

ações e discursos com vistas à manutenção do seu *status quo*, o que não lhes possibilitava livremente (sem pressão) exercer/satisfazer todos os seus desejos.

As discussões de honra sexual, sexualidade, do desejo feminino como antinatural, de uma natureza feminina “boa” *versus* uma “má/decaída”, em suas articulações com o evolucionismo, com a eugenia, que justificavam a hierarquia social, econômica e política do grupo ao qual pertenciam não foram questionados. Ao contrário, foram utilizados e reafirmados como base legitimadora das suas ações e ideias, caracterizando o que Breny Mendoza (2010) denominou de “pacto colateral entre homens brancos e mulheres brancas”²¹ e que pode ser observado, respeitando-se especificidades regionais, ao longo da história da América Latina.

As contradições internas das democracias capitalistas tem sido beneficiadas, no entanto, as mulheres brancas da metrópole, que pouco a pouco conseguiram tirar uma cota econômica e política do pacto social dos homens brancos – por certo, sempre e quando aceitaram os termos racistas do pacto–; fato que continua até agora com os homens brancos, particularmente em relação ao privilégio heterossexual que se dá através do matrimônio e dos benefícios extraídos das conquistas dos direitos civis das pessoas afro americanas. O avanço dos seus direitos civis pode-se dizer que dependeu da superexploração das mulheres negras, latinas e indígenas dentro de seus países, e de mulheres da periferia.²² (MENDOZA, 2010, p. 27)



21 “pacto colateral entre hombres y mujeres blancas”.

22 “Las contradicciones internas de las democracias capitalistas han terminado beneficiando, sin embargo, a las mujeres blancas de la metrópoli, que poco a poco han podido arrancarle una cota económica y política al pacto social de los hombres blancos – por supuesto, siempre y cuando aceptaran los términos racistas del pacto –; algo que hasta ahora han tranzado com los hombres blancos, particularmente mediante el privilegio heterossexual que se da través del matrimonio y los beneficios extraídos de las conquistas de los derechos civiles de las personas afroamericanas. El avance de sus derechos civiles puede decirse que ha dependido de la superexplotación de las mujeres negras, latinas e indígenas dentro de sus países, y de las mujeres de la periferia.”

O deslocamento da presente fala de Mendoza (2010), que é possível por meio da análise das fontes, para o contexto do feminismo sufragista baiano, me permite afirmar que, em outras palavras, procuravam realizar uma “virada de mesa” na perspectiva de gênero no interior do seu grupo social, econômico e cultural. Parafraçando Suseann Caulfield (2000, p. 41), elas fizeram “manobras dentro desses limites [de classe e raça/etnia] para aumentar a sua autonomia pessoal”. Isso fica evidente quando, em 1931, ao discutir sobre o voto feminino, a plenária da Federação Baiana pelo Progresso Feminino resolveu: “[...] ainda que a Associação dirigisse uma mensagem à comissão da Lei Eleitoral, em apelo veemente, para serem retiradas as restrições sobre o voto feminino, que só às mulheres desonestas devem atingir.” (FEDERAÇÃO..., 1931, p. 5) E ao me perguntar quem seriam “as mulheres desonestas”/“decaídas”/“corrompidas” que não deveriam ter os mesmos direitos políticos das demais, encontrei a resposta em Alberto Heráclito Ferreira Filho ([1998-1999], p. 243-244):

Nas fantasias modernizantes dos ilustrados, as mulheres pobres [em sua maioria, negras], mais que qualquer outro segmento, encarnavam as ‘chagas do passado colonial’ em Salvador. Como construir uma sociedade em moldes civilizados numa terra onde as mulheres não se casavam civilmente, mostravam pouco apreço a valores como virgindade e recato, abortavam e abandonavam os filhos, deitavam-se com vários homens e assumiam muitas vezes o papel de chefe de família, tendo em vista a sintomática ausência dos homens nos lares? Tais questões estiveram constantemente presentes nas preocupações das elites letradas, encarnando a ‘anomia’ moral característica, segundo os doutores da *belle époque*, da cultura popular, que tanto dificultava a entrada de Salvador na marcha do progresso e da civilização.

De sorte que ao se pensar as relações sociais, políticas e econômicas do período em questão, articuladas com as questões de raça/etnia, gênero e classe, pode-se quiçá entender o motivo para

tal deliberação da Federação Baiana pelo Progresso Feminino. Tal como afirma Verena Stolke (2006, p. 33): “hoje está perfeitamente estabelecido que oportunidades e experiências de mulheres diferem de acordo com o nível social reservado a elas na sociedade.” Assim, é de se supor que as ideias defendidas por Ítala não tenham sido bem aceitas pelas feministas que atuavam em Salvador, e com quem a sergipana deve ter tido contato durante a sua permanência na capital soteropolitana. Acredito que muito menos suas conterrâneas, tendo em vista as “querelas” que teve com o diretor da Escola Normal de Sergipe, Helvécio de Andrade, por conta da nomeação de Sylvania de Oliveira Ribeiro, sobrinha de Quintina Diniz. (FREITAS, 2003) Essas questões talvez expliquem o silêncio das feministas da federação em relação a um trabalho que tinha como eixo estruturante a discussão acerca da situação feminina. A elas, a partir dos seus pertencimentos de classe e raça/etnia, não interessava e não era bem quisto o conteúdo da tese de Ítala. Afinal, essas mulheres eram “[...] avessas a bandeiras mais radicais”. (SOIHET, 2012, p. 222)

Devo sinalizar que os temas “educação sexual”, “sexualidade”, “desejo”, discutidos por uma mulher, era um incômodo, além de uma exceção,²³ e de certa maneira ia de encontro aos padrões morais estabelecidos para o sexo feminino. É na introdução da sua tese que a médica, ao ter conhecimento desses padrões, parece adiantar quais seriam as reações após a defesa pública da tese. Revela que, apesar da importância do tema, sabe que ele causará polêmica e reações:



23 Em *Os prazeres da noite*, Margareth Rago (1991, p. 38), ao falar do espectro da prostituta que rondava as mulheres honestas, revela que, assim como a prostituição, o desejo e a sexualidade não eram tópicos das discussões e conversas femininas: “Na fala das mulheres de elite, nas leituras destinadas às moças, nas revistas femininas, a prostituição não encontrava espaço, assim como os assuntos que remetiam ao desejo e à sexualidade.” E quando o faziam estes eram considerados uma “ameaça à moral feminina”, desta sorte “as vozes femininas que abordarão a questão na década de 20 serão facilmente localizadas, porque raras e isoladas”. (RAGO, 1991, p. 72)

Não foi, porém, sem temer e sem pesar o arriscado do assunto que a mim mesma propusera, que esta inicie. Sei quanto riso de ironia e escárnio o acolherá. Pressinto, já de hoje, que muitos o classificarão de ridículo, porque vai ferir legítimos melindres; outros o acoimarão de impróprio, visto quererem haja uma sexualidade para o espírito como para o corpo; alguns levarão as mãos à cabeça, a perguntarem onde o decoro das mulheres de hoje, e, na falta disso tudo, haverá ainda quem me apelide de insensata, sem pudor senão imoral. (OLIVEIRA, 1927, p. [5])

O fato de ser mulher, apesar de médica, não autorizava Ítala discutir abertamente e propor soluções para um assunto que era “tabu”; revela, ainda, que zelar pela virtude ia além da restrição as determinados atendimentos, perpassava também pelo controle do pensamento, das ideias, fatores, aliás, que não estão dissociados. Diante das reações “negativas” que havia previsto na introdução de sua tese, Ítala, ao invés de “dá pouco opinião dos que assim me julgarem e pensarem. A todos eu direi: o sofrimento, a dor, a agonia só gramaticalmente tem um gênero” (OLIVEIRA, 1927, p. [5]), teria preferido afastar-se da vida pública e não enfrentar as críticas e recriminações?

Freitas (2003), ao concluir as suas reflexões sobre essa feminista sergipana, questiona-se, mais uma vez, sobre o seu silêncio, sobre a sua trajetória. O silêncio em torno de uma personagem tão marcante no meio intelectual sergipano indica os limites que não deveriam ser ultrapassados e as consequências para quem ousava ultrapassá-los. Freitas finaliza perguntando-se se, afinal, ela foi excluída ou se teria se excluído:

Sobre sua morte, seus primos recordam que foi em 1984, mas não conseguiram localizar a data exata, nem mesmo o cemitério no qual ela foi enterrada no Rio de Janeiro. Ela morreu internada em um hospital carioca, nenhum de seus parentes próximos estava presente. Depois da ida para o Rio no final da década de 1920, nunca mais teria retornado a Sergipe [...] foi excluída ou se excluiu? (FREITAS, 2003, p. 221)

Ao se pensar as formas como a ideologia patriarcal estruturou o mundo biomédico, mesmo após o acesso feminino aos cursos superiores da área de Saúde, o fato de ter sido excluída ou se autoexcluído não é tão significativo quanto a situação de “ostracismo” de “silêncio”/de “esquecimento”/do “apagamento” resultante dele. Diante dessa afirmação, fica a pergunta: por que ela temia sofrer constrangimentos, sanções? Acredito que a explicação encontra-se nas hierarquias de gênero que delimitam as relações e espaços sociais tanto familiares e de formação, como profissionais, das mulheres, que passava sobretudo pelo controle da sexualidade feminina pelos homens, e que a autora de *Da sexualidade e da educação sexual*, ainda que de forma sutil, questionou.

As ações e reações explicitadas contra a tese e sua autora – as críticas e recriminações classificando-a de “insensata, sem pudor, senão imoral” (OLIVEIRA, 1927, p. 5) –, a exemplo dos silêncios, tem seus significados. No jogo do controle das atuações e espaços das médicas, o seu “ostracismo”/“esquecimento” desempenha o papel de “abjeto” em relação ao “sujeito”. Butler (2000), ao discutir a materialidade do corpo e a performatividade de gênero, analisa as questões que as envolvem e para isso trabalha o conceito de “abjeto” – “aqueles que ainda não são sujeitos” (BUTLER, 2000, p. 155) – ou que devido a algum evento ou situação deixaram de gozar das prerrogativas do *status* de sujeito social.

A constituição dos sujeitos ocorre a partir das relações que estabelecem no grupo e que os permitem serem considerados, reconhecidos, aceitos ou excluídos. (HALL, 2006, p. 31) Em outras palavras, os sujeitos são formados, também, pelo medo da exclusão, de se tornarem “abjetos”, de serem párias entre os seus. (BUTLER, 2000, p. 154) Assim, a sustentação da estrutura não se dá somente pela introjeção e normatização dos papéis, mas também pela contestação da mesma, uma vez que a possibilita apresentar

e reafirmar os limites e as fronteiras as quais os indivíduos não devem ultrapassar sob pena de serem excluídos:

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual — e em virtude do qual — o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida. (BUTLER, 2000, p. 155)

Ou ainda,

[...] pois é importante lembrar que os sujeitos se constituem mediante a exclusão, isto é, mediante a criação de um domínio de sujeitos desautorizados, pré-sujeitos, representações de degradação, populações apagadas de vista.[...]. Como Joan Scott deixa claro em *Gender and the Politics of History*, uma vez entendido que os sujeitos se formam mediante operações exclusivistas, torna-se politicamente necessário remontar às origens das operações dessa construção e apagamento. (BUTLER, 1998, p. 22-23)

Adaptando a relação de “abjeto” e “sujeito” para o contexto da minha discussão, surgiu a possibilidade de compreender a existência do “silêncio” / “esquecimento” / “ostracismo” / “apagamento” da trajetória intelectual e política da médica sergipana, como algo importante para a preservação e continuidade do estabelecido como normal, como regra, uma vez que evidenciou e reafirmou o limite entre o que era e o que não era desejável. Sinalizou para as consequências — se tornar “abjeto”, ir para a zona

do “inóspito” – de se expressar abertamente pensamentos, ideias ou ações que ousassem ultrapassar as fronteiras postas pela moral patriarcal vigente, onde o conhecimento acerca das questões relativas à sexualidade, para moças solteiras, era “[...] vergonhosa, degradante e na qual se não deve falar à presença de pessoas castas e honestas”. (OLIVEIRA, 1927, p. 119) Ítala da Silva fez isso ao defender a educação e o prazer sexual feminino, vinculando-os à questão feminista, ao mostrar que a sua discussão era necessária para o fim da situação de opressão em que viviam as mulheres.

A sergipana, ao defender as suas ideias publicamente, criticando a forma como a questão era tratada socialmente, taxando essa de “hipócrita”, ainda revelou que ao atender as suas clientes, as orientava de acordo com a posição que achava correta:

E a mulher sente que a sexualidade desperta, se admirando de tudo, à menor causa tremendo, envenenando, não raro, a sua existência com estultos preconceitos e revoltantes hipocrisias, – é o silêncio sagrado, a pureza ideal, verdadeira.

Não acrediteis nisso; o conhecimento perfeito das funções orgânicas não tira a pureza a ninguém.

Vezes mil a imoralidade mais baixa se alastra sob coberto de uma ignorância inexplicável.

Não há muito, tive aos meus cuidados uma mocinha, ignorante por completo, desses tropeços todos que a sexualidade mal conduzida acarreta.

Uma verdadeira revolução a abalava toda; noites insones, alimentos quase nenhum tomava, abatimento, lágrimas por tudo. Veio a mim fazer uma consulta, dizia ela, revoltada e medrosa por tormentos cuja causa não atinava.

Indaguei o motivo d’aquilo tudo.

Seu olhar esgazeado tinha medo de quantos a cercavam.

Compreendendo a dificuldade de receber uma resposta e, desconfiada, também eu, do que fosse aquilo, entrei no assunto com franqueza, falei lhe como uma irmã, a uma amiga.

Ganhara a partida. (OLIVEIRA, 1927, p. 122)

Foi ousada e pouco cautelosa, visto que além de apresentar as suas experiências profissionais na área, para fundamentar o que afirmava na tese, publicitou, trazendo como exemplo casos da elite baiana, elementos da intimidade feminina, além de comportamentos sexuais tidos como pervertidos ou taras, que o pudor determinava que deviam permanecer resguardados de olhares estranhos. Ao fazer isso, possibilitou que a honra de suas clientes e dos seus familiares pudesse ser colocada sob dúvida. Não podemos esquecer, como bem registraram Silva (2010) e Azevedo (1975), que aquele era um dos princípios estruturantes das relações sociais da sociedade baiana, determinando a permanência ou a exclusão do sujeito do convívio social. Assim, Ítala infligiu uma regra importante para a sua permanência na vida social baiana e sergipana, e que pôde ter desdobramentos na sua vida profissional – inviabilizando a sua permanência – sobrevivência – em Salvador ou volta a Sergipe.

Ao somar-se a isto o fato de que discursos/ações, que possibilitariam o rompimento das relações hierárquicas de gênero, de raça/etnia e de classe, em vigência no período em questão, deveriam ser neutralizados, bem como seus autores. Como Ítala valeu-se da Ciência para produzir e socializar as suas ideias, utilizar o discurso científico para desautorizá-la talvez não fosse viável. Então, quiçá a alternativa fosse recorrer às estratégias, não tão inéditas, da ridicularização, da ironia, do escárnio, do ataque à sua moral, como ela própria tinha previsto na introdução da sua tese. A previsão feita pela médica talvez tenha sido fruto da maneira como as próprias ideias feministas eram tratadas por seus opositores. (DUARTE, 2003; SOHIET, 2003)

Desta sorte, pode-se inferir que taxar Ítala de “insensata, sem pudor e imoral”, em um momento em que o “pudor” era tido como principal item do caráter feminino, foi uma maneira de evitar que as suas ideias fossem veiculadas e tivessem adeptos,

ao mesmo tempo que poderia tê-la isolado das relações sociais e políticas que possuía e que a permitiam divulgá-las. Quiçá o resultado tenha sido a sua ida para o Rio de Janeiro. O que, na minha interpretação, foi uma forma de “ostracismo”; pois como bem revela Freitas (20003, p. 221):

O silêncio em torno da trajetória de Ítala Silva de Oliveira, não é neutro, nem aleatório. Metaforicamente, poderíamos afirmar que é um silêncio que grita de forma cortante. Como uma personalidade como esta foi esquecida? Por que sobre sua trajetória os indícios são tão restritos?

Enfim, o silêncio tem seus significados e leva-nos a refletir sobre a natureza das relações e participações femininas no mundo biomédico baiano nos idos dos oitocentos, início dos novecentos. Posto isso, deve-se destacar que esse “zelo” ou mesmo punição, a exemplo do ostracismo, silenciamento, para aquelas que ousaram discutir abertamente assuntos “impróprios para os ouvidos femininos” ou que podiam romper a lógica imposta para as relações, fossem estes médicos ou não, não é sinônimo de não atuação feminina. O “zelo” pode também ser interpretado como uma das diversas formas e estratégias que deviam ser empreendidas para lidar com as imposições, regras, morais e sociais, feitas às denominadas “moças de família”, cuja categoria as médicas baianas, bem como as odontólogas e farmacêuticas, estavam incluídas. Isto, no entanto, é outra discussão.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: EDUSC, 2007.

AZEVEDO, T. *Namoro à antiga: tradição e mudança*. Salvador: [s.n.], 1975.

BESSE, S. K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.

BITTENCOURT, M. L. O feminismo na Bahia. *Jornal Diário de Notícias*. Salvador, 26 mar de 1931. (Acervo da pesquisa “Remando contra a corrente: feminismo na Bahia 1910/1949”).

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 151-170.

CAULFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.

CHARTIER, R. *A história cultural entre representações e práticas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CITELI, M. T. Fazendo diferença: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 131-145, 2001.

COSTA, A. A. A. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998. (Bahianas).

DIWAN, P. *Raça pura: uma história da eugênia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dec. 2003.

EL FAR, A. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO FEMININO. *Livro de Actas: Salvador (1931-1949)*, Salvador 1931.

FERREIRA FILHO, A. H. As delícias do nosso amor: comportamento feminino e crimes sexuais em Salvador (1890-1940). In: SARDENBERG, C. M. B.; VANIN, I. M.; ARAS, L. B. (Org.). *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2001. p. 67-88. (Bahianas, v. 6).

FERREIRA FILHO, A. H. Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 239-256, [1998-1999].

FERREIRA FILHO, A. H. *Quem pariu e bateu, que balance!:* mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2003.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1987.

FREITAS, A. M. G. B. de. *Educação, trabalho e ação política:* sergipanas do início do século XX. 2003. 309 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais:* morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HAHNER, J. E. *Emancipação do sexo feminino:* a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2006.

HARAWAY, D. J. *Ciencia, cyborg y mujeres:* la reinención de la naturaleza. Madrid: Ediciones Cátedra, [1995?]. (Coleção feminismo).

HARDING, S. *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

HOLLANDA – o que as mulheres discutem. *Jornal Diário da Bahia*. Salvador, 31 maio 1922.

KAPELLI, A. M. Cenas feministas. In: PERROT, M.; FRAISSE, G. *História das mulheres:* o século XIX. Porto: Afrontamento, 1994.

MACIEL, M. E. S. A eugenia no Brasil. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 11, p. 121- 130, jul. 1999.

MARTINS, A. P. V. *Visões do feminino:* a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2004.

MENDOZA, B. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: MIÑOSO, Y. E. et al. (Coord.). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: En la Frontera, 2010. p. 19-36. (Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano, v. 1)

NAVARRO, P. P. *Cuerpo y discurso en la obra de Judith Butler: políticas de lo abyecto*. In: CÓRDOBA, D.; SÁEZ, J.; VIDARTE, P. (Ed.). *Teoria queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. 2. ed. Madrid: Egales, 2007. p. 133-148.

NYE, A. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVEIRA, Í. S. *Da sexualidade e da educação sexual*. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1927.

OLIVEIRA, Í. S. *Carta ao Arcebispo da Bahia Dom Augusto Álvaro da Silva*. Salvador, 2 mar. 1935.

PALMERO M. J. G. *Teoria feminista contemporânea: uma aproximação desde a ética*. Madrid: Complutense, 2001.

PINSKY, C. B. A era dos modelos rígidos. In: PEDRO, J.; PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 469-512.

POLYANTHÉA comemorativa do 25º aniversário da fundação do Educandário do Sagrado Coração de Jesus. Salvador, 1928.

RAGO, E. J. *Feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. 2005 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2005a.

RAGO, E. J. Francisca Prager Fróes e a igualdade dos sexos. *Labrys: Estudos Feministas*. Brasília, DF, p. 1-26, ago./dez. 2005b. Disponível em <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys8>>. Acesso em: 26 jul. 2007.

RAGO, L. M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RAMALHO, S. M. *O educandário do Sagrado Coração de Jesus: ideais e valores na formação da elite feminina baiana (1890-1936)*. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2014.

ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. (Gênero Plural).

- SANTANA, A. S.; DIAS, L. A. P.; GOMES, P. A. *Dicionário biográfico de médicos de Sergipe: séculos XIX e XX*. Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2009.
- SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.
- SENNA, M. J. *Carta ao Arcebispo da Bahia Dom Augusto Álvaro da Silva*. Salvador, 1 abr. 1933.
- SENNA, M. J. *Carta ao Arcebispo da Bahia Dom Augusto Álvaro da Silva*. Salvador, 14 mar. 1935.
- SEDEÑO, E. La desabilidad epistémica de la equidad en ciencia. In: RUIZ, V. F. (Ed.) *Las mujeres ante la ciencia del siglo XXI*. Madrid: Complutense, 2001.
- SILVA, A. *A primeira médica do Brasil*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1954.
- SILVA, D. A. Á. *Carta à Madre Maria José de Senna*. Salvador, 11 mar. 1935a.
- SILVA, D. A. Á. *Carta à Madre Maria José de Senna*. Salvador, 15 mar. 1935b.
- SILVA, J. N. *Casamento, cabaço e cabeceira: os imaginários de gênero e da honra na Bahia dos oitocentos*. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010.
- SOHIET, R. A conquista do espaço público. In: PEDRO, J. M. (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218–237.
- SOHIET, R. Sutiliza, Ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. *Labrys: estudos feministas*, Brasília, DF, n. 4, p. 24–34, ago./dez. 2003.
- STEPAN, N. L. Raça e Gênero. O papel da analogia na ciência. In: BUARQUE HOLLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 72–96.
- STOLKE, V. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 15–42, jan./abr. 2006.
- VANIN, I. M. *As damas de branco na biomedicina baiana (1879–1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em

História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

VANIN, I. M. A participação feminina nos cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia na Bahia. *Revista Historien*, Petrolina, v. 2, p. 36-59, 2010.

VANIN, I. M. Feminismo verso “anti-feministas”: embates baianos. In: BONNETI, A.; SOUZA, A. M. F. L. *Gênero, mulheres e feminismos*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 133-152. (Gênero plural).

WALKOWITZ, J. R. Sexualidades perigosas. In: PERROT, M.; FRAISSE, G.. *História das mulheres: o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994. p. 403-432.

A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DA “MENINA DE SAIA ESTAMPADA” *caminhos iniciais de uma professora de Matemática em um mundo androcêntrico*

Márcia Barbosa de Menezes

A história da construção e da consolidação dos estudos matemáticos na Bahia constitui um interessantíssimo objeto de estudo na perspectiva de gênero porque, de modo inusitado, essa história foi marcada fortemente pela presença de mulheres, em uma área tradicionalmente associada ao masculino. Na Bahia, o Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia (Imfuba) foi uma criação de duas mulheres. A década de 1940 foi um momento histórico de transformações econômicas, sociais e políticas na Bahia, que por certo influenciaram a vida e o destino da futura primeira mestra¹ em matemática pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estou falando de Arlete Cerqueira Lima.



1 O Programa de Pós-Graduação em Matemática foi instituído na UFBA, em 1969. Arlete participou da primeira turma do referido curso e recebeu o diploma de mestre em Matemática, em 1974, com a tese: “A note on the Asymptotic Equivalence of two Systems of Differential Equations”.

uma síntese de sua trajetória familiar e profissional, elaborada a partir dos depoimentos que obtive em quatro entrevistas realizadas na sua residência, entre agosto de 2012 e março de 2013. Na época, ela estava com 80 anos. Através desses depoimentos, farei comentários sobre o contexto da escolha de sua carreira e do seu desenvolvimento profissional. Enfatizarei a importância da sua participação na articulação e fundação do IMF (1960) e, com isso, sua contribuição para desenvolver o campo da Matemática na Bahia e no Brasil. Os comentários que elaboro ao longo do texto se baseiam em uma perspectiva de gênero, em particular, nas contribuições de várias(os) autoras(es), entre as quais se destacam: Adriana Vallejos e colaboradores (2004); Heleieth Saffioti (2009); Karen Offen (2009); Guacira Louro (2003, 2004); Michèle Ferrand (1994); Gabriela Castellanos (1996); Londa Schienbinger (2001); Margareth Rago (2013); Ângela Maria Freire de Lima e Souza (2002).

Na área de Gênero e Ciências, analisar a trajetória de professoras/pesquisadoras/cientistas se revela instigante devido ao pioneirismo, às lutas pelo empoderamento e, particularmente, ao caráter de exemplaridade que essas trajetórias impõem sobre as possíveis escolhas de futuras gerações. Neste sentido, esse estudo se identifica com outros já realizados em contextos semelhantes, por exemplo: Rago (2008); Guimarães e Aras (2012); Varela (2012), Lopes, Sousa e Sombrio (2004).³

Frente a esses estudos, o ponto de divergência que marca a trajetória de Arlete se relaciona à questão de classe social, pois todas

na qual estou investigando as possíveis marcas de gênero nas trajetórias profissionais das professoras fundadoras do Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia.

- 3 *Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931)* – de Elizabeth Rago (2008); *Relações de gênero e o feminismo nos caminhos da Medicina Legal na Bahia: trajetória de Maria Theresa de Medeiros Pacheco (1948-2010)*, de Lina Maria Brandão de Aras e Sabrina Guerra Guimarães (2012); *Medicina legal na Bahia: trajetória de Maria Theresa de Medeiros Pacheco (1928-2010) Uma leitura feminista*, de Sabrina Guerra Guimarães (2014); *Gênero e trajetória científica: as atividades da cientista Marta Vannucci no Instituto Oceanográfico da USP*, de Alex Gonçalves Varela (2012); *Os lugares de Bertha Lutz na história*, de Maria Margareth Lopes, Lia Gomes Pinto de Sousa e Mariana Moraes de Oliveira Sombrio (2004).

Inicialmente, esse fato trouxe grandes dificuldades para a família. Acostumados a um espaço livre no sítio e com uma alimentação própria do seu cultivo, foram surpreendidos com a falta destes gêneros alimentícios, que agora precisavam ser comprados. Nas suas palavras: “*aí sim é que a vida ficou difícil! Difícil porque tudo que estávamos acostumados a colher no sítio agora precisava ser comprado e a situação financeira do meu pai não comportava todas as necessidades*”.

A família de Arlete passou a viver dentro do contexto considerado “natural” para as mulheres – atividades manuais no próprio lar. Sendo assim, uma irmã aprendeu a costurar, outra aprendeu a bordar e a vida foi seguindo, tendo o apoio central de Odete, única irmã que até aquele momento seguia os estudos, após ter recebido apoio de um casal religioso próximo da família. Nos depoimentos de Arlete, fica evidente o seu eixo de referência – a irmã Odete.

A possibilidade alcançada por Odete de estudar, de se deslocar de Itabaiana para Aracaju, depois para Salvador, imprimiu na jovem Arlete o brilho da possibilidade de também poder traçar caminhos semelhantes. À “mulher” Odete foi proporcionada a possibilidade de estudar e de estagiar de forma remunerada, no primeiro hospital psiquiátrico de Salvador;⁶ essas conquistas não passaram despercebidas aos olhos da jovem Arlete. Certamente, essas referências a impulsionaram na busca do seu próprio espaço e das suas próprias conquistas. É o que revela a sua trajetória.

Em Aracaju, a menina Arlete estudou no Grupo Escolar Geral Valadão, e em suas memórias revela que já estudava frações, dízima periódica e raiz quadrada. Fez exame de admissão para o Ateneu Sergipense e diz: “*não fui tão brilhante quanto Odete, mas sempre passei bem*”.



6 Dr. Luiz da Rocha Cerqueira (1911–1984)– médico psiquiatra que após transferir-se de Sergipe para Salvador, fundou, em 1944, no Largo da Lapinha n.º 27, o primeiro hospital psiquiátrico de Salvador – o Sanatório Bahia – conhecido como Casa da Lapinha. Foi neste hospital que Odete construiu sua trajetória profissional. (ALAKIJA, 2004)

Arlete projetou em Odete o seu modelo ideal de mulher: forte, capaz, determinada, vitoriosa. Construiu assim o seu referencial, mantendo os passos firmes na busca da sua capacidade intelectual e vitória pessoal.

Neste sentido, concordo com Karen Offen (2009, p. 31) ao afirmar que “la historia de las mujeres, sus historias y narrativas, pueden ‘empodera’ a las mujeres”. Usando o termo de acordo com Heleieth Saffioti (2009, p. 18):

empoderar-se equivale, num nível bem expressivo do combate, possuir alternativa(s), sempre na condição de categoria social. [...] Dispor de alternativa(s) [...] pressupõe saberes a respeito de si próprio e dos outros, como categorias que partilham/disputam o poder.

Assim, as mulheres que estão, de alguma maneira, construindo um caminho de sucesso nos seus espaços de trabalho, devem divulgar suas realizações para que sirvam de modelo para as novas gerações, mostrando que podem e são capazes de desenvolver suas capacidades cognitivas.

Segundo o depoimento de Arlete,

Odete continuava trabalhando e estudando para ajudar a família em Aracaju; na verdade ela tinha duas despesas a dela e a nossa e, quando eu estava com 14 anos, ela mandou buscar toda a família. Foi assim que cheguei em Salvador.

A necessidade de superação das dificuldades financeiras continuava a impulsionar a vida da família de Itabaiana. Todos precisavam ajudar, todos precisavam trabalhar. Não se pode esquecer que a família era composta por mulheres que precisavam sobreviver na capital baiana, no contexto difícil dos anos 1940.

A profissão em voga na época para as mulheres era o magistério, pois seu exercício se coadunava com as funções maternas. A respeito desse tipo de estereótipo, Guacira Louro (2004, p. 450) assinala que

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, ‘a extensão da maternidade’, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha ‘espiritual’. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la.

No caso de Arlete, inicialmente o ensino esteve aliado a sua necessidade de sobrevivência, a questão de classe se pronunciava, não existiam outras possibilidades, ou eram os trabalhos manuais e culinários, a exemplo do que suas irmãs já faziam, ou aproveitar as oportunidades das aulas particulares avulsas, também aceitas como tarefas dignas para as mulheres das classes menos favorecidas.

Os alunos que encontravam dificuldades nas disciplinas procuravam auxílio nas aulas particulares (fato comum até os dias atuais). Era a chance encontrada por Arlete e Odete para resolverem suas dificuldades financeiras. Infelizmente, nesse momento, a situação ainda era delicada para que Arlete pudesse escolher que matérias ensinar, o importante era conseguir dinheiro para ajudar à família. “*Foram aulas de latim, de francês, de inglês, português, matemática e tudo o que aparecia*”. Arlete não tinha domínio nessas matérias, mas enfrentava os obstáculos com determinação.

Eu ficava apreensiva, mas Odete me ‘empurrava’ e eu ia me virando, deu certo. Eu fui a ‘primeira chutadora oficial da Bahia’.

Como acontece ainda nos dias atuais, a Matemática sempre figurou como uma disciplina que exerce “o mito do pavor” no aprendizado de alguns alunos e, devido a isso, o número de aulas particulares em Matemática superava o das outras disciplinas que começaram a aparecer para a jovem Arlete. Aproveitando-se de “certa facilidade” na matéria, ela decide aprimorar suas bases ensinando apenas Matemática. Segundo seu depoimento: “*Como dizem: quem sabe faz, quem não sabe ensina! Foi o que fiz*”. Arlete estava através, dos “seus chutes”, construindo uma base só-

lida para o seu desenvolvimento na área da Matemática. Com sua modéstia, não via que na verdade estava exercendo uma autonomia no campo do saber, desenvolvendo suas próprias ferramentas didáticas.

Essas aulas revelavam na jovem um entusiasmo marcante, além de lhe mostrar que o mercado de trabalho na Matemática no ensino secundário se fazia promissor na época. Era a chance de conseguir, no futuro, um trabalho que iria continuar atendendo as condições profissionais estabelecidas como próprias para as mulheres: o ensino secundário. Tem início o despertar de uma professora.

O início da trajetória profissional da “Menina de saia estampada”

Na Bahia, a Faculdade de Filosofia (FF) foi criada em 1941, tendo no quadro docente vários intelectuais baianos, médicos, advogados, religiosos e engenheiros. Baseado no princípio de aprimorar o ensino no curso secundário foi criado o curso de Matemática nessa Faculdade, visando à formação de professores(as) para atuarem nas escolas secundárias. Esse curso rompeu com a figura do professor de matemática-engenheiro, até então responsável por essa área de ensino, passando a ser o seu divisor de águas, pois a partir daquele momento surgiu a figura do profissional, professor de Matemática.

Arlete, assim como outras mulheres,⁷ resolveu ingressar nesse curso realizando o vestibular em 1951. Fez licenciatura⁸ em quatro anos, formando-se em 1954. Em 1955, foi aprovada no concurso para lecionar no Ginásio da Bahia. O seguinte depoimento da



7 Martha Maria de Souza Dantas, Eliana Costa Nogueira, Nilza Rocha Medrado, Eunice Guimarães Badu, Violeta Freire de Carvalho, Adarcy Maria Penna Costa, Maria Helena Lanat Pedreira de Cerqueira, Celina Marques, dentre outras.

8 Para receber o título de licenciada(o) em Matemática, a(o) aluna(o) precisava cursar a disciplina Didática da Matemática.

e abstrato, eram fascinadas e entusiasmadas com a possibilidade de um futuro promissor nesse campo (do magistério). A Física, a Geofísica, a Engenharia, campos que também utilizavam os conhecimentos matemáticos como ferramenta, eram frequentados majoritariamente pelos homens, que vislumbram as carreiras mais promissoras nas indústrias, na construção de estradas, na construção dos portos, na perfuração dos poços de petróleo etc. Portanto, se encaminhavam para áreas que utilizavam a “matemática como um meio”, meio que lhes daria maior ascensão profissional e, claro, maior prestígio econômico e social.

De acordo com Louro (2004), a busca dos homens por novos meios de trabalho, novas conquistas, mais rentáveis e privilegiadas, deixa um vazio na licenciatura, um vazio no magistério do ensino secundário matemático. Vazio que será preenchido pelas mulheres. Preenchido com entusiasmo, coragem e determinação, pois, para elas, a licenciatura em Matemática era a única porta aberta para o aprimoramento e inserção no mercado de trabalho formal. Para elas, “a Matemática era o fim”.

Esse ideal refletia a luta para atingir um degrau maior no campo educacional. Além disso, o magistério facilitava a conciliação da vida profissional com a vida familiar.

As mulheres que faziam o curso de matemática visavam o ensino secundário, todas precisavam trabalhar, eram todas de classe média. [...] tínhamos um entusiasmo muito grande no curso, além disso, a profissão facilitava a conciliação de vida profissional e familiar.

Segundo Louro (2004, p. 465), “para muitas jovens o trabalho remunerado se colocava como uma exigência para sua própria sobrevivência, e o magistério, como se sabe, apresentava-se como um trabalho digno e adequado”.

O depoimento de Arlete revela a relação entre gênero e classe social e, também, entre gênero e carreira. A conciliação entre

vida familiar e vida profissional é algo que vem afetando a vida das mulheres desde muito, sendo um fator determinante em suas escolhas profissionais.¹¹

Portanto, esse aspecto é relevante para o ingresso das mulheres no curso de Matemática aqui na Bahia: a possibilidade de conciliação entre a carreira e a vida profissional. Além disso, as mulheres da Matemática começaram a articular melhoras no ensino visando uma profissionalização de qualidade.

Neste sentido, a vida da “menina de saia estampada” começou a tomar uma nova direção, principalmente quando em 1955 a professora Martha Dantas idealizou e concretizou o I Congresso de Matemática para o Ensino Secundário.¹² Nesse evento, muitos professores de outros estados foram convidados para palestras e divulgação de suas recentes pesquisas. Um desses professores foi o renomado matemático Omar Catunda.¹³

Durante a realização desse Congresso, o professor Omar Catunda foi visitar a FF da Bahia¹⁴ e, lá chegando, quis saber sobre os jovens que poderiam ser preparados para uma futura substituição dos professores que lá ensinavam. Perguntando ao então professor de Matemática, Ramakrishna,¹⁵ “cadê os jovens para substituir os professores mais antigos?” Ramakrishna então respondeu: “Aquela menina de saia estampada”.¹⁶ Foi a partir desta indicação,



- 11 Ver mais sobre o assunto em Márcia e Souza (2013).
- 12 O curso secundário corresponde hoje às quatro séries finais do ensino fundamental e às três séries do ensino médio. Anteriormente, a reforma do ministro da Educação Gustavo Capanema (1940/1946 conhecida também como Leis Orgânicas do Ensino) substituiu o curso secundário pelo ginásio e colégio.
- 13 Omar Catunda formou-se em Engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo, mas logo revelou sua preferência pelo estudo da Matemática. Em 1945, tornou-se professor do Departamento de Matemática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, dedicando-se à pesquisa e ao ensino. (DIAS, 2002)
- 14 Na época, a FF situava-se na Avenida Joana Angélica.
- 15 Ramakrishna Bagavan dos Santos formou-se na primeira turma do curso de Matemática da FF, em 1945. Começou a docência na FF como professor voluntário em 1948. (DIAS, 2002)
- 16 Depoimento da professora Arlete em agosto de 2012.

vam. Em apenas um semestre na USP, a jovem Arlete estudou tudo que tinha levado quatro anos para estudar na Bahia, com a diferença de que lá estudava teórica e prática, todos os teoremas eram demonstrados, o que pouco se fazia aqui.

Aqui (na Bahia) eu só vi prática, não se demonstrava quase nada. Matemática Moderna, ninguém tinha ouvido falar, ninguém falava de Teoria dos Conjuntos.

A primeira visita de estudos da jovem Arlete na USP foi marcada por grandes dificuldades: conteúdos novos, conhecimentos defasados, pouca base teórica, além de ter enfrentado dificuldades financeiras devido à bolsa de estudos ser muito pequena. Contudo, sua garra e determinação continuaram marcando o seu perfil, o que levou o professor Catunda a determinar para ela a função de monitora de uma turma. Foi um momento difícil e delicado.

Passei mal “pra burro” lá, porque a bolsa era muito pequena e, além disso, Catunda não tinha muito feeling; me deu uma turma de exercícios, muitos exercícios. Fiquei apreensiva, os alunos sabiam mais do que eu. Eu me esforcei tanto para dar conta que adquiri uma insônia terrível. Mas, valeu! Saí com um aprendizado e entusiasmo maior.

Após conquistar uma nova forma de poder através de um maior saber acadêmico matemático, Arlete se sentiu mais fortalecida, mais entusiasmada para divulgar e ampliar na Bahia esses conhecimentos adquiridos na USP. Ela começou a idealizar a possibilidade de conseguir bolsas de estudos para as(os) colegas baianas(os) matemáticas(os) e formar um grupo de estudos para o aprimoramento da disciplina.

Em função desse novo ideal, Arlete decidiu que antes de voltar para Salvador (1957), iria ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Rio de Janeiro, falar diretamente com o diretor geral da divisão técnico-científica,

do”, ela foi logo relatando a precariedade do ensino matemático baiano com base na sua vivência como aluna bolsista na USP, sua “*completa ignorância*” frente aos novos conhecimentos defendidos pela Matemática Moderna em expansão em outros países, também já utilizados na USP, e a total desconexão desses estudos com o que estava sendo ensinado aqui na Bahia. Falou da ideia de formar aqui “*um Centro de Estudos Matemáticos que funcionasse paralelamente ao Curso de Matemática da FF, com o propósito de mudanças, inovações, aprimoramento e futuras pesquisas*”. Além disso, falou ao reitor que já tinha passado no CNPq e relatado ao dr. Couceiro as condições adversas da Matemática que se praticava aqui. Nas memórias de Arlete, “*o reitor ficava cada vez mais ofendido com meu relato. Ofendidíssimo, o reitor me expulsa da sua sala!*”

Esse é um momento de fundamental importância no “jogo de conflitos” entre os campos do saber e do poder. Campos que estão articulados e mediados pelas relações de força, e que, segundo Foucault (1985, p. XXI)

[...] se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber.

Portanto, Arlete estava provocando uma tensão biunívoca nessa relação: saber ↔ poder. Por certo, não se tratava de uma provocação arbitrária em relação ao ensino e sim, uma provocação consciente dos avanços que a Matemática precisava imprimir aqui na Bahia. Com suas críticas estava mostrando que o ensino matemático, dominado pelos homens da elite intelectual baiana, precisava mudar, renovar-se, expandir-se e adequar-se em direção à Matemática Moderna, através da qual era possível a grande síntese da matemática clássica. Podemos inferir que Arlete não

Ao ser questionada pelo reitor sobre as questões do ensino da Matemática, segundo Arlete, Martha confirmou todas as considerações feitas por ela:

É doutor, essa menina tem toda razão! Eu mesma estive em Portugal assistindo as aulas do professor Sebastião e Silva²⁴ e não entendi absolutamente nada.

Diante das confirmações de Martha, o reitor resolve procurar a jovem Arlete, não mais de forma repressiva, mas agora com a intenção de aprovar e se aliar a ela no projeto de desenvolvimento da Matemática Moderna, no âmbito da Universidade da Bahia.

Para Arlete, o dr. Edgard foi humilde ao lhe pedir desculpas, não lhe passou em mente que o então reitor poderia estar vislumbrando, através dela, a possibilidade de ganhar reconhecimento perante o meio político e acadêmico, com a implantação de um novo espaço de pesquisas na Bahia, fato que marcaria a sua última gestão. Como afirma Dias (2002, p. 179): “para o reitor Edgard Santos, o IMF seria mais um componente do seu projeto acadêmico para a UBa, cuja implantação na sua última gestão fecharia com chave de ouro sua longa passagem à frente dos destinos da instituição.”

O reitor, portanto, resolve aderir à ideia da fundação do IMF especializado nas suas respectivas áreas e, ao mesmo tempo, vislumbra o respaldo e mérito da sociedade na conclusão da sua gestão acadêmica.

Desse modo, Arlete e Martha passaram a fazer parte das “ferramentas” que ele precisava para levar à frente seu novo projeto. Faltava, no entanto, a “ferramenta androcêntrica”, a presença masculina. Para compor essa “engrenagem”, foi convidado



24 José Sebastião e Silva – renomado professor matemático português do século XX. Um dos responsáveis pela introdução da Matemática Moderna em Portugal. Para ele, “[...] a educação, na era científica, não pode continuar, de modo nenhum, a ser feita segundo os moldes do passado. Em todas as escolas o ensino das ciências tem que ser intensificado e remodelado desde as suas bases, não só quanto a programas, mas ainda quanto a métodos”. (SEBASTIÃO; SILVA, c2013)

o mestre em Física, Ramiro de Porto Alegre Muniz, já atuante nos cursos da FF e da Escola de Geologia da Universidade. Formava-se o elo local entre Arlete, Martha, Ramiro e Edgard com o objetivo de criar o IMF. Com muita luta, empenho e determinação os “Institutos Gêmeos” foram criados em 1960.

Depois da fundação do IMF, Arlete viveu cada momento da sua vida empenhada na construção e solidificação desse espaço matemático, assim como na luta para ampliar e aprimorar seus conhecimentos e de todas(os) as(os) docentes do referido IMF.

Ao longo dessa trajetória, ela construiu um currículo de peso: atuou no ensino no Colégio da Bahia e no Colégio Dois de Julho; em 1956 já era assistente voluntária na FF. Lecionou na Escola de Geologia em 1958 (atual Instituto de Geociências); na FF foi pioneira no ensino das disciplinas “Teoria dos Conjuntos, Álgebra Linear, Álgebra Moderna, Topologia Geral, Topologia dos Espaços Métricos, Funções Analíticas e a Lógica Formal” (Depoimento Arlete/2013). Foi diretora do Instituto de Matemática de 1980 até 1982, durante sua gestão foi construída a atual sede do IM no Campus de Ondina 13 de janeiro de 1981.

Foi coordenadora de colegiados de cursos e da Pós-Graduação em Matemática. Foi coordenadora Central de Pesquisa e Pós-Graduação (atual Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA – PRPPG) de 1974 a 1975. Recebeu em 1995 o título de professora emérita da UFBA. Contribuiu no desenvolvimento do Centro de Ensino de Ciências da Bahia (Ceciba), participando em palestras e cursos, a exemplo do curso Elementos de Lógica Simbólica ministrado em 1966. Participou de vários eventos científicos, a exemplo dos congressos realizados em Poços de Caldas. Foi sócia fundadora da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) 24 de julho de 1969.

Após se aposentar da UFBA (1982), exerceu a docência na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (1986-2002). Ainda

hoje, continua muito ativa e nos presenteando com seus estudos, particularmente na área de Lógica, a exemplo do seu novo livro *Lógica formal*, lançado em 2010. Devido ao seu dinamismo, em breve certamente teremos novos projetos e novas surpresas no campo matemático. Possui dois livros publicados: *Lógica e Linguagem* (1992) e *Lógica formal: origens e aplicações* (2010). Entre os artigos destacam-se: “Asymptotic Equivalence of Volterra Integral Equations” (1973); “A note on Generated Systems of Sets”. (1973); “Os três problemas gregos da antiguidade, as construções com régua e compasso e a Teoria de Galois” (1993); “O banquete de Hilbert ou um diálogo sobre o infinito” (1994); “O método axiomático e o problema da consistência absoluta” (2001).

Considerações finais

A vida de Arlete se desenvolveu em um momento em que a sociedade começava a possibilitar a entrada das mulheres nos espaços universitários, contudo, ainda fortemente marcados pelo pensamento patriarcal dominante. Nessa busca por encontrar e se afirmar no espaço social e matemático da época, ela ingressou, desestabilizou, transformou e inscreveu seu nome nesse espaço.

Pode-se inferir que algumas das dificuldades enfrentadas pela jovem Arlete estavam atreladas às diferenças de gênero impostas pela sociedade, das quais, talvez, ela mesma nem tivesse consciência. Imagine-se uma mulher jovem, nordestina, recém-formada no curso de Matemática, chegando pela primeira vez na USP em 1957, entrando em um espaço acadêmico das “ciências duras” e sendo designada para a função de monitoria. Que olhares lhe foram dirigidos? Quais questionamentos lhe foram feitos? Uma mulher assumindo a monitoria de uma turma de Matemática, majoritariamente composta por homens? Homens que detêm a objetividade e a razão, sendo conduzidos por uma mulher?

Com certeza, mesmo inconscientemente, esses questionamentos fizeram parte dos seus medos e receios. Esses — “eles sabiam muito mais do que eu” — estavam arraigados na sua “identidade de mulher”. Na identidade arraigada sugerindo que a jovem Arlete estaria ocupando um lugar que, em tese, não deveria lhe pertencer — o espaço do campo matemático. Uma mulher infringindo as “normas naturais” que determinam espaços educacionais próprios para os homens e outros, próprios para as mulheres, nos quais a Matemática se apresentava como “inadequada” ao caminhar profissional delas.

A visão de que a identidade não é fixa nem imutável e que tem a capacidade de se transformar através das interações sociais nas quais o sujeito está inserido é enfatizada por Simone de Beauvoir (1967, p. 9) quando diz: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, expressando a construção da identidade como uma construção social, em um ponto de vista que se tornou fundamental para os estudos feministas. Diante desse contexto, o “tornar-se” foi construído a partir do outro, a partir da oposição binária homem/mulher, através da qual se estabeleceram as hierarquias que valorizam o masculino, a razão, a objetividade como marcas positivas, mais importantes e, portanto, posicionadas no “topo da pirâmide”.

Ao adotar a categoria gênero na análise deste estudo, automaticamente, o conceito de identidade se faz necessário, pois segundo Woodward (2000, p. 9-10):

identidade é relacional, [...] depende da existência de outras identidades, que diferem (*dela*), mas que, entretanto, fornecem as condições para que ela exista. [...] A identidade é tanto simbólica quanto social.

E segundo Hall (2001), a construção da identidade parece atravessar um momento de “crise de identidade”, que se carac-

teriza por mudanças estruturais nas concepções dos sujeitos: “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. [...] (*a identidade*) dos novos sujeitos é (*agora pensada*) como inacabada, fragmentada, múltipla e descentrada”.

Os estudos de gênero que se ocupam da construção de identidades de mulheres cientistas, em um mundo particularmente androcêntrico, como o da Matemática, são extremamente importantes. Destarte, histórias de mulheres como Martha e Arlete, com suas identidades multifacetadas, revelam em suas lutas a importante participação feminina na desconstrução das barreiras invisíveis que as separam dos homens, em certos ambientes, ainda nos dias atuais.

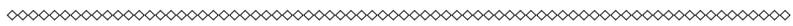
Neste sentido, utilizar o pensamento da construção das identidades fundamentado em autores(as) como Simone de Beauvoir, Kathryn Woodward e Stuart Hall, nos ajudou a refletir e analisar como Arlete foi construindo, transformando e fortalecendo sua própria identidade ao longo do seu percurso pessoal e profissional.

A trajetória de Arlete mostrou as novas possibilidades de inserção das mulheres nos campos universitários na década de 1940 e, particularmente, a instigante participação delas no curso de Matemática da FF da Bahia. Segundo Dias (2002, p. 124): “em todo esse período (1945-1968) licenciaram-se ou bacharelaram-se [...] 70% de mulheres e 30% de homens. [...] das 21 formaturas realizadas, [...] 17 delas formaram-se mais mulheres que homens.” Além disso, o exemplo e influência de Arlete junto as suas contemporâneas efetivamente contribuiu para que essas mulheres formadas no curso de Matemática ingressassem no quadro docente do IM, mantendo-o durante muito tempo com predominância feminina. Isso pode ser comprovado ao analisar comparativamente o número de homens e mulheres na docência do Instituto: três homens e 19 mulheres em 1961; quatro homens e 14 mulheres de 1963 a

1968; 33 homens e 13 mulheres desde 2012²⁵. Diante destes dados torna-se possível entender a denominação dada por Arlete ao IM: “Instituto Feminino de Matemática”.

Apesar de aposentada, Arlete continua viva no imaginário das alunas, docentes e funcionários(as) que convivem diariamente no Instituto, pois os seus livros de lógica e seu trabalho pioneiro na direção do Instituto (que entre outras conquistas, estabeleceu um “rodízio” entre os docentes e as disciplinas a serem lecionadas a cada dois anos), se mantém constante no nosso cotidiano acadêmico.

Arlete Cerqueira Lima construiu sua trajetória profissional com brilhantismo em um campo considerado, tradicionalmente, masculino. Apesar dos “entraves” que nós — “as mulheres” — sempre encontramos quando nos colocamos como autoras, escritoras, artistas e cientistas, muitas de nós venceram, desobedecendo e transgredindo para conquistar o direito. (RAGO, 2013) Arlete conquistou esse direito, prosseguiu no caminho do seu aperfeiçoamento matemático, demonstrando a cada passo que “*não se nasce professora-matemática, torna-se professora-matemática*”. O talento para lidar com os números não está inscrito no DNA dos homens, e nem nasce apenas com eles. Tornam-se matemáticas(os), mulheres ou homens, com determinação, empenho, estudo, competência e profissionalismo, características possíveis a qualquer ser humano independente das estereotípias que associam os caracteres biológicos ao sexo, de modo desfavorável para as mulheres.



25 Devido às reformas ocorridas no IM, entre 2010 a 2013, muitos documentos acabaram se perdendo, fato que não permitiu trabalhar com dados de todo o período. Mas a diminuição das mulheres no quadro docente começou a ocorrer por volta de 2005.

Referências

- ALAKIJA, G. *A casa da lapinha: fragmentos históricos da psiquiatria baiana*. Salvador: EGBA, 2004.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: 2: a experiência vivida*. São Paulo: Difel, 1967.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: 1: fatos e mitos*. São Paulo: Difel, 1967.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CASTELLANOS, G. Género, poder y postmodernidad: hacia un feminismo de la solidaridad. In: LUNA, L. G.; VILANOVA, M. (Comp.). *Desde las orillas de la política: género y poder en América Latina*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996. p. 21-48.
- DIAS, A. L. M. *Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia, 1896-1968*. 2002. 309 f. Tese (Doutorado em história social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ESCANDÓN, C. R. A nueva historia, el feminismo y la Mujer. In: ESCANDÓN, C. R. (Org.). *Género e história: la historiografía sobre lamujer*. México: Instituto Moro, 1992. p. 7-37.
- FERRAND, M. A exclusão das mulheres da prática das ciências: uma manifestação sutil da dominação masculina. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 358-367, 1994. Edição Especial.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: I: a vontade do saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GUIMARÃES, S. G. *Medicina legal na Bahia: trajetória de Maria Theresa de Medeiros Pacheco (1928-2010): uma leitura feminista*. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) – Faculdade de Filosofia e ciência Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- GUIMARÃES, S. G.; ARAS, L. M. B. Relações de gênero e o feminismo nos caminhos da Medicina Legal na Bahia: trajetória de Maria Theresa de Medeiros Pacheco (1948-2010). In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 1., 2012, Niterói.

- Anais...Niterói: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, 2012. p. 11-17.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). *Vidas de professores*. Portugal: Porto Editora, 1992.
- LIMA, D. K. “O banquete espiritual da instrução”: o ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942. 2003. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2003.
- LOPES, M. M.; SOUSA, L.G. P.; SOMBRIO, M. M. O. Os lugares de Bertha Lutz na história. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2004, Campinas. *Anais...* Campinas: ANPUH, 2004.
- LOURO, G. L. “Mulheres na sala de aula”. In: PRIORI, M. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto: Ed. UNESP, 2004, p. 443-481.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MENEZES, M. B.; SOUZA, Â. F. L. Gênero e Matemática na mesma equação: possíveis implicações nas escolhas profissionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2013, Anais João Pessoa, 2013. p. 700-712.
- OFFEN, K. História de las mujeres. *La Aljaba*, Buenos Aires, v. 13, n. 13, p. 15-33, enero/dic. 2009.
- PINTO, N. B. Marcas históricas da matemática moderna no Brasil. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 5, n. 16, p. 25-38, set./dez. 2005.
- RAGO, M. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013.
- RAGO, E. J. Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931). *Ciência Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 985-993, maio/jun. 2008.

- SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *Série Estudos e Ensaio*, Rio de Janeiro, p. 1-44, jun. 2009.
- SANTOS, R. *Vidas paralelas: 1894-1962*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SCHIENBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?*. Campinas: EDUSC, 2001.
- SEBASTIÃO E SILVA (1914-1972). Instituto Camões. [S.l.], c2003.
Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p22.html>>. Acesso em: 7 mar. 2013.
- SOUZA, Â M. F. L. O viés androcêntrico em biologia. In: SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, A. A. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2002. p. 77-88. (Bahianas, 8)
- TEIXEIRA, A. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.
- VALLEJOS, A. et al. Lineamentos epistemológicos. In: YANNOULAS, S. (Coord.). *A convidada de pedra: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002*. Brasília: FLACSO: Abaré, 2004. p. 270-305. Disponível em: <<http://www.flacso.org.br/portal/pdf/pptr/347.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2003.
- VARELA, A. G. Gênero e trajetória científica: as atividades da cientista Marta Vannucci no instituto oceanográfico da Universidade de São Paulo (1946-1969). *Gênero*, Niterói, v. 13, n. 1, p. 123-142, 2012.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

SUBJETIVIDADES NA CIÊNCIA

narrativas de mulheres no exercício da produção de conhecimento em Biologia

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

A formação específica de mulheres cientistas no campo das Ciências Biológicas, ao longo dos anos em que realizaram os seus cursos de graduação e pós-graduação, lhes permitiu, segundo suas próprias palavras, a possibilidade de exibirem habilidades e competências que lhes garantiram o acesso às informações e às técnicas necessárias ao exercício de sua profissão — cientistas. No entanto, fazê-las pensar nesta profissão tendo como pano de fundo sua identidade de gênero é para elas uma experiência inusitada, não apenas pelo seu desconhecimento sobre o que se pretende analisar a partir desta perspectiva, mas, sobretudo, porque este exercício traz à tona uma “novidade”: a associação de lembranças, questionamentos e, sobretudo, emoções ao ato de avaliar a própria carreira, o que, longe de prejudicar a clareza e a importância desta análise, a torna mais fecunda e mais contundente. Os depoimentos aqui apresentados e analisados reúnem 17 biólogas, todas formadas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com

idade entre 26 e 55 anos à época dos depoimentos, entre as quais oito doutoras e nove mestras, 13 atuando como pesquisadoras e docentes em instituições de ensino superior; 16 se autodeclararam brancas e uma negra, todas de classe média.

Os encontros que resultaram neste relato se iniciaram buscando a percepção das entrevistadas sobre suas identidades de gênero e de cientista, destacando a seguir a sobreposição de papéis de mulher e cientista. Segue-se a discussão de uma questão fundamental no processo de construção da identidade profissional: as relações de poder, evidenciadas em situações que envolvem a autoridade e a autonomia da mulher cientista, também associadas aos estereótipos de gênero presentes no campo do conhecimento, descortinando-se assim o mundo em que se movem essas mulheres, entre bancadas, provetas, culturas de células, congressos, seminários, tudo, como de resto, profundamente marcado pela ideologia e pelas retóricas de gênero. (SEDEÑO, 2001)

Subjetividades – de como ser mulher e cientista

O termo “subjetividade” vem sendo intensamente discutido, especialmente no campo das Ciências Sociais; o que se critica essencialmente é a noção de um sujeito unificado, trazendo-se à tona a ideia da fragmentação de determinações sociais de classe, raça, sexualidade, gênero e até de nacionalidade, em um contexto de mudança estrutural das sociedades modernas. Uma concepção sociológica do sujeito já permite uma plasticidade na formação da identidade, uma vez que reconhece a sua construção como resultante de um processo interativo entre o indivíduo e as outras pessoas com as quais se relaciona ao longo da vida. Neste sentido, vale trazer o trabalho de Foucault, conforme apresentado por Souza (2003, p. 38):

O trabalho de Michel Foucault em torno da questão do sujeito e dos jogos de verdade que o constituem pode ser dividido em duas etapas: na primeira, ele se ocupa de práticas coercitivas que produzem sujeitos — inclui-se aí o conjunto de trabalho que investe a psiquiatria e o sistema penitenciário. O que se enfatiza aqui é a atenção sobre os modos de produção de sujeito através do poder individualizador. Na segunda etapa, o foco se desloca para as práticas ditas de auto-formação do sujeito, mediante instrumentos para que cada indivíduo elabore a si mesmo como sujeito.

Construindo sua argumentação, Souza (2003) estabelece um contraponto entre as duas etapas, atribuindo-lhes os termos assujeitamento — que corresponde à primeira — em que se processa uma operação dominadora exercida pela sociedade e a subjetivação — a segunda — uma operação libertadora em que está implicada a categoria de resistência. Esta resistência produziria novas formas de ser sujeito, entendidas por Foucault, ainda segundo Souza (2003), como uma desmontagem das práticas normalizadoras de construir sujeitos, passando os indivíduos a se constituírem produtores de suas próprias ações. Como diz o autor mais adiante, “assim é que, foucaultianamente falando, ninguém é e nem nasce sujeito, seja sob a forma mais libertária, ou sob o modo mais submetido”. (SOUZA, 2003, p. 39)

Dentro dessa concepção de construção do sujeito, a frase definitiva de Simone de Beauvoir (1980, p. 9), “não se nasce mulher, torna-se mulher”, evidencia as subjetividades femininas como socialmente construídas, em grande complexidade, considerando os processos de resistência que vamos elaborando ao longo da existência. Ao afirmar isto, a autora se colocava contra o determinismo biológico, àquela altura destacado pelas ideias de Freud, segundo o qual “biologia é destino”. Assumia, porém, do mesmo modo, uma atitude radical, uma vez que operava com o modelo cartesiano, através da dicotomia ambiente social/biologia, como

afirma Saffioti (2000). Embora reconheça que Beauvoir (1980) só poderia pensar dentro do modelo cartesiano, considerando sua época e seu contexto, Saffioti (2000, p. 24) propõe o abandono dessas dicotomias, assumindo a tarefa “de juntar as duas coisas”.

Nesta perspectiva, assume-se neste texto que sobre um corpo biologicamente determinado como sendo de fêmea da espécie, elabora-se, via de regra, durante a vida, desde muito cedo, a consciência de si mesma como pertencente ao sexo feminino; para Money e Tucker (1981), identidade de gênero foi concebida como identidade sexual, ou como alguém se percebe como homem ou como mulher, exibindo condutas esperadas socialmente para o sexo a que pertence. Nessa mesma linha, Silva (1986) afirma que a identidade de gênero pode ser definida como uma unidade e constância de uma individualidade, masculina, feminina ou ambivalente, em uma escala variável, vivenciada no comportamento e na percepção de si mesmo.

Assim, no caso das mulheres, a percepção de si mesmas, condicionada pelas relações sociais definidas na família, na escola e em outras instâncias da sociedade, se constrói sobre a consciência do próprio corpo biológico e em oposição à identidade masculina, representada em termos de características socioculturais que constituem o que é mais valorizado no meio social: a altivez, a competitividade, a autonomia e outros atributos relacionados ao poder e ao seu exercício, sendo os meninos encorajados desde sempre a perseguirem estas características.

Ora, se ser menino ou ser homem pressupõe tais atributos, então ser mulher, ser o outro, o diferente, sempre em oposição ao masculino, é precisamente não exibir competitividade, autonomia etc., sob pena de ser rotulada de masculinizada, nada feminina, até mesmo desviante do padrão de normalidade mental, aceito pela sociedade.

Uma bióloga pesquisadora de 49 anos exprime-se assim:

Durante muitos anos eu vivi um conflito existencial muito grande entre ser mulher, o que eu nasci sendo, e o papel que eu queria desempenhar, de ser pessoa, de ser um ser humano, de ser uma pesquisadora. Eu tive muitos conflitos na minha vida, de me impor como mulher [...] sem me masculinizar, sem me impor um estereótipo muito masculinizado [...] Muitas vezes a gente vivendo num universo muito masculino, a gente tem que vestir este estereótipo pra poder usar as mesmas armas [...] Mas eu consegui ter poder, me amar, me autoestimar, mas isto foi uma luta muito longa.

Está explícito na fala da entrevistada todo o preconceito existente na sociedade sobre a “inadequação” das mulheres para o exercício do poder. O fato de almejar o sucesso profissional em um mundo masculino pressupõe, a princípio, a assunção do modelo dos homens, e requer uma “luta muito longa” para não se confundir com eles, nem reproduzir os seus métodos.

Os estereótipos de gênero incluem não apenas o comportamento, mas também a aparência. Uma entrevistada na casa dos 30 anos, casada, mãe de dois filhos pequenos, afirma:

Ser mulher [...] eu acho que ser mulher é, acima de tudo, um padecer [risos]. Porque eu sempre digo que se eu vier ao mundo de novo, eu não quero vir mulher, não [risos]. Porque homem que passa bem. Meu marido faz assim, ele fala bem assim: “Olha, na próxima encarnação, se você tiver sorte, você vem homem”. Porque o que a gente passa, realmente, a gente sofre muito. A gente sofre desde as coisas mais triviais, que é uma depilação, entendeu? Que é você ter que ir ao cabeleireiro, é você ter que tirar sobrancelha, está entendendo? É você ter que malhar mais do que os homens, porque os homens podem ficar barrigudos e nós não. Até ter que passar por situações no trabalho: assédio, tudo; discriminação, todas essas questões. Então, ser mulher, é padecer no mundo atual; para mim é isso.

Na fala da entrevistada, aparecem outros símbolos de feminilidade construídos socialmente, como estar depilada, de cabelos arrumados, com o corpo modelado; ela compara sua situação com a dos homens em geral, que podem até “ficar barrigudos”. Ter a imagem masculina como referencial está de acordo com a ideia referida por teóricos culturalistas, como Woodward (2000), Hall (2001), Silva (2004) entre outros, para quem o papel do outro na construção da identidade é fundamental, destacando a centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social. Sendo uma categoria relacional, a identidade depende de algo fora dela, de outra identidade, que difere da primeira, mas é condição para que ela exista; assim, a identidade é marcada pela diferença. (WOODWARD, 2000)

Nesse sentido, a dominação masculina, definida por Bourdieu (1995) como a mais arquetípica das formas de violência simbólica, marca profundamente a construção da identidade feminina, uma vez que o outro (masculino), tido como superior, lembra constantemente às mulheres em formação a sua fraqueza, sua fragilidade, sua suposta incompetência para administrar a própria vida. Um dos aspectos mais relevantes subjacentes a esta distorção é a ideia de que tais assimetrias estão “na ordem natural das coisas”, sendo, portanto, parte da essência do feminino.

Como destacam os estudos feministas, a questão não se restringe apenas ao essencialismo associado a esta marcação das diferenças, a exemplo de explicações de ordem biológica sobre a maternidade ou a fragilidade femininas; o grande problema é o estabelecimento de valores diferentes para cada componente desses dualismos próprios das oposições binárias, características do pensamento ocidental. Entre os gêneros, o masculino sempre aparece como positivo e dominante, enquanto o feminino é negativo e dominado. No contexto do mundo da Ciência, essa

assimetria se aprofunda, na medida em que se desloca para o campo do conhecimento. Wilshire (1997, p. 102) o define assim:

Conhecimento: aquilo que é conhecido sobre a realidade e publicamente verificável, provável, estruturado objetivamente (como na matemática); fatos e informações: esclarecimentos, o que lança luz sobre um assunto; resultado do que surge da escuridão e da ignorância (circunstâncias inferiores) para a luz da verdade.

A autora chama a atenção para o fato de que esta definição tem pelo menos 2.500 anos, remontando à Antiguidade Clássica, mas encontra eco mais tarde em Tomás de Aquino e chega ao Iluminismo de Kant, sobre o qual se constituiu o pensamento hegemônico na Modernidade. Este sistema tem considerado a Razão como algo superior, mental, elevada, ordenada, objetiva, todos atributos associados ao masculino: ora, o oposto do conhecimento é a ignorância, a escuridão, a confusão, a desordem, naturalmente atribuídos ao feminino, já que a mulher é o outro, o não sujeito, a imanência. Desta forma, a identidade feminina se constrói dissociada da possibilidade do conhecimento pleno, da emancipação pela luz da Razão; quando muito, são destinados às mulheres certos saberes ligados ao oculto, aos mitos, aos saberes do cotidiano que nada têm em comum com a sistematização rígida e hierárquica da Ciência como instituição.

Não é de estranhar, portanto, o enorme desafio enfrentado pelas mulheres cientistas, envoltas em um mundo tão androcêntrico; ser mulher e ser cientista representa para muitas delas não a complexidade natural de uma vida plena de realizações, como é no caso de ser homem e ser cientista, mas muitas vezes a frustração por não poder realizar plenamente suas ambições profissionais, ou não ter possibilidade de realizar aquilo que a sociedade espera de todas as mulheres, quer elas desejem quer não, a maternidade. O maior desafio, no entanto, é superar de fato a ideia de

inferioridade, de subordinação ao poder masculino; é admitir e provar que mulheres e homens são igualmente capazes de realizar qualquer tarefa no campo intelectual, que nenhuma limitação biológica as coloca em um patamar inferior àquele ocupado pelos homens.

Retomando-se as proposições de Hall (2001) sobre as concepções de identidades, chega-se à ideia do sujeito pós-moderno, que pressupõe a ocorrência de múltiplas identidades, que ou se complementam ou se tornam contraditórias, constituindo-se, assim um sujeito que não teria uma identidade fixa, permanente, mas uma identidade “que se torna uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. (HALL, 2001, p. 13) O autor afirma que o descentramento final do sujeito cartesiano foi precipitado por cinco grandes avanços no final do século XX, período que ele chamou de modernidade tardia: as tradições do pensamento marxista; a descoberta do inconsciente por Freud; o trabalho do linguista Ferdinand de Saussure, segundo o qual a linguagem é um sistema social e não individual; a produção teórica sobre o poder de Michel Foucault e, finalmente, o feminismo, como movimento e teoria social.

A contribuição das feministas é destacadamente importante, uma vez que elas questionaram a clássica distinção entre o público e o privado, ao afirmarem como *slogan*, “o pessoal é político”, no sentido de que as ações femininas na esfera privada têm repercussões na esfera pública, a exemplo da importância do trabalho doméstico da mulher na consolidação do capitalismo e a educação dos filhos. Afirmaram ainda que os sujeitos se constituem genericados, politizando assim a subjetividade; partiram da contestação da posição social das mulheres e chegaram a problematizar a formação das identidades sexuais e de gênero e, finalmente,

questionaram a noção de pertencimento de mulheres e homens dentro de uma mesma identidade, a Humanidade, enfatizando a questão da diferença sexual e de gênero. (HALL, 2001)

Assim, dentro de uma perspectiva pós-moderna da constituição dos indivíduos, admite-se aqui que as biólogas aqui retratadas mesclam identidades – a feminina e a de cientista – que se mostram muitas vezes contraditórias, exibindo por um lado todos os estereótipos definidos pela sociedade como sendo marcadores da identidade feminina e, por outro, o papel de sujeito do conhecimento, produzindo saberes e se comportando como exige a comunidade científica, historicamente construída dentro de um modelo patriarcal e autoritário.

Nesse sentido, algumas entrevistadas evidenciaram uma grande contradição: mesmo reconhecendo seu sucesso profissional, sua condição de mulheres atuantes na sociedade contemporânea, elas revelam na sua definição de “ser mulher” todo um conjunto de estereótipos que vêm mantendo a subordinação feminina no modelo patriarcal de sociedade. Uma entrevistada de 46 anos, professora universitária e pesquisadora, casada e mãe de dois filhos já adultos afirma que ser mulher é:

[...] um misto de sensibilidade, de força de coragem, de compreensão de renúncia [...] para mim é tudo isso [...] É a renúncia em nome do amor, sabe? Amor pela família, pelos filhos pelo marido. (MB3)

Uma outra bióloga de 32 anos pesquisadora e também professora universitária declara:

[...] eu tenho muita satisfação de ser mulher [...] a satisfação maternal que é uma coisa interessante, ao mesmo tempo que é uma coisa que te sufoca, que te desespera, é uma coisa assim de um prazer imenso [...] A outra coisa que eu acho que as mulheres têm é esta coisa da espiritualidade muito forte, não que os homens não tenham, mas a espiritualidade feminina é

muito forte, a intuição. E a sensualidade feminina que é uma coisa divina, maravilhosa. Na verdade, eu sou arquetípica.

A associação da identidade feminina a sentimentos e atitudes como renúncia, sensibilidade e compreensão, relatadas no primeiro depoimento, e a questão da maternidade, da intuição e da sensualidade, presentes no segundo, se baseia na visão essencialista dos gêneros. Assim, mesmo quando estão no mundo público, exercendo suas funções profissionais, as mulheres tendem a se “redimir” de sua culpa imaginária se dedicando menos à sua carreira, se empenhando menos, sempre se referindo à renúncia necessária, por amor aos filhos e à família. Na verdade, esta ideia tão fortemente arraigada precisa ser desconstruída, como defendem as teóricas feministas, para quem as identidades são fluidas e não essências fixas, e não estão presas a diferenças que valeriam para todas as épocas. A maternidade, por exemplo, como marca indelével da identidade feminina, vem sendo profundamente questionada, desde Badinter (1985).

A marcação de diferenças hierarquizantes leva necessariamente ao exercício do poder, especialmente no campo simbólico. Assim, é frequente nos depoimentos colhidos entre as mulheres, expressões e impressões que conduzem à análise desta questão. Uma outra entrevistada de 32 anos, casada, mãe de duas filhas, afirma que ser mulher:

[...] é ser sobrecarregada [...] tem me trazido muitas responsabilidades em função de ser mulher [...] Eu não me sinto assim muito mulher, sabe? [risos]. Tem horas que eu me sinto assim macho, no sentido de resolver as coisas, de assumir, né? No alto escalão. Porque a mulher sempre administra no baixo escalão, assim cuida dos problemas, dos pequenos problemas da casa.

É interessante a forma como os estereótipos se manifestam nessa fala. O fato de resolver problemas no “alto escalão”, que

pode significar as questões da macroeconomia familiar, como compra de imóveis, troca de carro, viagens e outras atividades do âmbito público, só seriam resolvidas por homens, enquanto o mundo privado, ou o “baixo escalão” diria respeito às mulheres. Ora, como é cada vez mais frequente a ocupação do espaço público pelas mulheres, o normal seria o desmanche desse estereótipo; o que se vê, no entanto, nas palavras de uma cientista, é que a única possibilidade de resolver coisas grandes é “se sentir macho”. Em outras palavras, o poder masculino é de grande abrangência e o feminino é inferior, de menor significado. Ser mulher, portanto, ainda que seja ocupando espaços ditos masculinos, é ser dotada de um poder restrito a questões menores, àquelas situações em que sua “essência feminina” é exercitada, especialmente no que se refere ao campo familiar. Para Bourdieu (1976), a sociedade atribui às mulheres uma visão essencialista de identidade, diminuída; vítima de uma dominação simbólica, inscrita tanto na divisão do mundo social quanto nas relações sociais de dominação entre os sexos, a mulher incorpora sua identidade em oposição à do homem, impregnada de inferioridade, em relação à superioridade e poder masculinos.

A naturalização da identidade de gênero aparece marcadamente nas falas das biólogas. A própria natureza do curso de Ciências Biológicas condiciona esta visão biologizante da identidade, uma vez que durante o curso, há uma tendência a buscar explicações nos genes e nos sistemas de regulação orgânica (nervoso e endócrino) as raízes dos comportamentos humanos. Assim, uma entrevistada formada em 1989, solteira sem filhos:

Ser mulher é ser portadora de XX, né? É não ser homem, é ser diferente dos homens. A condição da maternidade; mesmo que não tenha filho, a maternidade é intrínseca na condição da mulher.

Aqui, a identidade feminina é reduzida à condição cromossômica, genética, e está associada à maternidade. Nesse contexto, gênero se confunde com sexo, tornando as assimetrias entre homens e mulheres justificadas por um sistema biológico que limita as fêmeas à procriação e à maternagem. Nas palavras de Andrade e Lima e Souza (2012, p. 1)

O determinismo biológico tem caracterizado diversos estudos na área da genética, que buscam identificar diferenças comportamentais e cognitivas entre indivíduos, justificando-as e restringindo-as à informação genética. Esses estudos exercem um enorme fascínio na sociedade, que historicamente busca explicações para tais diferenças. Em muitos desses estudos não são identificadas interpretações interacionistas dialéticas, de modo que tendem a minimizar o valor das explicações ambientais [...].

Essa visão tem servido para manter as mulheres comprometidas apenas com as funções familiares, o que constitui para muitos a base da sociedade moderna, até mesmo no campo econômico. As instituições sociais, como a família e a escola, infundem nas meninas desde muito cedo este compromisso, travestido de “instinto natural”, exclusivo das fêmeas, o que serve tanto para dominar as mulheres como para isentar os homens da corresponsabilidade de educar seus filhos.

Nesse contexto, é compreensível que mesmo mulheres educadas, profissionais atuantes e produtivas, afirmem com muita segurança a sua compreensão do que seja ser mulher no mundo, como o faz a entrevistada seguinte, aos 37 anos, pesquisadora, mãe de dois filhos pequenos:

A mulher, desde quando ela é pequena, ela começa com determinadas responsabilidades [...] a gente tem como mulher o papel de mãe, de dona de casa, de esposa, de profissional, de amigo, muito mais dedicado que o papel do amigo masculino, aquele que sai para jogar bola, para bater um papo [...] a mulher é uma célula totipotente.

É interessante a expressão utilizada pela entrevistada na última fala: uma célula totipotente é embrionária, isto é, aquela que pode dar origem a todas as células diferenciadas do organismo que está se formando. É frequentemente referida em oposição à célula diferenciada, especializada em determinada função, constituinte de tecidos ditos nobres. A analogia entre a mulher e uma célula totipotente revela a noção consciente ou não de ser virtualmente capaz de fazer tudo e ao mesmo tempo incapaz de realizar algo específico, mais útil, mais valioso (a exemplo do trabalho científico), como pode fazer uma célula especializada. Ademais, as analogias que associam a mulher com a natureza (no caso, a unidade fisiológica da vida, a célula) são recorrentes no pensamento biológico. A função reprodutiva, mesmo envolvendo os dois sexos, é a marca definitiva das mulheres que, como a própria Natureza, deve ser fértil, generosa, nutriz e sempre disponível para a realização dessa função, que justificaria, em última análise, sua existência.

Embora se afirme com muita frequência entre os biólogos que a Biologia está menos sujeita a influências sociais, constituindo-se como um campo essencialmente neutro, as analogias que envolvem a mulher e a natureza e as metáforas de gênero são uma constante nas falas das depoentes, sempre em uma conotação de submissão e passividade, como inerentes à condição feminina. Evidentemente, tais referências trazem em si estereótipos veiculados e manifestados no seu ambiente de estudo e trabalho. Os discursos científicos, como todos os demais, reproduzem as bases das identidades, as noções que se têm sobre os sujeitos. Como afirma Castellanos (1996, p. 23):

Os saberes se produzem e são compartilhados através de determinados tipos de discursos, desde os científicos até os narrativos, tanto os relatos literários como os da vida cotidiana, passando por toda a gama de discursos profissionais, mais ou menos especializados. É aí, no que a gente fala e escreve, é onde se jogam as batalhas que decidirão o que consideramos

como verdade, o que consideramos como legítimo, o que consideramos como valioso e importante.

Dentro de um contexto de vida cotidiana, de relações de trabalho, as referências à condição feminina são carregadas de preconceito, sempre associadas a uma inabilidade natural das mulheres para se manterem lúcidas e coerentes. Assim, um aspecto puramente biológico da vida delas, a menstruação, aparece associado à irritabilidade, à confusão de sentimentos e de atitudes. Uma pesquisadora muito jovem, aos 26 anos, atualmente concluindo seu doutorado no exterior, afirma:

Não sei se em tom de brincadeira, mas sempre existiu [preconceito]. Que a mulher é sempre inferior. Isso passa, na brincadeira ou na prática ou [...] sempre existia; mas sempre assim, de piadinha. Mas de piadinha em piadinha é uma verdade que a pessoa acredita. “Ah, porque você é mulher. Ah, porque você está menstruada hoje”. Essa é a expressão que a gente mais ouve [risos.] “Ih, está assim! Está menstruada essa menina”. E hoje em dia, já caiu tanto no uso que a gente usa isso para os meninos “Ih, esse menino hoje está menstruado”.

Ou seja, quando se deseja acusar um homem de nervosismo ou irritabilidade, atribui-se a ele uma condição biológica das mulheres; a menstruação é, assim, associada a uma fragilidade, quase um defeito, um traço de inferioridade que desqualifica a mulher para um trabalho que exige calma, racionalidade e outras qualidades inerentes à busca do conhecimento.

Tomando como base para a discussão o conceito do sujeito pós-moderno como apresenta Hall (2001), faz-se necessária a abordagem do outro componente dessa identidade múltipla, a mulher que atua como pesquisadora.

Do ponto de vista aqui assumido, cientista é a pessoa que exerce cotidianamente a função de pesquisador em uma instituição de pesquisa ou em uma universidade pública, como é comum

no Brasil. No entanto, é necessária uma caracterização mais completa desse sujeito, com base nas representações sociais correntes sobre ele/ela e sobre o trabalho que realiza, produzindo conhecimento diariamente em seu laboratório, divulgando seus trabalhos em revistas especializadas e frequentemente orientando estudantes de graduação e pós-graduação que desejam seguir a carreira científica.

A imagem do cientista está associada ao poder. Desde seus primórdios, a Ciência Moderna foi construída por homens socialmente bem situados, com acesso a ideias e processos de aprendizagem inalcançáveis para as pessoas ditas comuns. Para Harding (1996, p. 214), esta imagem também apresenta “um ser isolado, um gênio que seleciona os problemas a estudar, formula hipóteses, inventa métodos para comprovar as suas hipóteses, faz observações e interpreta os resultados das observações”.

Por mais anacrônica que possa parecer, esta é a ideia dominante do cientista, na sociedade atual, conforme se pode apreender das falas das mulheres entrevistadas; quando esta concepção não parte delas mesmas, aparece no seu discurso, atribuída a familiares e amigos, que ainda veem os cientistas como seres quase sobrenaturais, envolvidos em atividades sigilosas, até perigosas. Uma entrevistada de 33 anos, pesquisadora, solteira e sem filhos, descreve assim a expectativa de seu pai sobre o seu trabalho:

O que eu me lembro assim e acho interessante é que todas as vezes que meu pai vê alguma coisa relacionada à Ciência na televisão, ele me diz: “Ah, você podia fazer isto e aquilo [...]” Tem aquelas ideias mirabolantes, pensa que a gente é aquele cientista maluco como o Einstein [riso].

Assim, as representações sociais sobre os cientistas incluem imagens de pessoas isoladas, esquisitas, voltadas para um mundo particular; muitas vezes são descritos como excêntricos, por não se enquadrarem em um estilo de vida tido como normal,

envolvido com as coisas cotidianas. Essas impressões constituem a exacerbação do modelo criado pela Ciência Moderna, que instituiu o conhecimento como algo a exigir grande capacidade de concentração e de racionalidade. Tais habilidades, combinadas com uma neutralidade total na abordagem dos objetos a serem estudados, exigiriam o isolamento do cientista, como condição indispensável ao seu trabalho, para não “contaminar” seus resultados. Uma entrevistada de 46 anos define o(a) cientista:

É aquela pessoa dedicada, que tem uma tendência de se isolar do mundo [...] no momento em que ela está fazendo aquela atividade, sentindo aquele prazer. É um trabalho gostoso, que satisfaz, que não me dá um retorno financeiro.

A ideia de isolamento também aparece em outro depoimento, acrescida da menção de outras características, que também remetem ao modelo hegemônico de Ciência: a busca da verdade, a possibilidade de encontrá-la desde que se use metodologias específicas, a dedicação, que pode ser interpretada como disciplina. Uma pesquisadora docente universitária de 32 anos assegura:

Eu defino como uma pessoa que busca conhecer a verdade, através de uma metodologia específica e que em função disso tem um procedimento de dedicação, que permita investir neste sentido. Quando eu me formei era muito forte também a ideia de uma pessoa isolada, fechada em seu laboratório [...]

Tais depoimentos sugerem que a concepção de Ciência que norteou a formação dessas pesquisadoras se alicerça nos princípios cartesianos que, como afirma Berman (1997), presume a “isenção” da prática científica, tornando os cientistas como seres pretensamente superiores, que vivem além dos condicionamentos socioculturais, sendo portanto, capazes de se acercarem da verdade “pura”. A ideia da Razão como única forma de se alcançar esta Verdade, própria do Iluminismo de Kant, têm repercussões

significativas do ponto de vista de gênero, como afirma Flax (1991, p. 222), para quem “a ciência, como exemplo do uso correto da razão, é também o paradigma de todo o conhecimento”. A autora destaca que os filósofos do Iluminismo nunca pretenderam incluir as mulheres no grupo daqueles capazes de alcançar a libertação. Considerando aspectos do pensamento feminista como a noção de ego, de conhecimento e de verdade, Flax (1991) destaca a contradição entre elas e as categorias próprias do Iluminismo.

Apesar da predominância dessas ideias, em outros depoimentos é possível vislumbrar o conhecimento do pensamento crítico sobre a Ciência Moderna, não por acaso partindo de cientistas formadas mais recentemente:

É aquele que é capaz de reconhecer os fenômenos da natureza e procurar usar da lógica, da razão e também da sensibilidade para ajudar a explicar os fenômenos. E ter a clareza de que o que ele está observando é mutável, que depende do olhar que ele está tendo e é um olhar pontual, dentro do paradigma em que ele está inserido na época.

Fazer ciência para mim envolve a pergunta, a investigação, o conhecer, o compreender, o transformar, o divulgar, o colocar de modo mais acessível para a comunidade, para o mundo [...]

A referência a termos como “mutável” e “paradigma” remetem ao pensamento de Kuhn (2000), como uma das mais importantes referências da crítica feminista à Ciência. As ideias kuhnianas se contrapõem ao isolamento do cientista e sua pretensa neutralidade; apesar da depoente reforçar a importância da lógica e da razão, ela reconhece que é o seu olhar particular que vai definir o seu objeto; ela se aceita como impregnada de teorias e “certezas”, situadas dentro de um determinado paradigma, que concretamente pode se constituir em amarras que limitam o conhecimento mais amplo da realidade.

No segundo depoimento, reconhece-se a preocupação com a inserção da pesquisa na comunidade, associada à ideia de transformação, outro sinal da saída do isolamento e da neutralidade tão requeridas pelo modelo dominante de produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, revela a percepção da depoente de um afastamento do “mundo”, que aparece como um lugar no qual ela não está; ela parece se sentir afastada dos “seres comuns”, até pela linguagem, que segundo ela, tem que ser “colocada de modo mais acessível para a comunidade”. Assim, embora a crítica ao modelo dominante de Ciência tenha sido incorporada ao discurso, na prática e mesmo no nível de mentalidade, o cientista ainda permanece se percebendo como um gênio solitário cujo trabalho o coloca além das coisas corriqueiras e, portanto, distanciado das outras pessoas, que parecem estar a um nível abaixo do ocupado por ele.

Neste contexto, vale resgatar aqui a proposição de Haraway (1995) afirmando que todo o conhecimento é “situado” social e historicamente, sendo, portanto, parcial. É particularmente importante destacar que a autora reavalia a chamada visão da(o) cientista, na medida em que reafirma sua parcialidade e sua corporalidade, em contraposição à visão pretensamente neutra, mesmo inocente, da Ciência Moderna.

Um outro aspecto se manifesta na fala de uma depoente formada em 1979:

Não me sinto preparada para ser pesquisadora, tenho medo de dizer que sou, porque acho uma pretensão muito grande dizer uma coisa que eu não sou, estatística. Quer dizer, fiz curso de estatística, fiz na graduação, no mestrado, fiz no doutorado, fui aprovada com A, mas acho que é diferente a gente dizer estatística e a gente aplicar estatística. Eu estou dizendo estatística como um exemplo. Não é verdade que eu me sinta uma pesquisadora.

Nesse depoimento aparecem dois dados: o primeiro diz respeito a uma concepção de Ciência positivista, cartesiana, que a entrevistada traduz por conhecimentos de estatística, ou seja, de uma metodologia quantitativa, de dados mensuráveis que dariam cientificidade à investigação. Por este critério se justificam todos os preconceitos que são direcionados a trabalhos científicos nas Ciências Sociais, por exemplo, que lidam com aspectos não compatíveis com este tipo de abordagem. Por outro lado, a depoente chega a se referir ao medo de se dizer uma cientista, como se fosse algo inatingível para ela, talvez por ser mulher e, nesta condição, não ter as habilidades necessárias ao exercício de uma atividade que, na sua concepção, exige a Matemática, por exemplo.

As representações sociais sobre os cientistas, portanto, são carregadas de imagens forjadas a partir de um modelo de Ciência que se consagrou, marcado por ideias de neutralidade, objetividade, mensurações exatas e superioridade do cientista em relação aos outros.

No entanto, duas entrevistadas revelam esta revisão do estereótipo ainda vigente na sociedade sobre o cientista. A primeira, egressa em 1995, revela sua descoberta: o cientista é uma pessoa comum. Esse depoimento é particularmente interessante porque a depoente estudou na década de 1990, portanto, muito recentemente, o que demonstra permanecer ainda na escola a imagem do cientista como alguém muito especial, diferente das “pessoas normais”:

Com o tempo a gente vai aprendendo que o cientista de renome, que a gente fica com aquela ideia fantasiosa, é uma pessoa comum. (MB8)

O depoimento que se segue é de uma profissional dedicada inteiramente à pesquisa, exercendo sua profissão há mais de 30 anos, formada em 1977 e com dois filhos:

A gente imaginava que ele [o cientista] sabia tudo e hoje a gente sabe que um cientista não sabe tudo.

Portanto, as representações sociais do cientista, embora tenham se mantido as mesmas desde muito tempo quando se considera a sociedade como um todo, começam a se alterar entre pessoas mais próximas da atividade profissional de pesquisadores. Este fato está associado às mudanças que a própria Ciência sofreu nas últimas décadas.

Como afirma Harding (1996), a maior parte da investigação científica mudou nos últimos anos. A produção do conhecimento se parece cada vez mais com a produção industrializada, especialmente nas Ciências Naturais, de modo que o trabalho solitário do cientista se torna muitas vezes irrelevante, quando comparado aos grandes projetos levados a cabo por equipes multidisciplinares, a serviço de interesses econômicos de grandes empresas. Desse modo, o poder parece se diluir, mas na verdade ele agora se concentra em algo além dos laboratórios de pesquisa, confundindo-se com o poder econômico. A percepção de que ele é uma pessoa comum ou que sabe menos do que se pensava reflete exatamente a fragmentação do conhecimento e a consequente exigência de equipes multidisciplinares para a abordagem dos fenômenos naturais e sociais.

Em um aspecto, porém, as relações de poder ainda se expressam no interior dos laboratórios e o faz de forma sutil, disfarçada, mas não menos importante: o poder patriarcal, manifestado de formas variadas, que podem ser traduzidas simplesmente pela autoridade masculina na definição dos objetivos das investigações ou na definição dos papéis de pesquisadores e pesquisadoras nas equipes de trabalho. Ainda mais impressionante é a própria percepção das mulheres pesquisadas quanto aos seus papéis de gênero e de cientista, que aparecem separados e hierarquizados, sob a ótica cartesiana que as formaram e se cristalizou em suas mentes.

Retomando-se Hall (2001), as identidades aparecem fragmentadas, quando poderiam ser percebidas, em uma perspectiva pós-moderna, como facetas diferentes e complexas de um mesmo sujeito.

A forma como essas identidades se cruzam aparece intensamente marcada pela ideologia de gênero. As mulheres entrevistadas demonstram em seus depoimentos, às vezes de modo muito claro e consciente, outras de forma disfarçada, a predominância de seus papéis de mãe, esposa e dona de casa sobre as suas aspirações profissionais. Assim, destacam-se algumas falas. São depoimentos que demonstram a superposição de papéis sociais, a complexa coexistência dentro de uma mesma pessoa, de “identidades abertas contraditórias, inacabadas e fragmentadas do sujeito pós-moderno”. (HALL, 2001, p. 46) A primeira foi expressa por uma entrevistada de 31 anos, casada, mãe de dois filhos pequenos, professora universitária:

Você nascer cientista é você ser muito persistente. Você tem que ser muito persistente. Você tem que lutar muito. Porque eu acho, pelo menos experiência que eu tenho, está sendo um ano muito difícil para mim, conciliar: a vida conjugal, cuidar dos meus filhos, trabalhar e fazer ciência. É difícil, entendeu? Porque, para fazer ciência, a gente tem que se atualizar, a gente tem que estudar muito. E então, a gente tem que arrumar, se virar, arrumar tempo e estar sempre disposta, bem humorada, bonita; temos que estar sempre disponíveis. Então é complicado. Por isso que eu estou dizendo: é um fardo mesmo!

Assim como nesse depoimento aparece a angústia da divisão de tempo e de papéis entre o trabalho e a família traduzida pelo termo “fardo”, na próxima fala, de uma profissional muito atuante como docente universitária e pesquisadora, mestre em Biologia, egressa em 1990, mãe de duas filhas, pode-se perceber o esforço em corresponder ao modelo de mulher esperado socialmente, aquela que prioriza a família; no entanto, ela reconhece que, de fato, o seu sucesso profissional está diretamente relacionado às

muitas horas que dedica ao seu trabalho, mesmo em detrimento dos momentos dedicados à família.

Se você me perguntar assim: “O que é mais importante em sua vida?” [Eu respondo]: a família. Mas na prática, pelo tempo, pela hora, pelo tempo de dedicação, termina sendo o trabalho. Mas é uma briga com o meu trabalho [...]

Os quatro depoimentos que se seguem reproduzem a essência das falas anteriores: a dicotomia de identidades e o esforço de conciliá-las, sempre revestida de culpa, às vezes admitida, e muitas outras vezes disfarçada sob o rótulo de qualidade de tempo dedicado à família (menor) *versus* quantidade de tempo destinado ao trabalho (maior).

Assim fala uma entrevistada de 40 anos, professora e pesquisadora, mãe de dois filhos:

Olha, o mundo do trabalho é muito importante pra mim, muito mesmo, mas a minha família está em primeiro lugar. Agora, é lógico que eu tento o tempo todo negociar essa importância. Com a família eu estou envolvida o tempo todo, mas tem momento em que a coisa é muito mais aguda, né? A família exige, mas eu não seria feliz só tendo o lado familiar e nem tão pouco só tendo o lado profissional atendido. (MB4)

A entrevistada a seguir dedica-se profissionalmente ao ensino e à pesquisa, tem 33 anos e é casada, tendo uma filha:

Se desse para hierarquizar eu colocaria o trabalho em segundo lugar. Em primeiro lugar está o meu papel de mãe [...] eu tenho uma filha de nove anos e a gente não nasce sabendo ser mãe. Eu acho que a gente tem esta responsabilidade com outro ser, ela deve ser a prioridade. Em segundo lugar, eu coloco o trabalho. (MB7)

A entrevistada a seguir tem 37 anos, é casada com filhos e se dedica à pesquisa em tempo integral. Contraditoriamente, ela afirma:

Em primeiro lugar, a minha família. Uma descoberta que eu fiz tem pouco tempo é mais ou menos dois anos pra cá. Porque eu descobri que eu estava dando muito valor ao trabalho, eu não estava tendo reconhecimento, eu estava muito frustrada.

A frustração referida pela depoente, associada à falta de reconhecimento, se deve, segundo ela mesma em outro momento da entrevista, ao fato de que uma mulher “tem que matar um leão por dia” para ser reconhecida como uma cientista competente. A sua experiência de tanta dedicação ao trabalho não tem sido traduzida em assunção de cargos ou tarefas importantes dentro da instituição em que trabalha, resumindo-se ao cotidiano do laboratório. Neste sentido, ela retoma como prioridade a vida familiar, assumindo assim o seu papel de gênero, como é o esperado pela sociedade.

O esforço pelo reconhecimento no mundo científico, assim, deve ser muito maior quando se é mulher, pois se aprende muito cedo que a prioridade deve ser a família. Uma entrevistada pesquisadora em tempo integral, solteira, egressa em 1992, retoma a imagem da própria mãe como exemplo de vida e de relacionamento com os demais:

Eu não acho que o trabalho deva ser a prioridade [...] principalmente este ano que eu passei fora [o doutorado na França] a gente para, para analisar, e vê a importância da família, a importância dos amigos, o quanto você se doa a essas pessoas, porque na família a tendência da mãe é se doar bastante, e eu tenho que me doar da mesma forma, na mesma intensidade.

Como em outras áreas de atuação profissional, as mulheres se sentem divididas em duas partes aparentemente irreconciliáveis: a mulher, que tem a obrigação de “se doar”, de ser alguém para o outro, de colocar em primeiro plano o interesse da família e, por outro lado, a profissional, de quem se exige compromisso,

dedicação ao trabalho, esforço para se instrumentalizar cada vez melhor para o exercício de sua profissão.

Uma depoente de 50 anos, professora e pesquisadora chega a afirmar:

Ser cientista é mais fácil para os homens, porque a própria sociedade só vê os homens. Para uma mulher hoje ser uma doutora é preciso que ela já tenha sido visceral demais, tenha engolido muito sapo, tenha seguido mesmo desanimada, mas porque ela é uma guerreira, ela consegue superar os seus limites para se impor. Ela só se impõe com guerra.

Portanto, por um lado, a mulher tem que ser só doçura e compreensão, no seu mundo privado; por outro, deve se comportar como se estivesse em uma guerra. Esta “quase esquizofrenia”, que resulta em grande sofrimento, ainda é agravada por preconceitos quanto à sua capacidade intelectual e técnica e pela assimetria de poder no ambiente de trabalho, que se manifesta em aspectos como autonomia e autoridade em relação a decisões e escolhas, quase sempre a cargo de um coordenador ou chefe, na maioria dos casos do sexo masculino, como consequência dos próprios processos de ascensão profissional do meio científico, moldado para ser ocupado por homens e não por mulheres. Neste sentido, pode-se buscar entender as relações de poder no campo científico, em uma perspectiva de gênero.

Relações de poder no ambiente de trabalho na perspectiva de gênero

O conceito de campo de Bourdieu (1976) é tomado aqui de modo breve, para iniciar a discussão da questão do poder na comunidade científica, que pode ser aferida, na nossa perspectiva, a partir de quanto as mulheres desfrutam de autoridade (ou credibilidade) e de autonomia no trabalho científico. Para o autor,

um campo faz parte do espaço social e, portanto, toma dele as suas características. Em relação ao campo científico, diz Bourdieu (1976, p. 88):

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.

Desse modo, para alcançar a tão sonhada autoridade científica, que garanta a sua permanência e a sua credibilidade no meio científico, o respeito de seus pares, mulheres e homens participam de uma “luta concorrencial”, em que os termos são muito bem estabelecidos e resultam de uma longa tradição. Por exemplo, os modos de produção do conhecimento que são consagrados nas Ciências Biológicas se enquadram dentro de um paradigma que contempla o racionalismo cartesiano, o empirismo baconiano, o pensamento de Kant e o positivismo de Comte, conforme já discutido exaustivamente em muitos estudos. (SOUZA, 2003) Portanto, mulheres e homens devem construir suas carreiras de cientistas a partir dos fundamentos da Ciência Moderna, sendo a autoridade que lhes é conferida proporcional à sua fidelidade a esses pressupostos.

Durante toda a história da Ciência Moderna, especialmente no campo das Ciências Biológicas, as mulheres têm sido colocadas na periferia das grandes revoluções científicas, mesmo quando participaram decisivamente em momentos específicos desta história, a exemplo de Barbara McClintock (1902–1992) e Rosalind Franklin (1920–1958), entre outras. Pode-se mesmo afirmar que

o reconhecimento tardio da obra de mulheres cientistas decorre da dificuldade que têm os seus pares de reconhecer nelas autoridade para afirmar um conceito, uma descoberta, uma teoria. Ao lado desta dificuldade, naturalmente se estabelece a falta de autonomia dessas mulheres quanto a tomar decisões e seguir seus próprios caminhos ao longo de suas carreiras.

Os termos “autoridade” e “autonomia” são tomados aqui de modo bastante específico no mundo do trabalho em Ciência, do ponto de vista restrito a este texto. Assim, entende-se como autoridade científica a propriedade que tem alguém de poder afirmar uma determinada posição, conceito ou teoria, dentro do paradigma em vigor, sendo aceito por seus pares e se tornando uma referência para os que estão iniciando suas carreiras. Por autonomia, neste texto, entende-se a capacidade de escolher, definir propostas de trabalho e metodologias específicas para um determinado fim, tanto no que se refere ao trabalho do cotidiano quanto no que tange aos cursos de pós-graduação realizados pelas entrevistadas.

A autoridade é uma característica forte associada à imagem da pessoa que exerce a carreira. Essa autoridade se traduz essencialmente pela produtividade científica, pelo grau de conhecimento acumulado e pela capacidade de transmitir esse conhecimento como válido e relevante. Por exemplo, um depoimento atribui grande importância ao poder de convencimento que um cientista deve ter para se impor na comunidade científica. A jovem pesquisadora sugere que até neste sentido as mulheres saem perdendo, uma vez que elas são historicamente condicionadas a ouvir uma história, e não a contá-la.

E eu acho que o cientista, ele como que constrói uma história, é a partir de fatos, mas enfim, é uma construção [...] é quase que uma produção artística em cima daquilo que ele vê, que ele enxerga, é aquilo que ele acredita. Então o papel do cientista não é tanto saber a verdade, é convencer as pessoas daquela verdade que ele acredita. Que é uma história que ele tem que

contar e fazer com que as outras pessoas creiam nele. E aí é que eu acho que entra um pouco dessa história [de gênero], porque a mulher, é aquele papel de aceitar e não o papel de convencer. Então a mulher não é para estar inventando histórias e botando na cabeça das pessoas. É para ela ouvir as histórias dos outros e aceitar que aquilo ali é verdade. E isso existe, inclusive, eu já passei por essa situação.

A ideia do convencimento como expressão de autoridade e poder aparece em outro depoimento, especialmente destacado neste estudo por se referir a uma mulher. A depoente, pesquisadora formada em 1977 e dedicada exclusivamente à pesquisa, fala sobre a pessoa que mais admira dentro da instituição em que trabalha:

É uma pessoa que eu sempre admirei muito, como cientista, porque ela tinha e tem um grande poder de falar, de convencer, ela tem um poder de convencimento muito grande.

De fato, a cientista citada é uma das poucas mulheres da Ciência na Bahia com notoriedade em nível mundial, constituindo uma referência essencial em sua área de pesquisa. Ressalte-se o grande prestígio dessa pesquisadora entre seus pares, independente de sua identidade de gênero e de sua idade, pois mesmo muito jovem já se estabelecia como uma referência em seu campo de atuação.

Mais uma vez, aparece a importância do discurso. Como se despreende do pensamento de Bakhtin (1995), a palavra é um campo de luta, refletindo relações de poder. Na fala da entrevistada, percebe-se o reconhecimento de que a possibilidade de se estabelecer no meio científico está fundamentada na capacidade de se expressar bem, exercendo-se assim um certo fascínio sobre as pessoas, o que se configura como expressão de poder, ou de autoridade.

As mulheres entrevistadas revelaram com ênfases e intensidades distintas a sua dificuldade no que tange à busca de independência e ao modo de serem tratadas pelos seus pares. Quando foi perguntado sobre quem define os rumos de seus trabalhos como

cientistas, foram poucas as que afirmaram imediatamente que elas mesmas o faziam. Em sua maioria, os discursos apresentavam uma realidade bem diferente, a exemplo do seguinte depoimento:

Às vezes, o projeto já chega elaborado por alguém; eu trabalho em equipe, eu trabalho em equipe [...] a pessoa que é a coordenadora, ela é quem faz [...] eu modifico, eu introduzo alguma coisa. Eu posso criticar, eu posso adaptar.

“Adaptar” ou “modificar” nunca é uma intervenção substancial; muitas vezes é corrigir uma técnica ou um procedimento, coisa que, aliás, a pessoa que realmente executa o trabalho sabe fazer melhor. Ironicamente, a pessoa que tem autoridade para escrever o projeto e definir o trabalho não sabe tão bem quanto aquela que está na bancada do laboratório todos os dias quais seriam os métodos mais adequados.

É importante ressaltar que as cientistas atuando nas universidades públicas têm muito mais autonomia para definir os seus projetos. A escolha de temas a serem estudados se fundamenta em suas experiências como cientistas e como pessoas. Mesmo nos casos em que, por força de estarem realizando cursos de pós-graduação, desenvolvam estudos dentro de linhas determinadas por seus orientadores, ao reassumirem suas funções dentro da Instituição, elas se direcionam para as suas áreas de interesse. É também relevante o fato de haver certa mobilidade dentro das universidades públicas no que tange ao direcionamento de seus docentes pesquisadores entre as diferentes áreas de conhecimento. De qualquer modo, a questão da autonomia da mulher cientista é menos problemática dentro das universidades públicas, o que vem corroborar a ideia de que essas instituições vem preservando o seu caráter plural e libertário, pelo menos quando comparadas com outras instituições onde se realizam pesquisas científicas.

Estas reflexões giram em torno de uma única questão: o poder associado ao saber. Os cientistas que se estabelecem na profissão passam a ser a voz da verdade, expostos a críticas apenas de seus pares, indivíduos com a mesma formação e reconhecidos por toda a comunidade como competentes, isentos de interesses e sentimentos comuns às pessoas “normais”. Evidentemente, as mulheres, historicamente afastadas do campo do saber, tornam-se vítimas de discriminação, com base em supostas dificuldades que este afastamento proporcionou em relação ao exercício da profissão de cientista. O depoimento seguinte expõe a incredulidade quanto ao potencial feminino para adquirir e operacionalizar o saber, na década de 1970. Trata-se de uma mulher aos 46 anos, pesquisadora e professora universitária, egressa em 1978:

Quando a gente foi pedir o financiamento para o CNPq,¹ para nossa pesquisa do mestrado, um dos julgadores perguntou: “Como é que duas mulheres vão fazer uma pesquisa deste porte?”

A entrevistada esclareceu que o “porte” da pesquisa incluía esforço físico, o que talvez justificasse a fala do julgador. Acrescentou que isto não impediria a realização das tarefas, uma vez que outras pessoas estariam envolvidas.

Difícilmente se exporia o preconceito tão abertamente nos dias de hoje, mas os depoimentos de outras pesquisadoras, formadas mais recentemente, continuam apontando para a sua existência, como também para a permanência de certos estereótipos de gênero segundo os quais a mulher, por ser “diferente”, teria certas dificuldades para executar algumas tarefas ligadas ao trabalho científico, conforme se pode ver a seguir.



1 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Uma entrevistada formada em 1992 afirma o seguinte:

Se você obtém um resultado diferente, uma coisa nova, eles vão questionar mais a mulher: será que isto tá certo? Será que não fez alguma coisa errada, aí? Enquanto que o homem, ele pode, e eu tenho visto, o homem pode até fazer mil bobagens, colocar questões sem nenhuma fundamentação, nem científica, nem literária, mas se eles já têm um nome, as pessoas ignoram isto e deixam passar.

A situação se torna mais complexa quando se cruzam duas categorias que concorrem para o processo de discriminação, como lembra uma entrevistada de 33 anos, pesquisadora em tempo integral:

Falando sério, com a minha pessoa, eu nunca percebi isso [preconceito de gênero] mas com Mariana² pelo fato não só dela ser mulher, mas pelo fato dela ser negra. As perguntas são mais severas; porque a gente tem um convívio, eu a conheço desde 87, então não é só um convívio profissional, tem de amizade. Sempre nos congressos, sempre passam isto pra gente. Quando ela está dando uma palestra, a gente sente uma aspereza das pessoas ao tratar com ela; duas vezes, por ser mulher e por ser negra.

Este é um dado profundamente significativo. Embora raça/etnia não seja a principal categoria de análise neste trabalho, o depoimento foi incluído por sua importância intrínseca e por se configurar como outro exemplo de que a identidade não tem caráter singular, nem se constitui como uma soma de identidades “menores”, na verdade, estas se sobrepõem. Uma cientista mulher e negra é percebida pelos seus pares não apenas através de uma das suas identidades, mas como um sujeito multifacetado, fragmentado e, através do preconceito, contraditório. A “aspereza” percebida pela depoente resulta do estranhamento



2 Nome fictício.

e da ignorância sobre o que de fato existe sobre as raças. Como afirma Hall (2001, p. 63),

A raça é uma categoria discursiva, e não uma característica biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas — cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. — como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

O mundo da Ciência não se configura, portanto, como um ambiente de neutralidade, onde apenas interessa o mérito. Na verdade, ele reproduz as práticas discriminatórias presentes na sociedade como um todo, podendo até magnificar as diferenças, na medida em que as coloca em uma hierarquia em que o homem ocidental branco e de classe social mais elevada tem mais poder.

Os depoimentos aqui apresentados revelam de modo claro a forma pela qual as mulheres que escolheram a profissão de cientistas vivem o seu cotidiano. Apenas alguns foram transcritos neste texto, escolhidos entre os demais por apresentarem com clareza os problemas enfrentados pelos sujeitos da pesquisa e também por representarem com extrema fidelidade as impressões da maioria das entrevistadas.

Ainda que muitas tenham afirmado não se sentirem pessoalmente discriminadas ou prejudicadas pelo fato de serem mulheres, todas as entrevistadas relataram suas impressões de que sua identidade de gênero marca profundamente as suas vidas no mundo do trabalho científico; destacam o esforço de tentar conciliar as demandas da família e seus projetos profissionais e, frequentemente, se sentem cobradas e mesmo culpadas por dedicarem menos tempo à família.

As experiências profissionais das mulheres que se dispuseram a dar seus depoimentos contribuem para reafirmar a nossa expectativa: o mundo científico ainda se configura como profundamente atravessado por um viés androcêntrico, seja pelos modos de produção de conhecimento, no sentido epistemológico, seja pela forma como é estruturado, aí se incluindo longas jornadas de trabalho, dedicação exclusiva, alheamento de outros papéis sociais, contribuindo assim de modo decisivo para dificultar a permanência de mulheres no exercício da profissão. A redistribuição dos papéis sociais de homens e mulheres, incluindo aqueles relacionados ao mundo privado, talvez seja a única possibilidade de se extinguirem as assimetrias de gênero no mundo da Ciência, como de resto, nas demais ocupações e profissões.

Referências

ANDRADE, F. L.; LIMA E SOUZA, Â. M. F. “Já nasce homem ou mulher” – determinismo biológico no discurso de docentes de biologia sobre sexo e gênero. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 3., 2012. *Anais...* Ponta Grossa: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <www.sinect.com.br/2012/down.php?id=2743&q=1>. Acesso em: 6 fev. 2014.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980. 2 v.

BERMAN, R. Do dualismo de Aristóteles à dialética materialista: a transformação feminista da ciência e da sociedade. In: JAGGAR, A. *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 241-275.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina. Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul/dez. 1995.

- BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 2-3, p. 88-104, jun. 1976.
- CASTELLANOS, G. Gênero, poder y posmodernidad: hacia un feminismo de la solidaridad. In: LUNA, L.; VILANOVA, M. (Comp.). *Desde las orillas de la política: gênero y poder en America Latina*. Barcelona: Universitat de Barcelona, Seminario Interdisciplinar Mujeres y Sociedad: Institut Català de la Dona, 1996.p. 21-48.
- FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.
- HALL, S. A. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2001.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-42, 1995.
- HARDING, S. *Ciencia y feminismo*. Tradução de Pablo Manzano. Madrid: Morata, 1996.
- KELLER, E. F. Gender and science: origin, history and politics. In: HULL, D. L.; RUSE, M. (Ed.). *The philosophy of biology*. New York: Oxford University Press, 1998.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. (Debates, n. 115).
- MONEY, J.; TUCKER, P. *Os papéis sexuais*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SAFFIOTI, H. I. B. O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. In: MOTTA, A. B.; SARDENBERG, C. M. B.; GOMES, M. (Org.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador, UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2000. p. 15-38.
- SEDEÑO, E. P. Retóricas sexo/gênero. In: SEDEÑO, E. P.; CORTIJO, P. A. *Ciencia y género: philosophia complutensia 15*. Madrid: Editorial Complutense, 2001. p. 417-434.
- SILVA, B. (Coord.) *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, Â. M. F. L. *As armas de Marte no espelho de Vênus: a marca do gênero em ciências biológicas*. 2003. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SOUZA, P. Resistir, a que será que se resiste? o sujeito feito fora de si. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 3, p. 37-54, 2003. Edição especial.

WILSHIRE, D. Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Ed.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 101-125.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

RENOMEANDO-SE *nome e autoria em experiências femininas*

Fernanda Azeredo de Moraes

“O que é um nome?”. A pergunta de Michel Foucault (2013) não é nova: Platão (SOUZA, 2010) a fez há séculos em um diálogo em que Crátilo, Hermógenes e Sócrates dividem-se respectivamente entre as visões de que os nomes representam uma qualidade natural das coisas, de que os nomes não passam de convenções, ou ainda, como defende o último, que criar e atribuir nomes é uma atividade privilegiada. O nome, seu poder de classificação, identificação, distinção e, principalmente, de significação, é uma questão há muito explorada pela Filosofia, pela Linguística e pela Antropologia. O assunto é tamanho que constitui, inclusive, um campo próprio de estudo, a Onomástica .

Contudo, me parece que essa importância não se estende sempre às nossas relações cotidianas: lidamos com nossos nomes, muitas vezes, de forma naturalizada, impensada, não discutida. O nome é visto no senso comum, arrisco dizer, com a mesma significação que uma impressão digital: uma marca de nascença, diferente para cada um, sob a qual não tivemos escolhas e que, “reza

a lenda”, nos acompanha para toda a vida. Assim, a nomeação, as relações históricas e culturais que esse processo social fundamental concentra, corre o risco muitas vezes de passar despercebida.

Enquanto pesquisava as relações profissionais e conjugais entre casais de intelectuais, a “ficha” do nome demorou a cair. Contudo, quando caiu, sua importância me pareceu acachapante: em uma das muitas tardes debruçada sobre currículos, documentos e memoriais acadêmicos, atentei para o que aqui chamarei de nome da autora. O caminho é o seguinte: uma autora possui um nome de batismo, que em muitos casos é o que assina as suas primeiras publicações. Logo, este é substituído na linha cronológica do currículo por um novo nome, o de casada, aquele que por vezes faz o seu renome — pelo qual tal autora se torna conhecida no campo — ou que, por outras, é substituído ainda outra vez, por ocasião de um novo casamento, criando um novo subitem em uma lista de outra forma corrida. A “generificação” de currículos, carreiras e campos, com dinâmicas e experiências particulares, discretamente se desvela nesse detalhe, o nome de autora.

Proponho que olhar para certos nomes de autoras, para esse tipo específico de autoria no feminino que muda aparentemente casualmente sua assinatura ao longo da trajetória profissional, aponta para um interessante nó entre relações de gênero — a tradicional renomeação feminina no casamento e suas relações correlatas — e produção intelectual — a ideia de autoria. Se, por um lado, o nome marca a construção do indivíduo, um mediador entre *self* e sociedade, por outro ele se localiza em uma economia específica de conhecimento, que reconhece propriedade às ideias sob o signo da assinatura.

Sugiro que olhar para esses “detalhes” naturalizados ou obliterados nas narrativas pessoais profissionais — e pelo próprio campo de antropologia da ciência e história do conhecimento —, pode revelar incongruências e ambiguidades entre os ideais de

Em *Excitable speech*, Judith Butler (1997) demonstra como, apesar de os nomes não serem fórmulas descritivas, eles trazem em si histórias de expectativas e valores que constroem as suas condições de possibilidade, sejam estas de gênero, etnicidade ou classe. (TOLEDO, 2007) A imposição de um nome inaugura a identidade do sujeito ao informar-lhe coordenadas básicas sobre o que ele “é” e o que ele deve ser. Dessa forma, fica claro que os nomes são mecanismos fundamentais para pensarmos processos “corporificados”, tais como de gênero e geração.

Ao nascermos, recebemos nomes dados preferencialmente por nossos pais (e não por sacerdotes, por exemplo), como definido por nossa cultura e garantido pelo Código Civil. Apesar de não existirem regras fixas relativas a essa nomeação (a não ser que o nome não pode ser considerado vexatório para a criança), parece claro que os nomes construídos com cuidado e afinco pelos pais buscam expressar expectativas sobre a criança e a relação que ela terá com seu núcleo familiar. Tais nomes são compostos por um nome próprio normalmente generificado (Fernanda, Carlos, Maria...) somado a um ou dois patronímicos (Moraes, Ferreira, Oliveira...). A composição tradicional do sobrenome traz logo após o nome próprio o patronímico materno seguido pelo patronímico paterno.

Assim, ao receber um nome, a criança é inserida em uma rede social sobre a qual ela virá a agir e existir. Ao mesmo tempo em que o nome próprio é um meio importante de individualização da pessoa, ele é também um elo constante de integração entre o indivíduo e sua família. (PINA-CABRAL, 2007) Seja sua família de origem, seja aquela adquirida pelo casamento.

É amplamente partilhada na teoria antropológica a ideia de que mudanças de nomes representam mudanças de identidades sociais. (LEACH, 2000) Olhando dessa maneira, o casamento seria a adoção de uma nova identidade social para as mulheres —

que abandonam o sobrenome materno para adotar o sobrenome paterno do marido, se tornando “senhora fulano”. Dentro dessa perspectiva, tal potencial transformador do casamento não se estende para o homem, que manteria seu nome — e, por conseguinte, sua identidade social — intacta.

Este é um modo de nomeação marcado por dinâmicas tradicionais de gênero — já há muito apontadas pela crítica feminista. Trata-se de uma forma de nomeação eminentemente patrilinear em que a mulher, e apenas a mulher, perde o sobrenome materno de batismo e assume o nome próprio (o sobrenome familiar paterno) de outrem, pelo qual seria interpelada daí por diante. As mulheres que fossem nomeadas por essa regra teriam seu tecônimo, para usar termos levi-straussianos, formado por suas relações com outros homens — pelo sobrenome paterno do seu pai e sobrenome paterno de seu marido — de forma a apagar as linhagens maternas.

Como já foi apontado (BUTLER, 1997, PINA-CABRAL, 2005), é pela interpelação de outrem, pelo uso do nome em uma convocação, que emergimos socialmente como sujeitos, sujeitos especialmente marcados por esse nome chamado, definidos por ele dentro de uma matriz identitária unitária. O nome traria sempre a ilusão de perenidade e essência. Ainda, de acordo com Pierre Bourdieu (1998, p. 187), o nome próprio seria “um ponto fixo num mundo que se move”, uma identidade social constante e durável que garante ao indivíduo o fundamento da unidade, o fio condutor da identidade pessoal frente a uma “uma rapsódia heterogênea e disparatada de propriedades biológicas e sociais em constante mutação” que seria a vida. Dentro dessa perspectiva, ao mudarem de nome, essas mulheres seriam sempre percebidas como “mulheres de” (CORRÊA, 2003), menos individualizadas, mais relacionais, uma vez que no lugar de um nome próprio, elas são chamadas por um nome de casada, um nome que é “próprio” a outrem.

Ao que me parece, a relação importante que subjaz aqui se encontra no conceito de indivíduo. É o indivíduo que é singularizado (e conseqüentemente, classificado, de acordo com Lévi-Strauss) pelo seu nome; é essa mesma individualidade que é “dirimida” nas mulheres ao abandonarem seus nomes de batismo por novos nomes relacionais. E, não por acaso, é esse mesmo conceito de individualidade que dá base para a concepção moderna de autoria.

Como remonta rapidamente Foucault (2013) em seu clássico “O que é um autor?” a legitimidade de um texto – dentre outras peças de criação, como músicas e quadros – nem sempre foi garantida pela relação direta entre obra e “criador”. A antiguidade, dentre outras características, já serviu de baliza para verificação de autenticidade. A autoria (e, conseqüentemente, a noção de propriedade intelectual) é, como aponta também Anthony Seeger (2012), apenas uma das muitas formas desenvolvidas pela humanidade de construir e divulgar conhecimento, de controlar o acesso a este ou disseminá-lo.

Se desde o século XVI e XVII na Inglaterra e na França figuravam as primeiras leis de *copyright* – nas quais a realeza concedia às editoras o controle sobre os textos publicados –, é na esteira da Declaração dos Direitos Universais do Homem e do Cidadão (1789) – que estabelece o sujeito individual como figura central, e a propriedade (também individual) como um de seus direitos básicos inalienáveis – que as demandas por parte de autores de um direito privilegiado sobre suas criações ganham o peso da lei, de modo a garantir a integridade de suas obras e seu “verdadeiro” significado. (VIANNA, 2006) A propriedade sobre a coisa criada garante ao autor, por tempo limitado, direitos sobre a venda e reprodução e, segundo a Constituição dos Estados Unidos (1787), garante dessa forma o progresso das ciências e das artes. Assim, como comenta Seeger (2012), os direitos autorais são fruto de concepções específicas do século XIX no que se refere ao indivíduo,

à pessoa, e o próprio processo criativo, frente ao estabelecimento do sistema capitalista. Tal noção de propriedade intelectual configurara um monopólio, o sacrifício de muitos para os poucos. (MADISON apud SEEGER, 2012)

Essa relação que localiza a propriedade intelectual entre monopólio e sacrifício pode ser também trazida para a esfera de gênero. Como coloca Londa Schiebinger (2001), e como colocou Virgínia Woolf (1990) muitos anos antes,³ nosso ideal ascético e cartesiano de Ciência pressupõe um cientista livre das tarefas cotidianas de cuidado e reprodução de si e do grupo familiar, alguém que possa terceirizar por completo os trabalhos da sobrevivência cotidiana (ou mesmo os trabalhos de “sobrevivência” intelectual, como fichamentos, pesquisas, catalogações...) de forma a se dedicar exclusivamente à “busca de conhecimento”. É o trabalho dos outros que é “sacrificado”, obliterado, para que a autoria seja posse apenas de um.

De qualquer forma, esse é o ideal de produção e recepção de conhecimento que se cria a partir do século XVIII. Como demonstra Foucault (2013), na modernidade passamos a não admitir o anonimato de certos textos: a autoria, seja na literatura ou na Ciência, seria uma forma de reconstruir o texto por parte do leitor/crítico, uma informação que atribui credibilidade ao escrito e que o insere em uma “obra”, em um contexto maior, em um todo coerente. Não obstante, o processo de escrita seria também um processo de “morte”, em que o autor sujeito se esconderia, apagando do texto suas características individuais, se fazendo neutro, invisível. Sendo assim, “A marca do escrito não é mais do que a singularidade da sua ausência”.

Essa marca é a assinatura. Jacques Derrida (1991) afirma que a assinatura representa a não presença do sujeito ao mesmo tempo



3 Publicado originalmente em 1928.

que marca o seu ter-estado presente no passado. Presença/ausência marcada pela singularidade da assinatura — pela norma social que postula que este deve ser um desenho irreproduzível por qualquer outro que não seja o assinante, que deve ter nesse desenho sua “marca registrada”, com os mesmos traços, pontos e cadências, ao longo de toda a vida.

E essa a originalidade enigmática de qualquer rubrica. Para que a ligação à fonte se produza, é necessário, portanto, que se retenha a singularidade absoluta de um acontecimento de assinatura e de uma forma de assinatura: a reprodutibilidade pura de um acontecimento puro. (DERRIDA, 1991, p. 371)

O termo “reprodutibilidade pura” revela em si a falácia dessa promessa. Para Foucault (2013), o nome do autor é sempre um nome ligado ao conjunto de textos que ele nomeia. O nome do autor caracteriza, classifica seus textos, lhes dá o seu nome, mas de forma tangencial. Ele corre aos limites dos textos, os bordejando e os recorta, manifestando seu modo de ser. Seria um processo indireto em que se estabelece uma relação de homogeneidade e filiação dos textos colocados sob essa mesma rubrica, um processo de designação. Os textos não refletem exatamente o autor, mas lhe pertencem. A autoridade seria uma função de propriedade sobre determinados textos e dentro de um determinado campo.

Já Derrida (1991) afirma que a assinatura do autor dota o texto de “sua” identidade, mesmo que esta seja derivada do próprio texto em questão. (BODERHORN; VOM BRUCK, 2006) Uma vez que o texto torna-se um objeto público — através da distribuição e da leitura — tal assinatura ganha um novo valor, aquele valor que Foucault (2013) vem a chamar de função-autor, a possibilidade de inserir o escritor em uma economia específica de circulação de discursos. Assim, a assinatura funciona como um intermediário entre o público e o privado, formando um novo tipo de nome que possibilita a um certo sujeito assumir a posse de um conjunto de

ideias e escritos, posse esta que lhe permite participar das trocas e honrarias pertencentes a economia de conhecimento moderna.

De uma perspectiva feminista, me parece ainda que esse jogo de esconder o sujeito do autor traz em si um potencial “neutralizador” de gênero. Se pensarmos o hábito (perpetrado por mim) de citar os atores por seus sobrenomes ou mesmo a forma de referência bibliográfica⁴ em que o primeiro nome genericado é abreviado à sua inicial neutra e o sobrenome que assina é o patronímico paterno, esse potencial fica mais claro. Ao “escondermos” o autor, escondemos também sua vida, seu gênero, suas origens, seus casamentos, seus muitos nomes e relações.

O campo das Ciências Humanas — onde se inserem as experiências a seguir retratadas — é um meio em que seus indivíduos possuem assinaturas das quais o sobrenome não pode ser jamais subtraído. Pelo contrário, nestas “assinaturas” o sobrenome ocupa o lugar principal, em caixa alta, no modelo de referência bibliográfica

Como se dão então essas experiências de mudanças de sobrenomes dentro desses espaços? Como se constroem e em que se constituem os nomes de autoras?

Nome de autora

Em minha pesquisa de mestrado, refleti sobre as fronteiras entre público e privado na produção de conhecimento observando a prática da “endogamia acadêmica” a partir da experiência de quatro mulheres, acadêmicas da área das Ciências Humanas da cidade de São Paulo. Todas acima dos 60 anos de idade levavam — na época da pesquisa — os nomes de casadas como suas assinaturas profissionais.



4 Exemplo: MORAES, F.

Nascida Josildeth Silva Gomes, atualmente atende por Josildeth Gomes Consorte (antropóloga); Jerusa Castro Lima de Carvalho foi para Jerusa de Carvalho Pires Ferreira, e mais tarde, Jerusa de Carvalho Schneiderman (semiotista); Heloisa Helena Bataiola Teixeira renomeou-se em Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins (socióloga); Nadya Neves de Araujo passou para Nadya Araujo Castro e depois, Nadya Araujo Guimarães (socióloga). Foram com seus “segundos (ou terceiros) nomes” que todas elas tiveram a maior parte de suas publicações e construíram suas carreiras. Suas trajetórias revelam, a meu ver, a importância que a agência pessoal vem a tomar nos processos de renomeação feminina, importância pouco presente na teoria, que frequentemente caracteriza nomes como imposições.

Desde 1977, com a Lei do Divórcio, a contração do sobrenome do marido no casamento deixou de ser obrigatória no Brasil, se tornando facultativa à mulher. (FONSECA, 2003) Todavia, os depoimentos que colhi revelam que, mesmo antes dessa data, a escolha já ocupava um papel importante na renomeação.

Ao casar-se em 1973, Nadya conta que frente à obrigatoriedade de contrair um sobrenome do marido, após certa dificuldade, conseguiu registrar-se com o patronímico materno (e não paterno, como é de praxe) do companheiro, tendo como justificativa as fortes relações que tinha com a sogra.

Josildeth, a informante de mais idade do grupo, conta que ao casar-se na década de 1950, não assumir o nome do marido estava fora de cogitação, mesmo considerando que ao tempo de seu casamento (com 29 anos) já tinha publicações com o nome Silva Gomes. Sobre amigas mais *avant-garde* da época, conta que a prática era da não supressão do patronímico materno (como é de praxe), acrescentando apenas o novo nome do marido ao nome de batismo. As manobras que geram espaço para decisão e uma sutil (porém nada desprezível) autonomia revelam a limitação da fixi-

dez das leis (e, por vezes, da teoria), frente às experiências vividas e narradas.

Contudo, como explorado acima, o nome nesses casos não é apenas um identificador e um intensificador de relações familiares/afetivas; é também uma assinatura autoral. Após quase 20 anos de casada com seu primeiro marido, Nadya separou-se. Todavia, de imediato, optou por manter o nome de casada por motivos profissionais. Este período inicial de sua carreira tinha sido de intensa produção profissional: de acordo com seu memorial de 2002, entre 1972 e 1997 (tempo em que utilizou o nome Castro), a autora publicou 44 trabalhos sozinha e 55 em parceria com outros autores, totalizando 99 trabalhos de diferentes tipos sob essa assinatura. Sobre a decisão, ela conta:

Deixei o nome. E lhe falo a verdade, o nome começou a me pesar. Quer dizer, o nome traz com você a história de relações. Nenhum nome é neutro, sobretudo porque ele não nasceu com você, quer dizer aquele nome viveu comigo menos que vinte anos, entende, eu já tinha quase cinquenta, quarenta e muitos, né. E aí eu lhe confesso, depois de uns poucos anos, eu tinha um arrependimento atroz. Eu dizia Que diabo, eu tive a oportunidade de voltar ao meu nome, e não fiz, né. Mas bom, já que eu não fiz, você respira fundo, né, mas você sentia que emocionalmente isso me custava. Porque, às vezes, você passa a página na sua vida e tinha uma coisa que me acompanhava, e não era qualquer coisa, era a coisa que me identificava face aos outros, que era o seu nome. Quando eu casei de novo, eu não casei... no papel como a gente fala. Quando resolvemos casar de papel, um dia a pessoa que tava tramitando os papeis me perguntou “Com que nome você quer ficar?” 5

Tal depoimento levanta uma questão fundamental, não muito explorada pela literatura vista até então: o que faz de um nome verdadeiro?



5 Nadya Araujo Guimarães, entrevista 30 de junho, São Paulo, 2011.

O antropólogo português João de Pina-Cabral (2005, 2007, 2010), ao analisar a nomeação em países lusófonos e as relações estabelecidas a partir desse processo afirma, em eco com Nadya, que os nomes funcionam como marca das relações afetivas e sinalizadores emocionais. Eles indicam que relações são estabelecidas, obscurecidas ou privilegiadas pelos indivíduos nomeados. O nome aqui não é apenas um título imutável dado ao nascimento, ele é um código articulável com espaço para manobra para que o indivíduo nomeado aproprie-se do nome, tome-o como seu nome verdadeiro. Assim, temos escolha, podemos optar pelo uso do sobrenome materno em detrimento do paterno, preferir por um tempo um apelido para mais tarde apresentar-se pelo nome do meio. Não se trata mais de uma identidade una e constante, mas de um processo plural e em contínuo movimento de engajamento, desengajamento e reengajamento com a panóplia de possibilidades que emergem da sociabilidade cotidiana. (PINA-CABRAL, 2010)

É através dessa articulação entre ser nomeado e nomear-se, aceitar o nome dado como seu, que se localizam os discursos que atribuem, como coloca o autor português, a qualidade do nome de nome verdadeiro, aquele tomado para si, internalizado, que o identifica. Há, nesse processo, como ele afirma, uma ponderação ontológica (*ontological weighting*), uma pesagem das relações enaltecidas pelo nome adotado e da sua importância para o indivíduo nomeado.

Aqui, torna-se claro a qualidade móvel dos nomes, muitas vezes ignorada. Como colocam Bodenhorn e Vom Bruck (2006, p. 4, tradução nossa):

Aqui, voltamos nossa atenção para a capacidade dos nomes de gerar fixidez e separação. O potencial do nome em tornar-se idêntico à pessoa cria o potencial simultâneo que fixa os nomeados como indivíduos e como membros de um grupo social re-

conhecido. Ao mesmo tempo, é a capacidade de separação entre nome e indivíduo que faz dos nomes ferramentas políticas poderosas para estabelecer ou apagar identidades formais, dando a eles um valor como de *commodity*. É precisamente essa capacidade de separação que permite aos nomes cruzar fronteiras.⁶

Na ocasião de seu segundo casamento, Nadya colocou seus possíveis nomes na balança, ponderou-os não apenas ontologicamente, como colocaria Pina-Cabral (2010), mas sugiro, principalmente relacionalmente. Qual relação ela queria frisar com essa renomeação? Seu nome de batismo há muito lhe tinha perdido significado, com as relações com a família de origem distanciadas, o nome do segundo casamento era o que estava contente em abrir mão, restando assim a relação com o novo companheiro, sublinhada e homenageada com essa escolha de nomeação.

Outra informante, Jerusa Pires Ferreira, ao casar-se em 1986 com seu atual marido, Boris Schnaiderman, foi pega de surpresa por um impedimento legal em relação ao seu nome Pires Ferreira, adotado do primeiro marido há mais de 30 anos. Para que continuasse usando o nome com que tinha construído seu renome profissional (CORRÊA, 2003), foi exigido pelo juiz a apresentação de um documento de autorização por parte de ex-marido, permitindo que continuasse usando “o nome dele” depois de casada com o novo companheiro. Jerusa conta que o nome de Pires Ferreira, adotado na juventude e usado por décadas, há muito tempo era também seu, aquele que assina e pelo qual se autoidentifica.

Sem nunca abdicar do uso profissional e pessoal do nome Pires Ferreira, Jerusa teve — por essa “regra medieval” como ela mesma colocou — de assumir legalmente o nome Schnaiderman. Fonte



6 No original: “Here we return our attention to the capacity of names to fix and to detach. The potential for the name to become identical with the person creates the simultaneous potential to fix them as individuals and as members of recognized social groups. It is their detachability that renders names a powerful political tool for establishing or erasing formal identity, and gives them commodity-like value. And it is precisely their detachability that allows them to cross boundaries.”

de desconforto frente à identidade étnica, religiosa e familiar que o nome acarreta e da qual ela não partilha: “*eu não sou Schnaiderman e não quero ser, entende. Conhecendo a família dele de perto, eu sei que eu não sou Schnaiderman, então para que esse aplique falso, não é? Eu sou Jerusa Pires Ferreira, quero ser Jerusa Pires Ferreira [...]*”.⁷

Da mesma forma argumenta Josildeth sobre seu nome de casada (Consorte), “*que percebe como seu de fato, uma vez que se conhece por Consorte há muito mais tempo do que por seu nome de batismo.*”⁸

Vemos aqui a construção de uma relação de verdade e identidade com o nome, pautada principalmente pelo tempo. O nome pelo qual “se conhecem há mais tempo” é o seu nome de fato. Não há um saudosismo com o nome de batismo, há muito perdido, mas uma valorização do nome que tomam para si ao construírem-se como mulheres adultas e profissionais. Não que as renomeações não gerem certos contratempos cotidianos no conflito entre formalidades burocráticas e escolhas pessoais – registros em universidades, modificação de documentos ou mesmo o espanto de colegas frente à nova assinatura. Todavia, essas me parecem ser encaradas por elas com senso de humor e certa indiferença, percebidas como um “pequeno preço” a ser pago para que possam ter seus “verdadeiros nomes”.

Dentro dessa estrutura cultural de nomeação, todo nome é um referencial de relações, seja ele de homem, seja de mulher, casada ou solteira. Talvez o ideal aqui, principalmente no caso dessas mulheres, fosse não falarmos de nomes próprios, referindo a uma situação perene de propriedade, mas de nomes apropriados, nomes que são tomados para si, feitos seus, a partir de uma



7 Jerusa Pires Ferreira, entrevista 24 de outubro, São Paulo, 2011.

8 Josildeth Gomes Consorte, entrevista 3 de maio, São Paulo, 2011.

equação que leva em conta o teor de escolha tido nesse processo de nomeação e o tempo vivido com o nome em questão. Como sugerem Bodenhorn e Von Bruck (2006), a etnografia nos mostra que nas experiências sociais a nomeação muitas vezes refere-se mais a reconhecimento (ou autorreconhecimento) do que à imposição.

Assim, o nome perde sua qualidade exclusiva de marca individual para tornar-se também um ponto em um feixe de relações, que sublinha escolhas e caminhos tomados. Passamos, portanto, aparentemente, de um modelo identitário individualista para outro, igualmente individualista, mas paradoxalmente definido por esquemas de afinidades, por escolhas e por alianças.

E como isso afeta o jogo da autoria?

De acordo com Foucault (2013) e Derrida (1991), na modernidade a escrita é um jogo onde o sujeito — sempre relacional, múltiplo e dinâmico — “se faz de morto” para que a figura neutralizada e objetiva do autor tome o palco. Sobre esse dado, Foucault pergunta:

[...] Pensar a escrita como ausência não seria muito simplesmente repetir em termos transcendentais o princípio religioso da tradição simultaneamente inalterável e jamais realizada, e o princípio estético da sobrevivência da obra, de sua manutenção além da morte, e do seu excesso enigmático em relação ao autor? (FOUCAULT, 2013, p. 275)

Para ele, não basta apenas diagnosticar a ausência do autor, mas falar sobre o espaço que ela deixa, a função que ela cria.

Esse nome de autor, sendo também um nome próprio, cumpre uma função “autoral”: a de construir uma obra, de agrupar e classificar um certo número de textos, de colocá-los como de sua filiação. Se digo que Jerusa Pires Ferreira não nasceu na Bahia, isso em nada muda o fato de que este é seu nome. Mas se digo que ela não escreveu o livro *Armadilhas da memória* (2004), isso em muito muda seu nome de autora. Assim o nome do autor é sempre um nome ligado ao conjunto de textos que ele nomeia. O nome

do autor caracteriza, classifica seus textos, lhes dá o seu nome, mas de forma tangencial. Seria um processo indireto em que se estabelece uma relação de homogeneidade e filiação dos textos colocados sob essa mesma rubrica, um processo de designação. Os textos não refletem exatamente o autor, mas lhe pertencem. A autoridade seria uma função de propriedade sobre determinados textos e dentro de um determinado campo.

É claro que hoje essa função autor possui muitos mecanismos além da assinatura. O próprio Currículo Lattes (essa fonte privilegiada para “arqueólogos acadêmicos”) permite que autores e autoras listem suas diferentes assinaturas dentro do item “Nome em citações bibliográficas”. Temos aqui então a obra reunida em suas menores expressões, listada, organizada e ao acesso de todos. Assim, se torna obviamente impossível afirmar que essas autoras renomadas e renomeadas não cumprem a função autor preconizada pela modernidade descrita por Foucault, que não reúnem sob suas assinaturas uma obra que as permite participar da economia de discursos acadêmicos apenas por terem se apropriado de outros sobrenomes ao longo da vida.

Nadya, Jerusa, Heloisa e Josildeth são autoras propriamente ditas e reconhecidas como tais, disso não há dúvida. Mas sugiro que seus diferentes nomes de autoras trazem em si também sutis potenciais de desestabilização.

Talvez, simbolicamente, a multiplicidade de seus nomes, a inescapável não neutralidade que essas mudanças trazem para um cotidiano de produção intelectual, por mais “risíveis” que sejam (se tornando anedotas de encontros em congressos ou frente à burocracia acadêmica cotidiana), podem apontar também para rupturas interessantes. Para uma presença menos ausente no texto e na obra, para uma ambiguidade e uma complexidade que a autoria no feminino traz para a economia de produção de conhecimento que nos permite ver o presente diferente do ideal da

tradição (onde autores são sujeitos masculinos e coerentes) e nos dá material para pensar o futuro.

Catherine Lutz (1995) afirma que a teoria, da mesma forma que a arte em nossa cultura, constrói-se a partir do ideal d'o artista, sob o ideal da narrativa do gênio, resquícios do período Romântico que ligariam processos criativos/productivos, intelectuais ou artísticos (se é que essa diferença pode ser facilmente articulada), à figura de um sujeito, sempre no masculino, solitário, que apesar de “falar do mundo, não faz parte dele”. Há uma importante conexão entre gênio e gênero que permeia nossos ideais de produção de conhecimento. Ao longo da minha pesquisa com autoras, pude observar trajetórias intelectuais femininas que, via de regra, descumprem esse ideal de produção solitária e que ainda são conjugadas com a parceria com outros intelectuais. Sugiro que olhar para esses exemplos pode ajudar-nos a desatar a teia que esconde o caráter coletivo e colaborativo que todo esforço autoral possui.

Se, ao longo de suas vidas e publicações, algumas mulheres se apropriam de nomes, fazendo deles suas assinaturas – não como pseudônimos, mas como seus nomes “únicos” que as identificam socialmente – talvez possamos ver aqui uma dupla desestabilização: tanto na concepção una e estável do nome e do sujeito (BOURDIEU, 1998), quanto no jogo de esconde-esconde da autoria (FOUCAULT, 2013), uma vez que seus nomes de autoras trazem à baila, de certa forma, a existência histórica e relacional do sujeito na sua obra.

Talvez, seja focando nas incoerências, nas rupturas e nas anedotas e, neste caso, na instabilidade dos nomes, que podemos encontrar brechas para repensar conceitos já rotos e, por que não, masculinistas e capitalistas, relativos à produção e produtores de conhecimento.

Referências

- BODENHORN, B.; VOM BRUCK, G. *The anthropology of names and naming*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.
- BUTLER, J. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.
- CORRÊA, M. *Antropólogas & antropologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1991.
- FERREIRA, J. P. *Armadilhas da memória: e outros ensaios*. Cotia, SP: Ateliê, 2004.
- FONSECA, A. C. L. O nome dos cônjuges no novo código civil. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 8, n. 65, maio 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4026>>. Acesso em: 9 fev. 2014.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 268-302.
- GEERTZ, C. Pessoa, tempo e conduta em Bali. In: GEERTZ, C. A *interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2012. p. 149-185.
- LEACH, E. R. Once a knight is quite enough: como nasce um cavaleiro britânico. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132000000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- LÉVI-STRAUSS, C. O indivíduo como espécie. In: LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 2007. p. 215-241.
- LUTZ, C. The gender of theory. In: BEHAR, R.; GORDON, D. A. (Ed.). *Women writing culture*. Los Angeles: University of California Press, 1995. p. 249-267.
- MORAES, F. A. *Pântanos de relações e colchões de cumplicidade: academia e conjugalidade na perspectiva de quatro mulheres intelectuais*. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)

– Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PINA-CABRAL, J.; VIEGAS, S.M. *Nomes: Género, etnicidade e família*. Coimbra: Almedina, 2007.

PINA-CABRAL, J. O limiar dos Afetos: algumas considerações sobre a nomeação e a constituição social de pessoas, 2005. Disponível em: <www.ceao.ufba.br/fabrica/txts/cabral/limiar.doc>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PINA-CABRAL, J. The truth of personal names. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, London, v. 16, n. 2, p. 297–312, June 2010

SCHIEBINGER, L. *O feminismo mudou a ciência?* Campinas: EDUSC, 2001.

SEEGER, A. *Who owns music and why should we care*. Los Angeles, UCLA, 2012 Disponível em: <<http://uctv.tv/search-details.aspx?showID=23417>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

SOUZA, L. F. *Platão Crátilo: estudo e tradução*. 2010. 183 f. Dissertação (Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de, São Paulo, 2010.

TOLEDO, L. H. Nomes e performances: o preconceito na onomástica desportiva brasileira. In: PINA- CABRAL, J.; VIEGAS, S. M. (Org.). *Nomes: gênero, etnicidade e família*. Coimbra: Almedina, 2007.

UNICEF. *A convenção sobre os direitos da criança*. [S.l.; s.n.], [1989?]. Disponível em: < www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf >. Acesso em: 20 abr. 2015.

VIANNA, T. L. A ideologia da propriedade intelectual: a inconstitucionalidade da tutela penal dos direitos patrimoniais de autor. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 11, n. 1174, set. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/8932>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1990.

GRADUAÇÃO EM MEDICINA NO NORDESTE E NO SUL DO BRASIL

um enfoque interseccional sobre o perfil dos(as) estudantes

Luzinete Simões Minella

Ao longo das últimas décadas, inúmeras pesquisas voltadas para a análise das interferências de gênero no campo científico têm produzido avanços consideráveis no sentido de questionar estereótipos e de estimular a elaboração e a implementação de políticas científicas capazes de favorecer a entrada e a permanência das mulheres nas carreiras científicas.

Este artigo visa contribuir para o debate através da síntese das linhas gerais do perfil socioeconômico, geracional e étnico dos(as) estudantes classificados(as) no vestibular para os cursos de graduação em Medicina no Nordeste e no Sul do país, entre 2005 e 2012. Os dados apresentados constituem parte de uma pesquisa mais ampla, em andamento, que contemplará alguns cursos da rede pública e privada nos estados da Bahia e de Santa Catarina.¹



1 Trata-se do projeto de minha autoria em andamento intitulado “Mulheres no campo da Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe e etnia”.

Entre outros aspectos, a análise reflete sobre as interseções entre gênero, gerações, classe e etnia e sobre a absorção das mulheres e de estudantes não brancos, não jovens e de baixa renda, observando as diferenças regionais dos perfis nas instituições analisadas.

No caso do Nordeste, o artigo se refere apenas aos dados sobre a graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (Fameb/UFBA). No sul do país, a pesquisa realizou-se junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em ambas as instituições, foram levantados os dados disponíveis ao longo de sete anos, entre 2005 e 2012. Em 2005, foi implantado o sistema de cotas na UFBA e em 2008 na UFSC, através do Programa de Ações Afirmativas (PAA). Embora os dados não incluam os períodos anteriores, de modo a possibilitar uma análise mais precisa sobre o impacto do sistema de cotas sobre os perfis dos estudantes, espera-se que possam contribuir para uma compreensão das suas potencialidades.

A escolha da Medicina como campo de investigação levou em conta vários fatores: primeiro, o caráter estratégico dessa área para o avanço do conhecimento científico e tecnológico e o consequente prestígio que proporciona, sendo por isso mesmo, tradicionalmente, uma das carreiras mais concorridas nos exames de ingresso às universidades. No caso das instituições selecionadas, os índices atuais da relação candidato/vaga constituem um claro indicador do interesse das novas gerações por esta carreira que continua liderando a demanda do vestibular.²

Segundo, o caráter social das atividades médicas e seu alto impacto no cotidiano da sociedade, conforme mostram várias re-

iniciado em 2012, com previsão de conclusão em 2015, financiado pelo CNPq.

2 Na UFSC em 2012, para um total de 100 vagas, o número de inscritos correspondeu a 4.957, resultando numa relação candidato/vaga equivalente a 49,57. Manteve-se também a tradição de uma alta concorrência no Direito e na Engenharia Civil. No caso da UFBA, o vestibular de 2013 registrou 7.510 inscrições para 128 vagas, correspondendo a um c/v igual a 58,67. Entre os cursos mais concorridos estão Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental, Direito e Psicologia, alcançando, todos eles no entanto, um índice bem menor do que a Medicina.

e. Faculdade de Ciência e Tecnologia (FTC), fundado em 2004.

Como se vê, há grandes diferenças em relação ao período de sua criação, que varia entre 1832 e 2004. O curso selecionado é o mais antigo e se originou em 1808, durante a presença da família real portuguesa no Brasil, quando d. João VI formalizou a criação da Escola de Cirurgia da Bahia. Esta Escola foi transformada, em 1813, na Academia Médico-Cirúrgica e depois na Faculdade de Medicina da Bahia em 1832, sendo incorporada à UFBA em 1946.⁶ Em uma etapa posterior, a pesquisa contemplará também o curso oferecido pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, criada mais de um século depois, uma instituição privada, mantida pela Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências (FBDC).⁷

Em Santa Catarina, os cursos encontrados foram criados em período mais recente, entre 1960 e 2005, funcionando nas seguintes instituições:

- a. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1960;
- b. Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Campus da Grande Florianópolis, Unidade Pedra Branca, 1998;
- c. Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Campus Tubarão, 1998;
- d. Universidade de Joinville (Univille), 1998;
- e. Graduação em Medicina da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Campus de São Miguel do Oeste, 2001;
- f. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), 2005;
- g. Universidade de Blumenau (FURB), 1989;



6 www.medicina.ufba.br

7 Além da Medicina, esta instituição oferece também os seguintes cursos de graduação: Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional. Ver: www.bahiana.edu.br.

dos resultados será elaborada mediante a comparação entre as regiões. Referências a estudos realizados recentemente também serão feitas, de modo a esclarecer as linhas de continuidade entre eles. (MINELLA, 2012, 2013)

O enfoque: gênero e interseções no acesso à carreira

A análise das informações, com vistas à construção do perfil do(as) estudantes, se fundamenta em uma perspectiva de gênero que privilegia suas interseções com outros marcadores da diferença — classe, raça/etnia e gerações — de modo a refletir sobre o acesso das mulheres à carreira médica. A categoria interseccionalidade é adotada conforme a definição de Kimberlé Creenshaw (2002), ou seja, como “associação de sistemas múltiplos de subordinação” que “tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação”. Segundo a autora,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CREENSHAW, 2002, p. 177)

Também levo em conta a perspectiva de Avtar Brah (2006), que ao caracterizar os distintos tipos de diferença, avaliando seus impactos sobre a subjetividade e a identidade, prefere utilizar a categoria “eixos de diferenciação”. A abordagem interseccional será adotada de modo a interrogar em que medida a participação

de homens e mulheres no campo considerado, reflete as interferências das sobreposições ressaltadas pelas autoras.

Parto de considerar que esse tipo de abordagem favorece o desenvolvimento de um olhar mais atento às especificidades da feminização das carreiras científicas, processo que tem sido contemplado em vários estudos que articulam gênero e Ciências. A respeito da emergência desses estudos no país, Hildete Pereira de Melo e André Barbosa Oliveira (2006, p. 305) afirmam que:

Desde os anos 1970, com a segunda onda feminista do século XX, esta temática também ressoou no Brasil, no início, com as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, espalhando-se, posteriormente, no meio acadêmico com a consolidação de vários núcleos de estudos de gênero. Particularmente o tema gênero e ciência ganhou relevância nos anos 1990, com destaque para estudos dos grupos da Unicamp, Fiocruz, NEIM/UFBA e tantas outras pesquisadoras individuais que analisam a ausência das mulheres da História da Ciência no Brasil.

Os artigos publicados pela revista *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas (FCC), nos anos 1970 representaram um dos marcos iniciais no desenvolvimento do tema. Dois deles ilustram preocupações que seriam retomadas em vários outros estudos nas décadas seguintes: o de Barroso e Mello (1975b), sobre o acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil, e o de Bruschini (1978), a respeito da inserção das engenheiras, enfermeiras e professoras no mercado de trabalho. Outros artigos sobre a baixa participação das mulheres no desenvolvimento científico nacional, publicados na revista *Ciência e Cultura* no mesmo ano, chamaram a atenção para as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres. (BARROSO, 1975; BARROSO; MELLO, 1975a)

A revisão da literatura no Brasil mostra que a maioria dos estudos em gênero e Ciências tem sido influenciada por algumas

obras de referência, produzidas no contexto anglo-saxão a partir dos anos 1980, nas quais são sistematizadas várias críticas fundamentais das epistemologias feministas à Ciência. Por exemplo, Haraway (1994, 1995); Harding (1996); Schiebinger (2001) e Keller (2006). Algumas dessas autoras têm se preocupado em sintetizar as grandes linhas temáticas desse campo de investigação. Sandra Harding (1996) por exemplo, identificou cinco tendências principais entre os estudos produzidos no contexto anglo-saxão:

- a. Aqueles que apontam as oposições históricas que as mulheres enfrentaram e enfrentam a fim de obter oportunidades educacionais, títulos acadêmicos e atuação semelhantes as dos homens;
- b. Estudos que criticam a Biologia, as Ciências Sociais e suas tecnologias, mostrando o modo como instrumentaram projetos sociais “sexistas, racistas, homófobos y classistas”;
- c. Estudos que colocaram em dúvida a possibilidade de existência das Ciências Puras;
- d. Aqueles que reúnem as contribuições da crítica literária, da interpretação histórica e da psicanálise para evidenciar os sentidos simbólicos ocultos nos enunciados e práticas científicas;
- e. Finalmente, a autora aponta a existência dos estudos que tentam entender a fundamentação dos saberes, ou seja, das relações entre as crenças e as experiências sociais.

Londa Schiebinger (2001, p. 19-20), por sua vez, afirma que:

A questão do gênero na ciência é enfocada por estudiosos de muitas disciplinas a partir de perspectivas amplamente variáveis. Historiadores estudam as vidas de mulheres-cientistas no contexto de instituições que, por séculos, mantiveram as mulheres à distância; sociólogos enfocam o acesso das mulheres aos meios de produção científica; biólogos examinam como os

Em uma pesquisa anterior, visando a identificação das grandes linhas temáticas dos estudos feitos no Brasil a partir dos anos noventa, abordei a emergência e a consolidação do campo, focalizando os vários temas tratados nas pesquisas divulgadas em três veículos que alavancaram os debates na área: os *Cadernos Pagu*, publicação do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); os *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia (GeTec) do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet/Paraná); e a *Revista Tecnologia e Sociedade* do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPr). Foram também referidos estudos publicados em outras fontes, incluindo a *Revista estudos feministas*. (MINELLA, 2013)

Relacionei ainda um conjunto de 13 livros e coletâneas que entraram em cena a partir de 2000, paralelamente à diversificação temática e institucional observada nos periódicos científicos citados anteriormente. A partir dessa variedade de pesquisas, tendo analisado setenta e oito estudos, esbocei uma classificação dos temas prioritários inspirada nas classificações elaboradas por Harding (1996), Schienbinger (2001), Keller (1995) e Cabral (2008):

- a. Participação das mulheres na academia e nas associações científicas, seu acesso ao ensino superior, à carreira e à produção científica;
- b. Debates sobre epistemologias feministas e críticas às ciências incluindo análises sobre os impactos das tecnologias sobre o trabalho e a saúde das mulheres;
- c. Histórias e trajetórias de pioneiras e viajantes. (MINELLA, 2013)

Apesar dos seus limites, esta classificação evidenciou que desse conjunto, um total, a metade, ou seja, 39 se incluem na primeira grande linha ou tendência temática, 18 na segunda e 21 na terceira. A prevalência da primeira talvez se explique em razão de vários fatores, por exemplo, o alto potencial explicativo dos temas abordados nesses estudos; a atração exercida pelo visível incremento do acesso e da permanência das mulheres no campo científico, inclusive em áreas antes prioritariamente masculinas, e ainda, as relativas facilidades de acesso às informações sobre os contextos atuais disponíveis em várias bases de dados. É provável que tal prevalência se explique também em virtude da influência da formação empírica das pesquisadoras, bem como de outros fatores a serem pesquisados.

A largada nos 1990 e a consolidação na entrada do milênio, por sua vez, talvez possam ser explicadas tanto em decorrência das influências do debate internacional, como de um avanço sem precedentes da incorporação dos achados científicos e das tecnologias à vida cotidiana a nível mundial. Entre 2000 e 2010, coincidindo com o ponto de vista de Cabral (2008), observei uma diversificação maior dos temas, de autoras, instituições e editoras envolvidas, embora as publicações, pelo menos aparentemente, tenham permanecido mais concentradas em alguns veículos.

Apesar dos avanços representados pelo conjunto dessas contribuições, do ponto de vista das interseções, concluí que a ênfase tem recaído mais sobre as assimetrias entre homens e mulheres; as pesquisas empíricas têm contemplado com certa frequência as interseções entre gênero e gerações, através da análise de dados agregados por faixa etária; em algumas pesquisas podem ser encontradas informações sobre o perfil socioeconômico das mulheres analisadas. Mas não foram encontradas análises que coloquem as questões raciais e étnicas no centro do debate, constituindo-se essa lacuna em um grande desafio epistemológico e político.

Dentro deste quadro mais geral, este estudo se situa, portanto, na primeira tendência, visando mais especificamente, focalizar os entrelaçamentos dos marcadores da diferença na produção do perfil dos(as) estudantes, para refletir sobre o acesso das mulheres ao ensino superior, conforme pode ser visto no próximo item.

A feminização da área e as interseções: perfil socioeconômico dos(as) estudantes de graduação no nordeste e no sul do Brasil (2005-2012)

O exercício da profissão, os níveis de especialização da carreira, o associativismo e as oportunidades de trabalho na área da Medicina têm sido alvo de inúmeras pesquisas, dada a sua importância estratégica. No entanto, o levantamento bibliográfico feito até o momento mostra que ainda são poucas as que contemplam as especificidades ligadas às desigualdades de gênero. Entre elas, em um estudo anterior (MINELLA, 2012) destaco as pesquisas sobre as trajetórias das pioneiras — cuja entrada na área se deu entre os finais do século XIX e o início do século XX — realizadas por Maria Lúcia Mott sobre Madame Durocher e Marie Renotte (1994, 1998, 2005); por Elisabeth Juliska Rago a respeito da médica baiana Francisca Prager Froés (2007); as investigações de Iole Vanin sobre as primeiras médicas, farmacêuticas e odontólogas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia entre 1879 e 1949 (2008) e, finalmente, as análises de Monica Schpun sobre a carreira profissional e política da médica e deputada federal Carlota Pereira de Queiróz (1999, 2010). Algumas contribuições desses estudos serão retomadas nesse item, porque ajudam a compreender certas diferenças entre a situação das pioneiras e a fase atual.

Entendo que o ideal seria interpretar os dados desagregados por sexo. Assim, por exemplo, ao falar sobre renda familiar, ou cor/raça, seria possível contrastar o número de mulheres com

o de homens para averiguar possíveis diferenciais de gênero. No entanto, não foram encontrados dados desse tipo. Por isso mesmo, serão analisados as informações sobre estudantes em geral.

Do ponto de vista interseccional, os dados obtidos na UFBA evidenciam que os(as) 1.259 classificados no curso entre 2005 e 2012 se caracterizam pela diversidade de pertencimento aos estratos socioeconômicos, ao sexo, idade e cor. Para uma média de 160 vagas, a maioria foi do sexo masculino, ou seja, 58,9% contra 41,1% de mulheres.¹⁰ A UFSC apresenta proporções semelhantes, para uma média de cem vagas por ano, prevaleceram também os homens (55,29%) contra um número significativo de mulheres (44,71%).

As conquistas mais significativas na direção da paridade levaram aproximadamente um século. Hahner (2003) afirma que Rita Lobato, gaúcha que se graduou pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1887, foi a primeira mulher a receber um diploma de Medicina expedido por uma instituição acadêmica brasileira, sendo a única em sua turma. Rago (2007) analisa a trajetória da médica feminista baiana Francisca Prager Froés, que se destacou na carreira e que se formou em 1893, sendo a única mulher em meio a 24 homens.

O mesmo teria acontecido com Ermelinda Lopes de Vasconcelos, diplomada na Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1888. Monica Schpun (1999, 2010) ressalta que Carlota Pereira de Queiróz não foi apenas pioneira ao se formar em 1892, mas foi também a primeira mulher brasileira eleita deputada federal, tendo participado da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935. Todas elas atuaram nas áreas de ginecologia, obstetrícia e pedia-



10 Vale ressaltar que a proporção de homens foi mais alta no curso de Medicina da UFBA do que aquela registrada como média em todas as áreas entre 2005 e 2008: homens, 50,6% e mulheres, 49,4 (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008).

tria, tal como a maioria daquelas que entraram na academia nas décadas subsequentes, configurando um nicho profissional.

Os dados disponíveis no estudo de Tavares-Neto (2008) dão conta de que entre 1812 — quando a primeira turma da Faculdade de Medicina da Bahia concluiu seus estudos — e 1912, ou seja, no espaço de um século, 2.691 homens se diplomaram contra apenas sete mulheres (0,26%). Aproximadamente um século depois, ou seja, entre 1913 e 2008, embora a presença delas tenha se tornando numericamente significativa a partir da década de 1950, tem-se um total de 7.518 homens titulados, contra 2.731 mulheres (73,45 contra 26,6%). Considerando o total de diplomados(as) ao longo de dois séculos, tem-se, portanto, 10.209 homens e 2.738 mulheres (12.947 no total geral, sendo 78,8% homens contra 21,2% de mulheres). Os números são importantes para ressaltar a forte assimetria de gênero que se instalou no período. Mesmo com o significativo aumento da participação feminina a partir dos anos 1950, a situação se encontra muito longe do equilíbrio entre os sexos do ponto de vista numérico.

Vanin (2008) ressalta que na Bahia, o incremento da participação das mulheres deu-se mais nos cursos de Farmácia e Odontologia e menos em Medicina, pois entre 1879 e 1949, quando esses três cursos eram ofertados pela Faculdade de Medicina, formaram-se 168 mulheres em Farmácia, 160 em Odontologia e 84 em Medicina. A autora assinala que havia mais mulheres naquelas áreas menos prestigiadas ligadas ao atendimento às próprias mulheres e às crianças.

Maria Lúcia Mott e colaboradores (2008) analisam o perfil de médicos e médicas que se diplomaram em São Paulo entre 1892 e 1932, mediante consulta aos dados disponíveis no Centro de Memória da Saúde Pública de São Paulo. As autoras concluem que o número de médicas registrado no período equivalia a apenas 1,0%.

Essa proporção se manteve durante décadas no país. Maria Helena Machado (1997) sinaliza que o processo de feminização da carreira teria se iniciado depois da metade do século XX, mostrando que se em 1940 o contingente feminino equivalia a apenas 1% no país, nos anos 1990 a proporção tinha atingido 35,0%, sendo que no segmento com menos de 30 anos, as mulheres representavam 50%.

Analisando a situação das mulheres “em carreiras de prestígio”, ou seja, nas áreas da Medicina, Arquitetura, Direito e Engenharia, Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (1991) confirmam a tendência da feminização nos anos 1990, ponderando vários aspectos relativos às especificidades desse processo. Sistematizando os dados da Relações Anuais de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (Rais) relativos a 1990, 1993 e 1996, as autoras encontram uma proporção de mulheres bem próxima da pesquisa de Machado (1997): 38%. Fanny Tabak lembra que na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1977, apenas 35% do contingente do curso de Medicina eram mulheres, enquanto em 1990 a proporção chegava a 62%, quase o dobro. Os dados levantados pela autora nesta instituição mostraram que uma situação semelhante ocorreu na Engenharia, outra área tradicionalmente ocupada pelos homens. (TABAK, 2002)

Com relação à idade, se destacou no período considerado, na UFBA, a faixa entre 17 e 19 anos em que se concentram 60,7%. Entre 20 e 25 anos, o percentual é significativo, atingindo 31,76%. A partir dos 25 anos, poucos foram os que ingressaram, registrando-se apenas 6,04% entre 25 e 47 anos e mais. Do ponto de vista geracional, tem-se um perfil jovem também entre 2005 e 2008 em todos os cursos da área das Ciências Biológicas e profissões de Saúde, quando os(as) inscritos(as) atingiram 77% a 85%, configurando os maiores percentuais entre todas as áreas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008 p. 20) Os dados da UFSC mostram

proporções semelhantes: a maior parte se concentra na faixa entre 19 a 24 anos, correspondendo a 77,86%; até 18 anos, foram 13,11%, observando-se um significativo declínio a partir dos 25 anos. Entre esse limite os 29 anos, tem-se apenas 6,61; entre 30 a 34 anos, 1,65 e acima dos 35, apenas 0,77.

A diplomação em torno dos 20 e poucos anos se mantém na área e foi frequente também entre as pioneiras. Rago (2007), por exemplo, mostra que Francisca Prager Fróes se formou em 1893 aos 21 anos. Hahner (2003) esclarece que Rita Lobato se formou aos 21 anos e Ermelinda Lopes Vasconcelos aos 22. Em outros estudos também são encontradas referências à juventude das formandas no início do século XX. (VIEIRA, 2006)

Quanto à origem escolar, na UFBA prevaleceu no período a escola privada (54,5%) contra da escola pública (45,5%). Na UFSC, 30% dos classificados estudou em escolas públicas contra 70,5% em escolas privadas. Os dados do Programa de Ações Afirmativas (PAA) evidenciam que antes da implantação do sistema de cotas, entre 2004 e 2007, o percentual médio de classificados(as) oriundos(as) de escolas públicas equivalia a apenas 18,1%. Entre 2008 e 2012, o percentual médio passou para 32,1%. Além de outras peculiaridades socioculturais e econômicas regionais, as diferenças certamente se explicam também devido à implantação do PAA na UFBA ter antecedido em três anos a da UFSC.

Quanto à renda familiar, predominou tanto na UFBA quanto na UFSC, a faixa entre cinco a 10 salários mínimos (25,4% e 31,8%, respectivamente). No caso da UFBA, esta faixa pode ser considerada alta, em comparação com outros cursos, pois entre 2005 e 2008, os dados gerais mostram que 45,2% dos classificados(as) situavam-se no intervalo inferior a cinco salários mínimos. Em seguida, encontram-se os intervalos correspondentes a três a cinco, sendo 18,4% na UFBA e 14,8% na UFSC. Uma concentração maior nas faixas mais altas foi encontrada na UFSC, por exem-

plo, 24,3% dos estudantes declararam uma renda familiar entre 10 a 20 salários mínimos, contra 18,1%. Apesar da alta concorrência – que chegou a 39 candidatos por vaga, em 2011, e 49, em 2012, na UFBA – observa-se que nessa instituição, 2,05 e 10,9% dos/as estudantes provêm de famílias cuja renda corresponde a um salário e entre um e três salários mínimos, respectivamente. Na UFSC, as proporções dessas faixas foram menores, correspondendo a 0,55% e 7,60%. No entanto, segundo as informações sobre a implantação do PAA nessa instituição, se antes de 2008, 40% dos(as) classificados(as) declararam serem provenientes de famílias com renda entre 10 a 20 e de sete a 10 salários mínimos, de acordo com os dados de 2012, após 2008, as faixas de um a três e de três a cinco salários mínimos passaram a ocupar 47% das vagas.¹¹

Observa-se, portanto, um perfil diversificado tanto na UFBA quanto na UFSC, tendo o sistema de cotas contribuído significativamente para esse resultado também em termos mais gerais. No caso da UFBA, além da Medicina, em outras carreiras entre as mais concorridas (Psicologia, Direito, Enfermagem e Comunicação com habilitação em Jornalismo), os percentuais das famílias com renda mensal entre um a cinco salários mínimos também foram altos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008, p. 29)

Embora estes dados não estejam desagregados por sexo, assinalam-se as diferenças em relação ao perfil das pioneiras, que ingressaram na área entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Conforme a literatura citada, em geral, elas provinham de famílias da elite ou das camadas médias, setores que embora tivessem, em alguns casos, vínculos originários com o meio rural, se estabeleceram nas grandes cidades. Também era comum, que entre esses segmentos, se encontrassem os filhos



11 Certamente essa diversificação maior do perfil sócio-econômico (e étnico) tenderá a se ampliar tendo em vista as políticas de inclusão. No vestibular de 2013 por exemplo, a UFSC aumentou de 30, para 35,0% o ingresso através do PAA, sendo 25,0% das vagas reservadas para egressos das escolas públicas e 10,0% para candidatos/as negros/as.

e filhas de migrantes europeus. Situação que provavelmente se prolongou até poucas décadas atrás.

Quanto ao quesito cor, pode-se observar claramente as interferências dos perfis étnicos regionais haja vista que na UFBA a maior parte se declarou parda (53,4%); em seguida, prevaleceu a cor branca (24,1%) e a preta (8,49). Pardos e pretos predominam, portanto, atingindo 61,8%. Indígenas e amarelos representam os menores contingentes com 2 e 1,1% respectivamente. Não obstante a pequena proporção destes últimos, a diversidade se explica tanto em razão do amplo contingente de afrodescendentes no estado da Bahia, estimado em cerca de 73% em 2009 pela PNAD/IBGE, quanto pela implantação do sistema de cotas, e pela criação em 2007, do Programa Permanecer, que visa a consolidação das políticas de ações afirmativas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008, p. 4)¹²

Segundo os dados da Universidade Federal da Bahia (2008, p. 20),

Os cursos nos quais o ingresso dos candidatos de cor preta – e mesmo dos pardos – era bem inferior em relação aos brancos em períodos anteriores, notadamente aqueles que conferem um maior status social e econômico, apresentam mudanças consideráveis. Cursos como Medicina, Direito e Odontologia, a representação de pretos e pardos foi visivelmente maior (Medicina 72,5%; Direito 69,7% e Odontologia 72,6%).

Enquanto isso na UFSC, instituição cujos estudantes são originários principalmente do próprio estado de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná, predominaram claramente os brancos (82,9%), os pardos representaram 9,6% e os pretos apenas 3,7%. Esta predominância era, de certa forma, esperada, haja vista que



12 Em 2005, quinze universidades públicas (federais e estaduais) tinham adotado políticas de ação afirmativa. Entre elas, as pioneiras dessas ações: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Universidade do Estado da Bahia e a Universidade de Brasília.

te pela Resolução n. 26, aprovada pelo Conselho Universitário em outubro de 2012. Este documento ajusta as normas anteriormente vigentes à Lei 12.711 e outras deliberações do governo federal.¹⁴

Considerações finais: sinalizando os desafios

Os resultados obtidos até o momento mostram que em ambas as instituições há uma maioria do sexo masculino, e simultaneamente, confirmam a tendência à feminização da área; os(as) estudantes têm prioritariamente entre 17 e 19 anos; a renda familiar pode ser considerada alta, em comparação com outros cursos, concentrando-se principalmente na faixa entre cinco a 10 salários mínimos. Quanto à cor, a maior parte se declarou parda na UFBA e branca na UFSC. Em termos gerais, a proporção de autodeclarados pretos, revela uma tendência ascendente; a dos descendentes dos índios mostra também um incremento, embora estes continuem representando uma minoria.

Este perfil étnico, juntamente com a diversidade das faixas de renda das famílias de origem, evidenciam que os(as) estudantes dos cursos analisados estão longe, portanto, de representar um bloco monolítico. Também apontam para a democratização das universidades públicas federais. Embora os homens continuem



14 Entre outras deliberações, no capítulo III, esta Resolução estabelece o seguinte: “1 – 20% das vagas, por curso e turno, para atendimento das determinações da Lei 12.711/2012, do Decreto Presidencial no. 7.824/2012 e da Portaria Normativa no. 18/2012; II – 10% (dez por cento) para candidatos autodeclarados negros, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. §1.º Os candidatos a que se referem os incisos I e II deste artigo, interessados em participar na ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação, deverão fazer a sua opção no ato de inscrição do vestibular. §2.º Os candidatos que optarem pelo ‘Programa de Ações Afirmativas’ também concorrerão pela classificação geral. §3.º no mínimo 50% das vagas de que trata o Inciso I desta Resolução serão ocupados por estudantes oriundos de famílias com renda per capita bruta de até 1,5 salário-mínimo. §4.º proporção das vagas de que trata o Inciso I desta Resolução, no mínimo igual à da soma dos percentuais de pretos, pardos e indígenas na população de Santa Catarina, constantes no último censo do IBGE, serão reservadas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas. §5.º a proporção a que se refere o parágrafo anterior, resultante da soma dos percentuais de pretos, pardos e indígenas totaliza 16%, conforme censo de 2010 do IBGE. § 6.º para concorrer nas modalidades de cotas a que se refere o Inciso I exige-se que o estudante tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.” (SANTA CATARINA, 2012)

sendo maioria, os dados sinalizam avanços no sentido da equidade de gênero que, sem dúvida, tem ocorrido não apenas na área da Medicina, mas no campo científico de modo geral. No entanto, há limites que precisam ser superados. Por exemplo, do ponto de vista geracional, a absorção tanto de homens quanto de mulheres acima dos 30 anos é mínima. Os patamares de renda mostraram-se mais altos na UFSC e mais baixos na UFBA, revelando que no sul o pertencimento aos estratos socioeconômicos mais elevados, é mais pronunciado. Embora no total, a maioria tenha se declarado parda, contribuiu para esse resultado a forte presença desse pertencimento na UFBA. Na UFSC, os percentuais de pretos e pardos são menores, mesmo com a implantação do regime de cotas.

Pesquisa recente de Melo sobre os dados do CNPq mostra que em 2008, 49% entre bolsistas, eram mulheres, tendo ocorrido um aumento de 10 pontos percentuais em uma década. No entanto, apesar desse crescimento, nesse mesmo ano, apenas 27% delas eram líderes de grupos de pesquisa. (MELO, 2010)

Além dessa desigualdade na linha de frente da Ciência, outras mais gritantes, ligadas às questões étnicas, também precisam ser contempladas pelas pesquisas e superadas pela sociedade. Finalizando este artigo, refiro apenas algumas delas: dados divulgados pelo IBGE (2013) apontam que em 2009, no país, apenas 5% dos negros tinham atingido o nível superior de ensino contra 15% dos brancos (2010). No mesmo ano, 63% dos estudantes no ensino superior eram brancos, enquanto o percentual de negros na mesma situação não passava de 31%. O estudo de Carvalho (2005) estimou em cerca de 1% ou menos o número de professores negros em universidades públicas também no início da primeira década do milênio.

A próxima etapa desta pesquisa interroga em que medida haveria diferenças entre moças e rapazes quanto à renda familiar, idade e cor, focalizando as percepções dos(as) cotistas sobre

suas trajetórias. Vários estudos serão cruciais nessa etapa futura. Por exemplo, o de João Bosco Hora Góis sobre mulheres negras que acessaram o ensino superior no início do milênio, na Universidade Federal Fluminense (2008); a pesquisa de Wivian Weller e Marly Silveira sobre cotistas e o enfrentamento dos preconceitos na Universidade de Brasília (2008); a análise de Antônio Sérgio Guimarães (2003) sobre o acesso de estudantes negros às universidades públicas.

A etapa futura buscará avaliar também as interferências de gênero na escolha das especialidades médicas, indagando em que medida tem se mantido uma presença mais marcante das mulheres nas áreas de Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria. E, nos escalões mais baixos da carreira, configurando as segregações hierárquicas e territoriais identificadas por Bruschini e Lombardi (1999) e por Vanin (2008).

Entendo que a análise do perfil atual dos(as) estudantes do curso analisado colabora sem dúvida para compreender certas peculiaridades do acesso ao ensino superior em termos interseccionais. No entanto, entendo também que este constitui apenas um aspecto a ser explorado em meio a outros tantos possíveis e que podem contribuir para identificar, com maior clareza, os desafios que graduandas e graduadas, em particular, precisarão vencer no futuro.

Referências

BARROSO, C. L. Por que tão poucas mulheres exercem atividades científicas? *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 27, n. 7, p. 703-710, 1975.

BARROSO, C. L.; MELLO, G. N. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 27, n. 6, p. 613-620, 1975a.

BARROSO, C. L.; MELLO, G. N. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa revista de estudos e pesquisa em*

educação/Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 15, p. 47-77, dez. 1975b.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-365, 2006.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 3, p. 9-24, 1999.

BRUSCHINI, C. Mulher e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professores. *Cadernos de Pesquisa: revista de estudos e pesquisa em educação* / Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 27, p. 5-17, dez. 1978.

CABRAL, C. G. Mapeando e refletindo a construção do campo disciplinar “Estudos Feministas da ciência e da tecnologia” no Brasil nos percursos do fazendo gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2008. p. 1-7. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST38/Carla_Giovana_Cabral_38.pdf>. Acesso em: 9 set. 2013.

CARVALHO, J. J. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005.

CREENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GÓIS, J. B. H. Quando raça conta: um estudo das diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 743-768, set./dez. 2008.

GUIMARÃES, A. S. Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa: revista de estudos e pesquisa em educação* / Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 118, p. 247-268, mar. 2003.

HAHNER, J. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 7-42, 1995.

HARAWAY, D. “Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 243-287.

HARDING, S. *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

IBGE. *Atlas do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Cartilha do IBASE*. Rio de Janeiro, 2005.

KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006.

KELLER, E. F. *Secrets of life, secrets of death: essays on language, gender and science*. New York: Routledge, 1992.

KELLER, E. F. The origin, history, and politics of the subject called “gender and science”. In: JASANOFF, S. et al. (Ed.). *Handbook of science and technology studies*. Thousand Oaks: Sage Publishing, 1995. p. 80-94.

LOPES, M. M. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 35-61, 2006.

LUZ, M.T. *Natural racional social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MACHADO, M. H. (Coord.). *Os médicos no Brasil: um retrato da realidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MELO, H. P.; CASEMIRO, M. C. P. A Ciência no feminino: uma análise da academia nacional de medicina e da academia brasileira de ciência. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 117-134, set./dez. 2003.

MELO, H. P.; OLIVEIRA, A. B. A produção científica brasileira no feminino. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 301-331, jul./dez. 2006.

MELO, H. P. Um olhar de gênero sobre o sistema de concessão de Bolsas de Pesquisa no CNPq – 2001/2008. In: 2º ENCONTRO Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa: pensando gênero e ciência. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 176-191.

- MINELLA, L. S. Estudos sobre mulheres no campo da medicina: perfis e trajetórias nas interseções. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 1., 2012, Niterói. *Anais...Niterói: ANINTER*, 2012. Disponível em: <www.aninter.com.br/2012/GT16/EstudosdeGenero/EstudossobreMulheres>. Acesso em: 15 set. 2015.
- MINELLA, L. S. *Mulheres no campo da Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe e etnia*. Projeto de Pesquisa. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- MINELLA, L. S. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 40, p. 95-140, jan./jun. 2013.
- MOTT, M. L. B. et al. Médicos e médicas em São Paulo e os livros de registros do serviço de fiscalização do exercício profissional (1892-1932). *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 853-868, 2008.
- MOTT, M. L. B. Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 24, p. 41-67, jan./ jun. 2005.
- MOTT, M. L. B. Madame Durocher: modista e parteira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 101-116, 1994.
- MOTT, M. L. B. *Parto, parteiras, parturientes: Mme. Durocher e sua época*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998.
- PROGRAMA de Ações Afirmativas (PAA) para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com diversidade socioeconômica e étnico-racial: avaliação do Período 2008-2012 e Proposta de Revisão. Florianópolis, 2012. Disponível em <acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/06/ufsc-relatorio-cotas-2008-2012.pdf>.
- RAGO, E. J. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2007.
- ROSEN, G. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec: 2. ed. UNESP; 1994.
- SCHIEBINGER, L. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.
- SCHPUN, M. R. A médica Carlota Pereira de Queiróz e seus colegas: amizade e relações profissionais em meio predominantemente

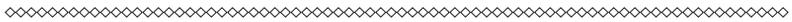
- masculino. In: MONTEIRO, Y N. (Org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010. p. 239-250.
- SCHPUN, M. R. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiróz. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 12, p. 331-377, 1999.
- TABAK, F. *O Laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- TAVARES-NETO, J. Formados de 1812 a 2008 pela Faculdade de Medicina da Bahia. J. Feira de Santana: Academia de Medicina de Feira de Santana, 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. *Perfil sócio-econômico dos candidatos inscritos e classificados no concurso vestibular da UFBA*. 2001-2004. Salvador, 2005. Disponível em: <www.Ufba.br/> Acesso em: 4 ago. 2013.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. *Perfil sócio-econômico dos candidatos inscritos e classificados no concurso vestibular da UFBA*. 2005-2008. Salvador, 2008. Disponível em: < http://www.proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/perfil_demanda_final.pdf >. Acesso em: 4 ago. 2013.
- VANIN, I. M. *As damas de branco na biomedicina da Bahia 1879-1949*: médicas, farmacêuticas e odontólogas. 2008. 277 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.
- VIEIRA, M. A. L. *Mulheres na medicina: construindo espaços na São Paulo do início do século XX*. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, 2006.
- WELLER, W.; SILVEIRA, M. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras na Universidade de Brasília. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 931-948, set./dez. 2008.

REVISITANDO O CAMPO *autocrítica de uma antropóloga feminista*¹

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg

Autocrítica em torno de um fieldwork nos anos 1970

Era o início do verão de 1976 e eu, estudante de graduação em uma universidade norte-americana, chegava à Provincetown, cidadezinha litorânea situada em Cape Cod, Massachusetts, pronta para enveredar pela minha primeira grande “aventura antropológica”. Inspirada nas discussões então em pauta sobre a revivência das identidades étnicas na sociedade americana — e valendo-me da boa vontade de uma antropóloga amiga, com larga experiência, que aceitara levar-me para o campo como sua assis-



1 À memória de M. Estelle Smith, minha mestra nas tramas do *fieldwork* e à de Anthony (“Tony”) Leeds, orientador e amigo, que me ajudou a entender: “fazer etnografia sem paixão, é fazer uma etnografia pela metade.” Uma versão bastante elementar deste trabalho foi apresentada ao VIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 7 a 10 de julho de 1997, sob o título “Gênero e a etnografia da etnografia: a antropóloga em campo”. Fui instigada a retomá-lo e avançar na discussão pelo convite do Coletivo de antropólogas feministas, a quem sou muito agradecida. Uma versão mais longa do trabalho foi publicada pela *Revista Mora*, julho-2014.

tente e atuar como minha mentora —, tinha como proposta estudar a comunidade de origem portuguesa da cidade. Para tanto, ia munida de todos os apetrechos então disponíveis para trabalho de campo: gravador e muitas fitas, máquina fotográfica e de escrever, canetas, cadernetas de notas, muito papel.

Por certo, seguindo as recomendações para um “bom” trabalho de campo nos manuais que havia encontrado, pesquisara a literatura disponível sobre portugueses na Nova Inglaterra e sobre “etnicidade”, questão central do estudo proposto, me debruçara demoradamente sobre mapas da área e havia me inteirado também da história local, tudo em preparação para a minha empreitada. Assim, sabia de antemão que durante os meses de verão — junho, julho e agosto no Hemisfério Norte — a cidadezinha que seria meu local de moradia e trabalho naqueles três meses tornava-se um movimentado ponto turístico para onde confluíam milhares de veranistas de todas as alçadas e artistas para entretê-los. Além disso, estava ciente de que, por abrigar com bastante tolerância uma considerável população de homossexuais e lésbicas, Provincetown ganhara a fama de ser o “paraíso gay” da costa leste dos Estados Unidos, sendo reconhecida como cidadezinha permissiva no tocante ao exercício da sexualidade em geral. Contudo, malgrado toda essa bagagem e leituras, não estava preparada para lidar, tanto na prática quanto teoricamente, com as questões de gênero e sexualidade — a minha própria inclusive — que acabariam por se tornar elementos fundamentais no desenrolar da pesquisa.

De fato, ser mulher jovem e descasada, em um contexto em que a questão da sexualidade era a ordem do dia, iria marcar profundamente minha primeira experiência como “antropóloga em campo”. Ao lado da minha autoafirmada condição de brasileira com ancestralidade portuguesa, ou seja, da minha própria etnicidade, sua intersecção com outros marcadores sociais (gênero, raça, classe, geração e estado conjugal), naquele contexto

específico, foi um fator condicionante, não apenas do meu trabalho de campo enquanto experiência social, mas, principalmente, na construção da minha *persona* em campo. Tal condição abriu-me algumas portas e fechou-me outras, aproximou-me mais de determinadas pessoas e grupos locais, afastando-me, porém, de outros, dirigiu o meu olhar de observadora-participante para certos aspectos, certas nuances e facetas, ofuscando a visão de outras. Enfim, minha posicionalidade em campo foi fator preponderante no tipo e qualidade do conhecimento que foi ali produzido, na medida em que demarcou os “encontros etnográficos” possíveis naquele contexto.

Ressalto, porém: quem se der ao trabalho de ler o que produzi a partir dessa experiência de campo (SARDENBERG, 1976, 1977) não encontrará qualquer tentativa de reflexão da minha parte quanto a essas questões. Sem dúvida, na introdução ao relatório de pesquisa elaborado sobre Provincetown (SARDENBERG, 1976), discorri sobre a facilidade de entrosamento com a população de origem portuguesa local, não apenas pelo fato de minha mentora ter familiares entre esses “nativos” — sua mãe era de lá, a tia ainda morava na cidade, ficamos instaladas na casa de uma de suas primas —, como também pela minha condição de brasileira de ancestrais portugueses. Mas não deixei claro — até mesmo porque eu própria não me apercebi — que, se por um lado isso me abriu caminhos, por outro, impôs restrições e limitações — principalmente dada a minha condição de mulher, jovem e descasada. Hoje reconheço ter sido precisamente a partir dessa perspectiva específica que, entre outras descobertas, pude apreender o relativamente rígido código de condutas então vigente (principalmente em tempos de veraneio) para aqueles e, sobretudo, aquelas consideradas parte da comunidade portuguesa da cidade, o que contrastava com a tolerância aparente em relação a outros segmentos da população local e de veranistas.

Na referido relatório (SARDENBERG, 1976), discorro sobre esses diferentes segmentos da população da cidade em tempos de verão, análise esta elaborada a partir de minhas conversas com o diretor do jornal local, ele também de ancestralidade portuguesa. Faz parte dessa análise a discussão sobre o referido código, também mencionado por uma antiga veranista que passou a morar e trabalhar na cidade. Mas veja-se que omito na discussão o que aprendi a partir da minha própria experiência. Melhor dizendo, desvendei os comportamentos considerados apropriados para mulheres na minha condição, ao me dar conta (através da prima de minha mentora) do “disse-me-disse” correndo a solta entre a comunidade de origem portuguesa em torno do que eu fazia (ou deixava de fazer), com quem andava e por onde ia nessas minhas andanças. Cito aqui como exemplo minha participação em uma manifestação a favor da “liberdade de expressão” e da legalização do nudismo na praia de Truro, cidade vizinha à Provincetown. Apesar de ter ido acompanhada de gente da cidade e de ter sido uma das poucas pessoas presentes que se manteve vestida durante toda a demonstração, minha simples presença no evento causou muito a que falar.

Certamente, não foi à toa que, dentre a comunidade portuguesa, tive muito mais facilidade em encontrar homens dispostos a conversar comigo do que mulheres. Na verdade, vi-me constantemente assediada por homens dessa comunidade — os “*predatory males*”, no dizer de Maureen Giovannini (1986, p. 110) — que confundiam meu interesse em conversar com eles com interesse neles enquanto sujeitos sexuados. Isso tornou praticamente impossível entrevistá-los, a começar pelo fato de que só marcavam reunião comigo nos bares da cidade. Devido a esse comportamento dos homens, poucas mulheres mais velhas, particularmente as “esposas”, aceitavam conversar comigo. Eu era vista por algumas como *femme fatale*, inclusive por estar então separada do

meu marido. Por tudo isso, me identifiquei melhor com um grupo de jovens adultos da comunidade de origem portuguesa, gente da minha faixa etária e que, como eu, abraçava causas sociais com paixão. Gente para quem eu não representava uma ameaça, nem um objeto a ser conquistado e com quem criei amizade para além do “campo”.

Na época, esse grupo se via envolvido em embates da política local, contrapondo-se a interesses empresariais visando à construção de uma grande marina e o loteamento de praias vizinhas. Reside aí o fato de eu ter passado grande parte do meu tempo em Provincetown assistindo infindáveis reuniões no *Town Hall* e, depois, discutindo política nos bares e restaurantes da cidade, frequentados, sobretudo, por jovens adultos da comunidade local.

Restrições e expectativas diferentes impunham-se, porém, a quem aqui chamo de Ollie, o outro integrante do time de estudantes-assistentes da pesquisa em questão. Para evitar qualquer dúvida sobre a sua preferência sexual dentre o grupo de pescadores de seu estudo, bem como precaver-se do assédio de veranistas atraídos pela fama da cidade, procurava sempre sair para a rua, à noite, acompanhado de uma mulher, geralmente eu.

Já nossa mentora — senhora de meia-idade, casada, e conhecida na comunidade como intelectual — desfrutava de uma liberdade de movimentos muito maior do que nós, seus assistentes, quebrando, inclusive, alguns tabus. Por exemplo, contrariando o preceito referente à exclusão de mulheres na pesca tradicional, conseguiu que a levassem em uma jornada em alto mar como substituta do cozinheiro do barco, carregando-me a reboque como intérprete. Cumpri minha tarefa de entrevistar o capitão que só falava português, mas com muita dificuldade, vitimada que fui (inesquecivelmente) pelo *mal de mer*. Ela saiu-se bem em tudo; mas, aparentemente, não o suficiente para mudar a opinião dos tripulantes quanto à pesca “não ser coisa de mulher.”

asséptico, universal, descorporificado e, portanto, não situado? (HARAWAY, 1988) Em um discurso não “gendrado” (*gendered*) e que se pretendia “incolor”?

Passados quase 40 anos desde as minhas primeiras aventuras no campo e, mesmo com todos os debates em torno de “autoridade etnográfica”, “conhecimento situado”, “crise de representações” e “experiência social como base do conhecimento antropológico”, percebe-se, porém, que tem se comumente deixado à margem, na Antropologia *mainstream*, a questão da articulação de gênero com outros aspectos do *self* do(a) etnógrafo(a) no trabalho de campo. Aliás, como sempre, a questão de gênero tem ficado sob o encargo das mulheres: são as antropólogas que têm refletido mais demoradamente sobre “gênero e sexualidade” e outros marcadores sociais como fatores fundamentais na construção da “experiência” do trabalho de campo, das etnografias e, portanto, na produção do conhecimento antropológico. São, em especial, as antropólogas feministas que têm trazido à baila a discussão da posicionalidade de pesquisadoras(es) no campo (ABU-LUGHOD, 1990) e, assim, a questão dos saberes localizados (HARAWAY, 1988) e das relações de poder na etnografia.

É, pois, à luz das reflexões dessas antropólogas que, neste trabalho, pretendo pensar sobre gênero, sexualidade e suas intersecções com outros marcadores sociais em minhas próprias experiências de “antropóloga em campo” (e nos trabalhos correspondentes), em três situações e épocas distintas:

- a. Na década de 1970, estudando a população de origem portuguesa em Provincetown, cidadezinha conhecida como “paraíso dos gays” na costa leste dos Estados Unidos, tal qual relatado nesta introdução;
- b. Avaliando, nos anos 1980, o impacto de um projeto de treinamento em ocupações “tradicionalmente masculinas” para

mulheres (adolescentes, no particular) da periferia de Salvador; e

- c. Mais recentemente (década de 1990), enveredando na memória do antigo operariado baiano, a partir de um estudo de ex-operários e ex-operárias têxteis, em uma antiga vila operária no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Por fim, com base nessas reflexões autocríticas, procuro destacar alguns pontos que considero centrais para se pensar a construção de uma etnografia feminista na contemporaneidade.

Colocando gênero nos caminhos da Antropologia reflexiva

Há amplo consenso de que a fortaleza na qual se abrigavam muitas das verdades e sustentáculos do pensamento dominante nas Ciências Sociais começou a ruir, de fato, na década de 1960. Segundo Frederic Jameson (1992), esse desmoronamento foi provocado por uma série de rupturas que se dariam a vários níveis, cada um se desenvolvendo de acordo com suas próprias leis internas. Periodizando esse processo, Jameson coloca os marcos iniciais dessa década revolucionária no “Terceiro Mundo”, para ele, o grande fornecedor dos “modelos político-culturais” para as “revoluções de nativos” que eclodiriam também em outros mundos. Tomando as palavras de Sartre⁵ como paradigmáticas da época, Jameson (1992, p. 85) assim declarou:

Os anos 60 foram, assim, a época em que todos esses ‘nativos’ tornaram-se seres humanos, e isto tanto interna quanto externamente: aqueles internamente colonizados do Primeiro Mun-



5 “Há muito tempo, a Terra tinha dois bilhões de habitantes: quinhentos milhões de homens e um bilhão e quinhentos milhões de nativos. Os primeiros tinham a Palavra, os outros simplesmente a usavam [...]”. (SARTRE apud JAMESON, 1992, p. 83)

do — as ‘minorias’, os marginais e as mulheres — não menos que os súditos externos e os ‘nativos’ oficiais desse mundo.

Tal processo foi fator detonador no desencadear das “crises” que vêm assolando a Filosofia e as Ciências Sociais e Humanas como um todo desde então, mas, na Antropologia, seus efeitos foram sentidos mais de imediato. Já na década de 1950, antropólogos franceses, por certo movidos pelas feridas abertas com as guerras do Vietnã e da Argélia, começavam a refletir sobre a antropologia e a “situação colonial”, questionando o que até então dera suporte à empreitada etnográfica. (BALANDIER, 1955; LEIRIS, 1950) Isso veio à toa, pois era o seu próprio universo tradicional de estudo (o chamado Terceiro Mundo) e os seus nativos que de “objetos” emergiam como “sujeitos” na história. Mais que isso, ao fazê-lo, desnudavam a suposta inocência da Antropologia, revelando sua maldita paternidade: “antropologia, criança do colonialismo”.⁶

Mas o desconforto não parou por aí. Repercutiu também como uma insatisfação generalizada com tudo que se produzira até aquele momento. Referindo-se à “crise” em sua “Malinowski Memorial Lecture”, proferida em 1971, por exemplo, Edward Ardener declarou que algo estranho estava acontecendo na Antropologia, pois,

[...] para propósitos práticos, livros de textos que antes pareciam úteis deixaram de sê-lo; monografias que aparentavam ser exaustivas agora parecem seletivas; interpretações que antes pareciam cheias de reflexões profundas agora parecem mecânicas e sem vida. (ARDENER, 1971, p. 449, tradução nossa)

Referindo-se às implicações a essa crítica à Antropologia para o desenvolvimento do trabalho de campo, no caso, na Melanésia, o antropólogo inglês Allen Abramson observou que, já no final dos



6 Vários autores têm discutido essa paternidade. Vejam-se, entre outros, Asad (1973); Hymes (1972); Leclerc (1973); Said (1978).

anos 1970, a crítica ao empiricismo antropológico havia chegado a tal ponto que:

[...] um compromisso com os padrões e critérios contemporâneos de coerência significava que não se poderia escrever uma antropologia Durkheimiana ou Marxista não problemática das formas melanésias; ou, pelo menos, nenhum antropólogo teórico poderia escrever uma, sem uma séria rejustificativa de premissas. (ABRAMSON, 1993, p. 64, tradução nossa)

De fato, nos Estados Unidos, em uma coletânea editada por Dell Hymes (1972), antropólogos conceituados (Gerald Berreman, Mina Davis Caulfield, John F. Szwed, Laura Nader, Eric Wolf, dentre outros) afirmariam a necessidade de se “reinventar a Antropologia”, em novas bases. Para muitos, essas bases deveriam ser encontradas no marxismo (LEEDS, 1994; WOLF, 1992), particularmente na sua vertente estruturalista (BLOCH, 1975, COPANS; SEDDON, 1978), ao passo que outros buscaram inspiração na hermenêutica. (GEERTZ, 1973) De todos os lados, porém, desaguardavam vertentes carregando a “crise dos paradigmas” para o leito da “crise das representações”, sedimentando o forjar-se de uma Antropologia reflexiva no caldo da crítica pós-moderna.

Sem dúvida, nesse redemoinho pós-moderno, a Antropologia vivenciou assim um difícil, mas enriquecedor, momento de autoavaliação. Momento difícil porque a autocrítica centrou-se sobremaneira no que, desde a virada do século XIX para o século XX, tem sedimentado as bases do conhecimento antropológico e do seu produto mais imediato e mais visível: a Etnografia. Momento enriquecedor também, pois ao questionar e desconstruir não apenas seus “paradigmas emblemáticos” (ECKERT, 1994), mas, sobretudo, fazer a crítica a sua estrutura epistemológica, a Antropologia se renovou e, ao fazê-lo, vem reafirmando sua credibilidade.

Parte dos esforços nesse sentido tem se voltado para a desconstrução e redefinição do que se constitui como objetividade na prática etnográfica (LEEDS, 1994), problematizando-se a historicidade e, portanto, a parcialidade e relativismo inerentes ao conhecimento antropológico. Em especial, mostrou-se essencial problematizar os processos através dos quais a experiência “subjetiva” do trabalho de campo é traduzida em generalizações ditas “objetivas” sobre uma dada realidade social. (HARSTRUP; HERVIK, 1994) Nesse tocante, faz-se a crítica à perspectiva de um suposto “olhar clínico”, asséptico, descorporificado.

Ao mesmo tempo, tem-se colocado em destaque as relações de poder e dominação implícitas, tanto no “encontro etnográfico”, quanto na forma em que tal realidade é “representada” nas etnografias. (CLIFFORD; MARCUS, 1986; GEERTZ, 1988; MARCUS; FISHER, 1986) No particular, tem-se voltado à crítica das etnografias enquanto textos, desconstruindo-se a “[...] ideologia da transparência da representação e da imediaidade da experiência [...]” (TRAJANO FILHO, 1988, p. 135) e se questionado a “autoridade etnográfica”. (CLIFFORD; MARCUS, 1986; GEERTZ, 1988; MARCUS; FISCHER, 1986) Ademais, ao invés de uma escrita “realista”, incentiva-se agora o experimentalismo na escrita etnográfica, a exemplo das abordagens dialógicas e polifônicas. (CLIFFORD, 2002)

Menos discutidas que os desvios textualistas, mas, certamente mais promissoras, são as tentativas de se problematizar o “fazer etnográfico” enquanto “experiência social” e como base para o conhecimento antropológico. Em particular, afirma-se, finalmente, que “[...] a produção do conhecimento antropológico não pode ser compreendida apenas nos termos científicos tradicionais de objetividade e racionalidade como algo distinto de subjetividade e intuição”. (HARSTRUP; HERVIK, 1994, p. 1, tradução nossa) Trata-se de resgatar a relevância da Etnografia enquanto práxis,

por terem quebrado com as normas tradicionais do estilo impessoal, dito “realista”, imposto às etnografias até recentemente, algumas delas sendo até penalizadas por isso.

Refiro-me aqui particularmente à Ruth Landes (1947), cujo livro, *The city of the women*⁸ — resultado do seu trabalho de campo sobre relações raciais em Salvador, Bahia, realizado na década de trinta e hoje tido como modelo da “nova Etnografia” — foi alvo de severas críticas quando da sua primeira publicação.⁹ (CORRÊA, 2000; HEALEY, 1996; LANDES, 1970) Aliás, Ruth Landes sofreu toda sorte de discriminação por parte de antropólogos brasileiros e americanos, a exemplo de Arthur Ramos e Melville Herskovits, não apenas pelo seu estilo etnográfico inovador, mas, sobretudo, por abordar as intersecções de raça, gênero e sexualidade, mostrando o importante lugar do “feminino” na atuação das mães-de-santo e de homossexuais na cultura afro-baiana. (CORRÊA, 1995) Na verdade, no Brasil, a história das antropólogas não tem sido muito diferente, como bem demonstrou Mariza Corrêa (apud ABREU et al., 2003) com suas narrativas sobre a naturalista Emília Snethlage, a sertanista Leolinda Daltro e a pesquisadora de museu Heloisa Alberto Torres.

Outro caso notório apontado por Ruth Behar (1995a): as etnografias “engajadas” da antropóloga negra, Zora Neale Hurs-



8 *A Cidade das Mulheres.*

9 De acordo com Mariza Corrêa (2000 p. 242), a crítica à Ruth Landes se fez em outras bases também: “As análises até agora feitas a respeito da perseguição que Ruth Landes sofreu por parte de Arthur Ramos e Melville Herskovits parecem assentar—se sobre três pontos: primeiro, em sua atuação como pesquisadora, isto é, tanto pelo fato de ser uma mulher entrando num campo dominado por homens, quanto pela sua relação amorosa com Édison Carneiro, seu guia no mundo dos candomblés; segundo, por sua ênfase nas relações raciais, num momento em que a antropologia passava a dar ênfase a explicações culturais, e, por último, por sua descrição, destoante das descrições canônicas, a respeito da importância que as mulheres tinham nos terreiros de candomblé. Certamente todos esses pontos estiveram presentes na hostilidade que aqueles dois professores demonstraram em relação à pesquisadora, mas há ainda duas questões em geral subestimadas nessas análises que parecem merecer atenção: uma delas diz respeito à constituição do campo de estudos sobre relações raciais, a outra à constatação, feita por Landes, sobre a importância da presença de homossexuais no campo das religiões afro-brasileiras”.

ton (2000), a exemplo de *Their eyes were watching god*, foram desmerecidas pela *mainstream anthropology*, só recebendo o devido reconhecimento depois que descobertas por críticos literários negros. Da mesma forma, *Waterlilly*, ficção etnográfica de Ella Cara Deloria (1988), uma antropóloga indígena norte-americana que trabalhou anos como assistente de pesquisa de Franz Boas, também foi descartada por ser julgada não suficientemente interessante para o público americano; seu livro só foi publicado dezoito anos depois de sua morte. Sem esquecer que, para relatar a sua experiência de campo entre os Tiv em *Return to laughter* (BOWEN, 1954), Laura Bohannan viu-se obrigada a se esconder sob um pseudônimo.

Em uma coletânea editada por três antropólogas feministas (BELL; CAPLAN; KARIM, 1993), Diane Bell (uma das editoras) ressalta que apesar da “crise das representações” trazer a crítica ao objetivismo e à autoridade etnográfica para o cenário dos debates antropológicos, com destaque para a questão do “nativo como outro”, não permitiu que se reconhecessem serem as mulheres na Antropologia também constituídas como o “outro” – como “nativas” ou antropólogas. (BELL, 1993) Talvez, por isso mesmo, há uma longa tradição de antropólogas que têm exercido a prática da “autorreflexão” sobre o seu fazer antropológico, seja por meio de autobiografias, tais como as de Hortense Powdermaker (1966) e Margaret Mead (1972), ou da ficção, como se viu no caso de Laura Bohannan.

O caso de Margaret Mead merece atenção, pois, mais que qualquer outra antropóloga ou mesmo antropólogo, ela não apenas se mostrou imensamente produtiva, como também inovou no método e forma de escrita, sendo uma das precursoras na utilização da fotografia e filmes na empreitada etnográfica e na popularização da Antropologia. Como Nancy Lutkehaus (2008, p. 186, tradução nossa) bem destaca: “Entre 1925 e 1975 ela publicou mais de

1300 artigos, ensaios, livros, biografias, autobiografias, resenhas e prefácios, tanto em publicações escolásticas quanto populares.”

Vale aqui lembrar que, em 1970, Peggy Golde já publicara uma coletânea – *Women in the field* – com artigos de antropólogas famosas (tais como, Margaret Mead, Ruth Landes, Ernestine Friedl e Cora Dubois, dentre outras), voltados para os aspectos subjetivos do trabalho de campo, principalmente como as características da(do) etnógrafo(a) podem “indiretamente ou inadvertidamente afetar o processo da pesquisa”. (Golde, 1970, p. 2) Questões ali tratadas seriam discutidas pela Antropologia *mainstream* somente mais tarde, com James Clifford e George Marcus (1986) em *Writing culture*, porém, sem a devida menção às contribuições passadas das antropólogas. Ademais, embora reconhecendo a importância da teoria feminista para se repensar a Etnografia, Clifford afirmou não ter incluído nenhum artigo de feministas na sua coletânea, pois, segundo ele, além de se tratar dos resultados de um seminário “fechado” sobre etnografias enquanto textos, as feministas não tinham trazido nada de importante às questões postas.

Não por acaso, na introdução da coletânea organizada juntamente com Deborah Gordon, intitulada *Women writing culture* Ruth Behar declara que a ideia desse livro partiu justamente da resposta insatisfatória de James Clifford às críticas a *Writing culture* feitas por feministas.¹⁰ (BEHAR, 1995) Mas, por certo, a coletânea de Behar e Gordon vai muito além de uma mera resposta a Clifford e Marcus.¹¹ A própria Ruth Behar, na referida introdução,



- 10 Fazendo uma resenha da coletânea *Writing culture*, Deborah Gordon (1988) foi uma das primeiras a responder às provocações de James Clifford. Lila Abu-Lughod (1990) foi menos contundente, aquiescendo que, de fato, as antropólogas feministas talvez experimentado menos em relação à forma da escrita, sendo as “esposas” dos etnógrafos que escreveram com mais liberdade sobre o “campo”.
- 11 Além das coletâneas organizadas por Peggy Golde (1970), Diane Bell, Patricia Caplan e Wazir Jahan Karim (1993), e a de Ruth Behar e Deborah Gordon (1995), discutidas aqui, várias outras têm surgido, tratando da corporalidade do gênero no trabalho de campo. Vejam-se, dentre outras: Diane Wolf (1996); Carol Warren and Jennifer Hackney (2000); Heloisa Buarque de Almeida (2001); Alinne Bonetti e Soraya Fleisher (2007).

ressalta que os artigos ali reunidos se voltam para duas crises: a das “representações”, tratada por Clifford e Marcus (1986), como também para uma crise interna ao pensamento feminista, a crise sobre o seu próprio “colonialismo interno”. Nesse tocante, Ruth Behar toma como mais paradigmático e relevante para o pensamento feminista uma outra coletânea, publicada por Cherríe Moraga e Gloria Anzaldúa (1983), *This bridge called my back: writings by radical women of color*, onde foram reunidos poemas, cartas, ensaios e artigos de mulheres latinas, mulheres de origem asiática, negras, lésbicas e de outros segmentos marginalizados, trazendo uma contundente crítica ao feminismo branco e do Norte.

Para Ruth Behar (1995), essa crítica incentivou as antropólogas feministas a “voltarem para casa”, pois para além de alertar para a cegueira do feminismo branco, mostrou a necessidade de articular coalizões entre mulheres que levem em conta as desigualdades de classe, raça, etnia, orientação sexual e tantas mais. Nas palavras de Behar (1995, p. 6, tradução nossa): “Que as divisões entre mulheres pudessem ser tão fortes, quanto os laços aproximando-as, foi uma lição de sobriedade necessária para o feminismo.”

Em *Women writing culture*, Behar e Gordon (1995) reúnem antropólogas de diferentes origens e “posicionalidades”, resultantes do entrecruzar de gênero, raça, classe, geração, orientação sexual, dentre outras, não fazendo distinção entre gêneros de escrita. Isso porque, para além de trazerem uma perspectiva antropológica, os textos reunidos revelam as pessoas por dentro das antropólogas – as mães, filhas, esposas que escrevem os relatos nos quais não são apenas observadoras, mas, sobretudo, personagens (com sentimentos, valores, ideias próprias) nessas histórias retratadas em seus textos. Alguns desses artigos, como o da própria Ruth Behar (1995) incluído no livro, revelam e relevam o envolvimento pessoal das autoras com o trabalho etnográfico,

mostrando como se dá o entremear da vida pessoal e identidade da etnógrafa com o próprio trabalho etnográfico.

Veremos adiante, no relato sobre o trabalho de campo que realizei com jovens fazendo um curso de serralheiras em Salvador nos anos 1980, como isso pode acontecer (até mesmo de forma dramática) como desdobramento de eventos externos ao campo. No particular, veremos como a Etnografia é também uma autobiografia do trabalho de campo, na medida em que implica na vivência de relacionamentos, experiência participativa e conhecimento situado. Tal como escreve Judith Okely (1992, p.3, tradução nossa):

A experiência de trabalho de campo é totalizadora e se serve de todo o ser. Não foi teorizada porque tem sido trivializada como uma coleção de dados por uma máquina desumanizadora. A autobiografia desmonta a máquina positivista.

O autobiográfico e o etnográfico: Salvador, anos 1980

Antes de fazer meu relato, creio ser importante ressaltar que no trabalho de campo, assim como na vida em geral, “nem tudo é uma questão de gênero”. Ou seja, gênero é apenas um dos marcadores que constituem nossa *persona* em campo, já que é intersectado por outros marcadores sociais (classe, raça, sexualidade, geração). O seu entrecortar nos situa em determinadas interseções que desfrutam de maior ou nenhum privilégio, ou maior ou menor vulnerabilidade, a depender das matrizes de opressão que caracterizam um determinado contexto histórico-geográfico (CRENSHAW, 2002; YUVAL-DAVIS, 2006) e que, assim, vão definir nossa posicionalidade. O “campo” do nosso “trabalho de campo” também faz parte de um determinado contexto históri-

co-geográfico e, assim, nele também nossa posicionalidade é demarcada e nossas vulnerabilidades podem acabar sendo reveladas. Mas é preciso ressaltar: nossa posicionalidade não é fixa nesse ou qualquer outro contexto, ela é sempre relativa, não só em função do contexto, mas também dos diferentes “encontros”, etnográficos ou não, que nele têm lugar.

Creio que a noção de “caleidoscópico de gênero”, proposta por Joan Spade e Catherine Valentine (2008), nos permite melhor dar conta desses processos. Tal qual exposto em minhas considerações em trabalho anterior:

Conforme delineado por essas autoras, um caleidoscópico é um tubo contendo espelhos e prismas que se combinam e recombina-se para produzir imagens e desenhos diferentes, a depender da movimentação do tubo. Quando olhamos pelo visor do caleidoscópico, a luz dos espelhos se reflete nos prismas por meio de células contendo pedaços de vidro, conchas e elementos semelhantes, o que cria diferentes ‘mosaicos’, ou padrões de desenho e cores, a cada movimento do tubo [...]. Se tomarmos as categorias gênero, raça, classe, etnia, geração, sexualidade, etc., como ‘prismas sociais’ e os espelhos como o contexto em que se refletem no tempo e espaço sociais, a metáfora do caleidoscópico nos permite apreender a dinâmica das relações sociais na medida em que o ‘prisma de gênero’ interage com os demais ‘prismas sociais’ (de raça, etnia, idade, sexualidade, classe social, etc.), produzindo ‘mosaicos’ distintos, ou complexos padrões de identidades e relações [...], que são sempre historicamente específicos. (SARDENBERG, 2009, p. 2-3)

Wendy Hulko (2009), ao tratar da questão das interseccionalidades dos diferentes marcadores sociais e da posicionalidade ou situação social de sujeitos distintos resultante dessas interseções, nos fala de sua experiência em um trabalho de campo em Cuba, para mostrar que os efeitos das interseções não são fixos, mas mudam de acordo com o contexto, ou seja, em função das coordenadas espaço/tempo, tal qual implícito na discussão dos

“caleidoscópios de gênero” acima. Isso implica dizer que nossa posicionalidade também muda de acordo com essas coordenadas, como ficou evidente para Wendy Hulko quando se viu em Cuba, com sua companheira. No Canadá, Hulko desfrutava dos privilégios de ser branca, loira, classe média, com nível superior e relativamente jovem (38 anos), perdendo terreno, porém, quando se divorciou de seu companheiro (do sexo oposto) e se assumiu como lésbica. Já tendo experimentado, portanto, discriminação em relação a sua orientação sexual no Canadá, uma vez em Cuba, ela e sua companheira acharam por bem evitar qualquer gesto ou comportamento que pudesse dar mostras do teor do seu relacionamento. Assim mesmo, narra Hulko (2009), uma noite quando voltavam para o hotel, ela e sua companheira foram agredidas na rua por um grupo de rapazes que xingaram e jogaram latas contra elas. Comentando sobre o acontecido com um amiga cubana logo depois, Hulko (2009) afirmou que ela e sua companheira não estavam de mãos dadas, nem de outra forma demonstrando o afeto “proibido” entre elas. Sua amiga cubana logo respondeu que, provavelmente, o ataque nada tinha a ver com o fato delas serem lésbicas, mas sim com o fato de serem mulheres “gringas”. Como se isso justificasse um ataque.

De maneira semelhante, Cherrie Moraga (1983) ressaltou em seu artigo em “This Bridge” que, apesar de ser uma negra de pele mais clara e, assim, sofrer menos os efeitos do racismo do que sua irmã cuja pele é mais escura, sofreu tanto quanto sua irmã não por passar por branca, mas ser lésbica. Ela assim se explica:

O que estou tentando dizer é que a alegria de aparentar ser uma menina branca não me parece mais tão grande assim, desde que eu descobri que poderia ser espancada na rua por ser uma sapaton. É o mesmo princípio em jogo de minha irmã apanhar porque é preta. Nós duas estamos sendo espancadas, não importa como se olha a coisa. A conexão é flagrante; e, no caso da minha família, a diferença no privilégio de ser considerada branca

ao invés de preta é questão de apenas uma geração. (MORAGA, 1983, p. 29, tradução nossa)

Estou tentando ressaltar que um marcador social associado a privilégios, como ser branca, por exemplo, pode ser contrabalançado por outro “desprivilegiado” como ser lésbica, ou “sapatona”, nos tornando mais vulneráveis, tal qual visto nas observações de Cherrie Moraga (1983). No meu caso, como se verá à frente, o fato de eu ser branca, de uma classe social mais privilegiada, ser de São Paulo e cerca de 10 anos mais velha do que o grupo de jovens com as quais trabalhei logo que cheguei a Salvador, me concedia privilégios, mas me distanciava dessas jovens, tornando difícil o diálogo necessário à pesquisa que eu desenvolvia. Contudo, durante o curso do trabalho de campo, fui vítima de violência doméstica e isso mudou a minha posição em relação às jovens: de repente, eu me tornei para elas uma mulher de carne e osso e, assim, também vulnerável.

Tudo isso aconteceu poucos anos após meu retorno ao Brasil, depois de residir nos Estados Unidos da América do Norte por mais de 12 anos, período em que me casei, descasei, casei de novo, tive minha filha e fiz meus estudos de graduação e iniciei minha pós-graduação em Antropologia. Voltei ao Brasil em 1980 e vim direto para Salvador, na Bahia, desempregada e com uma filha pequena. Terminei o mestrado, fiz minha qualificação para o doutorado e um ano depois tive meu filho, mas logo comecei a trabalhar em um projeto de intervenção na área de “mulher e desenvolvimento”, implementado por um órgão do estado da Bahia. Era um projeto financiado por uma Organização Não Governamental (ONG) internacional de grande porte, voltado para o treinamento de jovens mulheres da periferia de Salvador como serralheiras, uma ocupação não tradicionalmente feminina, criando, posteriormente, uma cooperativa para elas como meio de geração de renda.

Fui contratada pela ONG para trabalhar como “documentadora”, tendo como responsabilidades acompanhar o desenvolvimento do projeto e avaliar o seu impacto na vida das mulheres participantes e de suas famílias. Como parte dessa tarefa, eu deveria acompanhar o curso de treinamento, entrevistar as pessoas envolvidas, entrevistar as jovens, visitá-las em suas casas e conversar com as famílias. Além disso, com a anuência da direção do projeto, eu pretendia aprofundar o estudo como base para a elaboração da minha tese de doutoramento.

Logo de início, porém, percebi que minha tarefa não seria fácil. Como documentadora, trabalhando diretamente para a organização financiadora do projeto, eu era vista com certa suspeita pela equipe. Uma situação também de ambiguidade e distanciamento se descortinava em relação às jovens participantes. Em sua maioria, o grupo era constituído por jovens negras, pobres, moradoras da periferia, muitas ainda estudantes, várias em uma relação potencial de patroa-empregada comigo. Muitas, aliás, me pediam para eu lhes arranjar emprego em “casa de família”.

Apesar dessa dificuldade, consegui me aproximar de algumas jovens, especialmente de Noemia:¹² nós tínhamos o mesmo sobrenome e logo nos dissemos “primas”. Noemia era inteligente e interessada no trabalho que eu fazia, tornando-se minha principal interlocutora na pesquisa. Com a autorização da coordenação do projeto, Noemia começou a receber uma bolsa para escrever um “diário de campo” sobre o impacto do projeto em sua vida e de sua família, o que nos aproximou ainda mais. Além dos encontros no curso, eu a visitava em sua casa, sendo que muitas vezes Noemia me acompanhou em minhas visitas às demais participantes do projeto.



12 Trata-se de um pseudônimo, o mesmo que foi utilizado para ela nos relatórios do projeto.

Enquanto eu desenvolvia esse trabalho, vivenciava uma crise conjugal de proporções consideráveis que me levariam à separação — e de forma bastante conturbada. Eu vivia uma situação de violência doméstica, com duas crianças pequenas, longe da família e em uma época em que não se tinha ainda as delegacias da mulher, muito menos Lei Maria da Penha. Lembro-me de que em uma das muitas brigas naquele fim de relação, fui agredida por meu companheiro com um murro na coxa esquerda e fiquei com uma mancha roxa maior do que um palmo na perna, difícil de esconder. Em um dos nossos encontros em sua casa, Noemia viu essa marca e, como vítima de violência por parte do seu companheiro também, reconheceu de imediato o que causara a marca na minha perna. Na conversa que se seguiu entre nós não conseguimos conter as lágrimas. Foi um momento de muita emoção que selou nossa amizade para além dos circuitos do projeto.

Passaram-se então cerca de cinco dias até nos reencontrarmos no curso. Tempo suficiente para Noemia compartilhar com seu pequeno grupo de amigas do projeto sua preocupação em relação ao que eu estava vivenciando, de sorte que, quando cheguei ao curso, senti a diferença no tratamento comigo. Elas se aproximaram de mim, como nunca o haviam feito antes, mas não por pena. Por solidariedade e reconhecimento de que eu também era uma mulher, como elas, vulnerável à violência doméstica.

A partir desse dia, consegui me aproximar desse grupo de jovens e com elas conhecer melhor o seu mundo, suas dores e suas aspirações. Conforme observei em meu quarto relatório de documentadora para a organização financiadora do projeto, correspondente ao período de 21 de julho a 23 de outubro de 1983:

O relacionamento entre esta documentadora e as participantes se aprofundou a tal ponto que elas se sentem livres para me telefonar e visitar em minha casa, e me confidenciar seus problemas mais íntimos. Nessa situação, tenho que fazer um grande

esforço para me manter no papel de antropóloga e observadora e não agir o tempo todo como amiga e confidente (SARDENBERG, 1983, p. 1, tradução nossa)

Uma delas, Ana, expulsa de casa por estar grávida, veio morar comigo por uns tempos. Outras passaram a me visitar mais assiduamente junto com Noemia. Foi então, a partir dessas conversas longe do projeto e de suas famílias, que me dei conta de que muito do que eu havia colocado em meus primeiros relatórios estava longe da realidade dessas jovens. Por exemplo, nesses primeiros relatórios, eu trabalhava com a ideia de que a necessidade de fazer um treinamento como meio de acesso a empregos ou a outras formas de geração de renda era o maior motivador dessas jovens se integrarem ao curso. Por certo, isso tinha um peso, mas, em uma dessas tardes em minha casa, elas me confidenciaram que adoravam fazer cursos — de serralheria, manicure, eletricista — qualquer coisa que as tirasse de casa, qualquer desculpa para saírem com as amigas e se livrarem das tarefas domésticas que sempre acabavam sobrando para elas.

Dentre outros benefícios, minha aproximação com essas jovens abriu-me também a possibilidade de visitas mais assíduas as suas casas e um maior entrosamento com suas famílias. Pude assim conhecer mais de perto formas de organização doméstico-familiar entre as camadas populares de Salvador, o que, por sua vez, me permitiu melhor identificar o lugar e as tarefas e responsabilidades correspondentes das jovens mulheres e adolescentes na divisão sexual e etária do trabalho na família. Sem dúvida, sem essa perspectiva teria sido impossível avaliar o impacto do projeto na vida das jovens e de suas famílias, questão central a ser endereçada em minha tarefa de documentadora.

Mas não só isso. A situação que eu vivia criou a possibilidade de se discutir “relações de gênero” na vida conjugal e uma série de outras questões referentes a colocar um fim em um re-

lacionamento. Essa maior aproximação com as jovens criou uma situação em que já não se conseguia mais definir onde o “campo” começava, nem onde terminava. Na verdade, minha casa se tornou, por assim dizer, uma extensão do projeto, conforme se pode deduzir de minhas observações incluídas no meu quinto relatório de documentadora, correspondente ao período de 22 de outubro de 1983 a 10 de fevereiro de 1984:

Desde a formatura das jovens em Junho, tenho prometido a elas que faríamos uma festa em minha casa para comemorarmos, mas não havia marcado a data. Comentando uma tarde, no local do projeto, sobre o ‘baixo astral’ que parece ter acometido o grupo, uma das jovens presentes sugeriu que talvez fosse a hora de fazermos nossa festa, para injetar um pouco de energia no grupo; com o que o resto da turma logo concordou. Assim, marcamos nossa festa para a tarde da segunda-feira seguinte – um dia que julgaram ser conveniente para todas, pois não interferia com o seu trabalho na oficina. Como só umas cinco jovens estavam presentes quando marcamos a data, elas se encarregaram de convidar as demais. Confesso que não acreditava que muitas comparecessem. Foi, pois, uma grande surpresa quando, logo depois do almoço naquela tarde de dezembro, dezesseis jovens do curso, inclusive algumas que aparentemente haviam abandonado o projeto e que eu não via há muito tempo, apareceram em minha porta! O que foi ainda mais surpreendente é que, ao invés da reunião assumir um ar de festa, mais pareceu uma ‘reunião de negócios’, cada uma das jovens presentes manifestando suas reclamações, falando sobre o que acreditavam ser os principais problemas do projeto e o que fazer para melhorar a situação. (SARDENBERG, 1984, p. 3-4, tradução nossa)

Em julho de 1984, me afastei do projeto, pois havia sido agradada com uma bolsa para retornar a Boston e elaborar minha tese doutoral, tendo assim que me preparar para uma mudança de país, sozinha com dois filhos pequenos (quatro e dois anos). Nesse momento, desabou uma imensa tempestade em minha vida,

pois o pai dos meus filhos se negou a autorizar a saída deles do país comigo, sendo necessário entrar com um processo para conseguir uma autorização por via judicial, o que se prolongou por meses. Eu já havia saído da casa em que morava antes, despachado meus móveis e demais pertences para a casa de minha irmã, fora da Bahia, vendido meu carro e estava vivendo em condições precárias com meus filhos em casa de um amigo, na expectativa do alvará.

Em meio a tudo isso, recebi a notícia de que meu pai sofrera um grave derrame e viajei desesperada para São Paulo com as crianças. Mal chegara lá, uma conhecida me telefonou me avisando que meu ex-companheiro havia conseguido uma carta precatória contra mim para pegar a guarda dos meus filhos, acusando-me de tentativa de sequestro deles. Voltei correndo a Salvador para me apresentar com as crianças ao juiz que respondia pelo processo de alvará e que havia expedido a carta-precatória, para provar a minha inocência. Mas, assim mesmo, fui detida pela polícia e separada dos meus filhos, até que o juiz expedisse os documentos necessários para que eu fosse liberada e reunida a eles.

Ao trauma dessa horrível experiência, somou-se o de ver meu nome e a foto dos meus filhos estampados na primeira página dos jornais locais no dia seguinte, narrando o acontecido sob a manchete “Pai impede o sequestro dos filhos”. Foi traumático também nos ver nos noticiários televisivos, ver a minha tragédia particular sendo exposta publicamente, quando de uma audiência na vara de família, em que denunciei novas ameaças por parte de meu ex-companheiro. Exponho esses detalhes sórdidos da minha biografia aqui, pois, no dia seguinte à publicização de tudo que passara, recebi uma visita surpresa de um grupo de mais de dez jovens integrantes do projeto, que vieram emprestar sua solidariedade a mim. Mais que isso, elas se propuseram a fazer um rodízio de sorte a ter sempre uma delas onde eu estava hospedada me

‘protegendo’ e me ajudando no cuidado com as crianças, para que eu tivesse condições de cuidar dos processos judiciais em curso.

E, de fato, nesse mês e meio que se passou até que o alvará solicitado por mim para que meus filhos me acompanhassem na viagem fosse expedido, elas estiveram sempre ao meu lado, trazendo sua presença solidária. Nesses nossos encontros, acabávamos sempre falando da questão da violência doméstica, sobretudo a violência conjugal contra mulheres, e fui assim me dando conta da imensa dimensão desse triste fenômeno em nossa sociedade. Um fenômeno de dimensões transgeracionais nas famílias dessas jovens, na medida em que mães e avós também tinham vivenciado a violência conjugal em suas vidas. Fenômeno esse também de dimensões “colaterais”, já que a violência doméstica também fazia parte do cotidiano de irmãs, primas e tias. E fenômeno esse que desabou em minha vida pessoal e acadêmica — o pai de meus filhos chegou a solicitar a suspensão da minha bolsa de estudos junto ao órgão responsável — rompendo os limites entre o campo da minha vida pessoal e o campo do trabalho etnográfico, ao expor a vulnerabilidade de gênero da “etnógrafa” e, assim, minimizar a distância social que me separava de minhas jovens interlocutoras.

Não se há de esquecer que, independente do que se proclamou nos cânones da Ciência Moderna e se pretendeu na etnografia “clássica”, a “emoção” é sempre parte constituinte do trabalho de campo enquanto experiência social. Tal como ressaltam Cornelia Eckert e Ana Rocha (1998, p. 12):

Pesquisador e sujeitos e pesquisados vivenciam, no tempo de duração do trabalho de campo, uma espécie de jogos de interações e de negociação de interesses, onde informações são trocadas assim como afetividades, angústias, tensões, frustrações etc.

Na experiência de campo que acabo de relatar, tudo isso aconteceu e muito mais. Mas só depois que os revezes da vida me

transformaram de etnógrafa em uma mulher “como outra qualquer do planeta”.

A etnógrafa na pesquisa engajada: Plataforma, Salvador, anos 1990

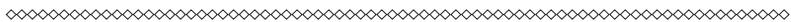
Viajemos agora no tempo, passando pela criação (em 1983) do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde venho trabalhando desde então. Passemos também pela articulação dos grupos feministas com os movimentos de mulheres que levou à criação do Fórum de Mulheres de Salvador e às lutas pela criação da Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (DEAM) em 1986, pelo Conselho Municipal da Mulher (1986), bem como pela campanha dos Direitos das Mulheres na Constituinte, quando os movimentos de mulheres de Salvador se organizaram para angariar assinaturas para emendas populares que seriam entregues ao Congresso Constituinte e, é lógico, pela aprovação de uma nova Constituição Federal, em 1988, que garantiu direitos de cidadania às mulheres brasileiras.

Passemos por 1989, ano em que nos empenhamos para avançar na conquista de direitos para as mulheres na Constituição do Estado da Bahia e na Lei Orgânica do Município. Em apoio à luta por creches comunitárias das associações de mulheres ligadas à Federação de Associações Bairros de Salvador (FABS), o NEIM realizou uma pesquisa sobre as creches existentes e suas usuárias. (COSTA, 1990) Logo depois, iniciamos a pesquisa “Perfil da Mulher Suburbana” (SARDENBERG, 1991), desenvolvida sob minha coordenação, como subsídio para a criação do Centro da Mulher Suburbana (CEMS). Como parte desse trabalho, começamos a realizar oficinas para os grupos de mulheres das associações liga-

das à Fabs, ficando eu responsável para trabalhar com os grupos de idosas da Associação de Moradores de Plataforma (Ampla).

Era o ano de 1991 e no desenrolar da primeira oficina que desenvolvi com esse grupo de senhoras de Plataforma, comecei a me dar conta de que, de um total de quase quarenta idosas no grupo, mais de 20 delas trabalharam como operárias na Fábrica São Braz, um fábrica que funcionou de 1875 a 1959 ali no bairro. Caminhando pelas ruas de Plataforma, me deparei com a antiga fábrica, então, já bastante dilapidada, esparramada ao lado da via férrea do trem do Subúrbio, em frente à Bahia de Todos os Santos. Passei também pela escola e o armazém que pertenceram à fábrica e vi as casas construídas para os operários e suas famílias, tomando assim conhecimento de que se tratava de uma antiga vila operária.

Nessa época, a Ampla iniciou uma luta contra os antigos donos da fábrica cuja empresa havia se tornado uma das maiores “imobiliárias” de Salvador, sendo proprietária de vastos terrenos na área do Subúrbio, inclusive em Plataforma. Devido ao sistema de *enfiteuse* ali vigente, muita gente que trabalhara na fábrica ainda era obrigada a pagar o aluguel dos terrenos onde se erguiam suas casas. Esse conflito trouxe à baila a memória da fábrica no bairro, motivando-me a desenvolver outras pesquisas ali durante o período de 1991-1994, com jovens bolsistas do NEIM, para melhor conhecer o cotidiano das mulheres e suas famílias e, também, a história da fábrica.¹³



13 O primeiro, intitulado “Mulher suburbana: gerando filhos, renda e mais valia (1991-1993)”, levando adiante tanto os achados da pesquisa do Perfil da mulher suburbana quanto da pesquisa anterior, com as jovens do curso de serralheiras, tinha por objetivo identificar e analisar as formas de organização doméstico-familiar, com ênfase nas diferentes atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres como contribuição ao orçamento doméstico. Participaram dessa pesquisa as alunas Samira Bevilaqua e Cleuze Chagas de Carvalho. A segunda, com o título de “Gênero e classe em processos de expansão capitalista: o caso de Salvador (1993-1994)”, objetivou introduzir uma dimensão histórica ao estudo das famílias, principalmente no que diz respeito ao trabalho das mulheres na Fábrica São Braz, concentrando-se, assim, nas antigas operárias e operários. Desta pesquisa, participaram as alunas Sayonara Castellucci, Maria Atília Fraga e Ana Cristina Chaves. Entre 1991-1992, a aluna Samira Bevilaqua (1992) desenvolveu sua monografia sobre as operárias da Fábrica São Braz sob a minha orientação, levantando histórias de vida que foram de muita relevância para

Assim, durante o ano de 1994, minhas alunas e eu estávamos constantemente em Plataforma, seja entrevistando antigos operários e operárias, seja participando das reuniões semanais do grupo de idosas da Ampla. De fato, esse grupo se tornou a nossa “base” em Plataforma, pois ali se reuniam nossas principais interlocutoras, tanto as mulheres que trabalharam na fábrica quanto aquelas que, embora não tivessem sido operárias elas mesmas, eram antigas moradoras do bairro e sempre dispostas a nos indicar amigas, vizinhas e parentas que foram da São Braz. Todas elas acabaram nos “adotando”, nos ajudando a confirmar informações e a encontrar novas interlocutoras, reclamando se porventura passássemos uma semana sem aparecer por lá.

Por certo, procurávamos sempre estar com elas, pois nossas discussões sobre a vida no bairro, sobre o trabalho na fábrica e, sobretudo, no tocante às greves, sempre eram bem melhores em termos da preciosidade das informações, quando duas ou mais ex-operárias estavam juntas, um caso puxando o outro.¹⁴

o meu próprio trabalho. Durante os meses de outubro e novembro de 1994, também tive a oportunidade de trabalhar, junto com Sayonara Castellucci e Maria Atília Fraga, nos arquivos da Fábrica São Braz, na sede da União Fabril, antiga dona da fábrica.

- 14 A exemplo do que relatei em artigo sobre o “gênero da memória” em Plataforma, no tocante à associação que as mulheres faziam entre as greves e as instâncias de violência contra as operárias: “Essa associação revelou-se não apenas nas entrevistas individuais, mas sobretudo quando a questão das greves era colocada nas conversas entre duas ou mais mulheres, ex-operárias da fábrica”. Em uma dessas ocasiões, duas de minhas bolsistas (Ana Cristina e Atília) e eu encontrávamos-nos na casa de Dona Nina conversando com ela e com Dona Telma, sua vizinha. Ambas haviam trabalhado na fábrica como fiandeiras e a conversa girava em torno das precárias condições de trabalho no setor de fiação. Perguntei-lhes, então, o que faziam as operárias para tentarem melhorar essas condições, ao que Ana Cristina acrescentou: “Vocês não reclamavam no sindicato ? O sindicato não fazia nada para ajudar ?” Colocando as duas mão na cintura, Dona Telma virou-se para nós e exclamou: *O sindicato ? Mas que sindicato ? O sindicato não fazia nada pelas mulheres não, de jeito nenhum. Tinha um bando de comunistas, certo Nina? Eles é que fazia as greves. Você se lembra daquela, Nina, quando choveu polícia aqui em Plataforma? Ao que Dona Nina imediatamente retrucou: Claro que eu lembro, num dá prá esquecer. Eles batia em todo mundo: homem, mulher, operário, morador, eles nem queria saber, ia batendo.* Foi então que Dona Telma levantou-se para nos contar a história de Dona Marinalva, acompanhando seu relato com gestos e grunhidos para reconstruir a cena que afirma ter testemunhado. Contou-nos ela como um policial bateu tanto em Dona Marinalva, na ocasião, grávida de quase seis meses, a ponto dela cair ao chão com o peso do corpo sobre o lado esquerdo, com pé retorcido, o que resultou num braço quebrado e luxação no tornozelo, além de várias escoriações pelo rosto e corpo. Para Dona Telma, entretanto, o mais impressionante é que três meses depois Dona Marinalva, *deu a luz a uma menina que*

Em Plataforma, com as mulheres da Ampla, eu me sentia, por assim dizer, “em casa”, principalmente junto ao grupo das idosas. Lembro-me que, em muitas ocasiões durante essa pesquisa, refletia sobre os contrastes entre o meu *fieldwork* com o que tinha consistido o trabalho campo etnográfico nos moldes tradicionais. Gerações anteriores de antropólogos e antropólogas tinham viajado para lugares remotos para estudar povos e culturas radicalmente diferentes do seu lugar de origem. Para melhor conhecer essas culturas, antropólogos e antropólogas, não apenas se viram obrigados a aprender uma língua muitas vezes ainda não dicionarizada, como também, seguindo os preceitos estabelecidos por Bronislaw Malinowski (1961) na introdução dos *Argonautas do Pacífico Ocidental*, mergulhar completamente no seu modo de vida para compreender o “ponto de vista do nativo”.

Em contraste, eu estudava pessoas próximas a mim, tanto geográfica quanto culturalmente. Embora sendo originalmente de São Paulo, na época, eu já morava na Bahia há mais de 10 anos e, portanto, não tive que aprender uma nova língua, tampouco me familiarizar com um lugar totalmente estranho. Mesmo quando enfrentava trânsito pesado, a viagem de minha casa na Cidade Alta de Salvador para Plataforma, no Subúrbio Ferroviário, raramente passava de 45 minutos. Além disso, fui poupada no tocante a ter que construir minha entrada na comunidade por ter sido convidada a ajudar na articulação do Centro da Mulher Suburbana, já tendo muitas conhecidas do movimento de mulheres na Ampla.

No entanto, se familiaridade e proximidade me ofereciam atalhos para levar adiante o trabalho de campo, trabalhar na nossa própria sociedade não é mais fácil do que em um lugar ou cultura totalmente estranha a nós, como espero tenha ficado evidente pelo

nasceu com o pé esquerdo todo torcido, exatamente do jeito que ficou o pé de Marinalva quando ela caiu! Você acredita? É, eles operaram o pé dela, da menina, mas até hoje ela anda meio torto. Foi dos espancamentos, sabe, foi por isso. (SARDENBERG, 1998a, p. 157-158)

meu relato da experiência com as jovens do projeto do curso de serralheiras. Enquanto aqueles e aquelas que trabalham em contextos muito longe do seu lugar de origem têm que vencer as barreiras culturais e de idioma, nós que trabalhamos em nossa própria sociedade (ou em contextos próximos a nós por circunstâncias de etnicidade e classe, como foi o caso de Provincetown) — especialmente entre as chamadas classes populares — temos que transpor a distância social, o que pode, às vezes, ser quase impossível. Isso é especialmente difícil em uma sociedade altamente estratificada como a brasileira, onde as diferenças de classe têm fortes marcas e as categorias sociais são organizadas e mapeadas hierarquicamente. (VELHO, 1970) Conforme salientei anteriormente, ser uma pesquisadora ou, pior, ser uma “professora universitária”, quando a grande maioria da população mal concluiu a educação fundamental e o acesso ao ensino superior continua sendo privilégio de uma pequena minoria (o que era ainda mais marcante nos anos 1990), é um marco de nosso lugar na hierarquia social e um que não é facilmente negociado. Principalmente quando ele vem associado a outros marcos de classe, tais como modo de falar, modo de se tratar, propriedade de carro particular, dentre outros, sem esquecer a cor, demarcador de classe em um sociedade racista como a nossa.

O ponto crucial aqui é que esse mapeamento de categorias sociais hierárquicas sempre se associa a dimensões de poder e dominação. (VELHO, 1970, p. 5) Por certo, professoras universitárias no Brasil não ganham fortunas, mas fazem parte daqueles segmentos da sociedade que estão mais perto das instâncias de poder do que residentes de bairros populares. Na verdade, diferente da grande maioria dos residentes do Subúrbio de Salvador, eu não apenas tive acesso ao presidente da União Fabril, como também aos livros da fábrica que continham informações preciosas sobre seus antigos trabalhadores. Mais importante, alguns residentes de Plataforma que entrevistei, ou mesmo lideranças da Ampla, acre-

ditavam que eu pudesse me aproximar do presidente da União Fabril com facilidade, muitas vezes me pedindo para interceder junto a ele no caso da disputa em questão sobre o aluguel dos terrenos. Aliás, muita gente com quem conversei me confessou acreditar que eu trabalhasse para a companhia, uma confusão que, em vista dos conflitos dos moradores com os donos da antiga fábrica, eu sempre tentava ao máximo esclarecer, nem sempre com sucesso absoluto.

Mais comumente, porém, pensavam que eu trabalhasse para a prefeitura de Salvador ou que, de outra feita, estivesse em uma posição para conseguir trabalho para filhos desempregados, vagas em escolas públicas para netos sem escola, pavimentação para ruas lamacentas alagadas pelas chuvas, ou que eu pudesse prestar-lhes assistência em uma infinidade de outras necessidades urbanas. Como ressaltai anteriormente, esse é um problema para o trabalho etnográfico, já que o tipo de *persona* que conseguimos apresentar — ou que é construída para nós, apesar de nossos desejos e esforços contrários — sempre tem um papel crucial no tipo de relacionamentos que conseguimos estabelecer no campo e que, por sua vez, se constituem como parte essencial da informação que poderemos obter. (SARDENBERG, 1997b) E isso porque o tipo de informação que se procura pelo método etnográfico na Antropologia, muito raramente já está “prontinha ali esperando por nós” ou obtida apenas pela simples observação. Ao contrário, ela resulta de um “encontro de subjetividades” (CARDOSO, 1986), de sorte que a natureza e profundidade desses encontros afetam o tipo de conhecimento possível de ser construído nas circunstâncias dadas.

O estudo desenvolvido em Plataforma naquele período foi marcado por “encontros de campo” que se diferenciaram bastante — de encontros casuais e trocas superficiais aqui e ali, a confidências que só acontecem quando a antropóloga consegue

ir se despindo das camadas externas que escondem a pessoa com quem nossas interlocutoras e interlocutores podem, por fim, se relacionar em termos iguais. Como tentei mostrar em minha discussão sobre o trabalho com as jovens do curso de serralheira, esse processo implica em uma troca em que a antropóloga (ou antropólogo) pode acabar tendo que revelar tanto de si quanto nossos interlocutores são chamados a revelar. E, nesse processo, é claro, gênero, junto aos outros elementos constitutivos das relações sociais que se intersectam e forjam nossa posicionalidade na vida além do campo, está sempre presente.

Por certo, não foi ao acaso que me aproximei muito mais das mulheres, do que dos homens que encontrei. No caso das idosas da Ampla, essa proximidade se fez, não apenas em virtude do nosso companheirismo nos movimentos de mulheres de Salvador, mas também pela forma em que a questão geracional operou em nossos encontros, rompendo as distâncias de raça e classe que nos separavam. Tratava-se de um grupo de senhoras com mais de setenta anos, enquanto eu, na época, ainda não passara perto dos cinquenta. Isso permitiu que estabelecêssemos um relacionamento respeitoso, mas muito afetivo, na base do de “mães e filhas”. Trocávamos carinhos e brincadeiras, elas não apenas me ajudando na pesquisa, mas também interessadas na minha vida, me aconselhando a parar de fumar, a não tomar tanto café, a não comer “porcarias”[...] E insistindo em que eu levasse meus filhos (então, já adolescentes) para elas conhecerem — o que, com certeza, foi feito!

Já com os homens, antigos operários da fábrica, os “encontros de campo”, ainda que produtivos, foram marcados por um respeito mútuo, mas distanciado. Embora a diferença geracional suavizasse a distância social de classe que nos separava, a de gênero não permitiu que um relacionamento semelhante ao que se construiu junto às mulheres tivesse lugar. Ao mesmo tempo,

a distância social de classe também contribuiu para que, muito diferente do que ocorrera com o estudo em Provincetown, em nenhum momento qualquer tipo de insinuação ou assédio sexual se manifestasse.

Por exemplo, em uma ocasião, conversando com o sr. José, um antigo operário, ele me falou sobre o Bloco do Bacalhau, um bloco de operárias que saía em Plataforma no sábado de Carnaval em décadas passadas, explicando-me, com o maior cuidado e respeito, ao tempo em que escondia um sorriso malicioso sobre o “porquê” do nome do bloco. Como relatei em artigo anterior:

As conotações sexuais que envolviam tal performance são certamente óbvias. ‘Bacalhau’, como se sabe, além de ser nome de um ‘peixe’, é também um dos termos populares referentes à genitália feminina, especificamente à vulva, devido a suposta semelhança de odores existentes entre um e outro quando a mulher não faz a higiene necessária. Essa associação foi feita para mim por Seu José, um antigo operário, quando perguntei-lhe por que o nome ‘Bloco do Bacalhau’. Escondendo um sorriso malicioso ao mesmo tempo em que procurava demonstrar seu respeito por mim, a ‘professora’, Seu José explicou: *‘Bem, a senhora sabe como é, as operárias saíam no Bacalhau logo depois do trabalho, logo depois de um dia inteiro de trabalho, elas vinham suadas, sabe como é [...] Aí então o povo dizia: ‘olha, lá vem o Bacalhau [...]’.* (SARDENBERG, 1997b, grifo do autor)

Contrário também ao que se passou em Provincetown e no estudo com as jovens serralheiras, nenhum acontecimento mais dramático na minha vida pessoal ocorreu de sorte a se entremear no trabalho etnográfico. Contudo, meu envolvimento pessoal com o campo se fez sentir — e de forma também apaixonada — em virtude de desdobramentos do próprio campo. Vale ressaltar, não sou uma pessoa que consegue deixar as paixões de lado e, no caso da disputa dos residentes de Plataforma com a União Fabril, está claro que, contrariando o que rezam os cânones antropológicos para o trabalho de campo, não poderia deixar de tomar par-

tido! Abracei o estudo em questão tendo os interesses do povo de Plataforma, principalmente de minhas companheiras da Ampla, sempre em mente.

Em virtude dessa mesma disputa, passado e presente se embricavam na memória social da comunidade, de sorte que, falar do trabalho na fábrica no passado sempre incitava minhas interlocutoras e interlocutores a comparar a relação com a União Fabril no passado, com as lutas então tendo lugar. Como bem apontaram James Fentress e Chris Wickham (1992, p. 4), “[...] a memória representa o passado e o presente conectados e consistentes uma ao outro dessa forma”. Assim, quando os antigos e antigas operárias e velhos residentes de Plataforma me falavam do passado, eles sempre o mediam em termos do presente, especialmente em termos da disputa com a União Fabril. Da mesma forma, essa disputa era configurada em suas falas em termos das relações passadas entre a companhia e a comunidade, particularmente na época em que o comendador Bernardo Martins Catharino, reconhecido como o “pai de Plataforma” pelos mais antigos, era o presidente da União Fabril.

Passado e presente se embricam até hoje na memória social dessa comunidade e nas suas lutas presentes contra a União Fabril. E, agora, entro eu em cena como uma agente de transformação, em virtude do artigo que publiquei sobre o “Bloco do Bacalhau”. (SARDENBERG, 1997b) Na memória da comunidade, esse bloco é um exemplo de solidariedade e coleguismo que caracterizava as relações entre as operárias, representando também os “bons tempos” em que o Carnaval acontecia sem a violência dos dias de hoje. Contudo, tal qual escrevi no artigo,

[...] sem duvidar dessa solidariedade e coleguismo, tampouco questionar as alegres lembranças que ficaram do Bacalhau na memória social do bairro, [...] quando se reflete sobre a ‘performance’ das operárias no bloco à luz das relações sociais de gêne-

ro, classe e vizinhança que, no passado, teciam a vida cotidiana no bairro e na fábrica, o Bacalhau assume outros contornos.’ De fato, ‘no bom estilo dos rituais de rebelião, essa ‘performance’ expressava de forma jocosa e ambígua o protesto das operárias contra o regime patriarcal então vigente, reafirmando, entre-meio às brincadeiras do carnaval, o importante papel por elas desempenhado na economia doméstica e na construção das relações de vizinhança no bairro’. (SARDENBERG, 1997b, p. 17)

Apresentado às lideranças da Ampla, esse artigo serviu de base para representações do grupo teatral de jovens de Plataforma e, mais recentemente, subsidiou um projeto de rearticulação dos grupos de mulheres do bairro, que foi apresentado por essas lideranças à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. E foi assim que “a teoria virou fato”, quando, no Carnaval de 2013, as mulheres de Plataforma colocaram de novo seu bloco na rua, reavivando o Bloco do Bacalhau e demandando seus direitos em um protesto lúdico que marca um novo momento na história de lutas das mulheres de Plataforma. Em cima do carro de som do Bloco e portando a fantasia do Bacalhau, fui então convidada a discursar sobre a sua história para as integrantes, filhas e netas das antigas operárias, invertendo-se assim a ordem das coisas. Talvez por isso mesmo foi que me vi, com a voz embargada pela emoção, gritando palavras de ordem para uma nova geração de mulheres do bairro.

Considerações finais: por uma etnografia feminista

No Brasil, existe hoje um consenso em torno da ideia de que a “crise das representações” proclamada pelos pós-modernos se restringiu quase que tão somente à Antropologia americana. Trajano Filho (1988) chega a sugerir que essa crise tem mais a ver com a superprodução de antropólogos e antropólogas na academia americana do que mais propriamente com questões de ordem

epistemológica na Antropologia como um todo. Outros, como Cornelia Eckert (1994), acreditam que escapamos dessa crise vez que as etnografias brasileiras se voltam quase que tão somente para o Brasil, mostrando-se assim muito mais engajadas e dando voz aos nossos “nativos”. Mas é certo que, também entre nós, tem se observado um maior cuidado por parte de autoras e autores em considerar o lugar de onde falam e tornar suas subjetividades mais transparentes (GOLDMAN, 2003; SANTOS, 2005), explicitando como também têm sido “afetados”. (FAIVRET-SAADA, 2005) De fato, como bem coloca Teresa Caldeira (1988, p. 133):

O antropólogo contemporâneo tende a rejeitar as descrições holísticas, se interroga sobre os limites da sua capacidade de conhecer o outro, procura expor no texto as suas dúvidas, e o caminho que o levou à interpretação, sempre parcial.

Contudo, apesar desses esforços, pouca consideração tem se dado à “corporalidade” da etnógrafa e etnógrafo, mesmo que se reconheça, como ressalta Mariza Corrêa (apud ABREU et al., 2003, p. 110), que “[...] as pessoas não podem mais ir inocentes para o campo, achando que não faz diferença quem eu sou, de onde eu venho, o que eu digo e o que eu penso”. Ademais, tal qual se constata alhures, também aqui, na Antropologia Brasileira, são as mulheres e, mais comumente, as autoidentificadas feministas, que têm mais tratado desta questão.¹⁵ Assim mesmo, discute-se mais a questão de “gênero” e as atribuições e as contribuições das “mulheres em campo”, pouco se reconhecendo a necessidade de se pensar como os diferentes elementos constitutivos das relações sociais intersectam gênero e nos posicionam, homens e mulheres, diferentemente no campo.

15 Veja-se, por exemplo, as considerações de Miriam Grossi (1992), Mariza Corrêa (2000), Heloísa Buarque de Almeida (2001), e as coletâneas organizadas por Alinne Bonetti e Soraya Fleisher (2007).

Neste artigo, procurei trabalhar com essa perspectiva, mostrando como as interseccionalidades de gênero, etnia, raça, classe, geração, determinantes da minha posicionalidade em campo, influenciaram meus encontros etnográficos em contextos distintos, no tempo e nos espaços em que desenvolvi minhas pesquisas. Como procurei demonstrar, no meu estudo em Provincetown, realizado nos anos 1970, a semelhança da minha identidade de classe e etnia com a de meus interlocutores e interlocutoras de origem portuguesa, aliada à minha condição de mulher jovem e descasada em tempos de veraneio quando a questão da sexualidade ficava em destaque, colocou-me em uma situação de vulnerabilidade perante aos homens, tornando-me objeto de assédio constante da parte deles e, assim, também da hostilidade por parte das suas esposas e outras mulheres de meia-idade da comunidade. Tal situação dificultou profundamente o trabalho de campo com esse segmento da população local, forçando-me a mudar a ênfase e curso da pesquisa.

No trabalho de documentação do projeto de serralheria para jovens, comecei a etnografar em uma situação de privilégios amplos em relação às minhas interlocutoras, o que me distanciava delas, apesar de meus esforços de aproximação. Contudo, em uma sociedade machista como a nossa, todas as mulheres são vulneráveis à violência doméstica, eu inclusive, de sorte que, quando meu problema doméstico se tornou público, minha posicionalidade em relação às minhas interlocutoras sofreu um significativo deslocamento, criando a possibilidade de maior aproximação.

Já em Plataforma, a questão de gênero, ou seja, o fato de eu ser mulher e companheira de lutas das mulheres da Ampla no movimento de mulheres de Salvador, rompeu a distância social de raça e classe me afastando das antigas operárias, ao mesmo tempo em que a distância geracional permitiu que construíssemos um relacionamento de ordem “materno-filial”, propiciando um apro-

fundamento maior nos nossos “encontros etnográficos”. Devido às contradições de gênero, aliadas às distâncias de raça e classe, isso não foi possível ser construído em relação aos homens. Com eles, permaneceu uma relação mais distanciada nos “encontros”, marcada pelo respeito mútuo, ainda que às vezes nos permitíssemos “trocas jocosas”. Caberia então perguntar: teria sido diferente se eu fosse negra, por exemplo? Com demarcadores de classe menos óbvios? Se fosse mais jovem?

Se levarmos em consideração as epistemologias feministas perspectivistas (HARDING, 1996; SARDENBERG, 2002) para as quais a posicionalidade da etnógrafa (ou etnógrafo) torna-se um fator determinante, a resposta terá que ser afirmativa. Como vimos, apesar de gênero ser um demarcador preponderante, um dos condicionantes da experiência de campo e na produção de conhecimentos, esse elemento nunca opera sozinho, mas sim articulado a outros marcadores sociais. (CRENSHAW, 2002) O que implica dizer que também na prática etnográfica é preciso reconhecer “as relações de poder fluidas e mutantes que dão no campo e a diversidade de posições dos sujeitos implicados,” como nos propõe Carmen Gregorio Gil. (2006, p. 27, tradução nossa)

Esse, creio eu, seria o ponto de partida para se pensar as etnografias feministas. Contudo, é bom ressaltar, não há acordo entre antropólogas feministas se, de fato, existe a possibilidade de uma “etnografia feminista”. Para Marilyn Strathern (1987), aliás, justapor “antropologia” e “feminismo” é, no mínimo, algo estranho (*awkward*), devido à dificuldade de se manter a premissa da antropologia como um *self* em relação ao um “Outro”, na medida em que a pesquisadora feminista é ela própria um “Outro” em relação ao *self* do patriarcado que tem marcado a empreitada antropológica.

Seguindo lógica semelhante, Judith Stacey (1988) refuta a ideia de uma etnografia feminista, pois a política feminista, sensí-

vel que é a todos os contextos de dominação, entra em contradição com um princípio básico da etnografia, em que o produto da pesquisa é, em última instância, do(a) pesquisadora, independente da influência dos seus interlocutores no campo. Já Lila Abu – Lughod (1990) – que por coincidência escreveu um artigo com o mesmo título, publicado na mesma época – é mais otimista, acreditando na possibilidade de uma etnografia feminista baseada nas vidas e histórias de mulheres. E, por certo, Abu-Lughod não está sozinha. (VISWESWARAN, 1997) Baseando-se em proposições dessa mesma autora, Diane Bell (1993, p. 29, tradução nossa) argumenta que uma etnografia feminista não só é possível, como também, afirma ela,

[...] é central à articulação de uma tradição reflexiva que acredito ser honesta e convincente; isso encoraja uma experimentação etnográfica ética e politicamente responsável; cimenta em práxis as deliberações de uma relação dita ‘estranha’ entre a antropologia e o feminismo; e permite que possamos assumir uma posição pró-ativa e resistir a um engajamento reativo com a ‘nova etnografia’ na questão da sua negligência quanto a gênero [...]

Concordo plenamente com Diane Bell (1993) e com outras autoras que advogam em favor da “etnografia feminista”, mas creio ser necessário delinear melhor os contornos do que se entende por “etnografia feminista”. Neste tocante, as considerações de Carmen Gregorio Gil (2006, p. 30), resumindo as proposições feministas ao contrastar e etnografia feminista com a “nova” etnografia ou “etnografia pós-moderna” são certamente de grande valia. Para Gregorio Gil (2006), as propostas feministas se destacam por terem suas raízes nas políticas e relações de desigualdade e levarem em consideração as condições materiais de existência ao formular suas teorias a partir da prática. Propõem ainda a dissolução entre o sujeito cognoscente e os objetos de conhecimen-

to, buscando construir um caminho dialógico e intersubjetivo de posições políticas situadas. Ademais, ao interpretarem o próprio ato de categorizar outros e outras como uma expressão de poder, propõem a desconstrução de categorias fixas e imutáveis impostas aos sujeitos. Isso implica, também, na desconstrução da noção de identidade de gênero como entidade fixa atuando no campo, propondo-se, ao invés, uma noção de *persona* que experimenta e se transforma nas suas relações com os outros (e outras). Tal perspectiva avança no sentido de se pensar a identidade no processo de interação etnográfica como múltipla, contestada ou mesmo contraditória, bem como de se proceder a uma análise reflexiva, no sentido de compreendermos nossas identidades como “genderadas” e as complexidades codificadas do nosso ser no processo de interação no campo. (GREGORIO GIL, 2006)

Esse procedimento se faz necessário principalmente quando levamos em consideração a perspectiva de que não existe “neutralidade” na empreitada etnográfica. É preciso, assim, contextualizar os dados produzidos, oferecendo informações sobre quem os produz (sua posição dentro de uma estrutura social), como o faz e com que propósitos, bem como reconhecer a intersubjetividade e o diálogo na construção da “alteridade” como um compromisso político e ético. (GREGORIO GIL, 2006, p. 32)

Além disso, na etnografia feminista o emocional e o pessoal não podem ser separados do “conceitual”, pois, como bem acrescenta Gregorio Gil (2006, p. 33, tradução nossa), o “pessoal não é apenas político, mas também é teórico” – sem se perder o referente político do processo de reflexividade imerso na prática etnográfica. Destarte, como prossegue essa autora, “a experiência etnográfica aparece como um ato total que implica corpo, mente, razão e emoção de maneira indissolúvel, como uma prática de reconhecimento da configuração das relações de poder”. Não por acaso, portanto, as etnografias produzidas por antropólogas

na perspectiva da Antropologia feminista incorporam muitas vezes sua experiência pessoal, delineando “o próprio processo de compreensão com suas perplexidades, descobertas e temores” — a exemplo da etnografia produzida por Nancy Scheper-Hughes (c1992) sobre a morte de crianças no Nordeste brasileiro, ou da “mulher traduzida” de Ruth Behar (1993), ambas premiadas por sua excelência.

Para concluir, devo dizer que lamento muito até hoje o fato de que, por circunstâncias do meu drama particular, o conhecimento que foi produzido nas trocas com as jovens do curso de serralheria nunca tenha se transformado em uma “etnografia feminista” publicada, permanecendo apenas nos relatórios que elaborei como documentadora do projeto. Em compensação, tive a satisfação de ter elaborado minha tese, bem como vários artigos sobre os antigos operários e operárias de Plataforma, alguns deles chegando às mãos de gente do bairro que reconheceu a importância das lutas das mulheres ali retratadas, recriando o Bloco do Bacalhau. Por certo, a emoção que senti desfilando pelas ruas do bairro junto às novas gerações de mulheres — e de algumas das antigas operárias ainda em forma — jamais poderá ser esquecida. Ela será sempre prova incontestante de que “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”!

Referências

ABRAMSON, A. Between autobiography and method: being male, being myth and the analysis of structures of gender and sexuality in the eastern interior of Fiji. In: BELL, D.; CAPLAN, P.; KARIM, W. J. (Ed.). *Gendered fields: women, men and ethnography*. London: Routledge, 1993. p. 53-77.

ABREU, C. et al. Entrevista com Mariza Côrrea. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 11, p. 103-122, 2003.

ABU-LUGHOD, L. *Writing women's worlds: bedouin Stories*. Berkeley : University of California Press, 1993.

ABU-LUGHOD, L. Can there be a feminist ethnography? *Women and Performance: a journal of feminist theory*, New York , v. 5, p. 7-27, 1990.

ALCOFF, L. The problem of speaking for others. *Critical Inquiry*, Chicago, n. 20, p. 5-32, 1991.

ALMEIDA, H. B. Mulher em campo: reflexões sobre a experiência etnográfica. In: ALMEIDA, H. B. et al. (Org.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista, EDUSF, 2001. p. 49-80.

ARDENER, E. The new anthropology and its critics. *Man*, [S.l.], v. 6, n. 3, sept. 1971.

ASAD, T. *Anthropology and the colonial encounter*. New York: Humanities Press, 1973.

BALANDIER, G. *Sociologie Actuelle de l'Afrique noire: Dynamique des changements sociaux en Afrique centrale* . Paris: Presses Universitaires de la France, 1955.

BEHAR, R. Introduction: out of exile. In: BEHAR, R.; GORDON, D. (Ed.). *Women writing culture*. Berkeley: University of California Press , 1995, p. 1-27

BEHAR, R. *Translated woman: crossing the border with Esperanza's story*. Boston: Beacon Press, 1993.

BEHAR, R.; GORDON, D. (Ed.). *Women writing culture*. Berkeley: University of California Press, 1995.

BELL, D. Introduction 1: the context. In: BELL, D.; CAPLAN, P; KARIN, W. (Ed.). *Gendered fields: women, men & ethnography*. London: Routledge, 1993, p. 1-18.

BELL, D.; CAPLAN, P; KARIN, W. J. (Ed.). *Gendered fields: women, men & ethnography*. London: Routledge, 1993.

BLOCH, M. (Ed.). *Marxist analyses and social anthropology*. London: Malaby Press, 1975.

BONETTI, A.; FLEISCHER, S. R. (Org.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Mulheres: EDUNISC, 2007.

BOWEN, E. S. *Return to laughter*. New York: Harper & Brothers, 1954.

- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRIDGMAN, R.; COLE, S.; HOWARD-BOBWASH, H. (Org.). *Feminist fields: ethnographic insights*. Peterborough: Broadview Press, 1999.
- CALDEIRA, T. A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 21, p. 133-157, 1988.
- CALLAWAY, H. Ethnography and experience: gender implications in fieldwork and texts. In: OKELY, J.; CALLAWAY, H. (Ed.). *Anthropology and autobiography*. London: Routledge, 1992. p. 29-49.
- CAPLAN, P. Distanciation or Identification: what difference does it make? *Critique of Anthropology*, London, v. 14, n. 2, p. 99-115, June 1994a.
- CAPLAN, P. Engendering knowledge: politics of ethnography. In: ARDENER, S. (Ed.). *Persons and powers of women in diverse culture: essay in commemoration of Audrey I. Richards, Phyllis Kaberry and Barbara E. Ward*. New York: Berg, 1994b. p. 65-87.
- CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.
- CLIFFORD, J. Introduction: partial truths. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. (Ed.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. p. 1-26.
- CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. (Ed.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- COLLINS, P. H. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. In: FONOW, M. M.; COOK, J. A. (Ed.). *Beyond methodology: feminist scholarship as lived research*. Bloomington: Indiana University Press, 1991. p. 35-59.
- COLLINS, P. H. *Toward a new vision: race, class, and gender as categories of analysis and connection*. Memphis: Research Clearinghouse and Curriculum Integration Project, Center for Research on Women, 1989. Disponível em: <<http://www.memphis.edu/crow/>>

pdfs/Toward_a_New_Vision_-_Race__Class_and_Gender_...pdf>.
Acesso em: 22 dez. 2008.

COPANS, J.; SEDDON, D. Marxism and anthropology: a preliminary survey. In: SEDDON, D. (Ed.). *Relations of Production*. London: Frank Cass, 1978 p. 1-46.

CORRÊA, M. A natureza imaginária do gênero na história da antropologia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 109-130, 1995.

CORRÊA, M. O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira. *Etnográfica*, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 233-265, 2000.

COSTA, A. A. (Org.). *Creches comunitárias: uma iniciativa popular*. Salvador: NEIM/UFBA, 1991.

COSTA, A. A.; SARDENBERG, C.(Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: Salvador: REDOR: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2002.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAMATTA, R. O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. O. (Org.). *A aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DELORIA, E. C. *Waterlily*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1988.

DEL VALLE, T. Introduction. In: DEL VALLE, T. (Ed.). *Gendered anthropology*. London: Routledge, 1993. p. 1-16.

DI LEONARDO, M. Gender, culture, and political economy: feminist anthropology in historical perspective. In: DI LEONARDO, M. (Coord.). *Gender at the crossroads of knowledge: feminist anthropology in the postmodern era*. Berkeley: University of California Press, 1991. p. 1-48.

ECKERT, C. A antropologia na atualidade. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 2, p. 7-36, maio 1994.

ECKERT, C; ROCHA, A. L. C. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 107-136, 1998.

FAIVRET-SAADA, J. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, ano 14, n. 13, p. 155-161, 2005.

- FENTRESS, J.; WICKHAM, C. *Social memory*. Cambridge: Blackwell, 1992.
- FISCHER, M. Da antropologia interpretativa à antropologia crítica. In: ANUÁRIO antropológico 83. Brasília, DF: Tempo Brasileiro, 1986.
- GEERTZ, C. *Local knowledge: further essays in interpretive anthropology*. New York: Basic Books, 1983.
- GEERTZ, C. *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books, 1973.
- GEERTZ, C. *Works and Lives: the anthropologist as author*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- GIOVANNINI, M. Female anthropology and male informant: gender conflict in a sicilian town. In: WHITEHEAD, T.L.; CONAWAY, M. E. (Ed.). *Self, sex and gender in cross-cultural fieldwork*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1986.
- GOLDE, P. (Ed.). *Women in the field: anthropological experiences*. Berkeley: University of California Press, 1970.
- GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 445-476, 2003.
- GORDON, D. Writing culture, writing feminism: the poetics and politics of experimental ethnography, *Inscriptions*, [S.l.], v. 3-4, p. 8-21, 1988.
- GREGORIO GIL, C. Contribuciones feministas a problemas Epistemologicos de la Disciplina Antropologia: representación y relaciones de Poder. *Revista de Antropologia Iberoamericana*, Madrid, v. 1, n. 1, p. 22-39, 2006.
- GROSSI, M. Na busca do outro encontra-se o mesmo. In: GROSSI, M. (Org.) *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: UFSC, 1992.
- HARAWAY, D. Situated knowledge: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, College Park, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.
- HARDING, S. Rethinking standpoint epistemology: what is strong objectivity? In: KELLER, E. F.; LONGINO, H. E. (Ed.). *Feminism & Science*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 235-24.
- HARSTRUP, K.; HERVIK, P. (Ed.). *Social experience and anthropological knowledge*. London: Routledge, 1994.

HEALEY, M. Os desencontros da tradição em cidade das mulheres: raça e gênero na etnografia de Ruth Landes. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 6-7, p. 153-200, 1996.

HULKO, W. The time-and- context-contingent nature of intersectionality and Interlocking Oppressions. *Affilia: journal of women and social work* Thousand Oaks, v. 24, n. 1, p. 44-55, 2009.

HURSTON, Z. N. *Their eyes were watching god*. New York: HarperCollins, 2000.

HYMES, D. (Ed.). *Reinventing anthropology*. New York: Random House, 1972.

JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 81-120.

LANDES, R. "A woman anthropologist in Brazil". In: GOLDE, P. (Ed.). *Women in the field: anthropological experiences*. Berkeley: University of California Press, 1970. p. 119-139.

LANDES, R. *The city of women*. New York: Macmillan, 1947.

LEEDS, A. *Cities, classes, and the social order*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.

LEEDS, A. 'Subjective' and 'objective' in social anthropological epistemology. In: SEEGER, R. J.; COHEN, R. S. (Ed.). *Philosophical foundations of science*. Dordrecht-Holland: Reidel Publishing Company, 1974.

LECLERC, G. *Antropologia y colonialismo*. Madrid: Ed. Alberto Corazon, 1973.

LEIRIS, M. L'ethnologue devant le colonialisme. *Les Temps Modernes*, Paris, v. 6, n. 58, p. 357-374, 1950.

LUTKEHAUS, N. *Margaret Mead: the making of an American icon*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

MALINOWSKI, B. *Argonauts of the Western Pacific*. New York: Dutton, 1961.

MARCUS, G. E.; FISCHER, M. J. *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

- MARCUS, G. E. O que vem (logo) depois do pós: o caso da etnografia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 37, p. 7-34, 1994.
- MEAD, M. *An anthropologist at work: writings of Ruth Benedict*. London: Secker & Warburg, 1959.
- MEAD, M. *Blackberry winter: my earlier years*. New York: Simon and Schuster, 1972.
- MEAD, M. Field work in the pacific islands, 1925-1967. In: GOLDE, P. (Ed.). *Women in the field: anthropological experiences*. Berkeley: University of California Press, 1970.
- MINTZ, S. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados: revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.
- MONTERO, P. Questões para a etnografia numa sociedade mundial. *Novos Estudos- CEBRAP*, São Paulo, n. 36, p. 161-178, jul. 1993.
- MOORE, H. *Feminism and anthropology*. Cambridge: Polity Press, 1988.
- MORAGA, C. Laguerre. In: MORAGA, G.; ANZALDUA, G. (Ed.). *This bridge called my back: writing by radical women of color*. New York: kitchen table, women of. collar press, 1983. p. 27-35.
- MORAGA, C.; ANZALDUA, G. (Ed.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*. New York: Kitchen Table, Women of Color Press, 1983.
- OKELY, J. Introduction. In: OKELY, J; CALLAWAY, H. (Ed.). *Anthropology and autobiography*. London: Routledge, 1992. p.1-28.
- OKELY, J.; CALLAWAY, H. (Ed.). *Anthropology and autobiography*. London: Routledge, 1992.
- OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, e escrever. In: OLIVEIRA, R. C. *O trabalho do antropólogo*. Brasília, DF: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 17-36.
- ORTNER, S. Is female do Male as Nature is to Culture? In: ROSALDO, M.; LAMPHERE, L. (Ed.). *Women, culture & society*. Stanford: Stanford University Press, 1974. p. 67-88.
- PANDIAN, J. *Anthropology and the western tradition: toward an authentic anthropology*. Prospect Heights: Waveland Press, 1985.

POWDERMAKER, H. *Stranger and friend: the way of an anthropologist*. New York: W. W. Norton, 1966.

REITER, R. Introduction. In: REITER, R. (Ed.) *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 11-19.

ROHRLICH-LEAVITT, R.; SYKES, B.; WEATHERFORD, E. Aboriginal woman: male and female anthropological perspectives. In: REITER, R. (Ed.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975.

ROSALDO, M.; LAMPERE, L. (Ed). *Women, culture & society*. Stanford: Stanford University Press, 1974.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In: REITER, R. (Ed.). *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SAFFIOTI, H. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, C.; SWAIN, T. (Org.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2008.

SAID, E. *Orientalism*. New York: Pantheon, 1978.

SANTOS, V. G. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SARDENBERG, C. Teorizando sobre gênero na dinâmica das relações sociais. 2009. Trabalho apresentado no I Seminário Internacional, Gênero, Raça, Classe E Identidade Social No Brasil E Na França, Salvador, 2009.

SARDENBERG, C. M. B. O Gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias. In: MACEDO, M.; PASSOS, E.; ALVES, I. (Org.). *Metamorfoses: gênero e interdisciplinaridade*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998a.

SARDENBERG, C. M. B. *Quinze anos do NEIM*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher: 1998b.

SARDENBERG, C. M. B O Bloco do bacalhau: protesto ritualizado de operárias na Bahia. In: COSTA, A.; ALVES, I. (Org.). *Ritos, mitos e fatos: mulher e relações de gênero na Bahia*. Salvador: REDOR: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1997a.

- SARDENBERG, C. M. B. *In the backyard of the factory: gender, class, power and community in Bahia, Brazil*. 1997. 411 l. Ph.D. (Dissertation) – Boston University, Boston, 1997b.
- SARDENBERG, C. M. B. *Quinto relatório trimestral de pesquisa, cesun metalworking project for women*. 1984. Trabalho apresentado ao Pathfinder International, 1984.
- SARDENBERG, C. M. B. *Segundo relatório trimestral de pesquisa, cesun metalworking project for women*. 1983. Trabalho apresentado ao Pathfinder Internacional, 1983.
- SARDENBERG, C. M. B. *Strategies of the Political Game: ethnicity in codtown*. 1977. Trabalho apresentado noo 17°. Encontro Anual da Northeastern Anthropological Association, Rhode Island College, Providence, Rhode Island, March 24–26, 1977.
- SARDENBERG, C. M. B. *Provincetown: a summer's view*. Illinois: Illinois State University, 1976. (Relatório de Pesquisa).
- SCHEPER-Hughes, N. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, c1992.
- SCHOLTE, B. Toward a reflexive and critical anthropology. In: HYMES, D. *Reinventing anthropology*. New York: Vintage, 1972. p. 430–457.
- SPADE, J. Z.; VALENTINE, C. G. (Ed.). *The kaleidoscope of gender: prisms, patterns, and possibilities*, 2nd ed. Los Angeles: Sage Publications, c2008.
- STACEY, J. Can there be a feminist ethnography? *Women's Studies International Forum*, Oxford, v. 1, n. 1, p. 21–27, 1988.
- STANLEY, L.; WISE, S. Method, methodology and epistemology in feminist research Processes. In: STANLEY, L.; WISE, S. (Ed.). *Feminist praxis: research, theory and epistemology in feminist sociology*. London: Routledge, 1990. p. 20–60.
- STRATHERN, M. An awkward relationship: the case of feminism and anthropology. *Sign: journal of women in culture and society*, Chicago, v. 12, n. 2, p. 276–292, 1987.
- TRAJANO FLIHO, W. Que barulho é esse, o dos pós-modernos? In: ANUÁRIO antropológico 86: identidade, etnia – pós-modernidade – construção do gênero – parentesco – crítica. Brasília, DF, Universidade de Brasília: Tempo brasileiro, 1988. p. 133–151.

- VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. (Org.) *A aventura sociológica*. São Paulo: HUCITEC, 1970. p. 36-46.
- VISWESWARAN, K. Defining feminist ethnography. In: VISWESWARAN, K. *Fictions of feminist ethnography*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- VISWESWARAN, K. Histories of feminist ethnography. *Annual Review of Anthropology*, Austin, v. 26, p. 591-621, oct. 1997.
- WARREN, C.; HACKNEY, J. (Ed.). *Gender issues in ethnography*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.
- WEINER, A. *Women of value, men of renown: new perspectives in trobriand exchange*. Austin: University of Texas Press, 1976.
- WOLF, D. (Ed.). *Feminist dilemmas in fieldwork*. Boulder: Westview Press, 1996.
- WOLF, E. *Peasant wars of the twentieth century*, New York: Harper & Row, 1969.
- WOLF, M. *A thrice-told tale feminism, postmodernism, and ethnographic responsibility*. Stanford: Stanford University Press, 1992.
- YES, V. There is a Feminist Ethnography. In: BELL, D, CAPLAN, P.; KARIM, W. J. (Ed.). *Genderedn fields: women, men and ethnography*. London: Routledge, 1993. p. 28-43.
- YUVAL-DAVIS, N. Intersectionality and feminist politics. *European Journal of Women's Studies*, London, v. 13, n. 3, p. 193-209, 2006.

PRODUZINDO GÊNERO NA FARMACOLOGIA

reflexões sobre uma área de excelência

Caterina Rea

Conforme destaca Penildon Silva (2010, p. 3), uma das maiores referências da Farmacologia brasileira,

Entre as ciências biológicas, a farmacologia ocupa um lugar *sui generis*. Sem limites, possui raízes profundas nas ciências básicas, ramifica-se em todas as especialidades médicas, invade a psicologia, a sociologia, a ecologia, a agricultura, a guerra. Quando se define a farmacologia como estudo da interação dos compostos químicos com os organismos vivos, a vastidão de seu campo logo se torna patente.

Neste texto, nos propomos a estudar a maneira através da qual a categoria gênero está sendo elaborada hoje no âmbito desta disciplina complexa, que é a Farmacologia, enquanto um campo científico situado nas fronteiras entre o estudo do biológico (compostos químicos e as reações dos nossos corpos) e de interesses scioeconômicos.

Considerando o lugar estratégico dessa disciplina no campo biomédico, torna-se também importante, desde a perspectiva dos estudos feministas sobre a Ciência, analisar a posição e o número das mulheres que atuam nessa área. Este texto seguirá assim dois eixos principais: o quantitativo, voltado para analisar o número de mulheres que operam atualmente nos principais departamentos de Farmacologia do Sul do Brasil, além das posições que elas ocupam nas hierarquias acadêmicas; e o qualitativo que reflete sobre a produção e a utilização da categoria gênero nas Ciências Biomédicas e particularmente na Farmacologia.

Este texto foi elaborado a partir de uma pesquisa de pós-doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (CAPES/PPGICH/UFSC) que realizou-se entre março de 2012 e março de 2014, analisando as maiores instituições acadêmicas ligadas à Farmacologia nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.¹ Nesses diferentes centros foram recolhidos dados sobre a quantidade de professoras(es) e alunas/os segundo o critério de gênero, sendo também realizadas entrevistas com professoras e coordenadoras de pós-graduação sobre sua inserção na pesquisa e na vida do departamento, bem como sobre sua área de trabalho no campo da Farmacologia.

Do ponto de vista metodológico, usamos diferentes abordagens e estratégias que nos permitiram ter acesso a distintos tipos de dados primários e secundários. Chamamos dados secundários as informações obtidas através de consulta a variadas fontes: *sites*, bases de dados fornecidos pelas secretarias de departamentos ou derivados de agências institucionais. Os dados primários



1 Esse estudo discute alguns dos resultados do subprojeto de um projeto maior intitulado "Gênero e Ciências no Sul do Brasil", coordenado pela professora Joana Maria Pedro e no qual trabalharam anteriormente Carla Cabral e Luciana Klanowicz (sobre mulheres nas Engenharias), Felipe Fernandes (sobre mulheres na Biologia). As professoras Miriam Pillar Grossi e Luzinete Simões Minella orientaram essa pesquisa.

foram obtidos, em diferentes momentos e situações, de fevereiro até outubro de 2013, através do contato presencial com as farmacólogas: entrevistas, questionários, observação em bancas realizadas nos referidos polos acadêmicos ligados à disciplina no sul do Brasil e durante o 45º Congresso Nacional de Farmacologia, realizado em Ribeirão Preto, São Paulo, entre 28 e 30 de outubro de 2013. Organizado pela Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental (SBFTE), esse congresso acontece uma vez por ano e reúne pesquisadoras(es) brasileiras(os) e estrangeiras(os) da área. A partir dessa multiplicidade de dados e de estratégias metodológicas, tentaremos articular os resultados concretos da pesquisa de campo com uma reflexão teórica sobre os sistemas de coprodução de conhecimentos das ciências biomédicas e da teoria de gênero.

Feminização da área: participação e percepções das mulheres

Os dados recolhidos durante o 45º Congresso Nacional de Farmacologia mostraram uma sólida presença de mulheres atuando na área. Entre as(os) inscritas(os) no congresso, as mulheres somaram um total de 285 pessoas e os homens 165. Ou seja, entre todas(os) as(os) participantes, dos diferentes níveis, as mulheres representaram 63%. Durante o evento, foram realizadas três entrevistas com professoras da área. O roteiro incluiu questões sobre sua atuação na disciplina e sobre a situação vivenciada enquanto mulheres em um campo que constituiu-se como masculino. Elas destacaram que os dados sobre as inscrições nesse congresso representam objetivamente a realidade do campo da Farmacologia brasileira hoje e, em geral, das Ciências Biomédicas, no qual o número das mulheres vem aumentando já há vários anos, particularmente entre os estudantes de graduação e de pós-graduação.

No caso da UFSC, por exemplo, os dados fornecidos pelo DAE (Departamento Administrativo Escolar) mostram que as mulheres que ingressaram na graduação na área das Ciências Biológicas e biomédicas, entre 2008 e 2013, representaram o 61,1% das(os) estudantes, enquanto a proporção de homens atingiu apenas 38,3%. As(os) egressas(os) da pós-graduação dessa mesma universidade são também mulheres em número marcadamente superior em relação ao de homens. Registramos, em particular, um crescimento muito alto do número de mulheres que obtiveram um título de pós-graduação (mestrado e doutorado) nestes últimos anos: entre 2001-2006, as egressas foram 30 e os homens 25; entre 2007-2013, as mulheres foram 82 e os homens 43.

Nas universidades menores, a presença de uma maioria de estudantes mulheres também foi confirmada. Os dados obtidos na secretaria da Pós-Graduação em Farmacologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) revelam que, entre 2009 e 2013, as(os) alunas(os) de mestrado foram 33, sendo 28 o número de mulheres, representando 84,8% das(os) mestrandas(os). No doutorado, na mesma época, o total de alunas(os) foi de 40 das(os) quais 33 eram mulheres, chegando a 82,5%. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a proporção das mulheres inscritas no mestrado em farmacologia em 2013 representou 74,2% das(os) alunos (26 de um total de 35) e, no doutorado, elas totalizaram 78,7% (37 de um total de 47).

Os números revelam claramente a feminização da área. Mas se o número das mulheres egressas de pós-graduação em Farmacologia representa hoje a maioria em relação aos colegas homens, a situação torna-se menos favorável para elas em relação aos dados relativos ao corpo docente, nos polos reconhecidos de excelência ligados aos maiores departamentos de Farmacologia do sul do Brasil e do estado de São Paulo.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) cuja faculdade de Farmacologia é reconhecida como polo de excelência do país, as mulheres que atuam no corpo docente permanente eram apenas três em 2012-2013 de um total de 15 professoras(es) e pesquisadoras(es). No departamento de Farmacologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, encontramos apenas uma mulher entre 12 docentes permanentes. Nos polos menores do sul do país, no entanto, a situação parece ser outra: o número de mulheres atuantes no corpo permanente é bem maior. No departamento da UFPR, das(os) 16 professoras(es), 10 são mulheres, ou seja, 62,5% do corpo docente. Na UFSM, as mulheres são também majoritárias: elas representam o 53,8% das(os) professoras(es) (14 de um total de 26). No departamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), as mulheres do corpo docentes são nove de um total de 15 professora(es). Comparando a situação relativa à inclusão de pesquisadoras nas maiores universidades federais do sul do Brasil, chegamos à hipótese de que, quanto mais conceituado o departamento, menos mulheres atuam. Nesse caso, os critérios e as exigências ligadas à excelência operariam como um fator de exclusão para as mulheres. No entanto, consideramos que talvez se trate apenas de uma “má coincidência” – como destacou uma de minhas informantes.

Desde 1966, ano da sua fundação, na Sociedade Brasileira de Farmacologia e Terapêutica Experimental (SBFTE), apenas duas mulheres exerceram o cargo de presidência dessa instituição: as professoras Cristina Salgado (1998-1999) e Regina Markus (2006-2008).

Até aqui apresentamos os dados quantitativos encontrados nos diferentes lugares onde realizamos pesquisa de campo. Mas quais são as interpretações das farmacólogas que atuam como professoras universitárias sobre sua inserção no campo profissio-

nal? Aquelas que tivemos a oportunidade de entrevistar atuam em universidades do sul do Brasil e do estado de São Paulo. Ao colocar o tema do gênero e a pergunta se a condição de mulher representa ainda um obstáculo na carreira científica dessa área, a maioria das minhas entrevistadas responde que nunca se sentiram excluídas ou discriminadas no campo de trabalho. Uma delas acrescenta:

Então posso dizer que esse é um tema que eu sinto que nunca vivi...acho que isso deve ter existido no passado: há exemplo de farmacologistas e fisiologistas cujos maridos eram muito conhecidos e cujas mulheres faziam a mesma coisa e elas não eram tão conhecidas, pois eles trabalhavam juntos. Acho que isso até existia na própria sociedade, mas ao longo do tempo, vi que isso não existe mais. Pelo contrário, o número de mulheres que estão fazendo pós-graduação, se formando nesta área foi aumentando. Como eu disse, este pode não ser um mau sinal, mas não sei se é...acho que não é. Mas este tema não foi uma preocupação, nunca senti como algo que a minha antena deveria ligar na minha época. Isso foi no passado, claro. Agora, vejo que em muitos lugares [...] as mulheres eram muito mais devagar do que os homens em termos de produção, de formação de profissionais e de reconhecimento [...].²

Essas são as palavras de uma outra professora entrevistada, ao colocar a questão relativa ao número de mulheres atuantes hoje na área de Farmacologia no Brasil:

No Brasil é muito alto. Agora o desequilíbrio está ao contrário, quer dizer, nós temos no ingresso um número de mulheres mais alto do que homens. E já faz algum tempo, não é recente. Na minha época, nos éramos menos e agora estamos chegando em posições mais de firmas. Realmente, acho que nós temos poucos problemas de gênero no Brasil. Esta é minha opinião pessoal: existe o problema, que não é de gênero, mas de grupo, ou seja os italianos estão aí, os ingleses ou os franceses em outra posição e as mulheres estão aqui e os homens estão aí. Mas



2 As entrevistas aqui mencionadas foram realizadas durante a pesquisa de campo, desenvolvida no quadro deste projeto, durante o ano de 2013.

o Brasil não é um local de discriminação: em outros locais nos quais estive, a diferença de gênero é notável, aqui não noto tanto. E na farmacologia, realmente já tivemos bastantes presidentes mulheres na Sociedade, temos várias mulheres que estão no CNPq, CAPES [...] nunca teve muita diferença. Competência sempre contou, então isso não é um grande problema.

No seu relatório final do estágio pós-doutoral, Felipe Fernandes destaca que poucas são as mulheres biólogas no Brasil que dialogam com o pensamento feminista. Considero que a fala de minhas entrevistadas também me conduz à mesma consideração de como o debate feminista sobre Ciência, as críticas feministas à Ciência, estão ausentes das considerações e das preocupações das mulheres que atuam hoje em um campo científico de ponta, como a Farmacologia. Para as entrevistadas, a Ciência é, ao menos aparentemente, um campo neutro e objetivo no qual só contam e devem contar competências e méritos individuais, considerados como supostamente independentes de fatores e marcadores sociais como gênero, raça ou a classe.

A ideia de objetividade e neutralidade científica, que a tradição dos estudos sociais e feministas sobre Ciência e tecnologia contribuiu para desconstruir nas últimas décadas do século XX (HARAWAY, 1995; HARDING, 1993), retorna hoje nas falas dessas(es) pesquisadoras(es) através da afirmação dos chamados critérios de excelência acadêmica que reforçam a imagem de uma Ciência supostamente neutra e não vinculada a fatores políticos e sociais, mas unicamente ao mérito e aos índices de produtividade das(os) cientistas. Porém, precisamos destacar que o projeto da universalidade e objetividade da ciência, incluindo o do princípio da excelência, constitui um projeto socio-historicamente determinado, vinculado com as prioridades de um determinado tipo de sociedade, no caso, capitalista, centrada na exaltação dos critérios de competição, eficiência e produtividade.

Farmacologias de gênero

Neste item, refletimos sobre a produção e utilização da categoria gênero no campo da Farmacologia, a partir de duas questões: o termo “gênero” faz parte do horizonte de pesquisa farmacológica ou, em geral, das Ciências Biomédicas? Em caso positivo, como ele estaria sendo elaborado nesse contexto? Trata-se, deste modo, de evidenciar os sistemas de construção entre o conhecimento das ciências biomédicas, particularmente da Farmacologia, e o conhecimento sobre gênero.

Conforme destaca Ilana Löwy (2000), este segundo eixo de pesquisa é menos trabalhado do que o anterior, dedicado às mulheres na Ciência. Existem, porém, várias pesquisas de biólogas e cientistas biomédicas feministas que tratam de analisar a produção e reprodução das categorias gênero e diferença sexual nas suas disciplinas, para mostrar o caráter histórico e socialmente construído dos discursos científicos sobre nossa corporalidade e suas supostas diferenças naturais. Nesta direção se inscrevem os trabalhos da própria Ilana Löwy (2000), de Cynthia Kraus (2000), Nelly Oudshoorn (2000), Margareth Lock (1993) e de Anne Fausto-Sterling (2012). Nas palavras de Nelly Oudshoorn (2000, p. 34), essas reflexões no campo da biologia feminista partem da consideração de que os chamados “fatos anatômicos, endocrinológicos, imunológicos são tudo além do que evidentes” e que então “não existe uma verdade natural sobre o corpo que seja dada diretamente e sem intermediários”. Como qualquer outra produção humana, a biologia é um discurso e, como tal, expressão de uma perspectiva socio-historicamente determinada sobre os fenômenos biológicos.

Analisando as diferentes pesquisas sobre a produção do gênero nas Ciências Biomédicas, descobrimos que, na Itália, existe uma subárea de pesquisa chamada “Farmacologia de gênero” na qual

atuam as cientistas Flavia Franconi e Ilaria Campesi ([2008?]), do departamento de Ciências do Fármaco da Universidade de Sassari. Segundo essas autoras, a Farmacologia de gênero

Evidencia se as respostas aos fármacos são diferentes entre homens e mulheres, considerando as variações fisiológicas da mulher que ocorrem em função da ciclicidade da vida reprodutiva, da idade, do uso de associações estro-progêsticas. É evidente que a farmacologia de gênero deve individualizar não somente as diferenças homem/mulher, mas também precisa levar em conta que as diferenças de gênero variam em função da idade e do momento particular da vida da mulher. De fato, existe uma multiplicidade de mulheres (mulher fértil com seu ciclo menstrual, mulher que usa contraceptivos orais, mulher grávida e mulher em menopausa), assim como existem tipologias diferentes de homens, na base da idade. (FRANCONI; MONTILLA; VELLA, 2010, p. 12)

Essa disciplina mostra a existência de uma forte interação entre o campo dos estudos de gênero e o das Ciências Farmacológicas e Biomédicas. A virada do milênio levou a uma sempre maior consciência das diferenças de gênero no campo médico e à integração deste fator nas políticas de saúde dos diferentes programas da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A farmacologia de gênero pretende então reagir à perspectiva *gender blinded* que desde sempre caracterizou o campo das Ciências Biomédicas, no qual o corpo masculino foi considerado como norma, enquanto tomava-se por suposto que o corpo feminino se adaptaria a produtos e substâncias prevalentemente testados no organismo de homens. A proposta de uma “Farmacologia de gênero” vem contestar essa presunção de neutralidade que esconde uma profunda desigualdade em termos de gênero. Nas considerações dessas autoras, homens e mulheres apresentam sintomas, evolução de enfermidades e respostas a fármacos muito diferentes e, na maioria dos casos, as reações negativas são mais frequentes

e graves em mulheres. Porém, elas são ainda muito pouco representadas nos *trials* clínicos para testar novas substâncias e remédios, cujas respostas são majoritariamente resultantes de experimentos com animais machos e com homens.

A “justificativa” para essa situação foi durante muito tempo procurada em argumentos contrapostos que dificilmente escondem a influência do preconceito social ligado ao caráter normativo e normalizador do corpo masculino: o corpo das mulheres seria igual ao dos homens (apenas menor) e, ao mesmo tempo, mais complexo por conta da variabilidade e instabilidade devida ao ciclo hormonal. Ou seja, de um lado, o corpo feminino é representado como equivalente ao padrão masculino e, por outro lado, como instável, introduzindo uma série de variáveis que poderiam tornar os experimentos mais demorados e caros. Como destaca Flavia Franconi (c2012),

A discriminação começa já na fase pré-clínica do teste, ou seja, quando experimenta-se a molécula em camundongos, quase sempre de sexo masculino. Mesmo na fase clínica existe a regra do homem como ‘cobaia pura’, em relação com a estrutura mais complexa das mulheres. As variações vinculadas ao ciclo menstrual e com a gravidez ou com a eventual introdução de hormônios levam a muitas variáveis a serem consideradas nos experimentos.

A Farmacologia de gênero é um exemplo de uma produção conjunta entre o campo dos estudos de gênero e o conhecimento científico, particularmente na área biomédica. Transpondo a noção de gênero das Ciências Humanas e Sociais às Biomédicas, Flavia Franconi e Ilaria Campesi ([2008?]) consideram essa área não como um conhecimento separado, mas como uma “modalidade de interpretação”, um olhar aplicável a diferentes campos científicos. Um olhar que, nessa perspectiva, permitiria superar as oposições e dicotomias entre sexo e gênero, mostrando os nexos entre

sexo biológico e gênero como fator determinado pelas variáveis socioculturais, educacionais e ambientais. Escrevem as autoras,

O sexo compreende tudo o que está ligado com a biologia (genes, hormônios...) e o conceito de gênero, chegado às ciências biomédicas após de ter sido, durante muitos anos, patrimônio das ciências humanas, inclui as diferenças humanas e sociais. Durante vários anos, os conceitos de sexo e de gênero foram considerados como opostos, mas esta distinção, na prática, é difícil, pois o próprio conceito de sexo é muito mais complexo [...]. É preciso considerar as numerosas constantes e significativas integrações entre sexo (vida biológica) e experiências socioculturais. Em outras palavras, podemos dizer que os fatos biológicos podem ser socialmente construídos; fatos que logo são selecionados e definidos, na sua importância, pelo gênero. (FRANCONI; CAMPESI, [2008?], p. 1)

A contribuição mais interessante da Farmacologia de gênero parece ser a ideia de uma coprodução entre os aspectos biológicos e fatores culturais, ambientais e sociais, reconhecidos capazes de influenciar e modificar nossos genes. A definição de gênero aqui aportada compreende não só a cultura, mas a interação complexa e constante entre genoma e ambiente.

Introduzimos, porém, aqui uma questão epistemológica relativa às possíveis consequências prático-teóricas da farmacologia de gênero: além de reivindicar uma situação de paridade no campo da saúde, esta perspectiva não corre o risco de reforçar e de reproduzir um discurso sobre a diferença sexual e sobre seu suposto enraizamento em uma bicategorização biológica-ambiental dos corpos e dos sexos? Este parece ser o risco de muitas das pesquisas que reivindicam a paridade nas experimentações, tanto com animais como com seres humanos, como no caso do estudo de Annalise Beery e Irving Zucker (2010). Ao denunciar o caráter normativo que o corpo masculino tem nos modelos das Ciências Biomédicas, esses autores parecem vincular diferenças compor-

tamentais e de desempenho nos experimentos a um modelo sexualmente dimórfico, baseado nas estruturas neuro-anatômicas dos dois grupos de indivíduos. (BEERY; ZUCKER, 2011, p. 5)

O sexo/gênero não é, porém, o único elemento a ser levado em conta na perspectiva da Farmacologia de gênero, pois ele encontra-se profundamente interconectado com a idade, o peso e outros fatores individuais que contribuem para determinar o efeito dos fármacos sobre nossos organismos. Neste sentido, entendemos que a diferença de gênero não se torna um elemento fixo e absoluto, mas um fator plural que se ramifica na multiplicidade das mulheres e suas diferentes condições.

Farmacologias de gênero no contexto brasileiro

Existe uma Farmacologia de gênero no Brasil? A maioria das minhas informantes considera que não existe uma área específica de Farmacologia de gênero no Brasil, mas que essa temática é recorrente e transversal, pois é importante analisar os diferentes efeitos de fármacos e substâncias não somente entre pessoas jovens e idosas, mas também entre homens e mulheres. Embora não seja abordada de maneira direta, a categoria gênero está de alguma forma presente em muitas das pesquisas desenvolvidas no campo brasileiro da Farmacologia. Uma subárea como a farmacologia cardiovascular, por exemplo, não pode ignorar esse tipo de abordagem, como me explica uma das minhas entrevistadas:

Eu mesma tive este interesse, embora meu foco fosse mais na relação com a idade da mulher e como variava o comportamento em relação à variação de hormônios, andrógino e estrogênio. Então várias pessoas fazem estes tipos de pesquisa... não sei se como uma linha única, mas em algum momento acabaram passando por este assunto, pois é um assunto importante. Na área de cardiovascular, que é a área em que eu trabalho, esse foi um assunto que a gente tinha que tratar.

Segundo essa pesquisadora, a farmacologia cardiovascular seria mais sensível a essas temáticas, em particular, por conta do estudo do fenômeno da hipertensão primária cuja incidência é muito diferente em homens e mulheres, e da eclâmpsia, uma forma de hipertensão cujas causas são desconhecidas, mas que afeta de forma muito perigosa as mulheres durante a gravidez.

Porém, a preocupação com a saúde das mulheres não seria, nas palavras dela, central e poucas são as pessoas, nas pesquisas da área biomédica, a lidar com temáticas de gênero:

Mesmo o pessoal da ginecologia e obstetrícia, poucos são aqueles que tem este enfoque na saúde das mulheres, mesmo trabalhando com as mulheres. É interessante isso. Eles são mais interessados nas técnicas, como fazer isso ou aquilo do que nas mulheres. Pelo que posso pensar e tentar lembrar, acho que não há nenhum grupo nas ciências básicas que esteja trabalhando sob esta ótica. A ótica é outra [...] pode passar por aí, mas a motivação foi outra [...]

Talvez, as novas gerações de farmacólogas que estão agora se formando no doutorado estejam mais atentas às implicações de gênero, como afirma outra informante, ginecologista e farmacóloga, que está desenvolvendo um doutorado entre a Universidade do Pará (UFPA) e a UFRGS. Na sua fala, ela identifica seu trabalho como prioritariamente voltado para as mulheres e para melhorar a vida delas, em particular no momento do climatério. Especialmente agora que as expectativas de vida são maiores, em particular para as mulheres, estas viverão, durante vários anos, na fase não reprodutiva e terão que enfrentar os sintomas que a caracterizam. Melhorar as condições de vida das mulheres implicaria, então, levar em conta o que, nos termos da farmacologia de gênero, foi definido como o “paradoxo da mulher” (FRANCONI; MONTILLA; VELLA, 2010, p. 17): maior longevidade nem sempre é para ela sinônimo de vida saudável.

Os dados obtidos permitem concluir provisoriamente que, de uma forma ou de outra, a noção de gênero atravessa muitas das pesquisas conduzidas na área de Farmacologia no Brasil. Na maioria dos casos, porém, esse conceito não forma parte de uma reflexão temática específica. Durante nossas idas a campo, assistimos algumas defesas de dissertações de mestrado nas quais as implicações de gênero estavam presentes, embora fundamentadas em experimentações com animais. Alguns dos laboratórios visitados realizam experimentos com ratos, machos e fêmeas, estudando o diferente desempenho desses dois grupos de animais. Inscritas no quadro teórico das neurociências, a maioria das pesquisas apresentadas entendiam o gênero como uma categoria naturalizada, dependente da esfera biológica e do quadro teórico da explicação em termos de estímulos e respostas. O modelo das neurociências constitui uma referência fundamental para algumas das subáreas farmacológicas, como a neurofarmacologia e a neuropsicofarmacologia, desenvolvidas principalmente nos polos considerados de excelência do país.

Conclusões

Destacamos, neste texto, o recente desenvolvimento de uma Farmacologia de gênero enquanto exemplo de um sistema de co-produção entre conhecimentos científicos e percepções sobre gênero, voltado para melhorar as condições de saúde das mulheres e para contestar uma visão neutra das práticas médicas que tendem a ocultar a reprodução das desigualdades de gênero nas políticas sanitárias. Embora a entrada de um número considerável de mulheres na área das Ciências Farmacológicas e Biomédicas não implique necessariamente uma postura feminista — consideração à qual nos levam nossas observações de campo —, esse fenômeno começa a despertar a nova consciência de que a falta de mulhe-

res nos testes clínicos e a chamada “cegueira de gênero” na pesquisa farmacológica constituem um limite ao desenvolvimento do conhecimento sobre nossos corpos e sobre a complexidade da prática clínica.

Por outro lado, se como destacam Flavia Franconi, Simona Montilla e Stefano Vella (2010), é hoje necessário declinar nossos órgãos – coração, cérebro, fígado e pulmão – tanto no masculino quanto no feminino. Parece-nos também necessário, seguindo a bióloga feminista Anne Fausto-Sterling (2000), sair de uma visão rigorosamente dicotômica da diferença sexual para abrir o campo das Ciências Biomédicas a uma pluralidade de possibilidades sexuais e de vivências de gênero. Somente neste caso, estaremos em condição de dar conta da complexidade humana e de tornar as práticas médicas menos normativas e normalizadoras. Ou seja, em conclusão, constatamos que a contestação da posição *gender blinded* no campo das políticas sanitárias é com certeza uma aquisição fundamental, mas ela não pode se traduzir na simples afirmação de uma rígida bicategorização dos sexos/gêneros, sob pena de se tornar uma nova forma de determinação normalizadora e fixa das práticas médicas e farmacológicas.

Referências

BEERY, A.; ZUCKER, I. Males still dominate animals studies. *Nature*, [S.l.], v. 465, n. 7299, p. 690, June 2010.

BEERY, A.; ZUCKER, I. Sex bias in neuroscience and biomedical research. *Neuroscience and Biobehavioural Reviews*, v. 35, n. 3, p. 565–572, Jan. 2011.

FAUSTO-STERLING, A. *Corps en tous genres: la dualité des sexes à l'épreuve de la science*. Paris: La Découverte, 2012.

FRANCONI, F.; CAMPESI, I. Farmacologia di genere, *Medicina di genere*, [2008?]. Disponível em: <http://www.simg.it/Documenti/Rivista/2008/03_2008/10.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

FRANCONI, F. MONTILLA, S.; VELLA, S. *Farmacologia di genere*. Torino: SEEd Srl , 2010.

FRULLINI, A. R. Flavia Franconi: storia e prospettive della farmacologia di genere. *Federazione Nazionale degli Ordini dei Medici Chirurghi e degli Odontoiatri*, c2012. Disponível em: <<http://www.fnomceo.it/fnomceo/showArticolo.2puntOT?id=80018>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

KRAUS, C. La bicatégorisation par sexe à l'épreuve de la science: le cas des recherches en biologie sur la détermination du sexe chez les humains. In: GARDEY, D.; LOWY, I. (Org.). *L'invention du naturel: les sciences et la fabrication du féminin et du masculin*. Paris: Archives Contemporaines, p. 2000, p. 187-213.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, S. Rethinking stand-point epistemology: what is strong objectivity. In: ALCOFF, L.; POTTER, E. *Feminist epistemologies*. New York: Routledge, 1993.

LÖWY, I. Universalité de la science et connaissance situées, In: GARDEY, D.; LOWY, I. (Ed.). *L'invention du naturel: les sciences et La fabrication Du féminin et du masculin*. Paris: Archives Contemporaines, 2000. p. 137-150.

LOCK, M. *Encounters with aging: mythologies of menopause in Japan and North America*. Berkeley: University of California Press, 1993.

OUDSHOORN, N. Au sujet des corps, des techniques et des féminismes. IN: GARDEY, D.; LOWY, I. (Ed.). *L'invention du naturel: les sciences et la fabrication du féminin et du masculin*. Paris: Archives contemporaines, 2000. p. 31-44.

SOCIOLOGIA, FEMINISMOS E *DALIT STUDIES* *o novo campo da Sociologia na Índia*

Vinicius Kauê Ferreira¹

Uma tarefa importante para a reflexão feminista sobre a Ciência envolveria avançar na análise do processo de formação de correntes de pensamento — ou, em um sentido mais amplo, de comunidades de discurso — outras que o próprio feminismo. Um projeto como esse seria, sem dúvidas, uma contribuição importante para lançar as bases de compreensão de como outras correntes e disciplinas têm adquirido novos contornos através de reflexões realizadas há décadas pelo campo feminista. Tal exercício teria o efeito de acordar a esse último um reconhecimento que ainda lhe é devido fora dos círculos do feminismo. Parece ainda pouco consensual afirmar que a crítica feminista à Ciência no sé-



1 Este artigo sintetiza os resultados de minha pesquisa de mestrado em Antropologia Social na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris, realizado no período 2011-2013 com o apoio do Conseil Régional d'Ile-de-France na forma de uma bolsa de pesquisa. Durante o período de escrita deste texto, estive vinculado ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades da Universidade Federal de Santa Catarina, através de bolsa concedida pelo CNPq, o que me possibilitou as condições materiais e acadêmicas necessárias para a sistematização dessas reflexões.

culo XX influenciou — além dos estudos sobre mulheres, relações de gênero ou sexualidades — a reformulação de fundamentos importantes de várias disciplinas e correntes teóricas. Se é verdade que essa afirmação pode soar como um truísmo junto à comunidade de estudos feministas, o mesmo não parece ser verdade para outras áreas que lidam com temas também caros aos estudos feministas, como os estudos sobre raça e classe e mesmo disciplinas como a Antropologia, a História, a Literatura e a Filosofia. No interior de cada uma delas, não é raro encontrarmos certa reação conservadora em relação à reflexão acadêmica feminista.

Neste artigo, tentarei aportar uma modesta contribuição para essa tarefa que evoquei inicialmente. Para isso, abordarei um debate mais ou menos recente da Sociologia indiana do qual o feminismo foi ator importante, a saber: a partir dos anos 1990, o desenvolvimento do feminismo passou a ser apontado como uma das razões do que se convencionou chamar de “crise” da Sociologia indiana, para, em seguida, tornar-se proponente de novas perspectivas para aquela disciplina como um todo. Dito de outro modo, explorarei, através de um debate específico, mas representativo, o modo como os feminismos acadêmicos indianos ocuparam um papel central para o ensino e a prática da Sociologia daquele país a partir dos anos 1990, participando de debates em torno do que foi denominado a “crise” da disciplina.

A expansão dos anos 1970 – ou: como instalar uma “crise”

Se é verdade que as histórias tanto da Sociologia quanto do feminismo na Índia são relativamente antigas, é verdade também que a articulação entre ambas no contexto acadêmico é mais ou menos recente. Infelizmente, não será possível desenvolver aqui uma apresentação suficientemente justa à rica história desses dois

campos nesse país, senão apenas o necessário para avançar certos debates centrais para este texto, evitando é claro alguma simplificação excessiva.

O início do movimento feminista na Índia pode ser diferentemente datado, de acordo com as diferentes compreensões do que seja o seu marco fundador. Para algumas autoras, as primeiras líderes feministas indianas datam do fim do século XIX, com figuras como Tarabai Shinde (O'HANLON, 2004) e Roushan Janan (HOS-SAIN, 2004), entre outras. Esses escritos encontram-se reunidos em obra organizada por Maitrayee Chaudhuri (2004), que aborda as articulações moderna e contemporânea dos movimentos feministas. Por outro lado, uma bibliografia significativa dedica-se a escritos ainda mais antigos deixados por mulheres preocupadas com a problemática da diferença sexual e dos direitos associados a essa divisão. (THARU; LALITHA, 1993) Nesse sentido, cito especialmente os trabalhos de Vidyut Bhagwat sobre mulheres líderes do movimento religioso bhakti, entre os séculos XIII e XVII, na região do Maharashtra. (BHAGWAT, 2012) Descrevo esse pequeno elenco de trabalhos apenas para sublinhar que o feminismo na Índia, ou espasmos críticos que se aproximam muito do que mais tarde se tornaria esse campo organizado de lutas, pode ser tão antigo quanto a própria história do subcontinente, a depender das interpretações mobilizadas.

Já no que tange à Sociologia, as histórias de criação da sua primeira cadeira na Índia, na década de 1910, conduzem-nos por trajetórias pessoais e institucionais tão eivadas de nuances, reverses e particularidades quanto são aquelas que acompanham a fundação da disciplina em qualquer contexto nacional. Contudo, abordar extensivamente esse processo não é meu objetivo aqui, senão apenas o necessário para contextualizar a entrada tardia, mas determinante do debate feminista nesse campo. Para isso, é suficiente dizer que a institucionalização da Sociologia na Índia remonta

a 1919-1920, com a fundação do Departamento de Sociologia e Educação Cívica da Universidade de Bombay (atual Mumbai), sob a ordem do vice-rei da Índia, Lord Willingdon, então representante da coroa britânica naquela que era a mais importante colônia do império regido pela dinastia Windsor.

O fato de a Sociologia nunca ter dado à coroa a sustentação antirrevolucionária esperada, tendo se convertido mesmo em um espaço de debate sobre os anseios de um povo que queria se tornar independente da Inglaterra, é algo que caracteriza o seu nascimento; mas neste capítulo tratarei de outro aspecto da disciplina. O que nos interessa aqui é o fato de nessas primeiras décadas, entre os anos 1920 e 1970, a comunidade sociológica da Índia ser composta fundamentalmente por homens brâmanes², um duplo significativo importante. Grande parte deles possuía uma formação dita “ocidentalizada” (chamados de *westernized intellectuals*), tendo estudado em escolas anglófonas e sendo familiarizados desde muito jovens com a língua e a literatura inglesa.

As implicações dessa configuração sobre a própria produção sociológica têm sido fonte de controvérsias, mas uma produção contemporânea tem se mostrado bastante sensível e eficaz nesse debate. Acerca da identidade de casta, certas(os) autoras(es) argumentam que o campo orientalista do final do século XIX soube se articular com uma tradição filosófica e religiosa brâmane na construção de uma Ciência da “sociedade indiana”, na qual uma interpretação brâmane do hinduísmo emerge como o símbolo oficial da cultura dessa “grande nação” nascente, privilegiando certos sujeitos na construção de um imaginário nacional. (UPADHYA, 2007, p. 213) De fato, na interface entre a Sociologia e



2 O termo “brâmane” refere-se ao *varna* (casta) mais elevado dentro do sistema de castas. De acordo com as versões canônicas da tradição escrita dos antigos textos védicos (1500-500 a.C.), os brâmanes são a casta responsável pelo estudo e transmissão do conhecimento contido nesses textos sagrados, pela realização dos rituais neles descritos e pela escrita de poemas e cantos, sendo essas práticas proibidas às mulheres e às castas mais baixas, como os *sudras*.

a Antropologia, raríssimas são as etnografias sobre as castas mais baixas, “intocáveis”³ e mulheres até os anos 1980 — sendo que entre as poucas existentes a sua maioria foi desenvolvida por pesquisadoras(es) estrangeiras(os).

Os primeiros passos na mudança desse panorama seriam dados nos anos que se seguiram à independência da Índia, que data de 1947, com uma expansão importante do sistema universitário do país. A partir dos anos 1950, novas universidades regionais e departamentos de Sociologia são fundados, espalhando-se através do subcontinente. Essa ampliação é seguida, sobretudo a partir do fim dos anos 1980, de políticas sociais de inclusão no sistema universitário dos grupos mais estigmatizados da sociedade indiana, ampliando-se o acesso a um número importante de jovens de baixas castas, *dalits* e *Adivasis*⁴. Com isso, uma reconfiguração sem precedentes se opera também no plano linguístico, notadamente a substituição do inglês como língua de ensino em benefício das línguas regionais oficiais de cada estado do país⁵. Essa transição iniciou-se nas universidades regionais, mas logo tomou também os departamentos de algumas universidades de posição mais central. Ela estava associada, com efeito, ao perfil daquelas(es) novas(os) estudantes que, em grande parte, não dominavam a língua inglesa por não terem tido uma formação em escolas anglófonas, como era o caso daquelas(es) jovens de castas mais elevadas. Tudo isso



- 3 O termo “intocáveis” designa grupos formalmente excluídos do sistema de castas, apesar de comporem sua dinâmica na prática, o que lhes confere uma posição simbólica extremamente marginalizada e estigmatizante. Atualmente, a “intocabilidade” é proibida, e mesmo esse termo tem sido substituído por *dalits*. Esse último foi cunhado no seio de movimentos sociais do norte da Índia e tem sido cada vez mais utilizado no debate nacional e internacional para se referir a esses grupos.
- 4 O termo *Adivasi* faz referência aos ditos « povos tribais » considerados como grupos nativos do subcontinente que não compõem o sistema de castas ou que não são vistos como integrantes do povo hindu. O termo *Adivasi* – assim como o termo *dalit* para os antigos “intocáveis” – é um termo cunhado contemporaneamente no seio de movimentos sociais que lutam por acesso aos serviços públicos e políticas sociais destinadas àqueles grupos mais estigmatizados.
- 5 O governo central reconhece 23 línguas oficiais, além de outras línguas que são reconhecidas na esfera dos estados.

pesado, muito mais que uma expansão, a disciplina como um todo passava a apresentar um novo *ethos*, mais próximo dos debates e experiências regionais e das baixas castas. E essas transformações não se dariam sem uma reação veemente por parte da Sociologia estabelecida.

A partir de 1970, uma série de artigos passa a ser publicada em revistas importantes discutindo a expansão da formação em Sociologia, as cotas para as castas mais baixas e o crescimento de línguas regionais nesse processo. A revista *Sociological Bulletin*, da Indian Sociological Society (ISS), vê em seu número XIX, de 1970, o início de um debate que se estenderia por toda aquela década. Em artigo intitulado “Teaching of Sociology through the regional language”⁶ Neera Desai e Sudha Gogate dão os primeiros passos na tentativa de enfrentar os desafios impostos por essa expansão. Em suma, ao longo de seu artigo, Desai e Gogate (1970, p. 61) afirmam que é um dever da comunidade disciplinar unir-se na construção de condições adequadas de ensino e prática de pesquisa nas universidades nascentes. Para isso, impor-se-ia a redação de uma bibliografia adequada para o ensino nas línguas regionais, visando à tradução de obras de referência e a consolidação de um repertório conceitual preciso e comum a cada uma dessas línguas locais. Ainda, segundo elas, apesar da importância inegável do conhecimento do inglês, sua supremacia como língua científica seria o resultado de uma hierarquia histórica representativa da manutenção tardia de uma ordem de prestígio entre a anglofonia e as línguas regionais. Dito de outro modo, uma questão de “colonialismo interno”, dificultando toda prática suscetível de “enraizar a sociologia na Índia”.

É importante sublinhar que essas duas professoras, pioneiras dos estudos de gênero na Índia, eram filiadas ao Shreemati Na-



6 “Ensino de Sociologia através de língua regional”.

thibai Damodar Thackerey Women's University, que dispensava cursos em gujarati desde 1916; e ao longo deste capítulo, tentarei deixar claro quão significativo é o fato de esse debate, urgente, mas marginalizado, ter sido proposto por pesquisadoras(es) que encarnam o cruzamento entre os estudos de gênero e o trabalho intelectual em uma instituição regional, portanto, marginalizada. Explorando brevemente essa controvérsia, veremos que, entre a tomada dessa questão enquanto problema produtivo de um lado e a angústia pessimista e paralisante de outro, há uma linha mais ou menos clara que delimita novos contornos entre os emergentes estudos de gênero e uma Sociologia estabelecida.

Conforme dito acima, o artigo de Desai e Gogate representa muito bem uma controvérsia que ganha corpo a partir de 1970. Entre 1973 e 1974, podemos ver o avanço desse debate, sempre na revista *Sociological bulletin*, através de artigos de pesquisadoras(es) renomadas(os) de instituições de prestígio nacional, como a Universidade de Delhi, que passam a ensaiar uma onda de críticas à expansão da Sociologia, à entrada de jovens através dos sistemas de cotas e ao uso das línguas regionais. Srinivas e Panini (1973) argumentam que com a facilitação do acesso ao ensino superior, jovens menos preparadas(os) estariam integrando as formações de Sociologia simplesmente por se tratar de um curso menos concorrido que outros mais prestigiosos, o que, por sua vez, estaria gerando uma queda na qualidade da produção do campo. André Béteille (1973) junta-se a Srinivas e Panini para lamentar que, além de estudantes mal preparadas(os), a ampliação dos cursos universitários não estaria sendo acompanhada dos devidos investimentos. Mas será T. N. Madan (1974) que trará a público de modo mais contundente uma série de argumentos que sempre permaneceram como pano de fundo do debate em questão.

Como Srinivas e Panini (1973) e Béteille (1973), Madan (1974) considera que uma lógica de privilégio dos números sobre a qua-

lidade provocaria uma reprodução da “mediocridade” nos departamentos, inclusive naqueles mais prestigiosos. Ele mostra-se preocupado com o “nível dos estudantes” que passam a acessar os cursos de formação em Sociologia, sustentando que seriam elas(es) jovens interessadas(os) apenas na obtenção de um diploma universitário qualquer. Finalmente, ele lamenta o ensino e a produção nas línguas regionais, vendo nesse processo uma via sem volta para a criação de universidades “provincializadas”, na medida em que doravante mesmo a circulação de estudantes e pesquisadoras(es) entre as diferentes regiões do país tornar-se-ia impraticável.

É preciso deixar claro que essa posição não é anedótica ou restrita a poucas(os) pesquisadoras(es), mas antes compartilhada por uma grande parte da comunidade sociológica da época, sobretudo de universidades mais reconhecidas, e está presente em artigos publicados nas mais importantes revistas. Ainda em 1977, um novo artigo publicado em *Sociological Bulletin*, de autoria de S. V. V. Rao e C. R. P. Rao, introduziria um termo extremamente importante para esse debate. Aos olhos dos autores, a Sociologia indiana passaria por um momento de “crise”. Nesse artigo, “mediocridade”, “provincialismo” e “dependência intelectual” formam uma constelação de problemas com os quais a comunidade sociológica deveria se deparar, sobretudo na figura da Indian Sociological Society.

Poderíamos nos prolongar nesse debate através de muitos outros números dessa mesma revista, ou de outras publicações ainda, mas o importante aqui é apreendermos que esse momento da Sociologia na Índia é marcado pelo que Sharmila Rege (2011) classifica como uma “angústia” (*anxiety*). Nesse quadro, a expansão e a transformação do perfil do campo seriam vistas através das lentes de uma sorte de pânico moral que dissemina uma ideia fatalista sobre o futuro da disciplina. Os jovens de baixas castas tornam-se assim grupos “residuais” que chegaram à Sociologia

sem qualquer interesse intelectual genuíno e que representariam a derrocada da disciplina, uma ideia muito clara nesse outro trecho de artigo supracitado de T. N. Madan (1974, p. 115): “A noção de que a educação superior é de algum modo um tipo de direito fundamental é perigosa e representa um desastre”.

Raras são as vozes que naquele momento associam a expansão do público da Sociologia à democratização, muito menos à renovação do campo. Rege (2011) sustenta que essa postura apenas reflete as hierarquias mantidas por grupos urbanos, de classe média e de altas castas, como aquelas ligando nação/região, inglês/línguas regionais e instituições regionais/nacionais. Do seu ponto de vista, isso poderia ser explicado pela articulação de dois níveis: por um lado, em termos de “localização sociopolítica” dessas/es pesquisadoras(es); e, por outro lado, da “localização epistêmica” da disciplina. Dito de outro modo, é preciso considerar que a metamorfose de binarismos coloniais, como Oriente/Ocidente em tradição/modernidade, bem como a assunção do Estado-nação como princípio organizador do conhecimento sociológico, tiveram implicações diretas nesse debate.

A “crise” dos anos 1990 – ou: como ir além da “crise”

O sentimento de crise continua assombrando a disciplina ao longo de toda a década de 1980, com o aprofundamento da expansão do ensino superior e das transformações no plano de sua composição e transmissão. Contudo, nenhum novo elemento apresenta-se à polêmica até os anos 1990, quando da publicação de um artigo que representa uma significativa redefinição dos seus termos. Em junho de 1993, Veena Das, uma das mais reconhecidas sociólogas indianas, então professora da Universidade de Delhi, publica o artigo intitulado “Sociological research in India: the

da língua regional, do novo perfil de estudantes e, sobretudo, dos paradigmas teóricos que nascem dessa intersecção.

Em sua argumentação, a autora se coloca em acordo com Giri (1993) quanto à construção de uma comunidade de discurso mais integrada, simétrica e articulada entre os níveis regional e nacional. Ela se coloca ao lado de Deshpande (2004) também ao sustentar que a falta de inovação disciplinar é antes um sinal de incompetência coletiva, muito mais que culpa de certos grupos entrantes na comunidade acadêmica. Para ela, uma verdadeira renovação teórica exigiria uma análise séria dos programas de ensino, das práticas pedagógicas e das respostas colocadas pela comunidade disciplinar face aos seus desafios internos (o “metropolitanismo” e a aridez teórica) e externos (a expansão do sistema universitário e a ampliação de seu acesso).

Rege (1994) denuncia também a esterilidade da bibliografia de referência destinada à formação de jovens, visto que aquela consistiria fundamentalmente em *best-sellers* acadêmicos estadunidenses completamente alheios à experiência cotidiana e acadêmica das(os) estudantes indianas(os). Esses livros não fariam mais do que reproduzir uma visão de mundo característica de certa classe média urbana dos Estados Unidos, baseada em formulações excessivamente abstratas e estereotípicas. Essas obras não abordariam, por exemplo, a casta e o matrimônio como espaços de conflito e transformações, senão como um sistema rígido e a-histórico, naturalizando assim condições históricas de dominação. Ainda, mesmo entre os materiais mais críticos, a ideia de “nativização da teoria” (*indigenization of theory*) jamais passava de formulações vagas e desconexas. Aqui, a questão da tradução de material bibliográfico para as diversas línguas indianas se impõe como tarefa urgente.

É nesse contexto que Rege (1994) apresenta os estudos de gênero como via alternativa à ausência de parâmetros adequados

à formação das novas gerações de sociólogas(os) na Índia. Como proposta, Rege não reclama uma maior centralidade para os estudos sobre mulheres ou relações de gênero simplesmente, senão uma nova concepção de prática teórica e pedagógica, coerente com o projeto feminista de conhecimento, suscetível de mobilizar novos imaginários.

As pedagogias feministas legitimam a experiência pessoal, reconhecem que tanto professoras(es) quanto alunas(os) trazem “textos” próprios a ambos para a sala de aula e que “vocabulários compartilhados” não são “dados de antemão” e que precisam ser desenvolvidos.

Essa não é uma experiência fácil, na medida em que ela nos desloca de posições de autoridade para posições de vulnerabilidade, mas é certamente fortalecedora por transgredir os limites entre afetividade e intelectualidade. Capacidade de autorreflexão e ímpeto crítico não podem ser impostos de cima, elas devem sim estar enraizadas em uma práxis consciente em sala de aula. (REGE, 1994, p. 1156, tradução nossa)

O artigo de Rege (1994) abre uma nova via pela qual a controvérsia será conduzida a partir de então. Se entre os anos 1930 e 1960 a análise dos textos védicos (para escolas como a de Lucknow) e das aldeias (para escolas ligadas ao departamento de Delhi) emergem como fontes de inspiração para uma Sociologia pretensamente original e coerente com “a tradição filosófica indiana” (e as aspas são importantes para colocarmos em questão a existência dessa grande tradição), vemos que após a “crise” dos anos 1970-1980, essa inspiração intelectual se voltará para as experiências de novos sujeitos que compõem o campo da Sociologia. Importante, essa virada é catalisada pelo modo como a reflexão feminista apropria-se e teoriza essas experiências de sala de aula, de transmissão de saberes, sendo precisamente a dupla positivação do caráter politizado do conhecimento e da experiência como

“texto” o caminho construído para a transformação da “Sociologia em crise” em uma “comunidade de discurso”.

Mas, certamente, essas proposições de Rege não seriam sem respostas. A partir de 1995, uma série de artigos sobre a centralidade dos estudos de gênero na renovação da Sociologia — ou, termo preferido por alguns, sobre a “feminização” da Sociologia — se fazem presentes em *Economic and political weekly* (EPW). Com efeito, as ideias iniciais de Veena Das sobre as raízes da crise já não ressoam com a mesma força, mas o sentimento de “crise” persiste e a controvérsia em torno da aridez teórica da disciplina mantém-se; entretanto, os termos do debate mudam progressivamente⁹.

Nesse sentido, a contribuição de Dipankar Gupta (1995) produz um efeito importante para a polêmica. Em março de 1995, ele publica na EPW o artigo intitulado “Feminification of theory”,¹⁰ onde, empregando um tom extremamente ácido, ele culpa o feminismo por ter se tornado o veículo privilegiado de disseminação da reflexão pós-moderna e pela decadência do marxismo — e da Sociologia. Aos olhos de Gupta, esse caminho rumo ao feminismo pós-moderno representaria o desprezo pela teoria — visto que o desconstrutivismo pós-moderno acarretaria na crítica a grandes sistemas explicativos e da intersubjetividade, pois um “identitarismo” intrínseco ao feminismo sustentaria, por exemplo, que somente as mulheres podem falar sobre as mulheres. Ainda, essa perda de princípios científicos fundamentais tomaria forma em benefício de uma “feminificação” (que ele difere



9 Ainda sobre essa discussão, cito outro artigo de Sharmila Rege, intitulado “Institutional alliance between sociology and gender studies: story of the crocodile and monkey”, publicado em outubro de 1997 em EPW. Trata-se de uma extensão do debate em questão, na qual não chegaremos neste artigo, tendo em vista que ele se estende até ainda hoje e optamos por explorar mais detidamente o seu início apenas.

10 “Feminificação da teoria”.

de uma “femininização”¹¹) da academia. Para ele, a conjunção de feminismo e pós-modernismo resultaria no processo de exclusão tanto de homens (mesmo aqueles que se declarassem feministas) quanto de mulheres que não se inscrevessem em certa perspectiva feminista supostamente dominante.

Assim, o artigo de Gupta (1995) dá continuidade nas páginas de EPW à controvérsia sobre a “crise” iniciada por Das, dessa vez tendo o feminismo acadêmico como mote. Esse embate durará vários meses, tendo um grande número de respostas, publicadas quase que semanalmente, majoritariamente opostas às, e tão ácidas quanto, acusações tecidas por Gupta. (HAIDER, 1995; JOHN, 1995; KARLEKAR, 1995; THAPAN, 1995) As autoras que o sucedem sustentam que ele buscaria desqualificar a reflexão feminista através de caricaturas e estereótipos, descontextualização e distorção de teorias e, finalmente, abuso de má fé na retórica que sustenta seus argumentos. Nesse contexto, um debate teórico toma lugar respondendo pontualmente às considerações de Gupta sobre as práticas e epistemologias feministas e as articulações dessas com o pós-modernismo e o marxismo. Enquanto Mary John (1995) argumenta que Gupta não compreende – ou distorce – a fala de autoras que ele cita, Haider (1995) complexifica o debate epistemológico, sendo que ambas tecem análises bastante qualificadas sobre a noção de *écriture féminine* e a concepção de objetividade e intersubjetividade na obra de filósofas estadunidenses da Ciência como Sandra Harding, além de discutir a apropriação da psicanálise lacaniana pelos movimentos feministas em diversas partes do mundo.

Em todo caso, as leituras estão invariavelmente acompanhadas de uma troca sistemática de ofensas: Gupta toma feministas



11 Os termos em inglês são, respectivamente, *feminciation* e *feminisation*. A tradução, sobretudo do primeiro termo, não encontra equivalente no português, sendo provavelmente um neologismo mesmo em inglês. Por essa razão, decidi manter o aspecto de neologismo em português, com toda a ironia que o termo tal qual parece sugerir.

lações sarcásticas a respeito do feminismo são representativas de uma forte resistência que, até então, era expressa somente nos comentários maldosos de corredores e de salas de aula. O autor mostra muito bem como, naquele momento, as intelectuais feministas eram sujeitas passíveis de um sarcasmo muito provavelmente inaceitável a qualquer grupo de intelectuais já estabelecidas(os).

Do mesmo modo, Meenakshi Thapan (1995) publica um artigo poucas semanas depois a fim de pontuar os equívocos de Gupta a respeito de pressupostos fundamentais do feminismo, bem como da leitura que ele faz de diversas autoras. Se, aos olhos de Thapan (1995, p. 1399), Gupta é alguém “que sabe como se conta uma história”, ele é também alguém que não se dedica suficientemente ao estudo daquilo sobre o qual fala. Enquanto socióloga da educação preocupada com a construção dos corpos e das corporalidades, a teórica inicia mostrando como a compreensão de Gupta sobre os estudos feministas a respeito dos corpos é fundamentada em essencialismos justamente criticados por grande parte do feminismo. Em seguida, ela encerra questionando a noção de que o privilégio da voz feminina nos estudos feministas significaria um completo “subjetivismo” e, portanto, a decadência de toda possibilidade de discurso científico objetivo. Nesse sentido, Thapan se questiona se o argumento de Gupta serviria também para os estudos antropológicos desenvolvidos por décadas por homens nos quais apenas a voz de informantes masculinos é relevada. Esse paralelo busca argumentar que todo campo de saber – seja ele feminista, pós-moderno ou marxista – deve estar fundamentado na relação intersubjetiva necessária ao diálogo e à compreensão de qualquer fenômeno.

políticos e identitários. Muito mais que um encerramento em si, o feminismo *dalit* em sua “corporização” do conhecimento (um conhecimento que acorda o mesmo valor a toda experiência na construção de todo saber), revela-se uma abertura a muitos marcadores sociais comuns à sociedade indiana.

O ponto de vista *dalit* que emerge de práticas e lutas das mulheres *dalit*, nós reconhecemos, deve aparecer nos trabalhos de intelectuais feministas *dalits*, mas não pode prosperar isolado de experiências e de ideias de outros grupos. Ele deve ainda se formar a respeito das histórias, relações sociais privilegiadas, utopias e lutas de todas/os as/os marginalizadas/os [...] Com isso, nós não afirmamos que as feministas não *dalits* podem ‘falar como’ ou ‘no lugar’ das mulheres *dalits*, mas que elas podem se ‘reinventar elas mesmas como feministas *dalits*’. Essa posição, portanto, previne a via estreita da ‘autenticidade’ baseada na experiência direta e as ‘identidades políticas’ estreitas. Para muitas de nós, feministas não *dalits*, tal ponto de vista é ainda mais emancipador na medida em que ele recusa de maneira mais completa as relações de dominação às quais nós temos participado (isto é, nós contestamos então o aspecto bramânico e de classe média do feminismo clássico). Então, adotar a perspectiva do feminismo *dalit* significa às vezes, perder, mas às vezes revisar, a ‘voz’ que nós, enquanto feministas, conquistamos nos anos 1980. Esse processo, nós acreditamos, é aquele que transforma feministas individuais em sujeitas coletivas e de oposição (REGE, 1998, p. 45, tradução nossa)

Novas legitimidades, epistemologias e historiografias

Essa longa passagem nos permite compreender dois aspectos essenciais de um processo que vai da democratização do acesso ao ensino superior no período pós-independência à realocação do prestígio acadêmico nos anos 1990. Mais importante ainda, essa passagem é muito expressiva de processos de legitimação de

novos discursos: por um lado, ele explicita novos sujeitos, teorias e pedagogias que se impõem no campo sociológico como um todo, estando representados pela articulação entre a crítica feminista e a crítica *dalit*; por outro lado, ela mostra a complexidade — muito além de qualquer essencialismo ou simplificação — dos arranjos entre esses novos discursos que passam a influenciar a produção teórica da disciplina. Entre as diversas correntes dos movimentos *dalits* (seja aquelas protagonizadas por figuras masculinas, seja os movimentos *dalits* de mulheres) e as variantes da práxis feminista (seja um feminismo urbano de classe média, seja o feminismo *dalit* ou outros ainda) que se desenvolve na Índia, podemos identificar certas conjunções que estão bem expressas no debate que se desenvolveu nessas revistas. É certo que aquilo que apresento aqui é uma leitura própria, excessivamente concisa e muito restrita de problemáticas muito mais complexas, antigas e amplas, mas essa abordagem nos ajuda a acompanhar um processo muito controverso de consolidação do feminismo na academia indiana e, mais do que isso, de reformulação da Sociologia naquele país.

É durante os anos 1990 que novas correntes começam a emergir enquanto tais, ensaiando seus primeiros passos na construção de projetos epistêmicos próprios e diretamente resultantes dessas duas décadas de intensa controvérsia. Trata-se, acima de tudo, de disputas por legitimidades no interior de um campo, que serão em grande medida questionadas e complexificadas pelo debate feminista. É assim que movimentos como os *dalit studies* (KUMAR, A.; KUMAR, S., 2005), a Sociologia *dalit* (KUMAR, 2005) e a perspectiva não-brãmãne (DAHIWALE, 2005) poderão se consolidar progressivamente nos anos 2000, viabilizando mesmo a construção de uma nova historiografia da disciplina. (CHAUDHURI, 2010; PATEL, 2011) Todos esses novos movimentos, profundamente influenciados pela reflexão feminista dos anos 1980-1990, buscam uma incorporação de novos sujeitos e experiências na construção

de novas epistemes, de novas concepções sobre as condições fundamentais da produção de conhecimento sociológico.

A produção que resulta desses projetos coletivos é a mais diversa possível, oscilando entre posições mais críticas sobre a noção de “diferença” e “legitimidade da fala” — como é o caso dos textos de Sharmila Rege citados acima, mas também de Sujata Patel (2006) e Shiv Visvanathan (2008) — e posições classificadas como “identitaristas”, ou seja, fundadas sobre a busca por legitimidades e pelo privilégio epistemológico de certos grupos, associadas neste caso à casta e ao sexo — como são aquelas de parte do movimento feminista *dalit*, de autoras(es) que propõem uma *perspective from below* (OOMMEN, 2005), ou mesmo — por que não? — daquelas acusações da Sociologia dominante da década de 1970.

É, portanto, no interstício entre a positivação da diferença (dessa reconversão da pluralidade de experiências em práticas epistêmicas e pedagógicas plurais) e a manutenção de argumentos sectaristas baseados na identidade (que se dá tanto por grupos estabelecidos quanto por meio de sujeitas(os) entrantes no campo), que a reflexão feminista deve atuar para fomentar intercâmbios e diálogos mais efetivos entre sujeitas(os) epistêmicas(os) diversas(os). Esse foi, sem dúvidas, um papel que as sociólogas feministas indianas souberam tomar para si entre as décadas de 1980-1990 no debate sobre a renovação da disciplina como um todo. É certo que a perspectiva que trago neste artigo é eminentemente parcial, sobretudo porque lhe falta, em um exercício de complementaridade importante, compreender como essa virada na crítica à organização da disciplina refletiu sobre aquelas próprias correntes *mainstream*, por exemplo. O fato, de todo modo, é que o feminismo, em uma articulação com os movimentos de intelectuais *dalits*, soube protagonizar movimentos cruciais de reorganização da disciplina, tirando de uma posição marginalizada um número importante de experiências estranhas à Socio-

logia estabelecida da época, para transformá-las em elemento catalisador das mudanças profundas e irreversíveis que têm tido influência incontestável sobre o campo sociológico na Índia como um todo.

Referências

- BÉTEILLE, A. The teaching of sociology in India. *Sociological Bulletin*, Pune, v. 22, n. 2, p. 216-234, sept. 1973.
- BHAGWAT, V. *Women's studies: interdisciplinary themes and perspectives*. Pune: Diamond Publications, 2012.
- CHAUDHURI, M. *Sociology in India: intellectual and institutional practices*. New Delhi: Rawat Publications, 2010.
- DAHIWALE, S. M. (Ed.). *Understanding the Indian society: the non-brahmanic perspective*. Jaipur: Rawat Publications, 2005.
- DAS, V. Sociological research in India: the state of crisis. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 28, n. 23, p. 1159-1161, June 1993.
- DESAI, N.; GOGATE, S. Teaching of sociology through regional language. *Sociological Bulletin*, Poona, v. 19, n. 1, p. 51-61, Mar. 1970.
- DESHPANDE, S. Crisis in sociology: a tired discipline?. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 29, n. 10, p. 575-576, Mar. 1994.
- DHANAGARE, D. N. Legacy and rigour: the Bombay school of sociology. In: PATEL, S. (Ed.). *Doing sociology in India: genealogies, locations, and practices*. New Delhi: Oxford University Press, 2001. p. 127-157.
- GIRI, A. Creating a community of discourse in sociology in India. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 28, n. 29-30, p. 1538-1539, July 1993.
- GURU, G. Dalit Women Talk Differently. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 30, n. 41-42, p. 2548-2550, Oct. 14-21, 1995.
- GUPTA, D. Feminification of theory. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 30, n. 12, p. 617-620, Mar. 1995.
- HAIDER, S. Once more to feminification of theory. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 30, n. 36, p. 2272-2276, Sept. 1995.

- HOSSAIN, R. S. 'Sultana's dream' and selections from the secluded ones. In: CHADHURI, M. (Ed.). *Feminism in India*. London: Zed Book, 2004. p. 103-114.
- JOHN, M. E. indisciplined outpourings: myth and bathos of male exclusion. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 30, n. 22, p. 1333-1336, June 1995.
- KARLEKAR, M. Search for women's voices: reflections on fieldwork, 1968-93. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 30, n. 17, p. 30-37, Apr. 1995.
- KUMAR, A.; KUMAR, S. *Dalit studies in higher education: vision and challenge*. Delhi: Deshkal Publication, 2005.
- KUMAR, V. Situating dalits in Indian sociology. *Sociological Bulletin*, *Sociological Bulletin*, Poona, v. 54, n. 3, p. 514-532, Sept. 2005.
- MADAN, T. N. The teaching of sociology in India: somme comments. *Sociological Bulletin*, Pune, v. 23, n. 1, p. 113-118, Mar. 1974.
- MURTHY, G. B. V. Crisis in sociological research. *Economic and Political Weekly*, Bombay, v. 28, n. 45, p. 2484, June 1993.
- O'HANLON, R. 'Stri purush tulana' by tarabai shinde. Extract from 'a comparison between women and men: tarabai shinde and the critique of gender'. In: CHAUDHURI, M. (Ed.). *Feminism in India*. London: Zed Book, 2004. p. 82-94.
- OOMMEN, T. K. Understanding the Indian society: the relevance of the perspective from below. In: DAHIWALE, S. M. (Ed.). *Understanding the indian society: the non-brahmanic perspective*. Jaipur: Rawat Publications, p. 33-50, 2005.
- PATEL, S. Beyond binaries: a case for self-reflexive sociologies. *Current Sociology*, London, v. 54, n. 3, p. 381-395, May 2006.
- PATEL, S. *Doing sociology in India: genealogies, locations, and practices*. New Delhi: Oxford University Press, 2011.
- RAO, S. V. V.; RAO, C. R. P. Reflections on the crisis of Indian sociology. *Sociological Bulletin*, Pune, v. 26, n. 2, p. 259-263, Sep. 1977.
- REGE, S. 'If this is Tuesday... it must be social roles': sociology and challenge of gender studies. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 29, n. 19, p. 1155-1156, Mar. 1994.

- REGE, S. Dalit women talk differently: a critique of 'difference' and towards a dalit feminist standpoint position. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 33, n. 44, p. 39-46, Oct. Nov. 1998.
- REGE, S. Exorcising the fear of identity: interrogating the 'language question' in sociology and sociological language. In: PATEL, S. (Ed.). *Doing sociology in India: genealogies, location, and practices*. New Delhi: Oxford University Press, 2011. p. 213-240.
- SAVUR, M. Sociology: the genealogy of the discipline in Bombay. In: PATEL, S. (Ed.). *Doing sociology in India: genealogies, locations, and practices*. New Delhi: Oxford University Press, 2011. p. 3-28.
- SRINIVAS, M.N.; PANINI, M. N. The development of sociology and social anthropology. *Sociological Bulletin*, Pune, v. 22, n. 2, p. 179-215, Sept. 1973.
- THAPAN, M. Partial truths: privileging a 'male' viewpoint. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 30, n. 23, p. 1399-1400, June 1995.
- THARU, S.; LALITHA, K. (Ed.). *Women writing in India: 600 B.C. to the present*. Delhi: Oxford University Press, 1993. v. 2
- UPADHYA, C. The idea of Indian society: G.S. Ghurye and the making of Indian sociology. In: UBEROI, P.; SUNDAR, N.; DESHPANDE, S. (Ed.). *Anthropology in the east: founders of Indian sociology and anthropology*. New Delhi: Permanent Black, 2007. p. 195-255.
- VISVANATHAN, S. Hegemonía oficial y pluralismos contestatarios. In: RIBEIRO, G. L.; ESCOBAR, Arturo. (Ed.). *Antropologías del mundo: transformaciones disciplinares dentro de sistemas de poder*. Popayán: Diseño Grafico e Impresiones, 2008. p. 287-310.

QUEM É QUEM

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Ângela Maria Freire de Lima e Souza é bióloga, licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra em Biologia pela UFBA e doutora em Educação pela UFBA. Docente do Instituto de Biologia da mesma Universidade por 30 anos, aposentada desde 2009; nos últimos anos vem realizando estudos em gênero e Ciência e, atualmente, é docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos e também atua como pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher (NEIM/UFBA). Dentre os seus temas de interesse e pesquisa estão: gênero nas Ciências, epistemologias feministas e gênero e ensino de Ciências e de Biologia.

Caterina Rea

É professora adjunta A na Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) – campus de São Francisco do Conde, Bahia. Possui graduação em Filosofia pela Università Cattolica de Milão (Itália), Diplôme d’Etudes Approfondies (DEA) e doutorado em Filosofia pela Université Catholique de

Louvain – Belgica e Master 2 em Clinique du Corps et Anthropologie Psychanalytique pela Université Denis Diderot – Paris VII. Trabalhou como assistente em Antropologia Filosófica no Institut Supérieur de Philosophie, Université Catholique de Louvain, como Chargé de cours em Sciences Humaines, Arts et Culture na Université Charles de Gaulle – Lille 3 e como pós-doutoranda no Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Núcleo Identidades de Gênero e Subjetividade (NIGS). É autora de três livros: *Dénaturaliser le corps. De l'opacité charnelle à l'énigme de la pulsion*, LHarmattan, Paris, 2009; *Psychanalyse sans Oedipe. Antigone, genre et subversion*, LHarmattan, Paris, 2010 e *Corpi senza frontiere. Il sesso come questione politica*, Dedalo, 2012. Tem experiência na área de Filosofia, estudos de gênero, feminismo, estudos étnico-raciais e estudos pós-coloniais.

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg

Antropóloga feminista com graduação em Antropologia Cultural, na Illinois State University (1977), mestrado em Antropologia Social pela Boston University (1981), doutorado em Antropologia Social na Boston University (1997), e estágio pós-doutoral como pesquisadora visitante no Institute of Development Studies (IDS), University of Sussex, Inglaterra (2007; 2013). É uma das fundadoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), atuando como professora titular de Antropologia e nos Programas de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPG-NEIM) e de Antropologia (PPGA), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi coordenadora pelo NEIM do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROCAD/Capes) com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e coordenadora Nacional do

Observatório de Monitoramento da Aplicação da Lei Maria da Penha (Observe). Vem atuando junto ao Institute of Development Studies (IDS), Inglaterra, como coordenadora (2006/2014) do Grupo da América Latina do Consórcio do Programa de Pesquisas (Research Programme Consortium – RPC) sobre o Empoderamento das Mulheres (Pathways of Women’s Empowerment), financiado pelo Department for International Development (DFID) da Grã-Bretanha, e liderando o grupo de pesquisa do Projeto Trilhas do Empoderamento e Mulheres. Integra o Comitê de Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), com interesses voltados principalmente para: Antropologia feminista; estudos feministas; feminismo e políticas públicas; gênero e corpo; gênero, desenvolvimento e empoderamento de mulheres. É bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e integra o corpo editorial da revista *Feminismos* do PPGNEIM/UFBA.

Fernanda Azeredo de Moraes

É bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009) e mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Foi professora colaboradora de Ciências Sociais no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa entre 2013 e 2014. Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia com ênfase em estudos de Gênero, teoria feminista, estudos de envelhecimento, Antropologia Urbana e História da Antropologia.

Iole Macedo Vanin

Graduada em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) (1998), mestrado (2002) doutorado (2008) em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), instituição em que atualmente é docente (adjunto 1) atuando tanto na graduação

como na pós-graduação na área dos estudos de gênero e feminismo. Pesquisadora do quadro permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM. Desenvolve atividades de extensão, estudos e pesquisas que abordam os seguintes temas: Ciência, gênero, Educação, História, feminismo e mulher.

Lina Maria Brandão de Aras

Graduada em licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1983), mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (1989), doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1995), com estágio pós-doutoral na UFPE (2009-2010). É professora titular de História, da UFBA. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Bahia, rebeldias, região, literatura e gênero.

Luzinete Simões Minella

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1972), mestre em Ciências Sociais pela mesma Universidade (1977) e doutora em Sociologia, Universidad Nacional Autónoma de México (1989). Realizou estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 1998). Atualmente, é professora adjunta IV aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atua no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e na linha de pesquisa Gerações, Gênero, Etnia e Educação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero da mesma universidade. Do conjunto da produção bibliográfica mais recente destaca-se a coautoria do livro *Gênero e violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)* (2006); a coorganização das coletâneas “Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas

brasileiras sobre violência (2006)” e “Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global” (2006); bem como a co-organização do livro *Práticas pedagógicas e emancipação: gênero e diversidade na escola* (2009). Foi coeditora e coordenadora editorial da revista *Estudos Feministas*, entre 2001 e 2004. Assumiu a coordenação editorial dessa mesma revista entre 2007 e 2008. Coordenadora da área de Estudos de Gênero do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC a partir de 2011. Tem realizado pesquisas principalmente nas seguintes áreas: gênero e saúde reprodutiva, gênero e infância, gênero e Ciências e saúde mental. Suas pesquisas na área de saúde reprodutiva e saúde mental receberam o apoio do CNPq e da Capes.

Márcia Barbosa de Menezes

Graduada em Matemática pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1988) e mestrado em Matemática pela mesma universidade (1996). Tem especialização na área de Gênero e Desenvolvimento Regional pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (NEIM). Atualmente, é professora assistente IV do Instituto de Matemática da UFBA. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Álgebra Comutativa. Doutoranda do PPGNEIM/UFBA.

Sabrina Guerra Guimarães

Graduada em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e doutoranda do PPGNEIM/UFBA, onde realizou também o mestrado. Áreas de atuação: gênero e Ciências, em particular, a participação das mulheres no campo da Medicina e o gênero na Medicina Legal.

Vinicius Kauê Ferreira

Mestre em Antropologia Social pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Ehess, Paris), associado ao Centre d'Etudes de l'Inde et Asie du Sud (Ceias). É bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atuou como pesquisador no Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Foi vice-presidente (2012) e presidente (2013) da Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na França (APEB-FR). Atualmente, é editor fundador da revista *Novos debates*, da Associação Brasileira de Antropologia, e desenvolve pesquisas sobre a história e a constituição da Antropologia na Índia, interessando-se pelos discursos contestatórios e controvérsias que constituem a história da disciplina. Temas de interesse: história da Antropologia e teoria antropológica, estudos de gênero e sexualidades, circulação de intelectuais.

COLOFÃO

Formato	15 x 23 cm
Tipologia	Leitura News e leitura Sans 10/16
Papel	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
Impressão	Edufba
Acabamento	Cartograf
Tiragem	400

ISBN 978-85-232-1487-6



9 788523 214876

A Coleção Bahianas é um espaço de divulgação destituído dos símbolos de dominação. Traz resultados de estudos teóricos que possibilitam uma análise crítica da condição feminina, das relações de gênero e do feminismo enquanto momento social, assim como, de documentos que contribuam para o resgate da memória feminina e estudos que abordem a inserção das mulheres nas diversas manifestações culturais.

NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER
FFCH/UFBA

